



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PAULA DE SOUZA ROSA

Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840 – 1920)

Belém

2019

PAULA DE SOUZA ROSA

Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840 – 1920)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Otaviano Vieira Junior.

Belém

2019

PAULA DE SOUZA ROSA

Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840 – 1920)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Otaviano Vieira Junior.

Data de Aprovação: 07 de janeiro de 2019

Banca Examinadora:

Professor Doutor Antônio Otaviano Vieira Junior (Orientador – UFPA)

Professora Doutora Cristina Donza Cancela (Examinadora Interna – UFPA)

Professor Doutor Luiz Antônio Valente Guimarães (Examinador Externo – SEDUC-PA)

Belém

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

R788p Rosa, Paula de Souza
Os portugueses no rio Madeira : imigração, estratégias políticas
e sociais (1840-1920) / Paula de Souza Rosa. — 2019.
219 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Antônio Otaviano Vieira Junior
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Migração. 2. Redes Sociais. 3. Família. 4. Elites. I.
Título.

CDD 981.13

*Dedico este estudo aos meus avós
Diomar Augusto Rosa, in memoriam, e
Genilda de Souza Pinto, pelos
ensinamentos de vida.*

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são decerto uma das partes mais difíceis de qualquer trabalho. Ao longo desses dois anos dedicados intensivamente à elaboração desta dissertação, a lista de pessoas as quais devo favores é imensurável. De modo que peço desculpas por quaisquer nomes que não venham aparecer nessa sessão. Talvez, mais do que agradecimentos devo muitas desculpas, pois na realização desse trabalho me distanciei de inúmeras pessoas, me ausentei do seio de minha família e amigos, e por vezes, não dei a atenção que mereciam. Entretanto, todos, em sua imensa generosidade me apoiaram e compreenderam as mudanças de humor, a falta de atenção, as preocupações que levava vez ou outra para as conversas e reuniões.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a minha família pelo apoio incondicional em minha caminhada, mesmo que a saudade tenha sido companheira constante nesse tempo. Agradeço, em especial, a minha avó (Genilda), mãe (Silvani) e tia (Verônica). Foi através do apoio, compreensão, afeto e paciência dessas mulheres extraordinárias que consegui completar essa jornada. Elas são as mulheres mais belas e fortes que jamais conheci. Aos demais membros da minha família, irmãos, primos, tios e sobrinho sintam-se abraçados com todo o meu afeto e gratidão.

Em segundo lugar, meus agradecimentos aos amigos, dentro e fora da Academia, pelas conversas proveitosas, discussões acaloradas e, principalmente, pelos estímulos e paciência com minhas ignorâncias e estresses.

Na vida acadêmica minha lista é longa e exaustiva, contudo, início pelo meu professor de graduação, Dante Ribeiro da Fonseca, por ter despertado em mim a paixão pela pesquisa histórica, e por acreditar e incentivar o meu desejo de continuar na carreira acadêmica. Sem sua paciência, atenção e ajuda, não estaria onde estou hoje. Ao meu orientador, Antônio Otaviano Vieira Junior, não tenho palavras o suficiente para agradecer a ajuda, paciência, atenção, disponibilidade e gentileza que me dedicou ao longo desses dois anos, porquanto, suas preocupações sempre estiveram além da minha formação

profissional. Não menos importante, a professora Cristina Donza Cancela, por ser um exemplo profissional e pessoal.

Agradeço a CAPES que financiou esses dois anos de pesquisa, sem esta ajuda não seria possível a realização desse trabalho. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia-UFPA, minha gratidão sincera.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia/RUMA, com quem tive e tenho o prazer de conviver, agradeço pelas reuniões, discussões e debates, dos quais sempre sai com mais dúvidas do que certezas. Em especial, ao meu querido amigo André Vinícius, pela atenção que me dispensou desde o primeiro instante em que adentrei a sala do Ruma, pelo carinho e compreensão nos momentos mais delicados que passei, pela gentileza e atenção, pelas longas conversas e, também, pelos silêncios, meus mais sinceros agradecimentos. Obrigado pelo companheirismo!

À cidade de Belém um muito OBRIGADO, gigante, pelas novas oportunidades, possibilidades e experiências que me proporcionou. Aqui conheci pessoas incríveis, algumas foram passageiras, outras farão parte da minha vida, mesmo à distância. São elas: Lilian, Fernando, Alexandra, Mussadiq e Alexandre. Obrigado pela amizade, carinho, atenção, afeto e por todos os momentos que me concederam.

Em resumo, essa dissertação é fruto de um trabalho coletivo.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE ORGANOGRAMAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE MAPAS

RESUMO E ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: UM ESTUDO PROSOPOGRÁFICO: OS IMIGRANTES PORTUGUESES NO RIO MADEIRA	22
1.1. Perfil dos portugueses no rio Madeira.....	28
1.1.1. Origem geográfica.....	28
1.1.2. Faixa etária, sexo e condição civil.....	32
1.1.3. Atividade profissional e alfabetização.....	41
1.2. Redes de sociabilidade: mobilidade e inserção.....	45
1.2.1. Redes pré-emigratórias.....	46
1.2.2. Redes de interiorização: de Belém ao rio Madeira.....	58
1.2.3. Alianças comerciais e familiares.....	65
1.3. Negociantes e proprietários.....	75
1.3.1. Um mal necessário: o regatão.....	75
1.3.2. Lojas fora dos povoados	87
CAPÍTULO II: FAZER-SE ELITE NO RIO MADEIRA: COMENDADOR JOSÉ FRANCISCO MONTEIRO (1830-1917)	99
2.1. Homem de negócios: redes, comércio e riqueza.....	100
2.2. Criando e fortalecendo alianças: matrimônio, compadrio e amizade.....	121
2.2.1. Relações conjugais.....	122
2.2.2. Relações de compadrio e amizade.....	128
2.3. Atuação política e administrativa.....	140
2.3.1. A Intendência Municipal de Humaitá como teatro social.....	140
2.3.2. Cônsul, Coronel e Comendador.....	158
2.4. Emendando teias.....	166

CAPÍTULO III: HERANÇA FAMILIAR: CASAMENTO, NEGÓCIOS E PODER....	171
3.1. Vínculos matrimoniais.....	171
3.2. Fortuna, atuação política e carreira nas armas.....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
FONTES.....	198
BIBLIOGRAFIA.....	205
ANEXOS.....	212

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Províncias de origem dos imigrantes portugueses no rio madeira (1858-1918)	33
Tabela 2: Estimativa da idade de chegada.....	36
Tabela 3: Idade das habilitações consulares	37
Tabela 4: Movimento das embarcações de regatão na província do Amazonas (1853-1868)	80
Tabela 6: Número de embarcações de regatão na província do Amazonas e renda proveniente do imposto	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Redes de sociabilidade dos Quadros Carvalho	50
Figura 2: Ruas, largos e travessas onde moravam os portugueses (1858-1918).....	61
Figura 3: Rua 15 de Novembro (Boa Vista)	62
Figura 4: Comendador José Francisco Monteiro	99
Figura 5: Rede de negócios de José Francisco Monteiro	104
Figura 6: Relações de compadrio pelo batismo	130
Figura 7: Relações de compadrio pelo casamento	133
Figura 8: Redes de sociabilidade de José Francisco Monteiro.....	167
Figura 9: Redes de sociabilidade das famílias Monteiro, Botelho, Valle e Maia	187

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1: Mapa genealógico e das relações conjugais de José Francisco Monteiro	124
Organograma 2: Alianças matrimoniais dos "herdeiros" de José Francisco Monteiro.....	173
Organograma 3: Alianças matrimoniais dos filhos de Antônio Francisco Monteiro.....	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Conselho Municipal de Humaitá (1890-1916)	148
Quadro 2: Cargos, Funções e Patentes dos "herdeiros".....	189

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Rio Madeira.....	12
Mapa 2: Rio Madeira e afluentes, regiões exploradas pela família Monteiro.....	115

RESUMO

A proposta desse trabalho é discutir a migração portuguesa para o rio Madeira, entre os anos de 1840 a 1920, período que compreende o avanço da economia da borracha em toda região amazônica. Procurou-se demonstrar o processo migratório de Portugal para o rio Madeira, a partir da análise prosopográfica de um grupo de 91 imigrantes portugueses, reconstruindo trajetórias individuais e de grupo. Com foco nas redes sociais, objetivamos investigar como elas condicionaram o processo migratório, as aglomerações espaciais e opções profissionais. Levando em conta a opção profissional desses imigrantes, destacamos como o comércio esteve intrinsecamente ligado ao avanço da fronteira extrativista e ocupação da terra no rio Madeira. Num segundo momento, se analisou as estratégias de inserção e ascensão social de uma família, considerando os arranjos matrimoniais, de compadrio e os acordos de negócios para manutenção e fortalecimento da riqueza, do prestígio e poder familiar.

Palavras-chave: Migração; Redes Sociais; Família; Elites.

ABSTRACT

This dissertation discusses the Portuguese migration to the Madeira River, between 1840 and 1920, this period comprising the advancement of the rubber economy throughout the Amazon region. It was tried to demonstrate the migratory process of Portugal to the Madeira river, from the prosopographic analysis of a group of 91 Portuguese immigrants, reconstructing individual and group trajectories. Focusing on social networks, we aim to investigate how they conditioned the migratory process, spatial agglomerations and professional options Taking into account the professional choice of these immigrants, we highlight how trade was intrinsically linked to the advance of the extractive frontier and occupation of land on the Madeira River. In a second moment, the strategies of insertion and social ascension of a family, considering matrimonial alliances, of compadrio and the agreements of businesses for the maintenance and strengthening of the wealth, the prestige and family power were analyzed.

Keywords: Migration; Social Networks; Family; Elites.

INTRODUÇÃO

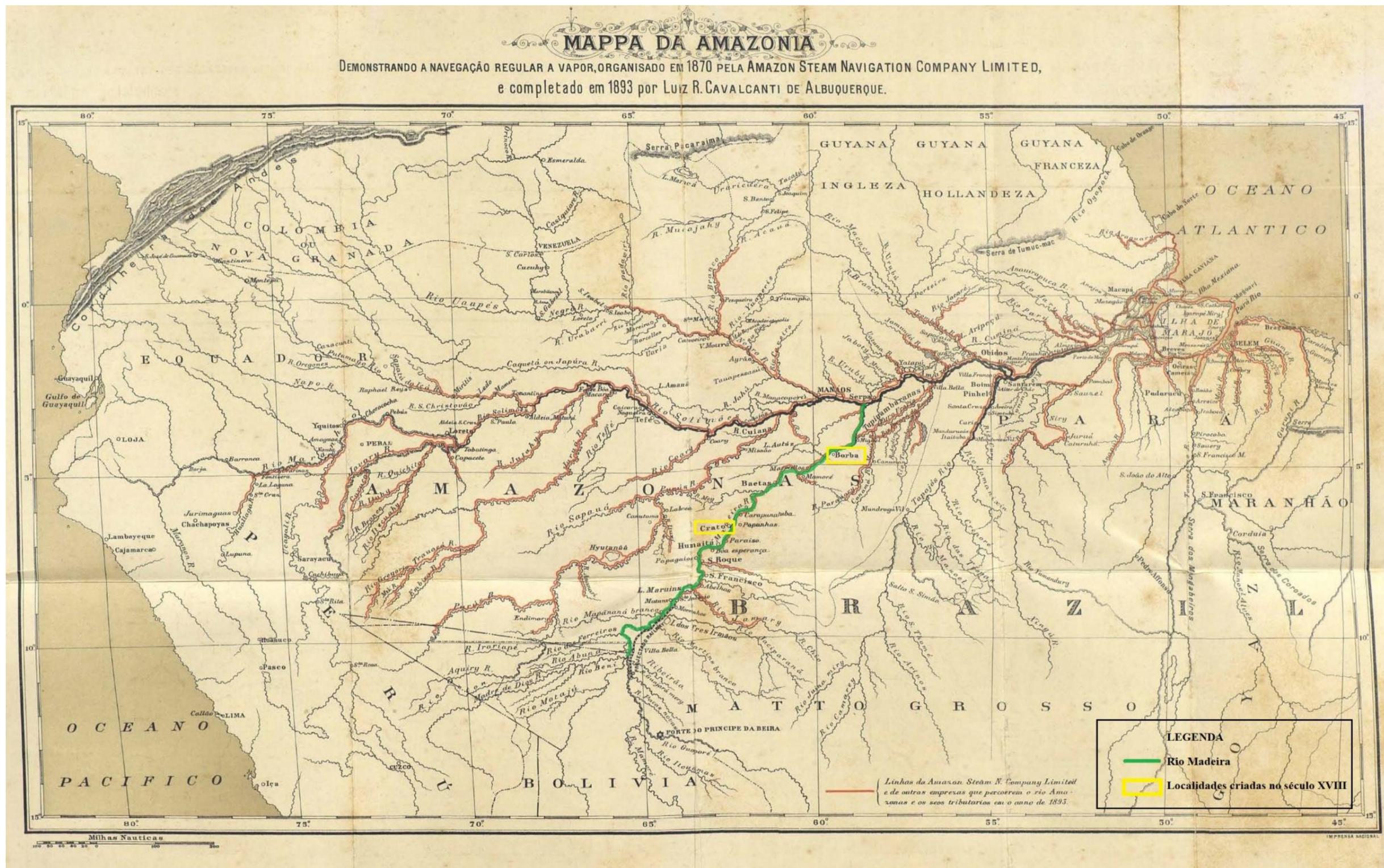
O presente estudo tem por finalidade investigar a migração portuguesa para a Amazônia, em específico para a bacia do rio Madeira, entre meados do século XIX e início do XX, a partir da análise prosopográfica de um grupo de 91 imigrantes portugueses, reconstruindo trajetórias individuais e de grupo. Assim, o que nos propomos a partir desse estudo no âmbito micro e na utilização de questões teóricas é desenvolver uma análise que nos dê suporte para entender o fenômeno da migração, inserção e ascensão social em suas nuances múltiplas e casos individuais.

O período contemplado neste estudo é caracterizado por um contexto de expansão e maior dinamismo econômico e circulação de pessoas, não apenas nas cidades de Belém e Manaus, mas em todo o interior amazônico que vivenciou o auge da exploração da goma elástica. Em se tratando da bacia do rio Madeira, a segunda metade do século XIX e início do XX, é um tema recorrente, mas ainda pouco pesquisado, se compararmos com os rios acreanos. Esses estudos, em sua maioria voltados para as relações de trabalho, processos políticos, ocupação da terra e avanço da fronteira extrativista, deixam de lado ou tratam como questão secundária a importância que a migração portuguesa possui para o entendimento do avanço do comércio, da exploração gomífera e para a formação da sociedade local.¹

O rio Madeira é o principal afluente da margem direita do rio Amazonas, sua nascente se encontra na confluência dos rios Mamoré e Beni, que nascem no interior da Bolívia. Sua foz encontra referência imediata no rio Amazonas na ilha de Tupinambarana (Município de Parintins) e na cidade de Itacoatiara (antiga Serpa), situada na margem esquerda. Desde o século XVIII, juntamente com o Mamoré e Guaporé, foi usado para o transporte fluvial entre a primeira capital do Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), as missões espanholas dos rios Guaporé e Mamoré e a cidade de Belém. Além de servirem de fronteiras, nesses rios se praticava variado extrativismo, tanto por súditos espanhóis, quanto portugueses.

¹ FONSECA, Dante Ribeiro da. **Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia**. Belém: 2004. 507 p. 2 vols. Tese (Doutorado em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2004; LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013; LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)**. Dissertação de Mestrado. Programas de Pós-graduação, UFAM/Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus, 2007; HUGO, Victor. **Desbravadores: a história eclesiástica, no panorama social, político, e geográfico do grande Rio Madeira, seus afluentes e formadores na Amazônia**. Volume I. Missão Salesiana, 1959; PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica: criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

Mapa 1: Rio Madeira



Fonte: ALBUQUERQUÉ, Luiz R. Cavalcanti de. *A Amazônia de 1893*. Rio de Janeiro Imprensa Nacional, 1894. [As alterações feitas no mapa nas cores verde e amarelo são nossas]

Levando em consideração que diferente de algumas regiões da Amazônia (Belém) que sofreu intenso processo de ocupação desde o período colonial, no rio Madeira, durante o século XVIII, apenas duas povoações merecem referência: Borba e São João Batista do Crato. A povoação de Borba, antiga missão religiosa, localizada no baixo rio Madeira foi criada em 1756.² Crato, fundada no médio rio Madeira já avançado aquele século, em 1798, servia de apoio à difícil navegação entre os rios Madeira, Mamoré e Guaporé.

Todas as demais localidades (Manicoré, Marmelos, Baetas, Pupunhas, Paraíso, Humaitá, Papagaios, São Roque [Calama], Abelhas, Santo Antônio e etc.) surgiram no decorrer do século XIX, devido a intensificação da economia da borracha. Desse modo, a formação e estabelecimento de povoados no rio Madeira esteve intrinsecamente ligado ao avanço da exploração gomífera e do comércio.

Outrossim, nossa insistência em não delimitar uma vila ou povoado situado às margens do Madeira, mas nos propormos a analisar a região como um todo, se dá pelo fato dos imigrantes portugueses que residiram no rio Madeira terem comerciado por toda a extensão do rio, possuindo propriedades de terras em vários locais, em alguns casos, ocupando cargos político-administrativos e postos Guarda Nacional, exercendo poder e influência nas diferentes localidades. Alguns, foram efetivos na transmissão da herança material e imaterial, de modo que seus descendentes se beneficiaram das estratégias familiares voltadas para a integração na sociedade local.

Para além destas considerações, entender e conectar os elos existentes entre as vilas portuguesas, a cidade de Belém e o rio Madeira, baseadas em redes de sociabilidade que ligavam os imigrantes portugueses através dos laços familiares, de vizinhança, de negócios e redes de informação, permite entrever o estabelecimento de uma rede de favores e solidariedade que permitiu os personagens aqui analisados se articularem e criarem estratégias para a migração, inserção e ascensão social.

Fontes e aspectos teórico-metodológicos

O corpo documental da presente pesquisa é composto por dois tipos de fontes principais (habilitações consulares e registros de batismo e casamento) e por demais fontes auxiliares (jornais, relatórios da administração provincial, relatos de viajantes, almanaques etc.). De tal

² SOUZA JÚNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos**. Ed. UFPA, 2012.

modo, a análise conjunta de fontes de diferentes matizes possibilitou seguir os rastros dos imigrantes portugueses que residiram no rio Madeira.

As habilitações do consulado português no Pará abrangem o período de 1858 a 1959 e são encontradas no Grêmio Literário Português e disponibilizadas em base de dados pelo Grupo de Pesquisa Migração, População, Família e Gênero – RUMA. Essas habilitações constituem-se em livros encadernados de registros de súditos portugueses mantidos pelo consulado de cada localidade, e foram criados como uma forma de controle destes nacionais.³ A presente documentação contém dados como: nome, número da habilitação, idade, estado civil, emprego, data da habilitação, transporte utilizado, características físicas, data da primeira e segunda chegada, província, concelho, distrito, residência, contrato e documentos apresentados.

Segundo Cristina Cancela e João Cosme, as habilitações dizem respeito aqueles portugueses que se deslocaram ao consulado para fazer o registo, assim sendo, essas pessoas tiveram “maior recurso para pagar os emolumentos e taxas exigidas pelo consulado, ou maior interesse em regulamentar sua naturalização portuguesa, e meios para fazê-lo”.⁴ Nesse sentido, esses imigrantes haviam adquirido certa expressão na província, com negócios e cargos públicos, tendo condições de arcar com as despesas.

As informações contidas nas habilitações consulares foram cruzadas com as dos registros de passaportes. **Das 91 trajetórias analisadas, temos as habilitações de 87 personagens, os outros 4 indivíduos possuímos apenas os registros de passaportes** (ver anexo I), sendo estes cruzados com os registros da paróquia de Humaitá e menções nos jornais das províncias do Amazonas e Pará. Essa documentação foi utilizada preferencialmente para a elaboração do Capítulo I dessa dissertação.

Os registros paroquiais que compõe nossa pesquisa são relativos a paróquia de Humaitá, se iniciam em 1872 e são a espinha dorsal do Capítulo II e III desse estudo. Os chamados registros de “eventos vitais” (batismos, casamentos e óbitos) formam um corpo documental privilegiado e bastante utilizado no estudo da família e da população. Porquanto, a relativa homogeneidade no ato de registro dos assentos paroquiais permite análises as mais diversas possíveis, levando em consideração marcadores sociais (idade, gênero, origem, estado civil, distinção social, alianças familiares, redes de sociabilidade e outros). A sistematização de sua produção, resultou da importância dada pela Igreja católica, após o Concílio de Trento, no

³ Sobre a instituição destas habilitações seus usos e limitações, ver: DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, João Santos. *Entre fluxos, fontes e trajetórias imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920)*. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 1, 2016.

⁴ DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, 2016, p. 246.

século XVI, norteada por duas diretrizes principais: a reafirmação e o controle dos sacramentos do batismo, do matrimônio e óbito, e a tentativa, por parte da Igreja, de conhecer e controlar o seu “rebanho”. De modo que o registro dos fatos da vida cotidiana e familiar permitiu a formação de uma vasta documentação, que se mostrou essencial para às análises da História da Família.

Quanto as demais fontes, de caráter auxiliar, não será possível fazer uma reflexão mais profunda de cada uma delas. Contudo, acreditamos ser importante tecermos pelo menos algumas considerações mais gerais sobre os relatórios da administração provincial.

Os relatórios da administração provincial do Amazonas, dispostos online no sítio da Universidade de Chicago (www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas), apresentam, inclusive com relativa frequência, as “estatísticas demográficas” da província, descrições e relatórios específicos acerca da questão de terra no rio Madeira e os conflitos entre proprietários, seja pela propriedade de seringais ou aquisição de mão de obra, e comerciantes.⁵ Assim, através dos relatórios, seguindo os “fios de Ariana”⁶ e as linhas que convergem para o nome e que dele partem, podemos compor uma espécie de teia de malha fina do tecido social da população madeirense, em constante diálogo com as mudanças das dinâmicas econômicas, políticas e sociais da Amazônia em relação a uma economia mundo, reconstituindo aspectos gerais e específicos da migração portuguesa para o rio Madeira.

Assim, enveredamos pelos caminhos da migração portuguesa, buscando mapear, potencializar e perceber a importância desse processo para composição e dinâmica populacional da bacia do rio Madeira. Após o levantamento dos portugueses que residiram no rio Madeira nos propomos estabelecer o perfil desses imigrantes. O grande problema se centrou no fato de que estes indivíduos migraram por diversos locais antes de se fixarem na região aqui estudada. Assim, o método onomástico possibilitou o mapeamento das fontes, sendo a ferramenta que permitiu o estudo prosopográfico dando densidade a análise.⁷

Desse modo, fazendo uso do aparato técnico-conceitual da micro-história italiana e utilizando as ferramentas metodológicas da prosopografia buscamos investigar o fenômeno da migração portuguesa para o rio Madeira em meados do século XIX e início do XX, destacando as redes migratórias, as relações criadas, fortalecidas e mantidas pelos diversos agentes sociais para sua inserção e ascensão na sociedade local.

⁵ Relatórios da Presidência da Província do Amazonas (1852-1900).

⁶ GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, p. 174-175.

⁷ GINZBURG *Op. Cit.*

Em linhas gerais, conforme salientou Lawrence Stone, a prosopografia se configura no método utilizado para a investigação das características comuns de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. Ela se preocupa em investigar um conjunto de questões uniformes sobre determinado grupo, tais como “nascimento e morte, casa e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, local de residência, educação e fonte de riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante.” De maneira que a finalidade da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, delinear e analisar a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior.⁸

De acordo com Michel Bertrand e Cristophe Charle, uma vez reunida a documentação, “o exame dos dados pode recorrer a técnicas múltiplas, quantitativas ou qualitativas, contagens manuais ou informatizadas, quadros estatísticos ou análises fatoriais, segundo a riqueza ou a sofisticação do questionário ou das fontes”.⁹

Tendo em vista que a espinha dorsal da pesquisa são as habilitações consulares e os registros de casamento e batismo, por excelência fontes seriais, organizamos as informações em base de dados do *Microsoft Access*. A partir daí podemos proceder à filtragem em função de diversos marcadores sociais específicos, por exemplo: nome, origem, idade, sexo, condição civil, redes de sociabilidade, distinções sociais, local de residência, atividade profissional, alfabetização e propriedade de terras.

Além disso, a partir da reconstrução de trajetórias individuais e coletivas, dialogaremos diretamente com os conceitos de rede e estratégia, para compreendermos as formas como os agentes sociais e seu grupo se relacionavam entre si e com estruturas sociais pré-determinadas.

Desse modo, a análise das causas do processo migratório pode ser enriquecida através da compreensão de padrões relacionais que compõem um sistema social, ou seja, das redes sociais que possibilitaram a migração das vilas portuguesas para as margens do rio Madeira, bem como a inserção e ascensão na sociedade local.

Assim, o uso do conceito de “rede” nos permite demonstrar como atuam, sobre os indivíduos e grupos (como as famílias), as pressões de determinadas estruturas sociais e nos ajudam a entender a migração portuguesa para a Amazônia como um processo social.¹⁰ Nesse

⁸ STONE, Lawrence. *Prosopografia*. **Revista de Sociologia Política**, vol. 19, n. 39, 2011, p.115-116.

⁹ BERTRAND, Michel. *De la familia a la red de sociabilidad*. **Revista mexicana de Sociología**, vol. 61, n.2, abril-jun, 1999, p.107-109. CHARLE, C. *A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*. In: HEINZ, F. M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 41.

¹⁰ FAZITO, Dimitri. *A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade*. **Anais da ABEP**, 2016, p. 4.

sentido, de acordo com Imízcoz, a rede é um “conjunto específico de conexiones entre un grupo definido de personas, con la propiedad adicional de que las características de dichas conexiones como un todo pueden usarse para interpretar el comportamiento social de las personas implicadas”.¹¹ Ainda segundo o autor, para a constituição de uma rede, devemos partir do indivíduo, porquanto, partindo dos atores sociais é possível ao historiador entender como estes personagens se relacionam com as diferentes dimensões da realidade, percebendo relações íntimas e afetivas entre dimensões que, de outro modo, pareceriam dissociadas.

Dessa maneira, a partir dos homens e mulheres como agentes da história, considerando sua experiência em todos os aspectos (econômico, político, social, cultural, etc.) podemos abrir novas vias para uma história mais global, ora ampliando, ora reduzindo a escala de análise. De modo que as divisões entre o homem econômico, religioso ou político podem ser ferramentas para compreender o todo da realidade social.

Nessa lógica, levamos em consideração que o conceito de rede possui uma tripla dimensão. De acordo com Michel Bertrand, o primeiro é o aspecto morfológico, sendo uma estrutura constituída por um conjunto de pontos e linhas que materializam laços e relações entre indivíduos. O segundo aspecto possui uma dimensão relacional ao estabelecer um sistema de reciprocidade mediante os laços constituídos que permitem a circulação de bens e serviços. Por último, consiste em um sistema submetido à dinâmica relacional, regido por um princípio de transversalidade e mobilizável em torno de uma finalidade.¹²

A partir das informações dispostas nas fontes é possível visualizar as tendências e particularidades das estratégias dos agentes sociais. Segundo as proposições de Pierre Bourdieu, “o senso prático da estratégia”, é uma ação que envolve um risco calculado de cada agente, mas que não se expressa formalmente.¹³ Em outras palavras, diz respeito a ação de um indivíduo dentro de uma sociedade na qual os recursos materiais, culturais e cognitivos são transmitidos de forma desigual, “em função dos recursos próprios de cada indivíduo ou de cada grupo no interior de uma configuração dada.”¹⁴ Assim, estratégia é sempre uma relação entre o contexto e agência dos indivíduos frente aos determinismos dos marcadores sociais.

Desse modo, podemos analisar o fenômeno migratório a partir da agência dos sujeitos frente aos limites e possibilidades da conjuntura social, econômica e política, mediada por

¹¹ IMIZCOZ, José María. *Actores, redes, procesos reflexiones para una historia más global*. **Historia**, v. 3, n. 5, p. 115-140, 2004, p. 122.

¹² BERTRAND, Michel. *Elites y configuraciones sociales em Hispanoamérica colonial*. In: **Revista de História**, Nicarágua, 13, 1999.

¹³ BOURDIEU, Pierre. *Da regra às estratégias*. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 23

¹⁴ REVEL, J (org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 26.

decisões e estratégias individuais e familiares, e articuladas por redes familiares, de parentesco, de vizinhança, de negócios, de amizade e conterraneidade. Entretanto, mesmo com a evolução dos estudos sobre migrações, este conceito é trabalhado sob diversas perspectivas e de forma interdisciplinar, e por vezes considerado “terra de ninguém”. Isso pode ser explicado devido aos fluxos migratórios se constituírem em fenômenos complexos nas suas causas, condições e resultados. Todavia, acredita-se que a conjugação individual dos fatores de atração e repulsão (do país de origem e de destino), em conjunto com uma série de “obstáculos” ou inércias à deslocação, explicam a migração. Portanto, “os elementos que presidem à decisão e ao processo migratório são os factores associados à área de origem, factores associados à área de destino, ‘obstáculos intervenientes’ e factores pessoais.”¹⁵

Tanto na decisão de migrar quanto no processo de integração no local de destino, os vínculos familiares e de parentesco são cruciais para o sucesso pessoal e de grupo. Desse modo entender a transformações no sentido de família em fins do século XIX e início do XX é essencial para compreendermos a efetivação da inserção e ascensão social de alguns indivíduos em detrimento de outros.

O termo “família” é, para muitos estudiosos, bastante controvertido, pois pode ter múltiplos conceitos e definições, dependendo do espaço e tempo em que é realizada a análise.¹⁶ Ainda assim, merece atenção os elementos de ruptura e continuidade na percepção da família no decorrer do processo histórico, tornando-se dificultoso a definição de um conceito de família. De tal modo, seguimos as proposições de James Casey, segundo o qual o conceito de família deve ser o passo final da pesquisa e não o primeiro, pois “é ao defini-la que nos apercebemos das características significativas da sociedade e da cultura que estivemos a estudar”.¹⁷

Nesse sentido, a centralidade da família como principal base da organização política e econômica da sociedade remonta ao período colonial. Durante quase todo o século XIX, quando a presença do Estado institucionalizado ainda era incipiente, em especial nas zonas mais

¹⁵ PEIXOTO, J. *As teorias explicativas das Migrações. Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. Lisboa: Universidade técnica de Lisboa. SOCIUS Working Papers. n. 11/2004, p. 14.

¹⁶ Sobre o significado de família, sua mudanças e permanência, ver: BURGUIÈRE, André et al. *História da família: o choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa*. v.3. Lisboa: Terramar, 1998; MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor: Inglaterra, 1300-1840*. São Paulo: Companhia das letras, 1990; ANDERSON, Michael. *Elementos para a História da família ocidental, 1500-1914*. Lisboa: Quercus, 1984; FLANDRIN, Jean Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1991; STONE, Lawrence. *Família, sexo y matrimonio em Inglaterra, 1500-1800*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989; BURKER, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

¹⁷ CASEY, James. *História da Família*. Lisboa, Teorema, 1989, p. 29.

afastadas das grandes cidades, a família ainda era o agente político e economicamente predominante. Contudo, como salientou Muriel Nazarri, ainda que as famílias abastadas procurassem manter seu prestígio através do poder político-administrativo, iniciava-se uma ruptura na lógica social devido as transformações da base econômica e social da sociedade.¹⁸ Entretanto, apesar desse novo contexto socioeconômico do oitocentos possibilitar uma independência maior do indivíduo em relação à rede familiar, devemos considerar que nossa pesquisa é realizada no interior amazônico, onde a relação entre a família e as estruturas sociais são mais diversas e difíceis de dissociar, diferente das grandes cidades (Belém e Manaus) do final do século XIX e início do XX, onde as transformações socioeconômicas permitia uma maior influência do individualismo nas relações afetivas familiares. Desse modo, ao tratarmos do rio Madeira, região marcadamente rural, a família deve ser vista como um ponto de ligação entre os indivíduos e a sociedade, sendo responsável pela criação das teias e hierarquias sociais locais.¹⁹

Assim, através da reconstituição das relações familiares podemos entrever seu papel social e sua importância no processo de formação da sociedade brasileira, em especial as famílias de elite, que a partir do século XIX, mediante os vínculos matrimoniais e as relações de compadrio (analisados com profundidade nos capítulos II e III), “vão ter que se adaptar às novas condições socioeconômicas, ampliando suas redes de influência”.²⁰

Portanto, entendemos que no século XIX o sentido de família extrapolava os vínculos de consanguinidade, abarcando indivíduos que residiam ou não na mesma casa e os parentes de relações rituais. Pois, no oitocentos, o número cada vez maior de instituições, de posições políticas, o fortalecimento dos critérios de propriedade e riqueza, que no período colonial estava diretamente ligado ao nascimento e concessão, fez com que as famílias de elite tivessem que ampliar suas redes de influência.²¹

Logo, o casamento e o compadrio, ao envolver alianças familiares, acordos de negócios, projetos de poder e ascensão social, se torna um ato que envolve não apenas o casal, mas todo o seu grupo de parentesco. Como salientou Cristina Cancela, elementos como origem e

¹⁸ NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁹ GOODE, William. **The Family**. New Jersey: Englewood Cliffs, 1964, p. 08. In: BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do Oitocentos**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, 2012, p. 1.

²⁰ CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém-1870-1920)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2006, p. 30.

²¹ KUZNESOF, Elizabeth. *A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1880)*. **Revista Brasileira de História**, v.9, n.18 (1988/1989).

trajetória familiar se configuram como características de pertencimento e distinção nos círculos de elite.²² Dessa maneira, o casamento e as relações parentais formam uma rede de influência e poder que são importantes para a definição da posição na hierarquia de uma sociedade.

A partir disso, destacamos que a categoria conceitual de elite por nós trabalhado vai ao encontro as proposições de Flávio Madureira Heinz, para quem elite compreende as categorias ou grupos que parecem ocupar o topo da estrutura social, sendo “os dirigentes, as pessoas influentes, os abastados, ou os privilegiados.”²³ Conjuntamente, segundo o sociólogo suíço Giovanni Busino, o termo elite faz referência à “minoría que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais ou qualidades adquiridas.” No plural, a palavra “elites” classifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de seus cargos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade.²⁴

Ainda, o acompanhamento da trajetória individual e familiar que nos propomos só foi possível tendo o nome por fio condutor da pesquisa.²⁵ De modo que a utilização de tal metodologia deve guardar algum cuidado, visto que a significativa presença de homônimos e as mudanças de nomes que marcavam a vida de muitos indivíduos pode ocasionar erros ao longo do trabalho. Nesse sentido, a utilização e cruzamento de fontes diversas tem papel fundamental para a identificação dos indivíduos pertencentes a família Monteiro²⁶.

Assim, entendemos que no século XIX, os sentidos de família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos. Como salientou Graham, a proteção em troca de lealdade, imposta pelos laços familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relações consanguíneas e, em seguida, a um número igualmente grande ligações por meio de casamento. Pois, apesar de um pouco mais tênues, os vínculos de parentesco ritual também eram importantes. “Todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos nos governos, de tal modo que, por extensão, muitas vezes alguém se referia de forma figurada a um protegido como afilhado, e a seu protetor como padrinho”.²⁷

²² CANCELA, 2006, p. 31.

²³ HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 8.

²⁴ HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 8.

²⁵ GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

²⁶ A família Monteiro tem como figura central o patriarca José Francisco Monteiro, português que emigrou para o Brasil em 1840, tendo se constituído como elite na região do rio Madeira. Sua trajetória e de seu grupo será trabalhada nos Capítulos II e III.

²⁷ GRAHAM, 1997, p. 37.

Tendo em vista as características apresentadas acima, os agentes sociais que nos propomos analisar é composta principalmente por comerciantes e/ou seringalistas. Dessa forma, buscaremos compreender através de trajetórias individuais e coletivas as articulações e estratégias dos imigrantes portugueses no processo de inserção e ascensão social nas margens do rio Madeira. Levando em consideração as estratégias matrimoniais e as relações familiares que possibilitou uma parcela desses imigrantes fazerem-se elite, ocupando cargos na burocracia local, adquirindo patentes militares e tornando-se proprietários de terras. Agindo no sentido de garantir a sobrevivência biológica do grupo familiar, a manutenção, a perpetuação e o fortalecimento do status social de uma geração para outra, e um melhor controle do meio natural e social.

Capitulação

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos, sendo o primeiro dedicado ao perfil coletivo dos imigrantes portugueses, o segundo a trajetória de um imigrante e suas estratégias para fazer-se elite e, o terceiro, a trajetória de seus herdeiros na manutenção e fortalecimento do prestígio e poder familiar. A ideia é que no primeiro capítulo sejam apresentadas as tendências mais gerais acerca da migração portuguesa e da inserção dos migrantes na sociedade de destino, e que essas sejam matizadas, nos dois últimos capítulos, a partir do exame do estudo de caso da família Monteiro, primeiro com o patriarca e depois com os herdeiros.

No primeiro capítulo lançamos mão de uma série de habilitações consulares e de outras fontes de natureza diversa, para investigarmos diversos aspectos relacionados ao fenômeno migratório. A ideia para elaboração desse capítulo surgiu quando encontramos no jornal Amazonas descrições acerca de um conflito entre o súdito português Antônio Joaquim Pereira Socorro Valente e o subdelegado do distrito do Crato, Manoel Pereira de Sá. A principal acusação era de que o subdelegado perseguia por cerca de dois anos o comerciante Antônio Joaquim tirando-lhes seus trabalhadores indígenas. Tal foi a extensão do conflito que o comerciante português solicitou a interferência do vice-cônsul de Portugal na província do Pará, Joaquim Francisco Fernandes, junto ao presidente da província do Amazonas. Esta disputa pode ser entendida se levarmos em consideração que o comércio no rio Madeira era feito através das canoas de regatão, sendo estas conduzidas à remo por indígenas “recrutados” nos aldeamentos.

As acusações feitas por Valente culminaram na demissão de Manoel Pereira de Sá do cargo policial que ocupava na região. Contudo, diversos abaixo-assinados foram dirigidos ao

presidente da província do Amazonas, sendo que um deles nos chamou a atenção por se tratar de grupo de súditos portugueses “comerciantes e fabricantes de gomma elástica residentes no rio Madeira”.²⁸

Caso o presente embate não tivesse tomado essas proporções, não teríamos uma relação nominal tão valiosa de imigrantes portugueses no interior da província do Amazonas. Dos 35 nomes de portugueses envolvidos direta ou indiretamente no conflito entre Antônio Joaquim Pereira Socorro Valente e Manoel Pereira de Sá, conseguimos a partir do cruzamento nominativo encontrar 23 desses indivíduos nas habilitações consulares e/ou passaportes. Os demais agentes envolvidos, seja por não encontrarmos os nomes nas habilitações ou em alguns casos por terem homônimos, e por consequência não podermos ter certeza da sua identidade, preferimos não utilizar em nossa análise. Além destes, rastreamos nas habilitações consulares todos os portugueses que constavam como residentes, “seguindo” para o rio Madeira, ou mesmo os que encontramos como residentes na região após se habilitarem junto ao consulado, totalizando 91 trajetórias (ver anexo I).

A partir disso, elaboramos um questionário biográfico, com questões que foram aplicadas de forma padronizada à documentação e bibliografia referente a cada personagem do grupo delimitado, que possibilitou a construção da base de dados que direcionou nossa análise. O questionário biográfico foi composto considerando os seguintes marcadores: origem, faixa etária, sexo, condição civil, atividade profissional, redes de sociabilidade, alfabetização e propriedade de terras.

O capítulo está dividido em três seções. Na primeira delas, analisamos os seguintes aspectos do perfil dos portugueses do rio Madeira: origem geográfica, faixa etária, sexo, condição civil, atividade profissional e alfabetização. Na segunda delas, observamos os personagens de nosso grupo de análise que se beneficiou de redes de apoio familiares ou não, em seu processo de mobilidade e inserção social. Na terceira e última seção, nosso interesse incide em analisar como a atividade comercial esteve estreitamente ligada a ocupação da terra, de modo a perceber como os comerciantes portugueses que se tornaram seringalistas não formam trajetórias isoladas.

No segundo capítulo, investigamos a trajetória do português José Francisco Monteiro. A documentação para a presente discussão é vasta e diversa, porquanto, apesar da importância que José Francisco Monteiro e sua família adquiriu no rio Madeira e na província do Amazonas, não localizamos fontes importantes e tradicionais nos estudos de família, como testamentos e

²⁸ Amazonas (AM), 30 de junho de 1868, Anno II, Número 110, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/309>

inventários *post-mortem*. Contudo, os jornais, diários de viajantes, habilitações consulares e, principalmente, os livros de registros de batismo e casamento da paróquia de Humaitá foram imprescindíveis para o estudo das estratégias e alianças sociais que foram tecidas pela família Monteiro.

Esse capítulo se encontra dividido em quatro seções. Na primeira delas, remontamos as redes de negócios estabelecidas por Monteiro, tentando observar a lógica de ação do personagem na consolidação do poderio econômico na região madeirense. Na segunda seção, analisamos o estabelecimento das alianças familiares a partir das relações conjugais e do compadrio. Na terceira seção, o foco recai na atuação política e administrativa de José Francisco Monteiro, onde procuramos tecer considerações mais gerais acerca da ocupação de cargos políticos e na burocracia local, além da aquisição de patentes militares e títulos nobiliárquicos que conferiam distinção social. Já na quarta seção, intentamos visualizar as teias que entremeiam as redes de negócios aos vínculos familiares e de parentesco que, por conseguinte, foram essenciais para a conquista de poder e prestígio pelo imigrante português;

No terceiro capítulo, procedemos na reconstituição da trajetória dos “herdeiros” do patriarca José Francisco Monteiro. Nosso interesse incide em perceber a solidificação dos arranjos familiares, das alianças políticas e de negócios estabelecidas pelo patriarca intra e extra grupo parental. Esse capítulo se encontra dividido em apenas duas seções. Na primeira seção, o enfoque são os arranjos matrimoniais. Buscamos analisar de que modo o casamento foi utilizado, articuladamente, para constituir uma rede familiar e parental em torno dos Monteiro, construindo e solidificando os arranjos familiares, ou seja, os vínculos matrimoniais como estratégia de inserção social. Na segunda seção, adentraremos o universo dos descendentes homens de José Francisco Monteiro, procurando identificar como estes indivíduos se beneficiaram das redes de sociabilidade criadas e fortalecidas pelo patriarca para a ocupação de cargos e funções políticas e militares. De modo geral, intentamos perceber as estratégias familiares para manutenção e fortalecimento do prestígio e poder familiar.

CAPÍTULO I

UM ESTUDO PROSOPOGRÁFICO: OS IMIGRANTES PORTUGUESES NO RIO MADEIRA

Palavra mágica, o Brasil exercia ali um perene sortilégio e só a sua evocação era motivo de visões esplendorosas, de opulências deslumbrantes e vidas liberadas. Sujeitos ao ganha-pão diário, sofrendo existência mesquinha, os lugarejos sonhavam redimir-se, desde as veigas em flor ao dorso das serranias pelo ouro conquistado no país distante. Aquela ideia residia dentro do peito de cada homem e era gorgulho implacável até nos sentimentos dos mais agarrados ao terreno. Vinha já dos bisavós, de mais longe ainda; coisa que se herdava e legava, arrastando-se pela vida fora como um peso inquietante. Todas as gerações nasciam já com aquela aspiração, que se fazia incômoda, quando não se realizava. Acocorava-se no canto da alma, como um talismã, usável em momentos de desafio à sorte, ou como um bordão, para os instantes de soluções desesperadas.²⁹

O jornalista, poeta e romancista português José Maria Ferreira de Castro, empresta o mote inicial para a discussão desse capítulo. O autor nasceu em 1898, na pequena aldeia de Salgueiros, freguesia de Ossela, no distrito de Aveiro, região Norte de Portugal. Ainda jovem partiu rumo ao Pará, onde após curta estadia se dirigiu para o interior amazônico. Sua vida foi fortemente marcada pela imigração e pela experiência de trabalho no seringal Paraíso, situado no rio Madeira. Ferreira de Castro retratou em suas obras o anseio por emigrar presente no imaginário português devido ao reconhecimento popular do dinheiro dos emigrantes nos palacetes, ruas, pontes, estradas, que os chamados *brasileiros*³⁰ mandavam construir nas povoações de origem, e os altares e igrejas recuperadas através dos generosos donativos dos seus paroquianos.

Para entender a trajetória do jovem emigrante José Maria, temos que remontar sua história familiar ainda em Portugal. Filho de José Eustáquio Ferreira de Castro e Maria Rosa Soares de Castro, pequenos proprietários no lugar de Salgueiros, teve entre seus padrinhos de batismo José Maria Ferreira da Costa Pinto, irmão de sua mãe, solteiro e comerciante na cidade de Belém do Pará,³¹ onde enriquecera de tal forma que “tinha já duas quintas em Portugal.”³²

Assim como em outras trajetórias, o posto de primogênito permitiu que José Maria recebesse a educação primária, sendo que o ensino das primeiras letras era um investimento familiar que só na emigração e na atividade comercial tinha retorno. Contudo, em 1906, Ferreira

²⁹ CASTRO, José Maria Ferreira de. **Emigrantes**. 22ª edição da Guimarães & Ca Editores, Lisboa, 1980, p. 33.

³⁰ Portugueses que haviam emigrado para o Brasil e regressaram ricos.

³¹ Livro de Registro Paroquial da Freguesia de Ossela, referente ao ano de 1898, p. 16, registro 31. Disponível em: <http://digitarq.adavr.arquivos.pt/viewer?id=1167431>

³² CASTRO, José Maria Ferreira. **A Selva**. Guimarães editores: Lisboa, 1976, p. 36

de Castro ficou órfão de pai, tornando inviável o acesso à instrução secundária. Ademais, em seu lar vivia junto com outros quatro irmãos menores, deixados por José Eustáquio: Rita, Ludovina da Conceição, Matilde da Soledade e Mário Augusto. Como se não bastasse a morte do progenitor, sua mãe, Maria Rosa Soares de Castro, teve mais dois filhos, estes ilegítimos, cujo nascimento, na pequena aldeia de Salgueiros, deve ter dado origem a vários comentários, que prejudicavam socialmente a viúva e seus filhos.³³

Órfão, numa família empobrecida e em desagregação, sua história se confunde com milhares de outros jovens portugueses que em todas as aldeias próximas, em todas as freguesias das redondezas, possuíam o mesmo anseio de emigrar, “de ir em busca de riquezas a continentes longínquos. Era um sonho denso, uma ambição profunda que cavava nas almas, desde a infância à velhice. O ouro do Brasil fazia parte da tradição e tinha o prestígio duma lenda entre os espíritos rudes e simples”.³⁴

De acordo com o registro de batismo de Ferreira de Castro, seu padrinho e tio era comerciante e residia em Belém, no Pará. Todavia, no ano de 1900 o tio de José Maria veio a falecer, entretanto, ainda permaneceram na capital paraense seus irmãos, cunhados e primos. Assim sendo, o jovem Ferreira de Castro possuía em Belém certo número de parentes e conhecidos da família.³⁵

Uma década depois a família de José Maria recebeu a notícia da visita à Portugal do sócio comercial de algum de seus parentes, desse modo a família Castro, se dirige a Aveiro, em dezembro de 1910, para solicitar o passaporte do pequeno José junto a repartição competente do Governo Civil. Sua viagem foi marcada para o mês de janeiro do ano de 1911, saindo do porto de Leixões, que juntamente com a Barra do Douro e o Porto se caracterizava como um dos mais importantes portos de embarque para o Brasil.

Entretanto, nosso jovem emigrante não foi o único a ser levado para o Brasil, para se empregar no armazém dos comerciantes associados que o apadrinhavam. Em outros tempos, um jovem branco e letrado poderia facilmente principiar a carreira de comerciante nas cidades do Brasil. Infelizmente, Ferreira de Castro chegou em Belém num momento delicado para a economia da Amazônia, baseada na exploração da borracha, que com a entrada no mercado internacional da produção da Malásia, viram os preços da goma elástica começar a cair drasticamente, provocando a decadência econômica da região. Nesse momento histórico, pouco

³³ LETÍZIA, Maria Eva B. K. *José Maria Ferreira de Castro, uma vivência de emigrante nas terras do Brasil*. In: ALVES, Ricardo António. **Castriana: estudos sobre Ferreira de Castro e a sua geração**. N. 2 (2004)-. Ossela: C.E.F.C., 2004, p. 15.

³⁴ CASTRO, 1980, p. 32.

³⁵ O Jornal (PA), 27 de novembro de 1900, Anno I, Número 70, p. 3.

tempo após sua chegada, nosso emigrante ainda não havia conseguido emprego como caixeiro. Seu tio, mesmo com “a imagem da irmã, esquecida em Lisboa, velha e doída por aquele filho,” decidiu que “não podia estar ali a sustenta-lo toda a vida,” visto que, muito ele já tinha feito, o empregando “duas vezes e estava a dar-lhe cama, mesa e roupa lavada desde que o vira de novo sem trabalho.”³⁶

Conforme descreveu o romancista português, a cidade de Belém se constituía na sala nobre de toda a Amazônia, a sua grande porta para o mundo, por ela entravam os transatlânticos, que da Europa se dirigiam à Manaus e Iquitos. Foi da capital paraense, em abril de 1911, aproximadamente três meses da sua chegada, que o jovem emigrante José Maria, com menos de treze anos de idade, rumou para o distante seringal Paraíso, no rio Madeira. Tendo por companhia um numeroso grupo de nordestinos (maranhenses e cearenses) candidatos a seringueiros, embarcados juntamente com Ferreira de Castro no vapor de pequena cabotagem Justo Chermont, da companhia Amazon River, que regularmente subia as águas do Madeira.³⁷

Mesmo na sua decadência [**Belém**], era ainda a borracha que movia tudo aquilo, os navios de diferentes portes e os rebocadores de agudos silvos; os guindastes de compridos braços e as vagonetas sobre os carris brunidos ao longo dos cais, com um vaivém constante dos estivadores entre a beira da água e a fila dos “galpões”, vastos armazéns; e a borracha [...].³⁸ [grifo nosso]

Em sua condição de seringueiro José Maria foi conduzido até o segundo convés do Justo Chermont, lugar abarrotado de pessoas da “terceira classe” que se apertavam junto com caixas, fardos e barris cheios de produtos para o abastecimento dos seringais. Já o convés superior, era reservado aos passageiros de primeira classe, “lá se encontravam, ainda de chapéu na cabeça, entre malas e baús, muitos dos ditosos que iam fruir a volúpia daquela instalação: proprietários de seringais, funcionários do estado e ricos bolivianos de volta à terra nativa.”³⁹ Desta maneira, os conveses dividiam a embarcação em pisos, que correspondiam a estratificação socioeconômica dos passageiros.

Após escala em Manaus, o Justo Chermont se dirigiu as águas do Madeira, vez ou outra, aportava nas localidades que havia nas margens do rio, como Borba, Manicoré e Humaitá. Eram povoações modestas, onde “o capim atapetava as ruas, às casas de telha sucediam-se as de

³⁶ LETÍZIA, 2004, p. 26; CASTRO, 1976, p. 36.

³⁷ LETÍZIA, 2004, p. 28; CASTRO, 1976, p. 38; Correio do Norte: Órgão do Partido Revisionista do Estado do Amazonas (AM), 30 de abril de 1911, Anno III, Número 679, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/228095/2643>

³⁸ CASTRO, 1976, p. 39

³⁹ CASTRO, 1976, p. 43.

palha.”⁴⁰ Ao desatracar do porto de Humaitá, localizado na margem esquerda do rio, o navio rumou para a margem direita, visto que a localidade Paraíso estava próxima de Humaitá.

O seringal desvendava-se agora totalmente: em linha reta erguiam-se três barracas, logo dois casarões de madeira e telha. um, revés à terra, que devia ser pasto das águas em ano de enchente grande; o outro, muito comprido, ladeado por uma varanda, fixava-se em paliçada, para se libertar das inundações. pelo porte, tamanho e pinturas, indicava a residência do amo e sede da exploração do seringal.⁴¹

José Maria Ferreira de Castro, permaneceu por quase quatro anos trabalhando no seringal, seja na condição de seringueiro ou de guarda livros. Foi a partir dessa experiência que retratou, no romance *A Selva*, as mazelas sociais dos povos amazônicos. Em 1914 retornou à cidade de Belém, onde trabalhou como marinheiro num barco de cabotagem, colando cartazes nas ruas, e por fim, atuou como jornalista, tendo fundado e redigido o jornal semanário “Portugal”. Após quatro anos exercendo diversas atividades profissionais, em 1918, com vinte anos de idade, se habilitou junto ao Consulado, tendo declarado exercer a profissão de jornalista. Um ano depois, embarcou para Portugal, sem as condições econômicas que visava alcançar no Brasil foi se estabelecer no Porto, na maioria das vezes, destino dos menos abastados.⁴²

Ao iniciar o século XX, o seringal Paraíso era a terceira mais importante propriedade extrativista da região madeirense, depois dos seringais Três-Casas e Mirari, o último pertencente à família do Comendador José Francisco Monteiro, trajetória que trabalharemos adiante. Antes de pertencer a família do maranhense Sizino Mariano Dioclecio Monteiro, o seringal imortalizado por Ferreira de Castro, foi ocupado inicialmente pelo seringalista boliviano D. Santos Mercado, que nos idos de 1860, juntamente com muitos outros bolivianos desceram as águas do Beni para explorar a borracha nas margens do Madeira.

Assim como outros rios da Amazônia, com a expansão da economia da borracha na segunda metade do século XIX, o rio Madeira passou a ser visitado e explorado, pois ali estavam situadas áreas ricas em borracha natural e extensos castanhais. Em decorrência dos interesses públicos e privados na região, ligados a nível macro ao avanço do capitalismo na

⁴⁰ Idem, p. 82-83.

⁴¹ Idem, p. 83-84.

⁴² Habilitação consular José Maria Ferreira de Castro. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 7429. Habilitação 2939. Imagem p1070447. Data da habilitação: 06/05/1918; BAZE, Abrahim. **Ferreira de Castro – um imigrante na Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2010, p. 42; *Jornal do Commercio (AM)*, 6 de junho de 1971, Anno LXVI, Número 20.717, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/170054_01/157708.

Amazônia, a ocupação do rio Madeira teve sua dinâmica própria e historicidade específica, sendo que o avanço da fronteira extrativista esteve diretamente ligado ao desenvolvimento do comércio, este realizado principalmente por imigrantes portugueses.

Assim, o objetivo desse capítulo é analisar o perfil dos imigrantes portugueses no rio Madeira, chegados preferencialmente no século XIX, período da vinda e estabelecimento dos primeiros imigrantes na região, no momento de expansão da economia da borracha. Isso será possível mediante o estabelecimento de um diálogo com a micro-história italiana, e fazendo uso das ferramentas metodológicas da prosopografia. Desse modo, iremos traçar o perfil coletivo de 91 portugueses, reconstruindo trajetórias individuais e de grupo.

A análise tem suporte nas habilitações consulares e nos registros de passaportes, que abarcam o período de 1858 a 1918. A partir desses registros, elaboramos um questionário biográfico que responde questões relativas à origem, faixa etária, sexo, condição civil, atividade profissional, alfabetização, redes de apoio e propriedade de terras.

1.1. Perfil dos portugueses no rio Madeira

Levando em consideração o século XIX, período da imigração em massa, o perfil do imigrante português era descrito essencialmente, como indivíduos de origem pobre, pequenos proprietários, vindos principalmente da região norte de Portugal, e representados de forma preconceituosa como o imigrante de pouca capacidade intelectual.⁴³ Nesse sentido, objetivamos analisar nesse tópico os seguintes aspectos do perfil dos portugueses do rio Madeira: origem geográfica, faixa etária, sexo, condição civil, atividade profissional e alfabetização. De modo que possamos investigar permanências e rupturas nas tendências gerais da imigração portuguesa.

1.1.1. Origem geográfica

Reproduzindo no contexto local o mesmo fenômeno apresentado em outras áreas do Brasil, no século XIX e início do XX, os estados do Pará e Amazonas foram locais de destino de inúmeros imigrantes portugueses que afluíam aos milhares para o Brasil.⁴⁴ Para compreender

⁴³ TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa et al. **Em busca das “patacas” patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2016.

⁴⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Migração, trabalho e etnicidade. Portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920*. **Varia Historia**, v. 30, n. 54, p. 807-826, 2014.

este fenômeno faz-se necessário revisitar o contexto sociocultural da região nortenha de Portugal, de onde provinha a maioria dos emigrantes.⁴⁵

O noroeste português se constituiu historicamente como zona de pequenas propriedades rurais dedicadas a agricultura e, portanto, possuía no oitocentos um excedente considerável de mão de obra nas unidades familiares. Numa região onde a terra era escassa e a população crescia exponencialmente desde o século XVIII, era imperativo manter uma relação constante e harmônica entre o binômio população e recursos. Assim sendo, gerações sucessivas de portugueses nascidos no noroeste português emigraram para o Brasil.

Este fluxo migratório estava inserido num processo mais amplo das grandes migrações europeias, no entanto, assumiu configurações específicas dado o processo de continuidade da política colonial portuguesa, porquanto, desde o século XVIII a corrente migratória ligava o Norte português ao Brasil, principalmente as províncias do Douro e Minho, em específico o distrito do Porto, área privilegiada nos transportes com o Brasil e centro polarizador do dinamismo econômico do Norte.⁴⁶

Esse processo de mobilidade deve ser percebido a partir de uma teia de relações entre os dois pólos, “que se configura num ‘modelo de informação’, sobre o qual se tomam as decisões pessoais/familiares e se estruturam as representações e comportamentos coletivos.”⁴⁷ Todavia, não podemos desconsiderar o papel do agente individual, em outras palavras, por muitas que sejam “as condicionantes externas à sua decisão - trate-se de um contexto económico ou do contexto social de acção -, é a racionalidade individual que, no limite, conjuga (diferenciadamente) estas envolventes e promove a decisão de mobilidade”.⁴⁸

Uma vez que a emigração nortenha para o Brasil possui raízes no século XVIII, é preciso considerar os fatores de atração/repulsão que em diferentes períodos desencadeiam o fluxo migratório.

[O Brasil] desde os primeiros tempos da independência, particularmente depois de 1830, quando das primeiras ameaças ao tráfico negreiro, que o Brasil procurava europeizar a sua mão-de-obra e, a partir de iniciativas particulares numa

⁴⁵ TAVARES, 2016, p. 55-56.

⁴⁶ ALVES, Jorge Fernandes – *Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal*. In: **Os Brasileiros da Emigração**. Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999, p. 233-247.

⁴⁷ ALVES, Jorge Fernandes. **Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista**. (Dissertação). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, p. 406.

⁴⁸ PEIXOTO, 2004, p. 13.

primeira fase e do Estado depois dos anos 50, promovia uma atracção de imigrantes europeus, sob a figura contratual de locação de serviços.⁴⁹ [grifo nosso]

Na Amazônia, a segunda metade do século XIX foi caracterizada pelo crescimento do comércio da goma elástica. Em 1856, a borracha ultrapassou o pirarucu seco como principal produto da província do Amazonas, se consolidando ao longo do século XIX e início do XX.⁵⁰ Entre os imigrantes portugueses que residiram no rio Madeira, oitenta e três (83) indivíduos chegaram após 1850, ou seja, período de expansão da economia gomífera, e apenas oito (8) chegaram na primeira metade do século XIX. Tal foi a importância da migração portuguesa para a região que, na década de 1860, o Madeira era o único rio da província do Amazonas a ter um agente procurador do consulado português,⁵¹ o comerciante e seringalista Joaquim José de Almeida Costa.⁵²

Entretanto, conforme apontado por Luiz Valente Guimarães, o início do século XIX foi marcado por um constante fluxo migratório, a diferença foi o menor controle burocrático do Estado português sobre a emigração.⁵³

O historiador português Jorge Fernandes Alves, ao estudar a emigração do Norte de Portugal para o Brasil, chama a atenção para o fato da migração estar integrada num conjunto de estratégias de sobrevivência e reprodução social de muitas famílias da região nortenha, e representou um mecanismo essencial de acomodação e estabilidade entre a escassez de recursos e o constante crescimento populacional. Muitos partiram em busca de riquezas e oportunidades de vida das quais estariam privados se permanecessem junto a família, pois o sistema de herança e propriedade vigente em Portugal beneficiava os filhos mais velhos, através da instituição do terço e do regimento de propriedade baseados nos prazos de vida.⁵⁴

⁴⁹ ALVES, Jorge Fernandes - **Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa**. Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p.120.

⁵⁰ FONSECA, Dante Ribeiro da. **Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia**. Belém: 2004. 507 p. 2 vols. Tese (Doutorado em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2004.

⁵¹ Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial (PA), (Edições de 1868, 1869, 1870, 1871 e 1873). 1868, p. 42. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705985/50>

⁵² Habilitação consular Joaquim José de Almeida Costa. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 1214. Habilitação 634. Imagem p1430135. Data da habilitação: 30/05/1859.

⁵³ GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. **De chegadas e partidas: migrações portuguesas no Pará (1800-1850)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará, 2016.

⁵⁴ ALVES, Jorge Fernandes – *Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal*. In: **Os Brasileiros da Emigração**, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999, p. 233-247; SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Uma história de despedidas: a emigração portuguesa para o Brasil (1822-1910)*. **Revista de Ciências Humanas**, n. 27, p. 29-56, 2000.

No entanto, antes de adentrarmos a análise das regiões de origem dos indivíduos que integram nossa base de dados é preciso compreender a divisão administrativa portuguesa no século XIX. A divisão administrativa de Portugal manteve as multisseculares *comarcas* até 1832-1834, dando lugar em 1833-1835 as *províncias*. Contudo, como apontado por Fernando de Sousa, ao iniciar o século XIX a divisão regional tradicional do território português continental era em 6 províncias (Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve), porém, desde o século XVI, não possuía qualquer sentido, a não ser no plano histórico e geográfico.⁵⁵

A partir de 1835 a divisão administrativa do país passou a compreender um conjunto de *distritos* que ajuntavam certo número de *concelhos* e estes formados pelas *freguesias*. Apesar disso, a divisão das antigas *províncias* perdurou, pois revelavam na sua delimitação limites territoriais e históricos resultantes da própria ocupação do território e dos reveses políticos que passaram.⁵⁶ Após a reforma administrativa liberal ocorreu uma ampliação das chamadas *províncias*, estas compostas por dois ou três distritos, à exceção do Algarve: Minho (Braga e Viana do Castelo), Trás-os-Montes (Bragança e Vila Real), Douro (Porto e Aveiro), Beira Alta (Guarda e Viseu), Beira Baixa (Coimbra e Castelo Branco), Estremadura (Leiria, Lisboa e Santarém), Alentejo (Évora, Beja e Portalegre), Algarve (Faro), vale acrescentar os Açores (Ponte Delgada) e Madeira (Funchal).

⁵⁵ SOUSA, Fernando de & ROCHA, Ricardo. **O Distrito de Bragança (1835-2011)**. cf: <http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/o-distrito-de-braganca-1835-2011/distrito-de-braganassa-pdf>. Acessado em: 8 de janeiro de 2018

⁵⁶ SERRA, João B. *Os poderes locais: administração e política no primeiro quartel do século XX*. In: **História dos Municípios e do Poder Local, dos Finais da Idade Média à União Europeia**. Lisboa, Círculo de Eleitores, 1996; SOUSA, Fernando Alberto Pereira de. **A população portuguesa nos inícios do século XIX**. Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Universidade do Porto, 1979, p. 9-11.

Mapa 2: Distritos de Portugal e Ilhas



Fonte: <https://bombeiros.pt/mapa/>. Acessado em 24 de dezembro de 2017.

O distrito de Setúbal, que na imagem acima se encontra em branco, foi o único não criado pela reforma de 1835, sendo autonomizado apenas em 1926.

Entender as divisões das *províncias* do território português é de suma importância para compreender o presente trabalho, visto que para a organização dos imigrantes conforme sua origem geográfica, consideramos a organização histórico-geográfica a partir das *províncias* e não dos *distritos*. Isso se deve a estrutura de nossa principal fonte, as habilitações do consulado português no Pará, que durante o século XIX, mais especificamente entre os anos de 1858 e 1896, utilizou a seguinte estrutura para saber a origem do imigrante português: natural de, província, bispado, concelho e freguesia. Tal estrutura documental só foi alterada em fins do século XIX, sendo dividida em: natural da freguesia, concelho, distrito e bispado.

Segundo Herbert Klein, aproximadamente dois milhões de portugueses emigraram para o Brasil após sua independência em 1822.⁵⁷ Avalia-se que mais de 1.200.000 portugueses tivessem chegado ao Brasil entre 1822 e 1950, destes supõe-se que 80% sejam originários do Norte português.⁵⁸ Inúmeras são as explicações dadas pela historiografia acerca do intenso deslocamento durante o século XIX, algumas já expostas acima, porém, alguns estudos têm

⁵⁷ KLEIN, Herbert. *A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX*. *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993, p. 265.

⁵⁸ SOUSA, *op. cit.* p. 30.

abordado “as causas” do ponto de vista da multiplicidade de fatores, ao invés de aceitar uma única motivação.

No âmbito regional, nos últimos anos diversos pesquisadores têm trabalhado com a temática da migração portuguesa para o Pará, porta de entrada para toda a região amazônica. Estes estudos se deram a partir de diversas abordagens e baseados em importantes fontes históricas, entre estas as Habilitações Consulares, Registros de Passaportes e Inventários *post-mortem*.⁵⁹ Tendo por base os passaportes e as Habilitações Consulares foram possíveis identificar a procedência dos imigrantes portugueses residentes no rio Madeira.⁶⁰

Tabela 1: Províncias de origem dos imigrantes portugueses no rio madeira (1858-1918)

Província de Origem	Nº de Imigrantes
Minho	11
Douro	48
Beira Alta	9
Beira Baixa	8
Estremadura	4
Trás-os-Montes	6
Algarve	2
Açores	2
Madeira	1
Total	91

Fonte: Habilitações consulares (1858-1918) e Registros de passaportes do Porto (1839-1888)

⁵⁹ FONTES, Edilza. **Preferem-se português (as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)**. Tese de Doutorado, São Paulo, Unicamp, 2002.; CARVALHO, Marcos Antônio de. **Bebendo açai comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX**. 2011. Tese (Doutorado em História) Porto/Portugal, Universidade do Porto/Faculdade de Letras/Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, 2011.; GUIMARÃES, *op. cit.*; TAVARES, *op. cit.*

⁶⁰ Sobre o uso das habilitações consulares, suas potencialidades e seus limites para o estudo da imigração portuguesa, ver: DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, João Santos. *Entre fluxos, fontes e trajetórias imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920)*. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 1, 2016.

Os dados expostos acabam por corroborar com uma historiografia já consolidada, de que a maior parte dos imigrantes portugueses procediam da região Norte, especialmente as províncias do Douro (48), Minho (11), Trás-os-Montes (6) e Beira Alta (9). Observe-se que estes dados guardam semelhanças com os apresentados por Marília Emmi que tendo analisado o período de 1858 a 1860, concluiu que dos 698 imigrantes habilitados chegados no período, cerca de 72,21% eram oriundos das províncias do Minho e Douro.⁶¹

As habilitações apontam um número mínimo de indivíduos saídos da região Sul. Se somarmos o número de saídas do Algarve (2) e Estremadura (4) teremos um total de 6 imigrantes, de um total geral de 91 indivíduos analisados.

Observa-se que do Alentejo não há nenhum imigrante, entretanto, a emigração do Sul de Portugal não foi nula, e no decorrer da segunda metade do século XIX aumentou progressivamente. Lugares antes não acostumados como a emigração direta (pois sempre houve emigração por etapas, com deslocações para o litoral e emigração posterior), como Algarve e Alentejo, agora se inserem em um processo que anteriormente abarcou principalmente a região Norte, entretanto para a Amazônia temos poucos registros de imigrantes provenientes do extremo Sul de Portugal⁶²

Fazendo um breve apanhado, seriam as condições descritas a seguir que possibilitaram a intensa corrente migratória para o Brasil no oitocentos: o aumento da população portuguesa, “a formação de relações capitalistas na agricultura, na pesca e no artesanato, a não absorção da mão de obra pelo mercado e a indústria lusa, o limite de terra das famílias e as dificuldades de herança”, pois eram regiões de minifúndios marcadamente rural onde a emigração assumiu papel decisivo nos mecanismos de reprodução social. Associe a isso, “a facilidade de transporte de navios e trens, a maior liquidez econômica e o apelo das cidades de destino”.⁶³

1.1.2. Faixa etária, sexo e condição civil

Conforme destacou Jorge Fernandes Alves, muitas famílias, conscientes ou inconscientemente, faziam com que a saída regular de alguns de seus filhos com destino ao

⁶¹ EMMI, Marília Ferreira. “A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do XX: O caso dos Portugueses” Trabalho apresentado no **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, Caxambú-MG-Brasil, 20 a 24 de setembro de 2010, p. 9.

⁶² ALVES, 1999, p. 240.

⁶³ DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, João Santos. *Entre fluxos, fontes e trajetórias imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920)*. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 1, 2016, p. 234

Brasil tivesse um papel indispensável para a manutenção da estabilidade da unidade produtiva familiar baseada na pequena propriedade.⁶⁴ Desse modo, a emigração portuguesa para o Brasil teve um alto contingente de indivíduos com idades menores de 25 anos.

No que diz respeito a política emigratória é essencial verificar as motivações para alta concentração de emigrantes menores. Conforme a historiografia tem mostrado, a legislação portuguesa, atenta às especificidades dos diferentes grupos sociais que tinham interesse em emigrar, conferia tratamento diferenciado, de acordo com o gênero, bem como a faixa etária à qual os emigrantes pertenciam no momento da requisição do passaporte. No caso de o indivíduo pertencer ao gênero masculino, a primeira exigência feita pelo Serviço de Passaportes era de que este comprovasse que era maior de 25 anos, ou que estava emancipado e tinha cumprido os preceitos referentes à lei do recrutamento.⁶⁵

De maneira efetiva, os estudos do fenômeno emigratório português que enfocam a segunda metade do século XIX corroboram essa ideia. Ao analisar a faixa etária dos emigrantes portugueses Joel Serrão destacou que a maioria era de homens jovens com idade inferior a 14 anos.⁶⁶ Ao analisar a migração do Porto no século XIX, principalmente na primeira metade, Alves assinala que o emigrante mais comum era o jovem, entre 13 a 18 anos de idade. Esse perfil só vai sofrer alteração a partir de meados da década de 1870, quando ocorreu uma generalização a todas as idades da fase adulta, embora a corrente migratória de jovens ainda fosse significativa.⁶⁷

Assim, a técnica da observação pela distribuição dos grupos em faixas etárias é a mais adequada para termos uma perspectiva da idade do imigrante português. Tendo por base a idade contida nos passaportes, e em outros casos a idade constante no ano da habilitação, cruzando com o ano de chegada ao Brasil, foram feitos cálculos para obter aproximadamente a idade de chegada dos imigrantes ao território brasileiro. Vejamos as estimativas na tabela a seguir.

⁶⁴ Alves, Jorge Fernandes – *Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal*. In: **Os Brasileiros da Emigração**, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999, p. 233-247; SCOTT, 2000, p. 32.

⁶⁵ BOSCHILIA, Roseli. **Pequenos viajantes: reflexões sobre o deslocamento de menores da região norte de Portugal para o Brasil no século XIX**. Cf: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/portugal-e-as-migracoes-da-europa-do-sul-para-a-america-do-sul/pequenos-viajantes-reflexoes-sobre-o-deslocamento-de-menores-da-regiao-norte-de-portugal-para-o-brasil-no-seculo-xix>. Acessado em: 30 de janeiro de 2018.

⁶⁶ SERRÃO, Joel. **A emigração portuguesa: sondagem histórica**. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 1974, p. 123.

⁶⁷ ALVES, 1993, p. 221-225.

Tabela 2: Estimativa da idade de chegada

Idade	Quantidade
Menores de 9 anos	2
10 a 19 anos	40
20 a 29 anos	29
30 a 39 anos	11
Acima de 40 anos	6
Sem informação	3
Total	91

Fontes: Habilitações consulares (1858-1918) e Registros de Passaportes do Porto, Aveiro, Lisboa, Coimbra, Viseu, Visco, Braga, Vila Real e Viana do Castelo.

A maioria dos portugueses residentes no rio Madeira, chegaram ao Brasil com pouca idade, entre 10 a 19 anos (40), sendo logo seguidos pelos que aqui aportaram tendo entre 20 a 29 anos (29). Falamos em chegados ao território brasileiro, pois seis (6) indivíduos (Eduardo Joaquim Galdo, Candido de Souza Lobo, Francisco Fernandes de Miranda, Manoel Maria de Moraes, Antônio Joaquim Pereira Socorro Valente e José Francisco Monteiro) não vieram diretamente para o Pará, tendo passado por locais como Paraíba, Pernambuco e Maranhão. Podemos aferir que, com o crescimento da economia gomífera, portugueses que estavam em outras regiões do Brasil acabaram por migrar para áreas em crescimento, como o Amazonas, Pará e demais regiões amazônicas.

Todavia, se consideramos as idades informadas no momento da habilitação consular teremos uma mudança quantitativa nos grupos etários. Sendo que na idade entre 20 a 29 anos se concentrará 34 imigrantes, em seguida entre 10 a 19 anos com apenas 22 imigrantes, de 30 a 39 anos com 17 indivíduos, acima de 40 anos um total de 11 indivíduos e por último um imigrante de 9 anos de idade. Totalizando 85 personagens de 87 registros consulares, sendo que dois não informaram a idade no momento da habilitação. Nossos dados estão em consonância

com o estudo de Cristina Cancela e João Cosme, que ao analisarem um total de 10.576 registros consulares, concluíram a partir da idade constante nas habilitações, que os imigrantes portugueses ‘chegavam’ maiormente na idade entre 20 a 29 anos (43%), sendo que os mais jovens, entre 15 e 19 anos de idade também migravam expressivamente (13%), assim como aqueles nas faixas etárias mais altas entre 30 a 34 anos (16%).⁶⁸

Tabela 3: Idade das habilitações consulares

Idade	Quantidade
Menores de 9 anos	1
10 a 19 anos	22
20 a 29 anos	34
30 a 39 anos	17
Acima de 40 anos	11
Sem informação	2
Total	87

Fonte: Habilitações consulares (1858-1918).

Se observarmos as estimativas baseadas nos passaportes e habilitações, os dados nos mostram que havia um lapso de tempo entre a data de chegada do imigrante e o registro consular. Usualmente, eles demoravam vários meses ou anos para fazê-lo. Tomemos como exemplo o negociante residente na vila de Borba (rio Madeira), Joaquim José de Almeida Costa, natural de São Pedro do Sul, província de Beira Alta, chegado ao Pará vindo de Lisboa no ano

⁶⁸ DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, 2016, p. 240.

de 1838, com 25 anos de idade, se habilitou junto ao consulado somente no ano de 1859, agora com 46 anos.⁶⁹

Isso pode ser explicado tendo em vista que as habilitações dizem respeito aqueles portugueses que se deslocaram ao consulado para fazer o registro, de modo que essas pessoas tiveram “maior recurso para pagar os emolumentos e taxas exigidas pelo consulado, ou maior interesse em regulamentar sua naturalização portuguesa, e meios para fazê-lo”.⁷⁰ Em que pese o fato de que esses imigrantes haviam adquirido certa expressão na província, com negócios e cargos públicos.

Ainda, se levarmos em consideração o capital humano (escolarização, formação e experiência profissional) e seu mapa de custos e benefícios,⁷¹ “as deslocações envolvem um investimento do agente no seu próprio potencial produtivo, ou no da sua unidade familiar cujos resultados só podem ser atingidos a prazo”.⁷² Desse modo, a existência de uma atitude de investimento explica as razões da migração diminuir com a idade, pois quanto maior esta for “menor o período em que o investimento poderá ser compensado; ou esclarece certas situações de ‘imobilidade’: a aposta no futuro (passando, por vezes, por mais educação) pode fazer com que um agente não migre, mesmo quando está desempregado e tem oportunidade de emprego noutra local”.⁷³

Outro ponto importante para a composição de um perfil da imigração é a questão do gênero. Delimitado quantitativamente a emigração portuense para o Brasil, e por consequência o Pará é caracterizada predominantemente pela emigração jovem do sexo masculino. Em nossa análise a maioria esmagadora dos imigrantes é composta por homens (89) e uma minoria de mulheres (2). As duas mulheres habilitadas junto ao consulado, Maria Ferreira e Ana de Jesus Ferreira, procedentes do Porto, chegaram em fins da década de 1880.⁷⁴

⁶⁹ Habilitação consular Joaquim José de Almeida Costa. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 1214. Habilitação 634. Imagem p1430135. Data da habilitação: 30/05/1859.

⁷⁰ DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, 2016, p. 246.

⁷¹ “Como indica Sjaastad (1962: 83), a migração pode ser tratada “(...) como um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos, um investimento que possui custos, mas que também envolve retornos”. Os custos do “investimento” realizado numa situação migratória são vários: procura de informação (gastos de tempo e dinheiro - informação sobre novas oportunidades profissionais e infra-estruturas várias, incluindo formação e aprendizagem); custos de deslocação; custos de adaptação (aprendizagem de nova língua e cultura; criação de novas redes de apoio; custos de afastamento do meio de origem). Os benefícios da migração passam, em contrapartida, pelo aumento de rendimentos, dada a melhoria da produtividade individual permitida pela mudança.” In: PEIXOTO, 2004, p. 16.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ PEIXOTO, 2004, p. 17.

⁷⁴ Habilitação consular Maria Ferreira. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 5760. Habilitação 6187. Imagem p1510468. Data da habilitação: 06/05/1885; Habilitação consular Ana de Jesus Ferreira.

Segundo Alves, até 1851, a emigração feminina para o Brasil raramente chegou a 100 unidades, somente no final da década de 1880 é que a emigração feminina do Porto chegou na casa do milhar.⁷⁵ Ressalta-se que este aumento se deve às transformações estruturais da corrente emigratória, com um peso crescente do elemento familiar, daí que uma parte substancial do sexo feminino seja composto por crianças de tenra idade, numa emigração passiva que acompanha a movimentação do núcleo conjugal.⁷⁶

Estes são os casos de Eduardo Joaquim Galdo, Antônio Moutinho e Maria Ferreira. O primeiro veio acompanhado de sua mulher Guilhermina Nunes e sua filha Carlota de 5 anos, o segundo veio com sua mulher Ana do Sacramento, de 53 anos, e suas filhas Ana, Theresa, Esperança e Margarida, menores de 18 anos, e por último, Maria Ferreira, que veio acompanhada de seus filhos, Ignácio, de 8 anos, Locadia, de 6 anos, Francisca, de 4 anos e Antônio, de 9 anos de idade, este último habilitado junto ao consulado.⁷⁷

Se acrescentássemos as mulheres que aparecem na documentação na categoria de esposas e filhas, o percentual da imigração feminina se elevaria. Em nosso caso temos um total de 11 mulheres. Assim, podemos afirmar que apesar de minoritária, a migração feminina para o Brasil, e por consequência a Amazônia, foi significativa. Contudo, por virem em sua maioria na condição de esposas e filhas, não foram mencionadas nas fontes de que dispomos.

Além da origem, idade e gênero, o processo migratório “assume significados e consequências diferentes segundo a distribuição dos fluxos pelas categorias do estado civil, dada a diversa funcionalidade que é atribuída socialmente a cada uma delas.”⁷⁸

As informações contidas nas 87 habilitações de que dispomos permitiram identificar um maior número dos que se declaravam solteiros (52 pessoas), comparados aos casados (33 pessoas) e em menor quantidade os viúvos (2 indivíduos).⁷⁹ Ainda houve aqueles que não

Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 6282. Habilitação 6573. Imagem p1510853. Data da habilitação: 24/12/1888.

⁷⁵ ALVES, Jorge Fernandes. *Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista*. In: PEREIRA, MIRIAM HALPERN *et al* (eds.). **Emigração/Imigração em Portugal**. Lisboa, Fragmentos, 1993, p. 210.

⁷⁶ ALVES, 1993, p. 84

⁷⁷ Fonte: Habilitação consular Eduardo Joaquim Galdo. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 3805. Habilitação 4896. Imagem p1510177. Data da habilitação: 18/09/1878; Habilitação consular Antônio Moutinho. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 6280. Habilitação 6571. Imagem p1510851. Data da habilitação: 24/12/1888.

⁷⁸ ALVES, 1993, p. 215.

⁷⁹ “Os homens que se declararam solteiros compunham a maior parte (69%), comparados ao número de casados (26%) e ao de viúvos (2%). Entre as poucas mulheres encontradas nos registros, a maioria era solteira (70%), um número menor declarou ser casada (13%) ou viúva (8%).” In: DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, *op. cit.* p. 240-241.

indicaram sua condição civil, apenas 1 sujeito. De acordo com Alves, a emigração em que os solteiros preponderam pode aliar-se aos dispositivos de exclusão de herdeiros, às táticas de distribuição social a que nos vimos referindo, quando a emigração é a via adotada no momento de saída da casa paterna, ocorrendo num momento mais ou menos consensual, geralmente num processo desencadeado por parentes que já migraram.⁸⁰ Lembremos do exemplo de José Maria Ferreira de Castro, que após o falecimento de seu pai e o número expressivo de filhos que sua mãe teve, encontrou na migração para o Brasil uma forma de manter o equilíbrio da unidade familiar, se beneficiando de um rede familiar que possibilitou a mobilidade.

Entretanto, ao analisar a distribuição dos emigrantes da região nortenha de Portugal, de 1835 a 1950, Fernando Sousa concluiu que 43,3% dos que saíram para o Brasil eram casados, 38,7% solteiros e 2,9% viúvos.⁸¹ Neste caso, o sentido é outro, se, uma vez já estabelecido, o homem casado e/ou a família em conjunto, se veem forçados a emigrar, deixando para trás as terras ou outro tipo de patrimônio, por venda ou por penhora, o motivo são as “estruturas sociais e/ou produtivas, no seu conjunto, ou graves crises conjunturais, que levam o emigrante a abandonar o meio onde decidira estabelecer-se, na expectativa de melhorias em local diferente.”⁸²

Não obstante, lembramos que muitos portugueses podem ter chegado ao Pará solteiros e entre o ano de chegada e o registro consular terem contraído matrimônio. Para darmos apenas um exemplo do que estamos tratando, este é o caso do comerciante residente na freguesia de Canumá (rio Madeira) Pedro Pires Cardoso, natural da província de Trás-os-montes, chegado ao Pará vindo do Porto no ano de 1847 com 24 anos de idade e se habilitou no ano de 1862, declarando ser casado.⁸³ Todavia, no rastreamento de sua trajetória encontramos o registro de passaporte onde declarou ser solteiro.⁸⁴

Desse modo, o casamento e as relações familiares tornam-se uma estratégia eficaz de inserção na sociedade local. Esses são os casos dos comerciantes Manoel Pereira Gonçalves, João Ventura Ferreira, João de Almeida Monteiro, Antônio Monteiro da Costa e outros, que serão analisados no decorrer desse trabalho. Vale salientar que esses indivíduos se destacaram

⁸⁰ ALVES, 1993, p. 215.

⁸¹ SOUSA, 2008, p. 33.

⁸² ALVES, *op. cit.* p. 215-216.

⁸³ Habilitação consular Pedro Pires Cardoso. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 366. Habilitação 1289. Imagem p1470946. Data da habilitação: 16/06/1862

⁸⁴ Registro de passaporte Pedro Pires Cardoso. Arquivo Distrital do Porto. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”. Código: 556. Livro 14, p. 96v, número de registro: 1180. Data do registro: 11/01/1847.

não apenas pelas alianças familiares, mas pela projeção que alcançaram no meio social, pelos rendimentos e credibilidade, estes possibilitados em maior parte pela atividade comercial.⁸⁵

1.1.3. *Atividade profissional e alfabetização*

Nas chamadas “atividades comerciais” poderiam se enquadrar proprietários de firmas, empregados, auxiliares no comércio, ambulantes, livreiros, caixeiros e guarda-livros. Segundo a fala do cônsul português em 1916, “nas cidades do Norte, a quase totalidade do comércio é português.”⁸⁶ Apesar disso, os imigrantes portugueses no Pará, vincularam-se a diversas atividades, porém, tiveram nas profissões relacionadas ao comércio uma maior inserção.

Dos 87 portugueses residentes no rio Madeira que declararam a profissão ao fazer o registro consular, 48 indivíduos desempenhavam funções relacionadas ao comércio. Se analisarmos o total geral, considerando as informações das fontes auxiliares, dos 91 indivíduos, cerca de 56 estavam envolvidos diretamente na atividade comercial. A guisa de comparação, Cristina Cancela e João Cosme quantificaram de 10.576 indivíduos habilitados cerca de 46,4% de imigrantes portugueses exercendo atividade comercial.⁸⁷

Contudo, salientam que a maior parte dos registros consulares eram de pessoas envolvidas com o comércio e que, portanto, poderiam ter mais recursos, patrimônio e interesse na regularização junto ao Consulado. Pois, uma das funções do órgão consular era dar suporte aos comerciantes, beneficiando a circulação de produtos portugueses nos locais em que estes órgãos se encontrassem. Também cabia ao consulado o serviço de “certificar e emitir título de nacionalidade, ser depositário de testamentos de súbditos portugueses, lavrar escrituras, arrecadar espólios, além de emitir registro civil”. Deste modo, “uma série de serviços associados ao patrimônio e à condição social dos sujeitos que podiam servir de estímulo à inscrição consular”.⁸⁸

Podemos ver o exercício da mediação consular nas relações sociais dos portugueses no Pará e Amazonas através da interferência do vice-cônsul de Portugal na província do Pará, Joaquim Francisco Fernandes, no conflito entre o português Antônio Joaquim Pereira Socorro Valente e o subdelegado de polícia do distrito do Crato no rio Madeira, Manoel Pereira de Sá. A representação do comerciante português fazia queixa acerca do recrutamento forçado de seus

⁸⁵ TAVARES, 2016, p. 66.

⁸⁶ SIMÕES, Veiga. **Daquem & dalem mar**. Manaus: Typ. da Livraria Palais Royal, 1916, p. 5.

⁸⁷ DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, *op. cit.* p. 246.

⁸⁸ DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, *op. cit.* p. 246-247.

trabalhadores indígenas para o serviço de destacamento na capital. De acordo com os protestos do subdelegado Manoel, o tenente coronel Sebastião José Basílio Pyrro, assentiu “ao pedido que lhe fez o vice-consul de Portugal no Pará, de demitir-[lhe] do cargo policial que ocupava no rio Madeira, por não quadrar aos interesses d’aquelles seus compatriotas.”⁸⁹

Segundo Maria Luiza Ugarte Pinheiro, foi no comércio ligado a produção de borracha que a maior parte destes agentes históricos estavam inseridos. Dos 91 imigrantes que analisamos, 26 se declararam caixeiros. A vista disso, os portugueses controlavam a maioria dos empreendimentos comerciais do varejo, sendo parte significativa dos empregados destes estabelecimentos de origem portuguesa, configurando a chamada “classe caixeral”.⁹⁰

Os caixeiros eram direcionados ao interior da província para abastecer os sítios e seringais, onde trocavam as mercadorias por produtos extrativistas. Tal a importância do comércio ligado a exploração gomífera, que em 1916, o cônsul português salientou, que “na Amazonia, por exemplo, proteger a borracha brasileira é proteger o comércio português, que na sua maior parte a produz e a recebe.”⁹¹

É importante frisar que os comerciantes portugueses de vulto alcançaram algum patrimônio quando se tornaram proprietários de firmas de aviamento e consignação de venda de mercadorias e borracha.

Casas aviadoras eram os estabelecimentos comerciais que abasteciam os seringais de mercadorias gerais como alimentos, roupas e utensílios, recebendo, em troca, o pagamento em espécie, mais propriamente em borracha. O dono da casa aviadora intermediava a venda da borracha para a casa exportadora, ou mesmo uma segunda casa de aviação, maior que a sua, da qual ele próprio era aviado. O preço alto cobrado pela consignação de mercadorias aos seringueiros e o baixo preço pago na hora de comprar a produção da borracha eram reclamações constantes desses trabalhadores, que dificilmente conseguiam saldar suas dívidas com a casa aviadora à qual estavam ligados.⁹²

Esses são os casos de Candido de Souza Lobo, José Francisco Monteiro, Manoel Pereira Gonçalves, Antônio Joaquim Quadros Carvalho, Joaquim Quadros Carvalho, João de Almeida

⁸⁹ Amazonas (AM), 30 de maio de 1867, Anno I, Número 52, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/137>; Amazonas (AM), 30 de junho de 1868, Anno II, Número 110, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/309>; Habilitação consular Antônio Joaquim Pereira Socorro Valente. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 2039. Habilitação 2056a. Imagem p1480500. Data da habilitação: 27/05/1867.

⁹⁰ PINHEIRO, 2014, p. 813.

⁹¹ SIMÕES, 1916, p. 6.

⁹² REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**: documentário da vida rural. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953, p. 84.

Monteiro, Zeferino Ferreira de Brito, Joaquim José de Almeida Costa,⁹³ João José da Silva Mattos,⁹⁴ Eduardo Klautau, José Pereira de Sá Sotto Maior,⁹⁵ Joaquim de Oliveira Custódio e muitos outros que possuíam firmas de consignações de mercadorias e seringais.⁹⁶ Podemos deduzir que comerciavam, num primeiro momento, diretamente com Belém onde possuíam maiores relações comerciais, além do acesso ser menos dispendioso.

Difícilmente algum comerciante alcançaria fortuna sem a abertura de casas comerciais, sendo que estas eram abertas após algum tempo de prática no comércio. Entretanto, não apenas o comércio possibilitou visibilidade social aos imigrantes. As chamadas atividades liberais (alfaiate, professor, carpinteiro, pedreiro, trabalhador, serrador e etc.) aliadas a outras estratégias de inserção (matrimônio, aquisição de patentes militares e ocupação de cargos burocráticos) permitiu proeminência na sociedade local. Como é o caso do farmacêutico José Gusmão da Silva Amaral, que chegou em 1854, solteiro, com 16 anos de idade. Algum tempo depois naturalizou-se brasileiro⁹⁷ e aos 27 anos declarou ser casado. José Gusmão ocupou diversos cargos administrativos, militares e policiais no rio Madeira, entre eles o de juiz de paz, subdelegado e superintendente da vila de Humaitá.⁹⁸

Foram diversas as estratégias de inserção social utilizadas pelos imigrantes portugueses, bem como suas atividades profissionais. Salientamos que dos 87 registros de habilitações, em 12 não havia descrição da profissão. Os que declararam atividades liberais somam 27 indivíduos, distribuídos nas seguintes atividades: alfaiate (1), sapateiro (1), foguista (1), lavrador (3), trabalhador (9), ferreiro (1), pedreiro (3), serrador (2), professor (1), carpinteiro (1), carpina (2), jornalista (1) e farmacêutico (1).

Apesar da predominância na atividade comercial, podemos deduzir que no decorrer da vida alguns destes agentes atuaram em diferentes ocupações e em outros casos exerceu simultaneamente diversas funções. São os casos de Pedro Pires Cardoso⁹⁹ e Braz Rodrigues da

⁹³ Amazonas (AM), 9 de julho de 1890, Anno XXVI, Número 2012, p. 3-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/4205>

⁹⁴ Jornal do Amazonas (AM), 20 de julho de 1876, Anno II, Número 115, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/404>

⁹⁵ Jornal do Amazonas (AM), 6 de janeiro de 1884, Anno IX, Número 884, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940/989>

⁹⁶ Amazonas (AM), 13 de agosto de 1879, Anno XIV, Número 313, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2263>

⁹⁷ DECRETO Nº 1.323, DE 20 DE JULHO DE 1866. Autoriza o Governo para mandar passar carta de naturalização de cidadão Brasileiro ao subdito português Manoel José Esteves, e outros. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1866**, Página 70 Vol. 1 pt. I.

⁹⁸ GONÇALVES, Manoel Pereira. **Almanach Madeirense para o anno de 1889**. Publicado por Manoel Pereira Gonçalves. Pasto Grande, Rio Madeira, 1889, p. 38-46.

⁹⁹ Habilitação consular Pedro Pires Cardoso. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa "População, Família e Migração na Amazônia-RUMA"/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código

Costa.¹⁰⁰ O primeiro informou em seu passaporte ser lavrador e o segundo alfaiate, ambos declararam na habilitação atuarem no comércio.

Outro caso é o de José Maria Ferreira de Castro que atuou como guarda livros no seringal Paraíso, no rio Madeira, e quando retornou a Belém passou a exercer a profissão de jornalista. Todas as atividades desempenhadas por Ferreira de Castro só foram possíveis pois este havia recebido o ensino das primeiras letras.

Assim, das diversas informações que as habilitações podem nos dar acesso, uma nos é cara, pois tem estreita relação com o perfil dos imigrantes portugueses, principalmente as questões relativas à sua inserção na carreira comercial. Estamos falando da alfabetização. Apesar dos emigrantes portugueses vindos da região norte de Portugal, terem sido representados na imagem do imigrante português com pouca capacidade intelectual, podemos entender com base apenas na capacidade de assinatura, que dos 50 imigrantes declarados caixeiros, comerciantes e negociantes, 44 indivíduos sabiam ler e escrever, ou seja, a quase totalidade.

Nos idos de 1870, o cônsul do Pará, reconheceu que possivelmente $\frac{3}{4}$ dos emigrantes sabiam “ler, escrever, e as quatro operações aritméticas, mas imperfeitamente”.¹⁰¹ Se analisarmos todos os portugueses que compõem nosso banco de dados, temos 70 pessoas, de um total de 91 imigrantes, que ao menos poderiam ter sido educados nas primeiras letras.

Mesmo levando em consideração a possibilidade de que a aprendizagem dos rudimentos de ler, escrever e calcular tenham sido adquiridos durante os longos anos da prática comercial, podemos inferir que a alfabetização, mesmo que precária, foi uma preocupação familiar de “preparar” os potenciais emigrantes para o sucesso, já que para muitos, o ensino das primeiras letras era um investimento pessoal que só na emigração e na atividade comercial tinha retorno.¹⁰²

366. Habilitação 1289. Imagem p1470946. Data da habilitação: 16/06/1862.; Registro de passaporte Pedro Pires Cardoso. Arquivo Distrital do Porto. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”. Código: 556. Livro 14, p. 96v, número de registro: 1180. Data do registro: 11/01/1847

¹⁰⁰ Habilitação consular Braz Rodrigues da Costa. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 116. Habilitação 1022. Imagem p1470675. Data da habilitação: 12/01/1861; Registro de passaporte Braz Rodrigues da Costa Mineiro. Arquivo Distrital do Porto. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”. Código: 1241. Livro 28, p. 296, número de registro: 581. Data do registro: 01/09/1854.

¹⁰¹ *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, 1873, p. 141. In: ALVES, Jorge Fernandes – **Ler, escrever e contar na emigração oitocentista**, separata da Revista de História das Ideias, Universidade de Coimbra, 1999, p. 5.

¹⁰² ALVES, 1999, p. 242.

Assim, a análise migratória deve considerar o capital humano. Consequentemente, os investimentos complementares “em educação ou formação acompanham, muitas vezes, os percursos como forma de permitir ou rendibilizar (a prazo) a mobilidade.” Outros autores argumentam “que a aquisição de ‘capital humano’ (escolarização, formação e experiência profissional) favorece as possibilidades de mudança posterior de emprego e, em consequência, de migrações.”¹⁰³

Concluimos que a maioria dos portugueses residentes no rio Madeira eram homens, solteiros, profissionais do comércio e minimamente alfabetizados, que chegaram na Amazônia com pouca idade (ver Tabela 2), mas imbuídos de capital humano, ou seja, qualificação e amparo, para que pudessem fazer carreira comercial ou nos ofícios, “integrando-se na vasta colônia portuguesa que no Brasil dominava grande parte das atividades comerciais, colônia que constituía a rede apelativa e dava ‘arrumação’ a muitos recém-chegados.”¹⁰⁴

1.2. Redes de sociabilidade: mobilidade e inserção

A análise das causas do processo migratório, do Norte português, pode ser enriquecida através da compreensão de padrões relacionais que compõem um sistema social, ou seja, das “redes sociais” que possibilitaram o fluxo de pessoas com destino ao Brasil. O uso do conceito de “rede” no permite demonstrar como atuam, sobre os indivíduos e grupos (como as famílias), as pressões de determinadas estruturas sociais e nos ajudam a entender a migração portuguesa para a Amazônia como um processo social.¹⁰⁵ Assim sendo, a representação mais persistente da migração nortenha nos meados do século XIX é da expansão capilar através das redes familiares e de vizinhança.

Segundo a *Revista Universal Lisbonense*, em 1843, “a razão da maior emigração da gente do Minho encontrava-se facilmente no grande número de negociantes e lojistas dessa Província, que naquele instante se achavam estabelecidos no Rio de Janeiro e em outros portos, os quais pelas relações de parentesco, vizinhança e amizade atraem muitos outros conterrâneos, onde são, quase exclusivamente, empregados como caixeiros em lojas e armazéns.”¹⁰⁶

¹⁰³ PEIXOTO, 2004, p. 16.

¹⁰⁴ ALVES, *op. cit.* p. 243.

¹⁰⁵ ALVES, 1993, p. 406; FAZITO, Dimitri. *A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. Anais da ABEP*, 2016, p. 4.

¹⁰⁶ “Emigração”, in: *Revista Universal Lisbonense*, 1843, 3º tomo, p. 231. In: ALVES, Jorge Fernandes. **Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

Assim, o objetivo dessa seção é a partir do nome reconstituir as redes de relações sociais dos imigrantes portugueses, seja os vínculos familiares, de negócios, de amizade e vizinhança, para que possamos compreender a corrente migratória portuguesa para o rio Madeira e, posteriormente, sua inserção – ou não – na sociedade local.

1.2.1. *Redes pré-emigratórias*

Identificar as redes de sociabilidade, em um nível macro, tem sido uma tarefa desafiadora para os pesquisadores, deste modo, a microanálise através das redes sociais pode nos abrir novas perspectivas de análise dos fluxos migratórios.¹⁰⁷ Partindo das orientações de Ginzburg, buscamos reconstruir uma rede familiar, de vizinhança e negócios que possibilitou a emigração em cadeia da localidade de São Pedro das Alhadadas, região de Figueira da Foz, em Portugal, a partir da trajetória dos irmãos e sobrinho (Manoel, Joaquim, Antônio e Constantino) Quadros Carvalho, importantes comerciantes e proprietários de seringais no rio Madeira.

A trajetória desta família já foi explorada em um artigo pelos pesquisadores Davi Avelino Leal e Oswaldo Truzzi. Apesar disso, nos propomos aprofundar a análise desse grupo de pessoas por entender que existem aspectos que merecem nossa atenção e não foram devidamente alcançados.¹⁰⁸

Ao que tudo indica, o primeiro a emigrar foi Manoel Gaspar de Carvalho¹⁰⁹, que chegou à Bahia em 1854, com 14 anos. Em maio de 1860, período de expansão da economia da borracha, mudou-se para Belém, indo residir na rua Boa Vista, na casa de Manoel José de Carvalho (possivelmente algum parente), tendo se empregado no comércio.¹¹⁰ Lentamente, Manoel Gaspar de Carvalho tornou-se o epicentro de uma rede migratória que conectou a população de São Pedro das Alhadadas, e região de Figueira da Foz (sociedade expulsora), e Belém do Pará (sociedade receptora).

¹⁰⁷ Sobre redes e ampliação da noção de cadeias migratórias ver: TRUZZI, Oswaldo. “*Redes em processos migratórios*”. In: **Tempo Social** (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol. 20, nº 1. 2008.

¹⁰⁸ TRUZZI, Oswaldo; LEAL, Davi A. *De caixeiros a seringalistas portugueses comerciantes no rio Madeira*. In: **XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, São Pedro Estado de São Paulo. Anais [recurso eletrônico] XIX. 2014.

¹⁰⁹ Por não termos encontrado nenhum registro de Manoel José de Carvalho, consideramos Manoel Gaspar de Carvalho o primeiro a emigrar.

¹¹⁰ Fonte: Habilitação consular Manoel Gaspar de Carvalho. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 1000. Habilitação 1518. Imagem p1450903. Data da habilitação: 28/11/1863;

Esta rede composta por parentes e conterrâneos destinava os emigrados, após curta estadia em Belém, para o rio Madeira para trabalhar como caixeiros. Assim é que, em 1866, chegou em Belém, procedente de Figueira da Foz, José Augusto Gaspar de Lemos, de 19 anos de idade.¹¹¹ Apesar de não ter residido no rio Madeira, José Augusto manteve sociedade com os irmãos Quadros Carvalho (Carvalho & Lemos). Estas redes são emaranhadas teias que se espriam, e apenas com muita atenção às fontes utilizadas é que podemos perceber as múltiplas ligações.

José Augusto Gaspar de Lemos foi um dos três comerciantes portugueses que abonou Candido de Souza Lobo, de 27 anos, quando este veio do Maranhão em 1870, para onde havia migrado em 1868. Candido se habilitou no consulado português em Belém, no ano de 1880, quando já residia na localidade de São Pedro (seringal) no rio Madeira, onde mantinha sociedade com os irmãos Quadros Carvalho (Souza Lobo & Quadros).¹¹²

Nesta complexa teia de relações percebemos o valor estratégico das redes comunitárias também no período de incorporação à nova sociedade. O que se espera, em cada um desses casos, é justamente verificar o grau em que as redes pré-emigratórias ainda operam no novo país, “a ponto de influenciar, respectivamente, aglomerações espaciais, opções profissionais [...] e esferas de sociabilidade próprias a cada grupo de imigrantes.”¹¹³

Dentre os irmãos Quadros Carvalho, inicialmente referidos, o primeiro a chegar em Belém foi Manoel Quadros Carvalho, em outubro de 1867, com 23 anos de idade, tendo residido na casa de Manoel Gaspar de Carvalho. Cinco anos depois de sua chegada, outubro de 1872, vieram juntos para o Brasil, Joaquim e Antônio Joaquim de Quadros Carvalho, respectivamente, com 24 e 23 anos de idade. Ambos os irmãos, assim como Manoel, aparecem na documentação consular residindo na casa de Manoel Gaspar de Carvalho. No entanto, no mesmo ano foram enviados para o rio Madeira na condição de caixeiros.¹¹⁴

¹¹¹ Fonte: Habilitação consular Jose Augusto Gaspar de Lemos. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 2194. Habilitação 2639. Imagem p1490066. Data da habilitação: 25/11/1869

¹¹²; Habilitação consular Candido de Souza Lobo. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 4325. Habilitação 5.140. Imagem p1440868. Data da habilitação: 21/04/1880.

¹¹³ TRUZZI, 2008, p. 210.

¹¹⁴ Fonte: Habilitação consular Joaquim de Quadros Junior. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 3302. Habilitação 3531. Imagem p1500040. Data da habilitação: 04/11/1872; Habilitação consular Antônio Joaquim de Quadros. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 3301. Habilitação 3530. Imagem p1500039. Data da habilitação: 04/11/1872; Jornal do Pará: Órgão Oficial (PA), 5 de novembro de 1872, anno X, número 250, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/219339/4341>

Dois anos depois, em 1874, chegou a Belém Ernesto Anselmo Fernandes, natural de Tavadre (localidade vizinha às Alhadas), também caixeiro, de 29 anos, informando residir na casa de Carvalho & Lemos, sociedade formada pelos irmãos Quadros Carvalho e José Augusto Gaspar de Lemos.¹¹⁵ Esta mesma sociedade trouxe para o Brasil diversos portugueses, muitos deles na condição de caixeiros, tendo alguns comerciado e residido no rio Madeira, são eles: Francisco Eduardo da Costa Rebello, de 21 anos de idade, natural de São Pedro de Vila Real, chegado em 1880,¹¹⁶ e José Ferreira, 37 anos de idade, natural da freguesia de Loreda, concelho de Amarante, chegado em 1882.¹¹⁷ Vale observar que, os concelhos de Vila Real e Amarante são vizinhos, o que nos permite afirmar que a rede de imigração se espalhava de freguesia a freguesia e de concelho a concelho.

Desta forma, as redes sociais tornam-se princípio organizacional compartilhado por indivíduos em diferentes grupos. Gurak e Caces afirmam que “ao atuar como meio de ligação e mecanismo de transmissão de recursos e informações, as redes de migração exercem uma influência poderosa sobre a seleção de quem migra e quando”.¹¹⁸ Destarte, as redes de sociabilidade também podem ser compreendidas como “causas” da adaptação/assimilação dos imigrantes na sociedade receptora, como estamos observando na trajetória dos Quadros Carvalho.

Voltado aos irmãos Joaquim e Antônio Joaquim Quadros Carvalho tornaram-se comerciantes no rio Madeira, enquanto o irmão Manoel (primeiro a emigrar), permaneceu em Belém, se estabelecendo como agenciador, receptor de outros imigrantes e representante comercial dos irmãos Quadros Carvalho, nas firmas Carvalho & Lemos, Carvalho & C^a¹¹⁹ e Quadros & Irmão.¹²⁰ Contudo, isto não significa que Manoel não tenha estado no rio Madeira, pelo contrário, encontramos em jornais menções a sua estada na região.¹²¹ Sua presença está

¹¹⁵ Habilitação consular Ernesto Anselmo Fernandes. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 5293. Habilitação 5337. Imagem p1450188. Data da habilitação: 25/04/1881

¹¹⁶ Habilitação consular Francisco Eduardo da Costa Rebello. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 4403. Habilitação 5.218. Imagem p1440946. Data da habilitação: 25/10/1880.

¹¹⁷ Habilitação consular José Ferreira. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 5546. Habilitação 5636. Imagem P1450489. Data da habilitação: 25/09/1882.

¹¹⁸ GURAK, D. e CACES, F. (1992) “*Migration Networks and The Shaping of Migration Systems.*” In: Mary Kritz et Alli (ed.) **International Migration Systems, A Global Approach**. Clarendon Press, Oxford, 1992, p.155. In: FAZITO, Dimitri. *A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade*. **Anais da ABEP**, 2016, p. 7.

¹¹⁹ Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 18 de abril de 1883, ano XVI, número 86, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/222402/8211>.

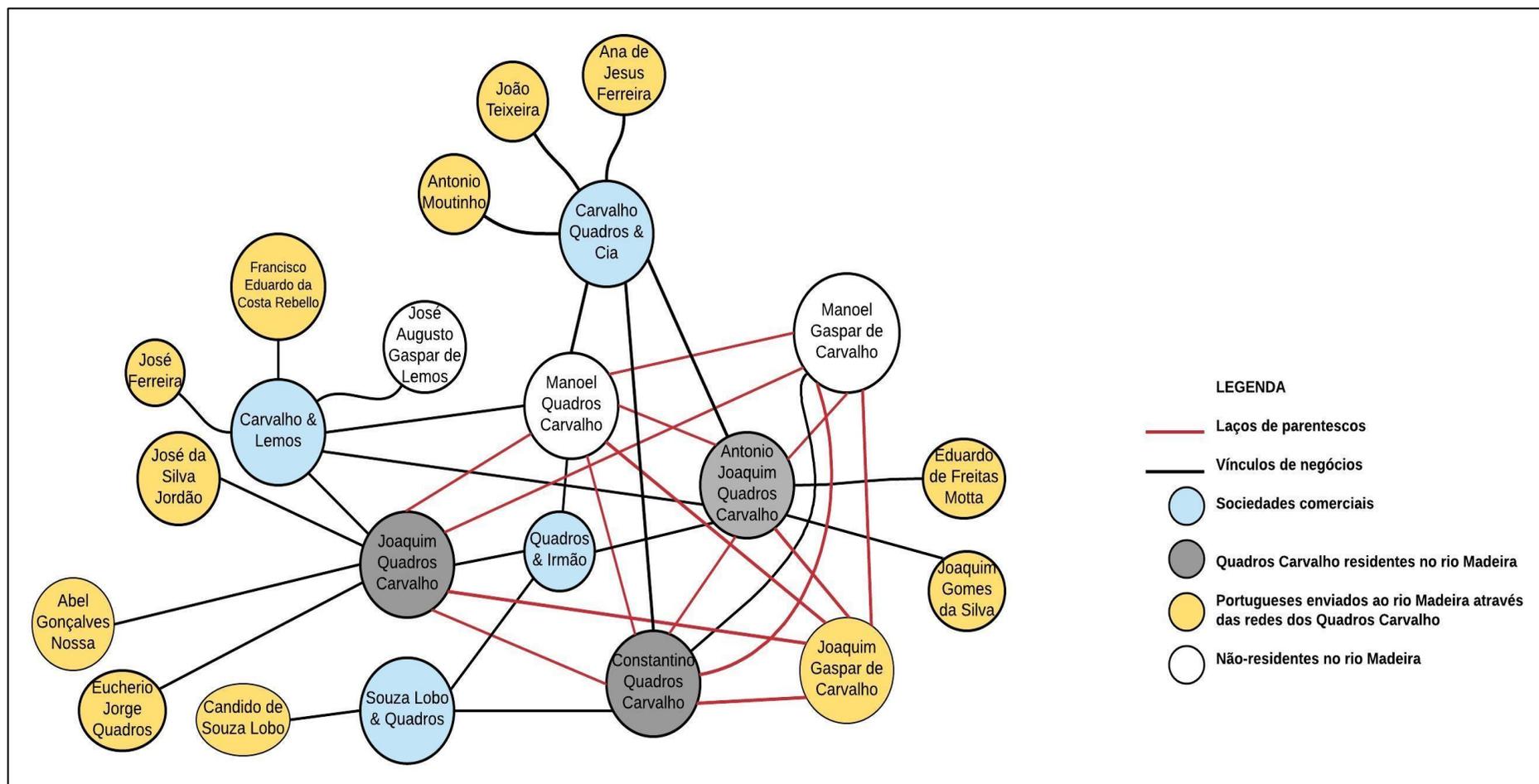
¹²⁰ O Liberal do Pará (PA), 18 de setembro de 1887, ano XVII, número 211, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/19424>

¹²¹ O Liberal do Pará (PA), 30 de janeiro de 1885, ano XV, número 24, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/704555/16437>

relacionada aos laços familiares, bem como aos negócios que os irmãos Quadros Carvalho possuíam, seja no envio de imigrantes portugueses, no comércio de regatão, ou mesmo, nos seringais de que eram proprietários. No entanto, apesar de ter sido um agente importante para compreensão da teia de relações que conectou a região de Figueira da Fóz ao rio Madeira, Manoel não faz parte de nosso banco de dados.

O diagrama a seguir permite visualizar o emaranhado de relações dos irmãos Quadros Carvalho e de vários outros emigrantes que, através das ligações de parentesco, vizinhança e negócios, partiram de Portugal para a Amazônia.

Figura 1: Redes de sociabilidade dos Quadros Carvalho



Fonte: Habilitações consulares (1858-1918)

Em abril de 1877, o jornal Constituição de Belém, publicou a notícia do embarque de José Gaspar de Carvalho e Joaquim de Quadros Carvalho para Lisboa.¹²² Após uma estadia de aproximadamente três meses em Portugal, José e Joaquim acertaram a vinda para Belém de cinco pessoas, os quais juntamente com eles, solicitaram passaportes no distrito de Coimbra em 27 de agosto. Desse modo, a rede familiar e de vizinhança foi aumentada pela chegada de Abel Gonçalves Nossa, carpinteiro de 46 anos; José da Silva Jordão, caixeiro de 17 anos; Eucherio Jorge de Quadros, de 36 anos; Joaquim Gaspar de Carvalho, casado, caixeiro de 28 anos, irmão de José e Manoel Gaspar de Carvalho, e Constantino Quadros Carvalho, caixeiro de apenas 10 anos, sobrinho de Manoel, Joaquim e Antônio Joaquim Quadros Carvalho.¹²³

Cinco anos depois, em outubro de 1882, solicitou passaporte em Coimbra, Antônio Joaquim Quadros Carvalho. Além da visita aos familiares e amigos, seu retorno a região de Figueira da Fóz ganha novos sentidos, porquanto, não é mais o jovem caixeiro, de 23 anos de idade, que uma década atrás partiu para a Amazônia em busca de novas oportunidades. Agora, na condição de “negociante” seu retorno permite a migração de um novo grupo de pessoas. Com efeito, em novembro de 1882, vieram: Joaquim Rodrigues, José Maria Lopes da Cunha, Antônio Joaquim, Eduardo de Freitas Motta e Joaquim Gomes da Silva.¹²⁴ Todos eles se habilitaram junto ao consulado português em Belém. Entretanto, apenas Joaquim Gomes da Silva e Eduardo de Freitas Motta residiram no rio Madeira.¹²⁵

¹²² Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA), 18 de abril de 1877, anno IV, número 87, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/385573/1506>.

¹²³ Habilitação consular José da Silva Jordão. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 4680. Habilitação 4718. Imagem p1420440. Data da habilitação: 25/09/1877; Habilitação consular Eucherio Jorge Quadros. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 4679. Habilitação 4717. Imagem p1420439. Data da habilitação: 25/09/1877; Habilitação consular Joaquim Gaspar de Carvalho. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 4678. Habilitação 4716. Imagem p1420438. Data da habilitação: 25/09/1877; Habilitação consular Constantino Quadros de Carvalho. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 4677. Habilitação 4715. Imagem p1420437. Data da habilitação: 25/09/1877; "Portugal, Coimbra, Registros e Solicitações de Passaporte, 1835-1938," images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7-9BK8-NPC?cc=1928596&wc=9VH2-C6F%3A222740301> : 21 May 2014) Tomo 9, p. 315-318, Registros: 1158, 1159, 1160, 1161, 1162, 1163 e 1164, Data: 27 de agosto de 1877, Imagens: 320-323. Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra (University of Coimbra Archives, Coimbra).

¹²⁴ "Portugal, Coimbra, Registros e Solicitações de Passaporte, 1835-1938," images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:33SQ-GYFP-9K6?cc=1928596&wc=9VHK-RM7%3A222738701> : 21 May 2014), Tomo 15, p. 101-112, Registros: 921, 922, 934, 935, 936, 944. Imagens: 103-115; Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra (University of Coimbra Archives, Coimbra): 21 May 2014).

¹²⁵ Habilitação consular Joaquim Gomes da Silva. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA.

Todos os imigrantes que vieram de Portugal junto com os irmãos Joaquim e Antônio Joaquim, em 1877 e 1882, respectivamente, procediam da região de Figueira da Fóz e foram acolhidos na casa de Manoel Gaspar de Carvalho e/ou Carvalho & Lemos, sendo enviados para o lugar São Pedro, no rio Madeira, propriedade dos irmãos Quadros Carvalho.¹²⁶

Em dezembro de 1888, chegou o último grupo, que temos registro, sendo a rede completada pela vinda de Antônio Moutinho,¹²⁷ Ana de Jesus Ferreira¹²⁸ e João Teixeira.¹²⁹ O primeiro veio com sua mulher Ana do Sacramento, de 53 anos, e suas filhas Ana, Theresa, Esperança e Margarida, menores de 18 anos. A segunda veio acompanhada de seu filho Domingos, de 10 anos de idade. De acordo com o registro consular, vieram contratados pela firma Carvalho Quadros & Companhia, da qual eram sócios Manoel Quadros Carvalho, Constantino Quadros Carvalho e Antônio Joaquim Quadros Carvalho.

Os negócios dos irmãos Quadros Carvalho envolviam a comercialização de gêneros de primeira necessidade (água ardente, sabão, conservas, vassouras, e etc.), trazidos de Belém para o rio Madeira, e de produtos extrativistas (borracha, castanha, óleo de copaíba, couros de veado, e etc.) enviados do rio Madeira para Belém.¹³⁰ Daí a importância de Manoel ter se estabelecido na capital do Pará. Esse quadro ajuda a entender o papel dos comerciantes portugueses na manutenção de redes familiares, locais e regionais de emigração, que asseguravam a reprodução das casas de comércio através de caixeiros portugueses.

Como apresentou Oswald Truzzi, o emprego do termo redes

Código 5560. Habilitação 5.650. Imagem P1450503. Data da habilitação: 27/11/1882; Habilitação consular Eduardo de Freitas Motta. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 5562. Habilitação 5.652. Imagem P1450505. Data da habilitação: 27/11/1882; Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Folha 44, data: 26/05/1890; Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Folha 95, data: 16/11/1894.

¹²⁶ O Liberal do Pará (PA), 17 de setembro de 1887, Anno XVII, Número 210, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/19420>; O Liberal do Pará (PA), 27 de setembro de 1877, Anno IX, Número 219, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/8498>.

¹²⁷ Habilitação consular Antônio Moutinho. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 6280. Habilitação 6571. Imagem p1510851. Data da habilitação: 24/12/1888.

¹²⁸ Habilitação consular Ana de Jesus Ferreira. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 6282. Habilitação 6573. Imagem p1510853. Data da habilitação: 24/12/1888.

¹²⁹ Habilitação consular João Teixeira. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 6281. Habilitação 6572. Imagem: P1510852. Data da habilitação: 24/12/1888

¹³⁰ Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 9 de março de 1880, Anno XIII, Número 55, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222402/5806>; Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 13 de março de 1881, Anno XIV, Número 57, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222402/6381>

em suas acepções mais restritas ou abrangentes, procura sublinhar a circunstância de que muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores, seja por carta, seja quando retornavam. Estes podiam prover tanto informações, no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, como recursos, por meio de remessas monetárias, que pudessem financiar e assim viabilizar a viagem. Cabe, nesse sentido, sublinhar o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou refreando projetos, expectativas e investimentos futuros.¹³¹

Assim, a migração familiar, como visto até agora, não pode ser encarada apenas como um movimento de não retorno. Em casos de enriquecimento, mesmo que parte do conjunto familiar se mova para a região escolhida, onde se integram, realizando investimentos com seu capital doméstico, o retorno ao país de origem ocorre com regularidade, seja para buscar ou visitar amigos e familiares, e até mesmo, para morrer na terra natal, porquanto, os vínculos com o país de origem não são totalmente rompidos.

Esse é o caso dos irmãos Oliveira Custodio, como muitos outros portugueses que vieram para o Brasil, eram jovens e pobres, netos de pequenos agricultores, e de numerosa família. De acordo com nossos registros, Joaquim de Oliveira Custodio foi o primeiro a emigrar. Era filho de pedreiro e neto de pequenos proprietários das localidades de Brenha e Tocha, na região de Figueira da Fóz.¹³² Seus pais sem terem como encaminhar seus filhos para a lavoura, e não adquirindo renda no ofício de pedreiro, uma vez que as parcelas de terras, com a subdivisão da herança, se tornaram tão pequenas que eram incapazes de sustentar uma família que há gerações vinham empobrecendo, instruíram seu filho Joaquim nas primeiras letras, tendo conhecimento de que saber ler e escrever era condição necessária para o sucesso na emigração.¹³³

Aos 26 anos de idade, Joaquim embarcou para a cidade de Belém, onde chegou no dia 25 do mês setembro de 1869. Dois dias após sua chegada, habilitou-se junto ao consulado português, declarando ser pedreiro, mesma função de seu irmão, pai e avó paterno, função esta que deixaria, para exercer a atividade comercial no interior da Amazônia.¹³⁴ Além disto,

¹³¹ TRUZZI, 2008, p. 203.

¹³² Registro de Batismo de Joaquim de Oliveira Custodio. In: **Livro de Registro Paroquial da Freguesia de Brenha, referente aos anos de 1839-1859**, p. 15, registro 31. Disponível em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/vaultimage/?id=33AF7CC5F6B6028EF2FAD0A9F11BC59E&proto=vault>

¹³³ BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 3ª edição, Editora Valer, 2009, p. 82.

¹³⁴ Habilitação consular Joaquim de Oliveira Custodio. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 2169. Habilitação 2:586. Imagem P1490041. Data da habilitação: 27/09/1869.

declarou ser residente na rua Boa Vista, na casa de Francisco Joaquim Pereira & Cia, uma das maiores casas comerciais de Belém e Manaus.¹³⁵

No dia 28 de setembro de 1869, Joaquim embarcou para Manaus e dali se dirigiu à Manicoré, na região do Madeira.¹³⁶ A partir daí, passou a atuar como caixeiro da casa comercial de Francisco Joaquim Pereira. De onde recebia gêneros de primeira necessidade e enviava diversos produtos, como: borracha, cacau, castanha, pirarucu seco, óleo de copaíba, manteiga de tartaruga, e etc.¹³⁷

Pouco mais de um ano após a vinda de Joaquim, chegou em Belém, em março de 1871, Antônio de Oliveira Custodio. Assim como seu irmão, permaneceu na casa de Francisco Joaquim Pereira, enquanto esperava os trâmites da habilitação consular.¹³⁸ Após o registro no consulado, embarcou para Manicoré, residência de seu irmão.¹³⁹

Anos depois, encontramos no Jornal do Amazonas uma descrição das casas comerciais e canoas de regatão da agência de Manicoré, referente ao ano de 1875, entre essas se encontra a loja fora do povoado da casa comercial Joaquim de Oliveira Custodio & Irmão.¹⁴⁰ A partir dessa informações, podemos inferir que os irmãos Oliveira Custodio haviam se tornado proprietários de terras no rio Madeira, comerciando e explorando borracha. A possibilidade de ascensão social vivenciada pela família ocorreu mediante o exercício da atividade comercial.

Conforme salientou Benchimol, amigos, irmãos e conterrâneos se tornavam sócios e parceiros nos mais diversos empreendimentos. “No caso da Amazônia, além desses estabelecimentos varejistas, os portugueses dominavam as casas aviadoras e o comércio de borracha e gêneros regionais.”¹⁴¹

Tendo conseguido amealhar alguma fortuna, para uma viagem a Portugal, de férias, para manter os vínculos familiares d’além-mar, Joaquim embarcou para Lisboa, em maio de 1881,

¹³⁵ Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial (PA), (Edições de 1869, 1870, 1871 e 1873). 1871, p. 107. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705985/1028>; BENCHIMOL, 2009, p. 92.

¹³⁶ Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 29 de setembro de 1869, Anno II, Número 220, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222402/1329>;

¹³⁷ Amazonas (AM), 26 de setembro de 1866, Anno I, Número 13, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/4>;

¹³⁸ Habilitação consular Antônio de Oliveira Custodio. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 2713. Habilitação 2.984. Imagem P1490478. Data da habilitação: 23/06/1871

¹³⁹ Jornal do Pará: Órgão Oficial (PA), 1 de julho de 1871, Anno IX, Número 144, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/219339/3338>

¹⁴⁰ Jornal do Amazonas (AM), 8 de outubro de 1875, Anno I, Número 42, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/119>;

¹⁴¹ BENCHIMOL, 2009, p. 83.

agora na condição de negociante das províncias do Amazonas e Pará.¹⁴² Nesta altura, seus pais já haviam falecido, contudo, ainda possuía em Portugal irmãos, primos, sobrinhos e etc. A numerosa família dos irmãos Joaquim e Antônio, sobreviviam, na localidade da Brenha, de uma pobre agricultura e do ofício de pedreiro. Após o êxito dos dois irmãos, passaram a incentivar seus filhos a emigrarem para o além-mar.

Joaquim permaneceu por um ano em sua terra natal. Podemos deduzir que adquiriu algumas propriedades e quintas, deixando a cargo de seu irmão Antônio e sobrinhos, já brasileiros, a tarefa de continuar os seus negócios em Manicoré, Belém e Manaus.

Em sua volta para o Brasil, Joaquim trouxe seu sobrinho, Antônio de Oliveira Custodio, de 10 anos de idade, filho de seu irmão Manoel.¹⁴³ Junto com eles embarcaram outros dois indivíduos, são eles: Manoel de Figueiredo Bilro, casado, 39 anos, natural das Alhadãs; e Abel de Sousa, casado, 33 anos, natural de Brenha, ambas localidades pertencentes a Figueira da Fóz.¹⁴⁴

No registro consular de Manoel e Abel, feitos um ano após sua chegada, declararam residirem no rio Manicoré, região madeirense, em propriedade da casa comercial Joaquim de Oliveira Custodio & Irmãos.

Antônio (o sobrinho) não foi para o rio Madeira, se estabeleceu em Manaus, e no início do século XX, era proprietário de casas e uma cocheira de *gado vaccum*, para produção de leite. Conforme noticiado no Jornal do Comércio, faleceu em 1910, “filho de Manoel O. Custodio, com 39 annos, portuguez, febre paratyphica”.¹⁴⁵ Seu tio, Antônio Oliveira Custodio, deixando seus filhos no Brasil, embarcou para Lisboa, em 1884, provavelmente para tratar de alguma doença, onde veio a falecer.¹⁴⁶

¹⁴² A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA), 14 de maio de 1881, Anno VIII, Número 108, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/385573/5941>;

¹⁴³ Registro de Batismo de Antônio de Oliveira Custodio. In: **Livro de Registro Paroquial da Freguesia de Brenha, referente aos anos de 1870-1876**, p. 11, registro 2. Disponível em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/vaultimage/?id=853AD51EF81DD69789E86ACDB860D9D3&proto=vault>

¹⁴⁴ "Portugal, Coimbra, Registros e Solicitações de Passaporte, 1835-1938," images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7-8BK8-66V?cc=1928596&wc=9VH2-C6X%3A222740701>: 21 May 2014), Tomo 14, p. 239-241, Registros 404, 405, 406 e 407. Imagens 241-442; Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra (University of Coimbra Archives, Coimbra).

¹⁴⁵ Quo Vadis?: orgam de interesses populares (AM), 6 de novembro de 1903, Anno II, Número 201, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/363154/797>; Jornal do Commercio (AM), 23 de julho de 1906, Anno III, Número 743, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/170054_01/3498; Jornal do Commercio (AM), 9 de abril de 1910, Anno 7, Número, 2163, p. 2. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/170054_01/3498

¹⁴⁶ A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA), 6 de maio de 1884, Anno IX, Número 103, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/385573/8922>.

Com o falecimento de seu irmão e sócio, Joaquim vendeu suas propriedades no rio Manicoré, região madeirense.

Vende-se no Rio Manicoré uma magnífica casa assobrada com duas sallas, corredor, varanda, uma alcova, cosinha e um maagnifico forno para pão. A casa tem as mesma acomodações por baixo, sendo uma das sallas de baixo Loja com prateleiras e balcão, a casa é toda de boas madeira, as paredes são de pedra e cal até o soalho, e dahi para cima só está embarrada, tem ao lado um bonito campo para gado e outras bem feitorias, entre ellas sete estradas de seringueiras; quem pretender dirija-se ao abaixo assignado no mesmo lugar.
Manicoré, (Rio) 15 de dezembro de 1886. Joaquim de Oliveira Custodio.¹⁴⁷

Além dessa propriedade, foi vendido para João Rego Dantas, o lugar denominado S. João, situado na margem esquerda do rio Manicoré, onde também era extraído goma elástica. Depois da morte de seu irmão, Joaquim regressou definitivamente para sua aldeia, em 1892, aos quarenta e nove anos, após amealhar alguma fortuna, deixando em Manicoré sua cunhada e sobrinhos, herdeiros de Antônio.¹⁴⁸

O retorno de Joaquim para a freguesia de Brenha adquire novos significados, mesmo que os laços com o país de destino não tenham sido definitivamente rompidos, porquanto, deixou familiares em terras brasileiras, podemos inferir que Joaquim nunca mais retornou a região do rio Madeira, porquanto casou-se na freguesia de Brenha.

Geralmente, a moça era escolhida na própria aldeia e a preferência caía numa prima, parente longínqua, vizinha, ou amiga dos pais, virgem, honesta e capaz de trabalhar e parir. Este vínculo do migrante com a sua aldeia, freguesia ou concelho era muito importante, pois esse referencial acompanhava o português imigrante pelo restante dos seus dias.¹⁴⁹

Assim, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de mil oitocentos e noventa e cinco, na igreja de Brenha, Joaquim de Oliveira Custodio casou-se com Ana de Oliveira. A família de sua esposa era composta de proprietários e lavradores da freguesia da Brenha, onde Joaquim criou um lar, com numerosos filhos e permaneceu até sua morte.¹⁵⁰

¹⁴⁷ Gazeta de Manicore: Orgão do Partido Conservador (AM), 16 de janeiro de 1887, Anno I, Número 10, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/824305/4>

¹⁴⁸ O Democrata: Orgão do Partido Republicano Democratico (PA), 19 de novembro de 1892, Anno III, Número 253, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/186171/3123>; Diario Oficial (AM), 10 de maio de 1895, Anno III, Número 425, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028843/3313>; Diario Oficial, (AM), 13 de maio de 1898, Anno VI, Número 1278, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028843/10461>

¹⁴⁹ BENCHIMOL, 2009, p. 83.

¹⁵⁰ Registro de Casamento de Joaquim de oliveira Custodio e Ana de Oliveira. In: **Livro de Casamento da freguesia de Brenha (1877-1903)**, p. 13-15, registro 4. Disponível em:

O fenômeno do retorno na emigração do Brasil era significativo, apesar dos textos oficiais quase não o reconhecerem e de o acontecimento se tornar pouco visível em termos sociais. Essa invisibilidade crescia, à medida que chegava um ou outro mais enriquecido, os chamados “brasileiros”, ofuscando com as suas benemerências a ação discreta dos restantes.

Conforme salientou Hidaka, qualquer estudo sobre imigração estará incompleto se contemplar apenas a história dos sucessos, porquanto, nem sempre a solidariedade norteou as redes de recebimento dos imigrantes portugueses na Amazônia. Estamos falando dos irmãos Pereira Gonçalves, o primeiro a emigrar foi Manoel Pereira Gonçalves, que chegou em 1859, com 12 anos, após pouco tempo na cidade de Belém foi enviado à Serpa, como caixeiro de Alexandre José de Figueiredo, importante comerciante português do rio Madeira.¹⁵¹

Um ano depois, em dezembro de 1860, chegou Joaquim Pereira Gonçalves Junior, com 11 anos de idade.¹⁵² Joaquim residiu em Belém por algum tempo, entretanto, partiu ao rio Madeira para trabalhar como caixeiro (regatão) de Manoel Dias Vieira, proprietário e comerciante no lugar *Paysandú* freguesia de Manicoré. Todavia, veio a falecer no ano de 1870, vítima de espancamento cometido por seu patrão.¹⁵³ Ora, apesar da importância que Manoel Pereira Gonçalves viria a adquirir na Província do Amazonas, nesse momento, ainda não possuía os meios necessários para garantir a proteção de seu irmão.

Lembremos também da trajetória que iniciou este capítulo, o romancista português José Maria Ferreira de Castro chegado à Belém no período de decadência da economia da borracha, e não encontrando o apoio familiar que esperava, foi enviado para trabalhar em um seringal no rio Madeira. Quase quatro anos de infortúnios retornou à Belém e, posteriormente, para Portugal, indo se estabelecer na cidade do Porto.

Muitos ficaram em situação de pobreza, recorrendo ao consulado e as associações beneméritas para retornar a Portugal.¹⁵⁴ Como no caso de Ferreira de Castro, “o retorno

<http://pesquisa.auc.uc.pt/vaultimage/?id=DISSEMINATION/48B55BD22295A9CB0179E043AE9DE18B&proto=vault>.

¹⁵¹ Habilitação consular Manoel Pereira Gonçalves. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 477. Habilitação 1113. Imagem p1470768. Data da habilitação: 31/10/1861.

¹⁵² Habilitação consular Joaquim Pereira Gonçalves Junior. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 100. Habilitação 1006. Imagem p1470659. Data da habilitação: 17/12/1860.

¹⁵³ Jornal do Amazonas (AM), 11 de agosto de 1875, anno I, número 26, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940x/53>

¹⁵⁴ HIDAKA, Ana Tereza Tomiko Vicente. **Os infortúnios da imigração portuguesa: a benemerita liga portuguesa de repatriação (1908-1949)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

empobrecido funcionava como uma atestação pública de fracasso, e o sujeito raramente se dirigia para o local de partida, evitando familiares e conhecidos, na medida do possível.”¹⁵⁵

A partir do rastreamento nominal dos imigrantes portugueses residentes no rio Madeira e do cruzamento das fontes, em especial as habilitações consulares e os passaportes, podemos afirmar que das 91 trajetórias analisadas, ao menos 61 portugueses estavam inseridos em alguma “rede” de relações, seja familiar, de vizinhança ou comercial, que condicionou o ato migratório, ou seja, um irmão, um tio ou vizinho havia migrado anteriormente (ver anexo I). Em decorrência disso, esses imigrantes acabavam por alimentar uma rede de informações que permitiu a migração de outros conterrâneos, provocando um efeito em cadeia. Dessa maneira, as redes se tornaram autossustentáveis e em outros casos promoveu o estabelecimento de firmas que agenciavam novos imigrantes.

Estas mesmas redes que possibilitaram a emigração da região Norte de Portugal, também inseriu os imigrantes portugueses chegados à Belém em uma outra rede, ligada ao comércio ou não, que enviava ao interior amazônico um número constante de trabalhadores, portanto, são teias sobrepostas que em algum momento se conectam.

1.2.2. Redes de interiorização: de Belém ao rio Madeira

É interessante observar que a literatura se construiu afirmando que os imigrantes portugueses ficavam preferencialmente nas cidades, no mundo urbano, e pouco se espalhavam para o interior. Ou ainda, que mesmo no interior, não iam para a lavoura ou o extrativismo e sim para as pequenas cidades.¹⁵⁶

Na contramão da historiografia, os imigrantes portugueses da bacia do rio Madeira passaram por diversos processos de mobilidade e interiorização. Chegados à Belém eram enviados para as povoações do interior, como Óbidos, Serpa, Maués, Santarém e outras. Com o tempo, se dirigiam para as áreas de expansão da fronteira extrativista. Ao se estabelecerem em regiões como o rio Madeira, adquiriam propriedades onde instalavam as chamadas ‘casas comerciais fora do povoado’ (seringais).

Tomemos como exemplo a trajetória de João de Almeida Monteiro, natural da freguesia de Fontellas, província de Trás-os-montes, que chegou ao Pará em agosto de 1839. Entretanto,

¹⁵⁵ ALVES, 1993, p. 306.

¹⁵⁶ EMMI, Marília Ferreira. *A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses*. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP Caxambú-MG.

no ano de 1844, aparece residindo em Santarém, possivelmente na condição de caixeiro.¹⁵⁷ Com a expansão da fronteira extrativista, a partir da década de 1860, regiões como a bacia do rio Madeira e Purus se tornaram áreas de interesse público e privado, e por consequência, receberam inúmeros imigrantes.

Como é o caso de João de Almeida Monteiro que em 1861 residia na vila de Borba, no lugar Três Casas, onde possuía uma casa comercial fora do povoado (barracão/seringal), e uma canoa de regatão para o abastecimento dos seus seringais e demais zonas de exploração.¹⁵⁸ Portanto, a mobilidade tornou-se prática diária dos portugueses/caixeiros no interior da Amazônia, visto que, através do regatão eles atendiam não apenas os povoados, mas ainda, os sítios e seringais pelas margens dos rios.

Assim como ele, identificamos outros 13 personagens que residiram em outras localidades do interior amazônico antes de irem para o rio Madeira. São eles: Francisco Agostinho Lopes, Alvaro Cesar da Conceição, José Pereira de Sá Sotto Maior, Bartholomeu Ferreira Pinto, Jeronimo Rodrigues de Freitas, José Francisco Baptista, José Gusmão da Silva Amaral, Henrique Borges de Souza, Manoel Pereira Gonçalves, Eduardo Gomes do Amaral, Alexandre José de Figueiredo, Antônio Monteiro da Costa e Serafim José da Motta.

Para melhor entendermos como estas redes pré-emigratórias operam no novo país, a ponto de influenciar aglomerações espaciais, e em nosso caso, interiorizar os imigrantes portugueses chegados a Belém, tomaremos como exemplo o comerciante Antônio José de Freitas, natural da freguesia de Gião, província do Douro. Chegado à cidade de Belém em 1855, com 21 anos, foi residir na casa de seu irmão, Manoel Joaquim de Freitas, negociante matriculado na Junta Comercial, residente na rua Boa Vista. Manoel havia chegado em Belém em 1839, tendo começado como caixeiro, amealhou certa renda que possibilitou voltar a Portugal em 1852. Podemos entender que através das informações e da história de sucesso de seu irmão, Antônio tomou a decisão de migrar.¹⁵⁹

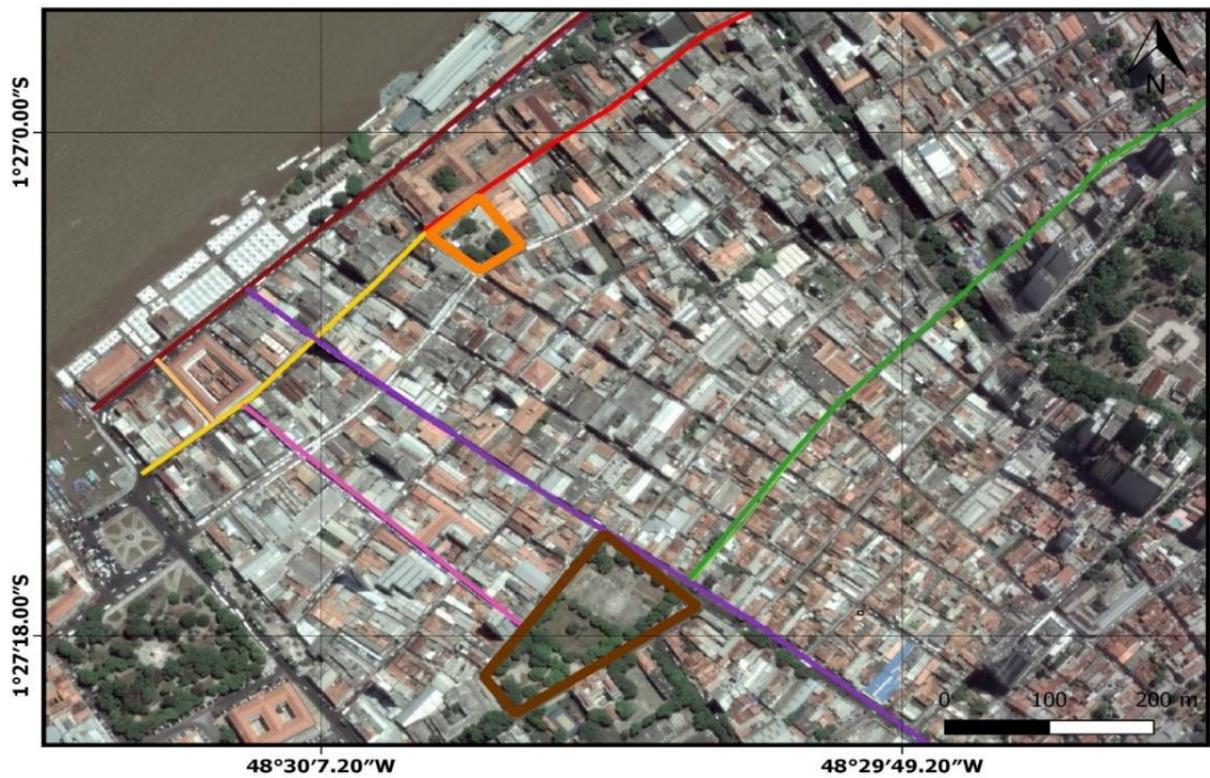
¹⁵⁷ Habilitação consular João de Almeida Monteiro. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 461. Habilitação 1097. Imagem p1470752. Data da habilitação: 29/04/1861.

¹⁵⁸ Amazonas (AM), 19 de outubro de 1867, Anno II, Número 72, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/224>; Amazonas (AM), 28 de outubro de 1881, Anno XVI, Número, 643, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/3249>

¹⁵⁹ Habilitação consular Antônio José de Freitas. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 256. Habilitação 855. Imagem p1430356. Data da habilitação: 29/03/1860; Habilitação consular Manoel Joaquim de Freitas. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 307. Habilitação 906. Imagem p1430407. Data da habilitação: 25/05/1860.

Entender o lugar em que os imigrantes portugueses residiram na cidade de Belém e/ou possuíam parentes é essencial para compreendermos a rede de informação, que se estabeleceu na capital paraense, através do comércio e da vizinhança. Lembremos que além de Manoel Joaquim e Antônio José de Freitas, os irmãos Quadros Carvalho e Oliveira Custodio também residiram na rua Boa Vista. De acordo com as informações contidas nas habilitações consulares, conseguimos localizar as ruas de Belém, em que moraram 27 imigrantes portugueses que foram para a região do rio Madeira.

Figura 2: Ruas, largos e travessas onde moravam os portugueses (1858-1918)



Fonte: Google Maps (marcações nossas)

	Século XIX	Atualmente	Nº de pessoas
	Rua do Açougue ou da Indústria	Gaspar Viana	5
	Rua Boa Vista ou da Imperatriz	15 de Novembro	13
	Rua Nova do Imperador	Boulevard Castilhos França	2
	Rua do Rosário	Aristides Lobo	1
	Largo dos Quartéis	Praça da Bandeira	1
	Largo das Mercês	Praça das Mercês	1
	Travessa do Pelourinho	7 de Setembro	2
	Travessa Ocidental do Mercado	Travessa Ocidental do Mercado	1
	Travessa São Mateus	Padre Eutíquio	1

Fonte: Imagens Google; CRUZ, Ernesto Horácio da. **Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações**. Conselho Estadual de Cultura, 1970; Habilitações consulares (1858-1918)

Podemos perceber que a maior parte (18 indivíduos) residiram nas ruas Boa Vista ou da Imperatriz e rua do Açougue ou da Industria. Todas as ruas, travessas e largos do mapa localizam-se nos bairros do Comércio e Campina. Essa região de Belém, em fins do século XIX e início do XX, se constituía na zona portuária, onde abundavam os trapiches de madeira, e era uma zona comercial subdividida pela disposição de casas de comércio, bancos, companhias de seguro, armazéns, e etc.

Ao procurar saber onde o imigrante português morava em Belém no período de 1884 a 1914, Edilza Fontes concluiu que os bairros de maior incidência entre os habilitados no consulado eram os do Comércio, Cidade Velha e da Campina. Ao cruzar o endereço com a atividade profissional dos imigrantes, a autora chama a atenção para a rua Boa Vista (atual 15 de Novembro), onde residia a maior parte dos trabalhadores do comércio (caixeiros e comerciantes). Provavelmente, estes caixeiros moravam nas casas comerciais dividindo, por vezes, o espaço de moradia com seus patrões.¹⁶⁰

Figura 3: Rua 15 de Novembro (Boa Vista)



Fonte: SANTA ROSA, Henrique; FIDANZA, F. A. **Album do Pará em 1899 na administração do Governo de Sua Excia. o Senr. Dr. José Paes de Carvalho.** Albert Damcke, 1899, p. 91.

¹⁶⁰ FONTES, 2002.

Como podemos observar na imagem, as ruas do bairro do comércio eram largas e grandes, sendo que parte das calçadas eram feitas de pedras vindas de Portugal. Na segunda metade do século XIX, o bairro da Campina era o novo bairro de moradia beneficiada pelas linhas de bondes e tração animal, mas, era também, o bairro de moradias de trabalhadores imigrantes e onde estava localizado as ruas com maior quantidade de casas destinada à prática do comércio.¹⁶¹

O espaço que os agentes ocuparam em Belém é estratégico para compreender as suas redes de relações e como elas os conectam a região do rio Madeira. Nas suas incursões pelas ruas do comércio, os agentes vão construindo uma série de relações, vão conhecendo e se fazendo conhecer nos encontros interpessoais exigidos pelas suas atividades. Ao se estabelecerem na zona de comércio, eles são inseridos em redes de conterrâneos, familiares ou, inclusive, agentes recrutadores (para o trabalho no interior amazônico), “que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios à deslocação e à fixação definitiva”.¹⁶²

No demais, a proximidade com o porto era essencial para o estabelecimento de redes de sociabilidade e informação. Porquanto, o porto funcionava como um atrativo de pessoas e mercadorias, o que favorecia a recepção e, por conseguinte, a inserção do “negociante que encontraria alguma facilidade para desenvolver seus negócios. O porto proporcionava oportunidades de comércio que as cidades não portuárias jamais poderiam oferecer, uma dessas conveniências era o contato direto com portos internacionais”.¹⁶³

Voltando aos irmãos Freitas, Antônio José morou em Belém por alguns anos, entretanto, no exercício da atividade comercial viajava regularmente ao rio Madeira, representando a firma comercial (Manoel Joaquim de Freitas & Irmãos) que tinha em conjunto com seus irmãos. Em 1866, já o encontramos residindo e comerciando na região madeirense.¹⁶⁴ Podemos inferir que além do abastecimento de mercadorias (farinha, sal e outros gêneros), que a sociedade comercial com seu irmão lhe conferia, também recebia outros portugueses para trabalhar como caixeiros.¹⁶⁵

¹⁶¹ FONTES, 2002, p. 119.

¹⁶² PEIXOTO, 2004, p. 29; TRINDADE, Ronaldo José. **Errantes da Campina (Belém 1880-1900)**. Campinas: Programa de Pós-graduação em História Social – UNICAMP (Dissertação; orientadora: Maria Clementina Pereira da Cunha), 1999, p. 19.

¹⁶³ SALES, 2014, p. 13.

¹⁶⁴ A voz do Amazonas (AM), 10 de novembro de 1866, Anno I, Número 8, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851035/29>; Amazonas (AM), 30 de junho de 1868, Anno II, Número 110, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/309>

¹⁶⁵ Amazonas (AM), 24 de novembro de 1866, Anno I, Número 23, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/44>

A trajetória de Antônio José de Freitas no rio Madeira é breve, tendo falecido em 1868, na cidade de Belém, de “uma apoplexia fulminante, que o acometeteo as 8 horas da noite [...], deixando seus irmãos, e numerosos amigos imersos na mais pungente dor.”¹⁶⁶

Apesar de sua rápida estadia na região madeirense, as relações e redes de informação dos irmãos Freitas ainda ligava a freguesia de Gião e arredores, primeiro a cidade de Belém e depois ao rio Madeira. Estes são os casos de Serafim Ferreira de Mello¹⁶⁷ e Joaquim da Motta,¹⁶⁸ naturais de Canedo e Grijó (vizinhos da freguesia de Gião), respectivamente. Ambos chegaram em Belém no vapor Lisboense, no mês de dezembro de 1871, o primeiro com 20 e o segundo com 41 anos de idade, onde permaneceram por algum tempo na casa comercial de Manoel Joaquim de Freitas & Irmão. Logo depois foram enviados ao rio Madeira. O primeiro na condição de caixeiro/regatão e o segundo de ferreiro.¹⁶⁹

Na verdade, não são apenas as redes de relações anteriores à emigração que desenharão os vínculos na sociedade receptora. “A própria experiência migratória por si só é capaz de propor e redefinir novas identidades e reconhecimentos que podem se traduzir em novas redes. Desde o embarque no vapor, novas redes vão se configurando, porque indivíduos e famílias se reconhecem na mesma condição”.¹⁷⁰

No mesmo navio que embarcaram Serafim e Joaquim, vieram também Antônio Gomes da Silva e José dos Santos.¹⁷¹ Segundo as fontes, podemos inferir que suas estadias em Belém foram na casa comercial Manoel Joaquim de Freitas & Irmão, agora administrada pelos filhos e irmãos de Manoel e José, ambos já falecidos. Serafim, Antônio, Joaquim, e José foram despachados para Serpa, ponto de parada para quem se destinava ao rio Madeira, para trabalharem em diversos ofícios (caixeiro, pedreiro e ferreiro) no estabelecimento de Joaquim Francisco Baptista, português já estabelecido na região, que anteriormente havia residido em

¹⁶⁶ Amazonas (AM), 2 de maio de 1868, Anno II, Número 100, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/271>

¹⁶⁷ Habilitação consular Serafim Ferreira de Mello. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 2558. Habilitação 3.325. Imagem p1490815. Data da habilitação: 24/04/1872.

¹⁶⁸ Habilitação consular Joaquim da Motta. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 3412. Habilitação 3176. Imagem P1490662. Data da habilitação: 29/12/1871.

¹⁶⁹ Comercio do Amazonas (AM), 10 de agosto de 1880, Anno XI, Número 163, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/301337/380>

¹⁷⁰ TRUZZI, 2008, p. 211.

¹⁷¹ Habilitação consular Antônio Gomes da Silva. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 3410. Habilitação 3173. Imagem P1490660. Data da habilitação: 28/12/1871; Habilitação consular José dos Santos. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 3409. Habilitação 3176. Imagem P1490659. Data da habilitação: 28/12/1871

Belém no largo das Mercês, rua Boa Vista.¹⁷² Portanto, as redes de envio e de recepção de migrantes interagem e conformam novas redes, formadoras de novas sociabilidades.¹⁷³

Enfim, as redes de apoio e informações que permeavam a região comercial da capital paraense, possibilitou a interiorização dos portugueses. Contudo, podemos perceber através das trajetórias mencionadas que este processo esteve sedimentado na relação e permanência estratégica de agentes (familiares, amigos e sócios) nas cidades de Belém e Manaus. O centro comercial de Belém não era apenas um lugar de trânsito obrigatório, mas principalmente uma rede de informações e um verdadeiro empório e armazém da província do Amazonas, não apenas de mercadorias, mas de pessoas.¹⁷⁴

1.2.3. Alianças comerciais e familiares

As redes de sociabilidade tecidas pelos agentes devem ser entendidas não apenas no processo de emigração de Portugal, mas também na ordem do sucesso e permanência no país de destino. A permanência perpassa a inserção social do agente na comunidade portuguesa e/ou brasileira, de modo que alianças familiares e comerciais constituem estratégias eficazes. Desse modo, a criação de sociedades comerciais possibilitava não apenas a estruturação financeira, mas o estabelecimento e inserção em uma rede de ajuda mútua.

Inúmeros portugueses na bacia do rio Madeira estabeleceram sociedade entre si e com importantes firmas de Belém. Estas pequenas firmas abasteciam os seringais de mercadorias diversas como alimentos, roupas e utensílios; em troca, recebiam o pagamento em espécie, mais propriamente em borracha, estas destinadas aos grandes negociantes das praças de Belém e Manaus.¹⁷⁵ Segundo Weinstein, as primeiras casas de aviamento instaladas no Pará eram de portugueses. Assim, as pequenas firmas do interior ainda permaneceriam negociando dentro da comunidade portuguesa.¹⁷⁶

¹⁷² Habilitação consular Joaquim Francisco Baptista. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 1451. Habilitação 386. Imagem p1420878. Data da habilitação: 28/04/1858; *O Liberal do Pará* (PA), 30 de dezembro de 1871, Anno III, Número 292, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/2399>; *Amazonas* (AM), 30 de junho de 1868, Anno II, Número 110, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/309>

¹⁷³ TRUZZI, 2008, p. 211.

¹⁷⁴ BASTOS, Tavares. *O Valle do Amazonas*. Garnier. Rio de Janeiro. 1ª Ed. 1866, p. 153.

¹⁷⁵ CANCELA, Cristina Donza et al. *Os portugueses em Belém: patrimônio, origem e trajetória*. In: ARRUDA, José Jobson A. et al. (Org.). *De colonos a imigrantes: i(m)igração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 487.

¹⁷⁶ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993, p. 92.

Podemos destacar algumas dessas pequenas firmas criadas pelos imigrantes portugueses do rio Madeira, são elas: Mattos & Brito¹⁷⁷ (Zeferino Ferreira de Brito e João José da Silva Mattos); Freitas & Macedo¹⁷⁸ (Antônio José de Freitas, José Bento de Macedo e B. A. Antunes); Klautau & Sá (Eduardo Klautau e José Pereira de Sá Sotto Maior); Guerreiro, Klautau & Sá (Bartholomeu de Mattos Guerreiro, Eduardo Klautau e José P. de Sá Sotto Maior);¹⁷⁹ Quadros & Irmão¹⁸⁰ (Manoel, Joaquim e Antônio Quadros Carvalho); Carlos & Fiuza¹⁸¹ (Carlos Ferreira da Costa e Paulo José da Cunha Fiuza); Souza Lobo & Quadros¹⁸² (Candido de Souza Lobo e Quadros & Irmãos); Carvalhos & Lemos (José Augusto Gaspar de Lemos, Manoel Quadros Carvalho, José Gaspar de Carvalho e Manoel Gaspar de Carvalho); Carvalhos & C.^a (Manoel Gaspar de Carvalho, José Gaspar de Carvalho, Manoel Quadros Carvalho e Constantino Quadros Carvalho);¹⁸³ Santos Sobrinho & C.^a (Manoel Pereira Gonçalves e Manoel Brigido dos Santos Sobrinho);¹⁸⁴ Manoel Pereira Gonçalves & C.^a¹⁸⁵ (Francisco Gonçalves da Costa Porto e Manoel Pereira Gonçalves); Almeida Lobo & C.^a¹⁸⁶ (Candido de Souza Lobo, José de Freitas Motta e Ildefonso de Almeida Monteiro); Freitas Motta & C.^a¹⁸⁷ (Eduardo Freitas Motta, Alfredo Bentes & Irmão, Almeida Lobo & C.^a); Ferreira Pinto & C.^a¹⁸⁸ (Bartholomeu e

¹⁷⁷ Comercio do Amazonas (AM), 1 de julho de 1870, Anno I, Número 259, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/301337/3>

¹⁷⁸ Amazonas (AM), 8 de abril de 1893, Anno XXVIII, Número 72, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/5515>

¹⁷⁹ Jornal do Amazonas (AM), 6 de janeiro de 1884, Anno IX, Número 884, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940/989>

¹⁸⁰ O Liberal do Pará (AM), 17 de setembro de 1887, Anno XVII, Número 210, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/19420>

¹⁸¹ Comercio do Amazonas (AM), 27 de abril de 1872, Anno III, Número 208, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/301337/110>

¹⁸² Amazonas (AM), 11 de abril de 1880, Anno XIV, Número 411, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/2659>; Habilitação consular Candido de Souza Lobo. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 4325. Habilitação 5.140. Imagem p1440868. Data da habilitação: 21/04/1880;

¹⁸³ Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 18 de abril de 1883, Anno XVI, Número 86, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/222402/8211>

¹⁸⁴ Comercio do Amazonas (AM), 2 de maio de 1874, Anno V, Número 204, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/301337/176>

¹⁸⁵ Amazonas (AM), 4 de março de 1881, Anno XV, Número 540, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/2866>

¹⁸⁶ Quo Vadis?: orgam de interesses populares (AM), 17 de abril de 1917, Anno II, Número 123, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/363154/488>

¹⁸⁷ Jornal do Comercio (AM), 23 de março de 1904, Anno I, Número 71, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/336

¹⁸⁸ Amazonas (AM), 23 de outubro, Anno XVI, Número 641, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/3241>; Amazonas (AM), 9 de agosto de 1882, Anno XVII, Número 756, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/3513>; AMAZONAS. **Falla que o exm. sr. dr. José Jansen Ferreira Junior, presidente da provincia do Amazonas, dirigiu á Assembléa Legislativa Provincial, por ocasião da instalação da 2.a sessão da 17.a Legislatura, em 25 de março de 1885.** Manáos, Typ. do Amazonas, 1885, p. A-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/169331/4174>

Domingos Ferreira Pinto); Baptista & Irmão¹⁸⁹ (José e Manoel dos Santos ‘Baptista’); Silva Jordão & C.¹⁹⁰ (José da Silva Jordão e Anélio dos Santos Pinto Belleza) e Neves & Silva (Manoel José das Neves e José da Silva Jordão).¹⁹¹

Os sócios das firmas acima são em sua maioria portugueses ou filhos destes. São os casos de Ildelfonso de Almeida Monteiro e Anélio dos Santos Pinto Belleza, o primeiro sendo filho de João de Almeida Monteiro e o segundo de Joaquim dos Santos Pinto Belleza. Os únicos brasileiros que encontramos são Manoel José das Neves e Manoel Brigido dos Santos Sobrinho, ambos membros da força policial do rio Madeira e proprietários de seringais.¹⁹²

Além das pequenas firmas comerciais, estes portugueses assentados no interior, se tornaram procurados das grandes casas aviadoras do Pará. Vejamos os exemplos de Candido de Souza Lobo e José de Freitas Motta, gerentes procuradores da casa filial em Manaus de Carvalhos & C.^a do Pará.¹⁹³

Ainda, entre as famílias portuguesas a sociedade comercial não era a única forma de união de laços, pois esta podia dar-se também pelo apadrinhamento. Porquanto, os vínculos estabelecidos meramente pelos negócios poderiam se romper com maior facilidade, à medida que surgissem prejuízos ou novas estratégias econômicas. Já os acordos estabelecidos por ligações familiares e de negócios possuíam caráter mais durável e os vínculos que uniam as partes eram mais fortes.¹⁹⁴

No dia 13 de maio de 1889 os portugueses Candido de Souza Lobo e Eucherio Jorge Quadros, foram padrinhos de batismo no lugar Santo Antônio, propriedade da firma Souza Lobo & Quadros.¹⁹⁵ Em vinte e seis de maio de 1890, José de Freitas Motta foi padrinho de batismo do inocente Joaquim Maria, filho do português Joaquim Gomes da Silva e Maria da Gloria Gomes (amazonense). Neste mesmo dia, no lugar São Pedro, foram padrinhos de

¹⁸⁹ Jornal do Amazonas (AM), 8 de outubro de 1875, Anno I, Número 42, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/119>

¹⁹⁰ Diário oficial (AM), 23 de outubro de 1895, Anno III, Número 554, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028843/4142>

¹⁹¹ Amazonas (AM), 9 de julho de 1890, Anno XXVI, Número 2012, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/4206>; Amazonas (AM), 11 de abril de 1880, Anno XIV, Número 411, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/2659>

¹⁹² A Federação: órgão do Partido Republicano Federal (AM), 11 de maio de 1899, Anno V, Número 419, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/223573/1055>;

¹⁹³ Amazonas (AM), 2 de agosto de 1893, Anno XXIX, Número 20, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/5871>;

¹⁹⁴ NICOLOSO, 2013, p. 106.

¹⁹⁵ **Almanach administrativo, historico, estatistico e mercantil da provincia do Amazonas para o anno de 1884.** Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1884. p. 80; Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Folha s/n, data: 13/10/1889.

batismo de diversas crianças, Antônio Joaquim Quadros Carvalho, José de Freitas Motta e Joaquim Gomes da Silva.¹⁹⁶

José de Freitas Motta, representante da firma Carvalhos & C.^a, visitava regularmente o lugar São Pedro, porquanto, era vizinha a sua propriedade, denominada Três Casas, onde residia junto com seu irmão Eduardo de Freitas Motta.¹⁹⁷

No século XIX as uniões familiares e relações de negócios andavam muito próximas. O vínculo entre as famílias Freitas Motta e Quadros Carvalho, pode ser percebido mesmo após a morte de Manoel Quadros Carvalho, em 1916 em Portugal. No seu testamento deixou “[...] 5:000\$ a cada uma das pessoas seguintes: a sua sobrinha Laís, a sua sobrinha Cypriana, professora em Areia de Baixo; a Maria Gaspar de Carvalho; a sua afilhada Georgina, a **Joaquina Maria de Freitas Motta** [grifo nosso]”.¹⁹⁸ A última possivelmente filha de um dos irmãos Freitas Motta.

Podemos perceber que as relações de compadrio possuíam um capital simbólico muito grande para as famílias portuguesas, já que o padrinho facilitava a escalada na vida pública dos afilhados, e fortalecia as relações econômicas entre suas famílias.¹⁹⁹

Como salientou Cancela, grande parte desses comerciantes “construíram sua inserção, prestígio e projeção através das redes familiares e comerciais, passando a apoiar e fazer parte da direção de associações de classe, bem como, associações nacionais de caráter benemérito, de lazer e esportivo”. No demais, a participação em associações como essas “além de acionar relações de convívio entre os conterrâneos, demarcavam a tentativa de manter os laços sociais e culturais com a pátria, no que diz respeito à identidade, à língua, aos acontecimentos e, também, à assistência mútua, inclusive de imigrantes desvalidos”.²⁰⁰

O associativismo traduzido na criação de clubes, sociedades beneficentes e literárias, agregavam prestígio e status social, mesmo para os comerciantes que não se destacavam pela posse de grandes firmas comerciais, mas acabavam se destacando pela inserção em redes de sociabilidade da colônia portuguesa em Belém, ou pelo interior amazônico.²⁰¹

¹⁹⁶ Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Folha 42, data: 26/05/1890.

¹⁹⁷ Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Folha 95, data: 16/11/1894; Diário Oficial (AM), 5 de agosto de 1894, Anno II, Número 206, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028843/1585>.

¹⁹⁸ Gazeta de Notícias (RJ), 10 de janeiro de 1916, Anno XLI, Número 10, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/36830.

¹⁹⁹ LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

²⁰⁰ CANCELA, Cristina Donza. *Redes, gerações e negócios: uma família de imigrantes portugueses na Amazônia*. **Antíteses**, v. 9, n. 17, 2016, p. 142.

²⁰¹ CANCELA et al, 2013, p. 487.

Encontramos para os anos de 1873 e 1878 uma lista de sócios devedores da Real Sociedade Portuguesa Beneficente no Pará, entre eles se encontram Antônio Joaquim Pereira Socorro Valente, Carlos Ferreira da Costa, José Francisco Monteiro, Manoel Pereira Gonçalves, Manoel Rodrigues de Freitas, Jeronimo Rodrigues de Freitas e Alvaro Cesar da Conceição. Todos eles, comerciantes e proprietários já instalados no rio Madeira.²⁰²

Segundo Marcos Carvalho a maior parte das atividades realizadas pelas instituições de caráter associativo luso não tinha apenas o objetivo de inserir os portugueses nas comunidades de acolhimento, mas sobretudo, partilhar entre os conterrâneos as sociabilidades representativas mais vinculadas a Portugal, procurando manter e valorizar a identidade cultural portuguesa. Contudo, as associações constituíram mecanismos importantes na afirmação de pertencimento da comunidade no local de destino.²⁰³

As relações e redes montadas nos Estados do Pará e Amazonas pelos imigrantes ultrapassavam a esfera das associações e dos negócios, alcançando as relações familiares, matrimoniais e compadrio, iniciando e estabelecendo novas interações no lugar de destino.²⁰⁴

Segundo o cônsul português em 1916, “é ainda o português, o estrangeiro a quem mais se abrem as portas das famílias, e que com brasileiras controle o lar em terra do Brasil.”²⁰⁵ Como salientou Cristina Donza Cancela, através dos dados analisados a partir dos registros paroquiais de duas igrejas de Belém a maioria dos imigrantes portugueses veio a casar-se com mulheres paraenses, o que correspondeu a um total de 48% dos matrimônios realizados.

Tendo em vista que a maior parte dos imigrantes residentes no rio Madeira chegaram ainda jovens e nas habilitações se declararam solteiros (52 imigrantes), é possível inferir que se casaram em terras brasileiras.

Estes imigrantes tiveram estratégias diversas em seus enlances matrimoniais. Alguns casaram-se com pessoais locais, membros de famílias com influência, prestígio e riqueza, e outros com descendentes de portugueses. Esta composição matrimonial entre famílias de

²⁰² O Liberal do Pará (PA), 1 de março de 1873, Anno V, Número 49, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/3678>; Amazonas (AM), 5 de julho de 1878, Anno XII, Número 147, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/1588>.

²⁰³ CARVALHO, Marcos Antônio de. **Associativismo luso nas terras das mangueiras: o Grêmio Literário Português e a Tuna Luso Caixeiral**. Cf: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/de-colonos-a-imigrantes-i-e-migracao-portuguesa-para-o-brasil/associativismo-luso-nas-terras-das-mangueiras-o-gremio-literario-portugues-e-a-tuna-luso-caixeiral>. Acessado em: 30 de janeiro de 2018.

²⁰⁴ CANCELA, 2016, p. 143.

²⁰⁵ SIMÕES, 1916, p. 7.

mesma nacionalidade configura uma homogamia oculta, e a rearticulação da rede de nacionais nas sociedades de destino.²⁰⁶

Manoel Pereira Gonçalves, já citado anteriormente, chegou ao Pará com 12 anos e foi enviado ao rio Madeira como caixeiro. Através do rastreamento nominal encontramos no jornal *Boletim Oficial*, no ano de 1873, a menção de seu casamento com Catarina Maria de Moraes, filha de José Resende de Moraes, comerciante, Capitão da Guarda Nacional, proprietário de terras e juiz de paz do distrito de Abelhas, câmara municipal de Manicoré.²⁰⁷

Em 1875, dois anos após seu casamento, Manoel Pereira Gonçalves já aparece na documentação como um importante comerciante e proprietário do rio Madeira. Somado a isto, fez vultuosas doações para a construção do Hospital de Caridade em Manaus, foi sócio da Real Sociedade Portuguesa Beneficente no Pará e negociante matriculado na Junta Comercial de Belém.²⁰⁸ “A presença nessas associações atualizava e potencializava a sociabilidade e projeção em meio aos demais imigrantes, assim como à sociedade local.”²⁰⁹

Quando de seu casamento Manoel já possuía considerável renda e importantes relações comerciais. Entretanto, o enlace matrimonial lhe conferiu status e inserção local.²¹⁰ Podemos perceber que a presença nas associações, a benemerência e o casamento foram estratégias acionadas por Manoel que lhe possibilitou mobilidade social.

Nesse caso o enlace matrimonial se configura numa estratégia eficaz no processo de inserção social. Além disso, o estabelecimento de redes familiares pode ser encarado como um movimento de não retorno ao país de origem. Contudo, quando eles enriquecem o retorno é relativo: os filhos vão estudar na Europa, férias nas localidades portuguesas, viagens regulares para visitar e buscar novos imigrantes familiares e/ou conhecidos, a família migra enquanto os filhos estão estudando, embora o pai fique em terras brasileiras cuidando dos negócios.

²⁰⁶ TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. In: **Tempo Social** (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol. 20, nº 1. 2008; CANCELA, 2016, p. 149.

²⁰⁷ *Boletim Oficial* (AM), 16 de julho de 1873, Anno I, Número 49; *Comercio do Amazonas* (AM), 10 de junho de 1875, anno VI, número 129, p. 3; GONÇALVES, Manoel Pereira. **Almanach Madeirense para o ano de 1889**. Publicado por Manoel Pereira Gonçalves. Pasto Grande, Rio Madeira, 1889, p. 40.

²⁰⁸ *Jornal do Amazonas* (AM), 17 de setembro de 1875, anno I, número 44, p. 3; *Diario de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial* (PA), 25 de abril de 1879, anno XII, número 93, p. 1; *O Liberal do Pará* (PA), 1 de março de 1873, Anno V, Número 49, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/3678>; MESQUITA, Francisco de Souza. Thesouraria da comissão encarregada de agenciar donativos para as obras do Hospital de Caridade em Manáos, 2 de março de 1875. In: PEIXOTO, Domingos Monteiro. **Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto entregou a Administração da Provincia ao Ex. Sr. 1º vice-presidente capitão de mar e guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardosos em 16 de março de 1875**. Manaus: Typ. do Commercio do Amazonas, 1875, p. 68;

²⁰⁹ CANCELA, 2016, p. 143.

²¹⁰ *A Republica: Orgão do Club Republicano* (PA), 31 de dezembro de 1892, anno III, número 823, p. 2.

É o caso dos filhos de Manoel e Catarina que estudaram em Portugal. Em 1883, Manoel embarcou juntamente com seu filho Veridiano para Lisboa, de lá seguiu para o Porto, onde residia seu tio, Antônio Gonçalves da Costa, pai de Francisco Gonçalves da Costa Porto, com quem Manoel possuía sociedade em uma firma comercial. Veridiano Pereira Gonçalves estudou no Colégio Nacional do Porto, destino dos filhos de muitos imigrantes portugueses que enriqueceram no além-mar, posteriormente concluiu o curso de direito na Universidade de Coimbra.²¹¹

Acompanhados pelo seu respeitável tio, comendador Francisco Gonçalves da Costa Porto, visitaram-nos hontem os srs. Veridiano Pereira Gonçalves, filho do finado barão de Pereira Gonçalves, e Antônio Gonçalves da Encarnação. O primeiro dos dous cavalheiros, destina-se ao rio Madeira, em visita á sua veneranda mãe, regressando brevemente para o sul, onde pretende defender theses perante uma das faculdades de direito do paiz. S.s. é formado em leis pela Universidade de Coimbra. Seu digno irmão acompanha-lo-á ao rio Madeira.²¹²

Segundo instruções do Colégio Nacional do Porto, os pais, tutores ou superiores dos alunos que não fossem da cidade, deveriam ter no Porto uma pessoa que lhes servissem de correspondente. Desse modo, a presença dos familiares na cidade do Porto era estratégica para os interesses econômicos e sociais.

Conforme o anúncio abaixo:

Todas as pessoas que desejarem informações, no Brazil, referentes a este Collegio, podem dirigir-se; em Manáos ao Ex.º Snr. Vice-Consul de Portugal, Manoel Joaquim Machado e Silva; no Pasto Grande ao Ex.º Snr. **Commendador Manoel Pereira Gonçalves**; no Humaythá ao Ex.º Snr. **Commendador José Francisco Monteiro**; em Popunhas ao Ex.º Snr. Manoel Soares Botelho; em S. Miguel ao Ex.º Snr. José da Silveira Dutra e no Pará ao Ex.º Srn. Manoel de Quadros Carvalho, antiga casa de Carvalhos & Companhia.²¹³

No colégio os alunos recebiam aulas de instrução primária, português, francês, desenho, latim, matemática, física, química história, geografia, literatura, inglês, filosofia, música, ginástica e instruções comerciais. Esta última de interesse individual e familiar, imprescindível para assumir os negócios da família.

²¹¹ Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 1 junho de 1883, Anno XVI, Número 122, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/222402/8305>.

²¹² Commercio do Amazonas (AM), 17 de novembro de 1900, Anno XXXIII, Número 94, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/301337/2090>.

²¹³ GONÇALVES, 1889, p. 155.

Na mesma viagem que fez para levar seu filho à Portugal, Manoel adquiriu o título de comendador, e posteriormente, através do decreto de 11 de setembro de 1893 foi nomeado o 1º Barão de Pereira Gonçalves.²¹⁴ Dentre as antigas condecorações e concessões honoríficas, encontra-se as insígnias ou benemerências de comendador, titular de uma comenda ou dignidade que garantia ao seu portador um elevado status social perante a comunidade. As condecorações foram “sendo criadas pelos soberanos ou governos para premiar determinados cidadãos, profissionais ou empresários pelos altos e relevantes serviços ao país de origem, pela lealdade e filantropia, ou em reconhecimento do prestígio social comunitário.” A obtenção de uma mercê trazia um lugar de pertença singular, de distinção e de prestígio. “Elas constituíam, para aqueles que haviam enriquecido, como no caso dos portugueses, no além-mar, uma forma de promoção social, pois, de um modo geral, esses antigos imigrantes provinham de famílias camponesas, de origem humilde.”²¹⁵

Além de Manoel, os portugueses Francisco Agostinho Lopes, Antônio Joaquim Quadros Carvalho, José da Silva Jordão, José Estevão Lopes de Azevedo e José Pereira de Sá Sotto Maior, casaram-se com pessoas locais, de famílias que ocupavam cargos políticos, administrativos e possuíam propriedades. E tiveram como padrinhos comerciantes e proprietários portugueses e brasileiros.²¹⁶

Um enlace que merece destaque é o de José Pereira de Sá Sotto Maior com Maria Madalena Antunes Maciel, natural da Província do Mato Grosso e filha de Antônio Antunes Maciel.²¹⁷ A família de Maria Madalena era considerada uma das mais tradicionais da região guaporeana (rio Guaporé fronteira com a Bolívia), proprietária de inúmeros seringais em território brasileiro e boliviano. O casamento de José e Maria Madalena teve como padrinhos o comendador José Francisco Monteiro e José Gusmão da Silva Amaral, personagens importantes da comunidade portuguesa e madeirense. Esta união possibilitou que José se inserisse socialmente em uma rede que perpassava diversos espaços econômicos, políticos e sociais, e

²¹⁴ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. **Nobreza de Portugal e do Brasil**. Volume 3, Lisboa, 1989, p. 123.

²¹⁵ BENCHIMOL, 2009, p. 87; CANCELA, 2016.

²¹⁶ Arquivo Paroquial de Humaitá. **1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá**, registros: 3, 24 e 31. Arquivo Paroquial de Humaitá. **2º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá**. Registros: 56 e 62; TRUZZI, 2004, p. 12.

²¹⁷ Arquivo Paroquial de Humaitá. **1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá**. Registro de casamento de José Pereira Gonçalves Sotto Maior e Maria Madalena Antunes Maciel, folha 15, registro 31, data: 25/03/1886.

permitiu a família Maciel estender seus interesses para a região do rio Madeira, via única de escoamento e abastecimento da região guaporeana.²¹⁸

Em outros casos, quando o imigrante português já era casado a aliança conjugal poderia ser estabelecida através do casamento de seus filhos. Antônio Joaquim Machado, sendo já casado, entregou em matrimônio sua filha Amélia Laranja Machado ao comerciante José da Silveira Dutra, que ocupava os cargos de subdelegado do distrito policial do rio Madeira e juiz de paz da câmara municipal de Manicoré.²¹⁹ Mesmo após o falecimento de Antônio Joaquim, suas filhas se beneficiaram da rede de relações estabelecidas pelo português. Em março de 1887, Henriqueta Laranja Machado casou-se com José Resende de Moraes, este já viúvo com 50 anos de idade.²²⁰

Tendo em vista que a segunda metade do século XIX marcou o aumento da produção da borracha e do setor de comércio, e a maior parte dos portugueses ligados a atividade comercial no rio Madeira possuía nacionalidade estrangeira, destaque para os portugueses, mesmo com a renda advinda do comércio ligado a produção de borracha, estes imigrantes não possuíam prestígio social. Considerando que José Resende de Moraes e José da Silveira Dutra, além de acumularem cargos e funções político-administrativas eram membros influentes socialmente de famílias abastadas e proprietários de estabelecimentos comerciais e terras produtoras de seringa,²²¹ podemos visualizar estratégias familiares voltadas para a integração que abriu a possibilidade de ascensão social a partir da inserção em uma rede de influência e poder.

Percebemos que José Resende de Moraes manteve uma imbricada relação com os comerciantes portugueses residentes no rio Madeira através do casamento e relações de amizade. Segundo Cancela, as famílias locais, tiveram que flexibilizar suas atividades para fazer frente as novas demandas do mercado e aos indivíduos recém-chegados, sem tradição, mas com fortunas ligadas a exploração gomífera. Com o estabelecimento de novos signos de riqueza, as famílias da elite local, cujo patrimônio e prestígio estavam relacionados

²¹⁸ MARQUES, Manoel Espiridião da Costa. **Região Ocidental de Matto Grosso. Viagem e estudos sobre o Valle do Baixo Guaporé da cidade de Matto Grosso ao Forte do Príncipe da Beira.** Rio de Janeiro: Typ. e Pap. Hildebrandt, 1908;

²¹⁹ Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. **1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá.** Registro de casamento de Amelia Lavengo Machado e José da Silveira Dutra, folha 1, data: 03/04/1878; Amazonas (AM), 5 de maio de 1878, Anno XII, Número 124.

²²⁰ Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. **1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá.** Registro de casamento de Henriqueta Laranja Machado e José Resende de Moraes, data: 20/03/1887.

²²¹ GONÇALVES, Manoel Pereira. **Almanach Madeirense para o anno de 1889.** Publicado por Manoel Pereira Gonçalves. Pasto Grande, Rio Madeira, 1889, p. 35-36.

preferencialmente à propriedade de engenhos, criação de gado, e em nosso caso, ocupação de cargos administrativos, funções militares e, por vezes, firmas comerciais, tiveram de restabelecer seus investimentos em novas áreas, iniciando e/ou associando-se aos novos negócios e aos comerciantes estrangeiros e nacionais.²²²

Esses dados evidenciam a importância das alianças matrimoniais, como uma estratégia de inserção, ascensão social e de articulação de vínculos familiares e de negócios. Conformando estratégias importantes para o fortalecimento do lugar ocupado pelos integrantes da “elite local” na hierarquia social e a reestruturação patrimonial.²²³

Quanto aos imigrantes portugueses, as estratégias de inserção social garantiu aos seus descendentes o usufruto de uma extensa rede de relações, e principalmente, por já serem considerados brasileiros, a ocupação cargos militares e/ou político-administrativos. Esse é o caso dos irmãos José Gentil e João Monteiro da Costa, filhos do português Antônio Monteiro da Costa. Em 1882, os respectivos irmãos foram nomeados tenentes da Guarda Nacional no rio Madeira.²²⁴ Além dos cargos militares, José Gentil exerceu o cargo de juiz de Paz na câmara municipal de Manicoré.²²⁵

Os coronéis de “barranco” sabiam a importância de controlar ou ter influência nas diferentes esferas de poder, pois por vezes podiam ocorrer desavenças, e assim, as redes de influências poderiam ser acionadas.²²⁶ Podemos afirmar, a partir da reconstrução das trajetórias individuais e coletivas de alguns imigrantes, que as estratégias pautadas nas redes de sociabilidade que possibilitaram a mobilidade desses indivíduos, também permitiram através dos vínculos familiares e de negócios, redes de relações e compadrio uma inserção social no local de destino.

²²² CANCELA, Cristina Donza. *Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920. Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 10, n. 18, 2009, p. 24.

²²³ BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870.** Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2004, p. 18.

²²⁴ **Almanach administrativo, historico, estatistico e mercantil da provincia do Amazonas para o anno de 1884.** Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1884, p. 60.

²²⁵ O exercício do juiz de paz envolvia a justiça conciliatória e o julgamento de causas cujo valor e/ou a pena não ultrapassasse certo limite, a imposição do termo de bem viver, a manutenção da ordem pública e emprego da força pública, vigiar o cumprimento das posturas municipais, a condução das eleições, enfim, funções administrativas, judiciais e policiais as mais amplas. In: VELLASCO, Ivan de Andrade. **O Juiz de Paz e o Código do Processo: vicissitudes da Justiça imperial em uma comarca de Minas Gerais no século XIX**= Judges and Codes: imperial Justice in one county of Minas Gerais in the 19th century. 2003, p. 5; GONÇALVES, 1889, p. 39.

²²⁶ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Transmissão de Patrimônio e Legitimidade do Direito à Terra na Região de Marica (segunda metade do século XIX).* In: LARA, Sílvia Hunold, MENDONÇA, José Maria. **Direito e Justiça no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p.47.

1.3. Negociantes e proprietários

Em estudo recente, os historiadores Oswald Truzzi e Davi Avelino Leal,²²⁷ publicaram um estudo de natureza exploratória, a partir de elementos pontuais da trajetória de duas famílias, esta pesquisa levantou hipóteses para compreender a inserção dos imigrantes portugueses na Amazônia na virada do século XIX e início do XX. Faremos ao longo deste item um esforço em ampliar a escala de análise, e contemplar a trajetória de 91 imigrantes portugueses no rio Madeira, para que possamos perceber “as estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores em função de sua posição e de seus recursos respectivos, individuais, familiares, de grupo etc.”²²⁸ De modo que possamos entender como a atividade comercial esteve estreitamente ligada a ocupação da terra, e que os comerciantes portugueses que se tornaram seringalistas não formam trajetórias isoladas.

Entretanto, antes de adentrarmos as discussões acerca da propriedade de seringais por portugueses no rio Madeira, iremos analisar como se deu a expansão da fronteira extrativista sobre esta região a partir do crescimento da atividade comercial de regatão, pois esta é crucial para entendermos as dinâmicas econômicas e sociais da região.

1.3.1. *Um mal necessário: o regatão*

No que se refere ao transporte, desde 1853, quando a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, estreou a navegação a vapor comercial de linha, foi grandemente facilitado o transporte para Belém ou Manaus. Antes qualquer indivíduo que quisesse chegar à essas localidades partindo dos rios fronteirços, entre eles, o Madeira, Mamoré e Guaporé, tinham que conduzir a remo pesadas ubás, canoas feitas a partir de um tronco de árvore que podem transportar até oito toneladas de carga. A linha de navegação fazia o trajeto Belém – Manaus, com paradas em várias localidades, até mesmo Itacoatiara (Serpa), ponto de transbordo das mercadorias que seguiriam para o rio Madeira.

As mercadorias chegadas ao porto de Serpa eram transportadas das ubás ou igarités (embarcações maiores em razão de serem adicionadas às ubás falcas, aumentando sua capacidade de carga) para os vapores e seguiam para Belém ou Manaus e vice-versa. Assim,

²²⁷ TRUZZI, Oswaldo; LEAL, Davi A. *De caixeiros a seringalistas portugueses comerciantes no rio Madeira*. In: **XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, São Pedro Estado de São Paulo. Anais [recurso eletrônico] XIX. 2014.

²²⁸ REVEL, J (org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 22.

alguns comerciantes portugueses (Henrique Borges de Souza, Manoel Pereira Gonçalves, Eduardo Gomes do Amaral, Alexandre José de Figueiredo, Joaquim e José Francisco Baptista, entre outros) e nacionais primeiramente se estabeleceram nesse porto. Estes agentes eram proprietários ou trabalhavam nos armazéns para as cargas depositadas. Podemos afirmar que mesmo após 1870, com a introdução da navegação regular a vapor no rio Madeira, inaugurada pela Companhia Fluvial do Alto Amazonas, pertencente ao português Alexandre Paulo de Brito Amorim, a comunicação dos moradores e negociantes instalados na bacia do rio Madeira era diretamente com Belém, em detrimento de Manaus, pois aguardavam os vapores em Serpa.²²⁹

Já nos anos iniciais do período da borracha, o rio Madeira despontou como região de interesse público e privado. Entretanto, o conhecimento sobre a região do ponto de vista econômico e social ainda era incipiente. Em 1858, o vapor Guajará, de propriedade dos comerciantes paraenses Antônio José, José Antônio e Francisco Antônio de Miranda (filhos do português Vicente Antônio de Miranda), instalados na rua do Norte, onde possuíam armazéns, subiu o rio Madeira em exploração comercial carregado de aviamentos até a localidade do Crato, conduzindo na volta produtos extrativos.²³⁰ Desde então diversos vapores de empresas particulares passaram também crescentemente a entregar e receber cargas naquele rio nos anos seguintes.

Segundo o relatório provincial do Amazonas, para o ano de 1877, a navegação na província era feita por um número bastante elevado de barcos de pequenas dimensões, pelos navios da companhia de navegação a vapor do Amazonas, e por embarcações particulares movidas a vapor, estas em pouca quantidade, mas aumentando progressivamente ao florescimento do comércio.²³¹

Contudo, os navios da Companhia do Amazonas viajavam em épocas fixadas e feitas de acordo com os contratos celebrados pela Companhia com o Governo Imperial, com a presidência do Pará e Amazonas. A Companhia manteve três viagens por mês de Belém a

²²⁹ BASTOS, 1866, p. 221; Estrella do Amazonas (AM), 8 de janeiro de 1859, Trimestre 21, Número 348, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/213420/1779>.

²³⁰ BATISTA, 2004, p. 195-196; Estrella do Amazonas (AM), 8 de janeiro de 1859, Trimestre 21, Número 348, p. 4; Diário do Commercio: Jornal Commercial, Politico e Noticioso (PA), 7 de fevereiro de 1859, Anno V, Número 29, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/717665/67>; FONSECA, Dante Ribeiro da. *O "Guajará" e o início da navegação a vapor no rio Madeira*. **Revista Marítima Brasileira**, Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, número 01/03, volume 137, 2017.

²³¹ AMAZONAS, Presidência. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados colecionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel Antônio Constantino Nery sendo governador do Estado**. Volume V. (1874-1877). Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908, p. 741.

Manaus; uma por mês de Manaus ao Madeira, de Manaus ao Purus e de Manaus a Tabatinga; uma de dois em dois meses de Manaus ao Juruá e de Manaus ao rio Negro.

Devido a irregularidade da navegação a vapor no rio Madeira, durante toda a segunda metade do século XIX o comércio que ligava Belém e Manaus às vilas e povoados da região era feito pelas canoas de regatão. Estes mascates fluviais levavam em canoas, por todos os rios, lagoas, furos e lugares, mercadorias estrangeiras e/ou nacionais e as trocavam por produtos extrativistas, principalmente a borracha.²³²

Todavia, conforme salientou Leal, outrora reconhecidos e valorizados pelo trabalho nos rios e sertões do Grão-Pará, com a intensificação da atividade comercial, os regatões tornaram-se alvo de perseguições sistemáticas e tiveram que se adequar ao aumento do controle do trabalho e dos impostos. A partir da década de 1850, as províncias do Pará e do Amazonas procuraram controlar o comércio florescente no interior da Amazônia, para isso foi estabelecido diversos dispositivos legais pelas assembleias provinciais para regulamentação sobre as casas de vendas no interior das províncias, numa tentativa de evitar o comércio de regatão.²³³

Nas falas dos presidentes de província podemos perceber a condenação ao comércio ambulante. Para os presidentes Passos de Miranda e Domingos Jaci Monteiro, os regatões eram nocivos a moral e as relações, sobretudo dos índios com os brancos em razão das burlas e falácias que utilizam. Por outro lado, admitiam que “talvez seja um mal necessário”, pois indo a toda parte, entrando em todos os rios dinamizam as relações econômicas e sociais.²³⁴

Entretanto, existiam vozes destoantes. Alguns viam o regatão como necessário para civilizar os sertões. Esse é o caso de Tavares Bastos, para quem os altos impostos sobre o comércio ambulante dos regatões e as lojas fora dos povoados eram prejudiciais a prosperidade da região.²³⁵

Observador astuto das dinâmicas sociais, Tavares Bastos, salientou que o controle sobre as lojas fora dos povoados e as canoas de regatão não foi somente devido ao zelo pela moralidade e proteção dos indígenas, na verdade, estes agentes concorriam com os comerciantes estabelecidos nos povoados, “que alias não são geralmente mais moralizados”, a diferença se encontrava no fato dos comerciantes instalados nos povoados e cidades serem influentes politicamente, de modo que podiam ter suas pretensões atendidas.²³⁶

²³² BASTOS, 1866, p. 281.

²³³ LEAL, 2013, p. 193.

²³⁴ AMAZONAS, Volume V, 1908, p. 740.

²³⁵ BASTOS, 1866, p. 286.

²³⁶ BASTOS, 1866, p. 283.

De acordo com Barbara Weinstein, as práticas comerciais dos regatões eram “tudo o que a elite tradicional detestava na comunidade mercantil, em contraste com os comerciantes mais ricos de Belém, cujos sólidos vínculos financeiros e sociais lhes permitiam obter fidalguia.²³⁷ Esta visão foi consolidada pela historiografia, segundo o qual o controle sobre os regatões e as lojas fora dos povoados atendiam interesses dos comerciantes e donos das firmas aviadoras de Belém e Manaus.²³⁸

Todavia, dificilmente encontravam-se nas cidades de Belém e Manaus casas aviadoras que não empregassem canoas de regateio para o comércio no alto dos rios.²³⁹ Em nosso caso, a trajetória comercial dos portugueses começava em Belém ao serem recebidos por conterrâneos já instalados na capital paraense, sendo posteriormente enviados para o interior amazônico como caixeiros das casas comerciais. Esses indivíduos iam para localidades onde aqueles comerciantes de grosso trato, residentes em Belém, possuíam aviados. Ali os imigrantes recém-chegados começavam a atuar como regatões/caixeiros.

Assim sendo, os regatões atendiam aos interesses de importantes comerciantes estabelecidos em Belém. De modo que os interesses relacionados ao exercício deste comércio são ambíguos. Como é o caso do português Serafim Ferreira de Mello, que ao chegar em Belém foi recebido pela importante casa comercial de Manoel Joaquim de Freitas, que entre outras era representante do Banco do Minho em Belém. Logo após sua chegada foi enviado para a residência de Joaquim Francisco Baptista no rio Madeira, este português já era estabelecido na região e aviado da casa comercial de Manoel Joaquim de Freitas. Sob os cuidados de Joaquim, o recém-chegado Serafim passou a atuar como caixeiro.²⁴⁰

²³⁷ WEINSTEIN, 1993, p. 69.

²³⁸ LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855**. Belém: Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, (dissertação de mestrado), 2002; SALES, Mália Aline Freitas. **Viagem das Coisas e das Ideias: o movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista**. Belém: UFPA (dissertação de mestrado), 2012; GOULART, José Alípio. **O regatão: mascate fluvial da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1968; MONTEIRO, Mário Ypiranga. **O regatão (notícia histórica)**. Manaus: Edições Planície, 1958; PEREIRA, José Veríssimo da Costa. *Regatões*. In: IBGE. **Tipos e aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, p. 34-38; MOOG, Vianna. **O ciclo do ouro negro: impressões da Amazônia**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975; HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. *Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX)*. **Revista de História**, n. 171, p. 49-82, 2014.

²³⁹ LOPES, 2002, p. 76.

²⁴⁰ Habilitação consular Serafim Ferreira de Mello. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 2558. Habilitação 3.325. Imagem p1490815. Data da habilitação: 24/04/1872; Commercio do Amazonas (AM), 10 de agosto de 1880, Anno XI, Número 163, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/301337/380>; O Liberal do Pará (PA), 30 de dezembro de 1871, Anno III, Número 292, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/2399>; Amazonas (AM), 30 de junho de 1868, Anno II, Número 110, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/309>.

Considerando que o transporte amazônico se dava mediante os rios, a atividade de caixeiro esteve intrinsicamente ligada ao comércio de regatão. Serafim, após certo tempo atuando como caixeiro/regatão de Joaquim e tendo arrecadado certa importância adquiriu sua própria canoa. Vale salientar que a atividade de regatão proporcionava a estes indivíduos um conhecimento sobre os rios, lagoas, furos, lugares e regiões ricas em seringais.²⁴¹

Assim, Serafim Ferreira de Mello estabeleceu suas redes de sociabilidade por toda região, tendo adquirido sociedade comercial para o negócio de regatão com o caixeiro português José Rodrigues da Costa²⁴² sob a firma Ferreira & Costa. Esta firma não era responsável pelos negócios particulares de nenhum dos sócios, apenas para o comércio de regatão.²⁴³

Serafim era aviado do comerciante português João Lopes de Oliveira, este residia em Serpa (Itacoatiara), ponto estratégico para o transporte de mercadorias de Belém para o Madeira e vice-versa, pois era ponto de parada dos vapores da Companhia de Navegação do Amazonas e de particulares. Por sua vez, João Lopes de Oliveira era aviado da importante casa comercial Manoel José de Carvalho & C.^a, pertencente aos parentes dos irmãos Quadros Carvalho.²⁴⁴ Podemos perceber que as redes de comércio conectavam as cidades de Belém e Manaus até os rincões do interior amazônico através das relações econômicas e sociais. Esses laços interpessoais eram caracterizados por vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade.

Para termos uma ideia exata da importância do comércio de regatão na província do Amazonas, apresentaremos um quadro exposto por João Wilkens de Mattos, no relatório provincial do ano de 1869, abrangendo o movimento dessas embarcações, sua lotação, tripulação e impostos pagos desde 1853 até o exercício de 1867-1868.

²⁴¹ Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial (PA), (Edições de 1868, 1870, 1871 e 1873). 1868, p. 174. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705985/184>;

²⁴² José Rodrigues da Costa não residiu no rio Madeira, mas visitava a região com certa regularidade. Podemos supor que este agente era caixeiro de alguma casa comercial de Belém.

²⁴³ Commercio do Amazonas (AM), 10 de agosto de 1880, Anno XI, Número 163, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/301337/380>; O Liberal do Pará (PA), 15 de maio de 1877, Anno IX, Número 108, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/8072>; Amazonas (AM), 30 de dezembro de 1881, Anno XVI, Número 668, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/3333>;

²⁴⁴ Habilitação consular João Lopes de Oliveira. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 1617. Habilitação 1957. Imagem P1480383. Data da habilitação: 29/09/1866.

Tabela 4: Movimento das embarcações de regatão na província do Amazonas (1853-1868)

Exercícios	Número das embarcações	Tonelagem	Tripulação	Valores dos impostos
1853	69	2.334	1.040	4:621\$562
1854	94	1.903	668	4:614\$087
1855	84	2.077	772	4:588\$390
1856	143	2.482	1.320	6:780\$000
1857	54	2.037	724	3:778\$360
1858	49	221	653	3:729\$040
1859	161	1.644	530	5:473\$311
1860	168	2.046	681	6:613\$840
1861	147	1.936	592	5:936\$902
1862	99	1.745	522	4:508\$744
1863 (semestre isolado)	11	503	184	1:043\$095
1863-1864	98	1.407	539	5:618\$546
1864-1865	101	1.381	537	5:711\$055
1865-1866	76	378 ½	232	8:086\$500
1866-1867	113	445 ½	259	9:386\$046
1867-1868	180	990	443	10:203\$274
Soma	1.647	23:550	9.696	90:692\$752

Fonte: AMAZONAS, Presidência. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados colecionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel Antônio Constantino Nery sendo governador do Estado. Volume III. (1863-1870).** Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908, p. 635.

A constante oscilação do número de embarcações decorreu de uma gradativa tentativa de controle sobre o comércio de regatão e lojas fora dos povoados por parte das autoridades provinciais, atendendo demandas de agentes sociais instalados nas cidades de Belém e Manaus que possuíam influência para fazer seus interesses serem atendidos. Assim sendo, nas províncias do Pará e Amazonas ocorreu um progressivo aumento no imposto cobrado sobre as canoas, numa tentativa de coibir este comércio.

Na província do Amazonas, o imposto sobre as canoas de regatão conservou-se estável de 1852 até 1857, em 25\$000 réis; porém foi elevado á 40\$000 réis entre 1858 até 1864. Em 5 de outubro de 1854, foi aprovada a lei nº. 41, “disciplinando que para as canoas de comércio interno ou de regatão deveriam ser retiradas licenças pelos respectivos donos, mestres, contramestres ou encarregados antes de empreenderem a primeira viagem de cada ano.”²⁴⁵

Em 1865, o imposto subiu para 100\$000 réis, sendo reduzido nos dois anos subsequentes á 50\$000 réis, para ser elevado em 1868 a 80\$000 réis.²⁴⁶ A constante oscilação neste imposto dificulta nosso estudo, porém, entre 1868 e 1874 as taxas mantiveram-se estáveis, sendo elevadas no período de 1874 à 1876 para 100\$000 réis. Através da lei n. 350 de 24 de maio de 1876 o imposto foi aumentado para surpreendentes 1:000\$000 réis por embarcação, sem contar os valores que deveriam ser pagos pelos produtos e tripulação.²⁴⁷

Devido aos altos custos para a retirada da matrícula na Administração da Fazenda e/ou nas coletorias do interior da província, um número pequeno de proprietários de canoas arcavam com os impostos advindos da regularização. Podemos supor que os comerciantes de canoas matriculados junto as agências municipais possuíam rendas que possibilitavam o pagamento das tarifas sobre a embarcação, tripulação e produtos.

Alguns comerciantes não se matriculavam junto as coletorias e circulavam sem a licença obrigatória, e em outros casos alteravam a declaração de rendimentos, além de comerciar produtos para os quais não possuía licença. Este é o caso dos comerciantes de canoa Joaquim e Antônio Joaquim Quadros Carvalho, que no ano de 1876, navegavam pelo Madeira vendendo

²⁴⁵ LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p. 611 e 196.

²⁴⁶ AMAZONAS, Presidência. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados colecionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel Antônio Constantino Nery sendo governador do Estado. Volume III. (1863-1870)**. Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908, p. 635.

²⁴⁷ AMAZONAS, Volume V, 1908, p. 739.

e comprando ouro e prata. Não tendo licença foram multados e tiveram seus produtos apreendidos pelo agente cobrador Manoel da Silva Campello.²⁴⁸

Sendo os Quadros Carvalhos aviados da firma Gaspar & Carvalho de Belém, estes manifestaram no jornal Comercio do Amazonas um protesto contra a atuação do agente cobrador. Em resposta aos protestos da firma aviadora, o agente Manoel da Silva Campello, declarou que

No rio Manicoré encontrei sem licença devida, a canôa de regatão dos srs. Quadros & Irmão, e como recusassem satisfazer os impostos, usei da faculdade da lei, collectando-os.
Em meu regresso, no dia seguinte, recebi uma carta em que se denunciava, que estes srs. também negociavam em joias de ouro e prata.
Não ignoraram o fim a que entrei em sua canôa, porque antecipadamente lhes fiz ver aquella denuncia; e por elles me foi franqueada a entrada, assim como, de suas próprias mãos recebi a factura.
Não seria forçado á apprehender essa factura, se tivessem satisfeito os impostos, como lhes convidei muitas vezes, antes de lançar mão dessa medida, para salvaguardar os direitos da fazenda provincial e câmara municipal.²⁴⁹

Conforme a declaração acima, os Quadros Carvalhos não tinham licença para atuar como regatão e não pagavam os impostos. Podemos supor que isto era prática corrente, visto que a apreensão só era possível mediante uma “denúncia” acerca da comercialização de um produto específico, ouro e prata (joias). Assim sendo, a comercialização de produtos extrativos e de subsistência pelos regatões, mesmo que não licenciados, eram de certo modo tolerados pelas autoridades provinciais, pois deles dependia o abastecimento das populações que habitavam os rincões da região madeirense.

Segundo as fontes, os Quadros Carvalho deviam a fazenda provincial 400\$000 réis, referente ao exercício de 1875-1876. Tendo em vista que o valor do imposto sobre cada canoa era de 100\$000 réis, podemos supor que os Quadros Carvalho possuíam quatro canoas de regatão.²⁵⁰

Com efeito, o aumento extremo do imposto não alcançou o objetivo de extinguir os regatões. Todavia, o número de embarcação de regatão foi diminuindo, mas a renda proveniente do imposto á que elas estavam sujeitas aumentou consideravelmente, conforme tabela abaixo:

²⁴⁸ Jornal do Amazonas (AM), 3 de maio de 1876, Anno II, Número 81, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/275>

²⁴⁹ Jornal do Amazonas (AM), 3 de maio de 1876, Anno II, Número 81, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/275>

²⁵⁰ Jornal do Amazonas (AM), 18 de maio de 1876, Anno II, Número 98, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/340>

Tabela 5: Número de embarcações de regatão na província do Amazonas e renda proveniente do imposto

Exercícios	Embarcações	Toneladas	Tripulação	Valor dos impostos
1866-1867	113	445 ½	259	9:386\$046
1867-1868	180	990	443	10:203\$274
1868-1869	145	858	480	14:962\$747

Fonte: AMAZONAS, Presidência. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados colecionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel Antônio Constantino Nery sendo governador do Estado.** Volume III. (1863-1870). Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908, p. 777.

De acordo com o relatório provincial, no exercício de 1867 a 1868 havia em toda a província do Amazonas 165 casas de comércio, de 1868 a 1869 elevou-se esse número a 212, um aumento de 47 casas comerciais. Das 212 casas, 83 eram portuguesas, sendo que 20 delas estavam localizadas no rio Madeira.²⁵¹ Como vimos no decorrer do trabalho, os imigrantes portugueses no Madeira eram principalmente comerciantes que abasteciam os sítios e seringais de mercadorias, vale dizer, a preços onerosos. Alguns desses comerciantes estabeleceram casas de comércio, onde empregavam outros conterrâneos como caixeiros/regatão de suas casas comerciais.

Antes mesmo do *boom* econômico e social de fins da década de 1870, o Madeira já era uma área importante de extração e comércio, devido a progressiva alta dos preços da goma elástica que fez um maior número de comerciantes se dirigir para a região. Segundo informações do relatório provincial de 1858, a coletoria da vila de Borba arrecadou, em 1856, um total de 3:904\$700, no ano seguinte esse valor subiu para 6:357\$215, ou seja, houve um

²⁵¹ AMAZONAS, Volume III, 1908, p. 775.

aumento de 2:452\$515, no valor da arrecadação provincial.²⁵² No ano de 1862, o valor dos produtos exportados da vila de Borba foi de 215:731\$350 de um total de 693:515\$647 de toda a província, ou seja, a quarta parte das rendas da Província.²⁵³ Em todos os anos mencionados a goma elástica foi o produto de maior arrecadação, acompanhado diretamente pela castanha. A maior parte dos gêneros eram exportados por embarcações à vela, devido a irregularidade da navegação à vapor.²⁵⁴ Assim, a região do rio Madeira acabou por tornar-se o maior exportador da província do Amazonas.

No mapa das embarcações empregadas neste tipo de comércio na província do Amazonas durante o ano financeiro de 1869 a 1870, constavam na localidade de Borba 8 embarcações, 71 pessoas na tripulação, 108 toneladas de mercadorias, o que permitiu a arrecadação de 720\$000 em impostos provinciais. A localidade do Crato continha 7 embarcações, 29 tripulantes matriculados 57 toneladas de mercadorias, e um total de 560\$000 de impostos coletado, juntas as agências de Borba e Crato eram responsáveis por um quarto das rendas provinciais.²⁵⁵

Devemos considerar que parte dos produtos exportados do rio Madeira e outros rios, não passavam por Manaus, eram despachados diretamente para Belém. Pois, o último ponto fiscal da província do Amazonas era a coletoria de Vila Bela, colocada em uma ilha, na margem direita do rio Amazonas. Isso significa que não podiam fiscalizar o trânsito pelos furos do Ramos, Paraná-Mirim e Espírito Santo, de forma que uma embarcação podia subir e descer o Madeira, ter relações com os habitantes, com a Bolívia e regressar ao Pará, sem a ciência do ponto fiscal.²⁵⁶

Por outro lado, a alta taxaçaõ das canoas de regatão e o desenvolver da navegação a vapor, criou uma nova “casta de regatões”, os regatões de vapor.²⁵⁷ O movimento constante dos pequenos vapores que navegavam pelo Madeira, tocando de barraca em barraca, percorrendo

²⁵² AMAZONAS, Presidência. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados colecionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel Antônio Constantino Nery sendo governador do Estado.** Volume II. (1858-1862). Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908, p. 158.

²⁵³ AMAZONAS, Presidência. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados colecionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel Antônio Constantino Nery sendo governador do Estado.** Volume III. (1863-1870). Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908, p. 34.

²⁵⁴ AMAZONAS, Volume II, 1908, p. 197.

²⁵⁵ AMAZONAS, Presidência. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados colecionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel Antônio Constantino Nery sendo governador do Estado.** Volume IV. (1870-1873). Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908, p. 215.

²⁵⁶ AMAZONAS, Volume IV, 1908, p. 682.

²⁵⁷ AMAZONAS, Volume V, 1908, p. 739.

todos os furos e evitando sair pelo Amazonas, fez que muitos dos produtos da região saíssem da província sem o pagamento dos impostos, o que impossibilita uma análise mais densa acerca desta atividade comercial.

Em uma edição de junho de 1868, o periódico *Amazonas* publicou um abaixo assinado dos súditos portugueses comerciantes e/ou produtores de goma elástica residentes no rio Madeira, dos 77 nomes que encontramos 23 fazem parte das trajetórias aqui analisadas.²⁵⁸ Podemos inferir que a maior parte dos imigrantes portugueses chegados a região, iniciou sua carreira como caixeiros no comércio de regatão.

Conseguimos identificar 20 portugueses que trabalharam com canoas de regatão na região do rio Madeira, são eles: Joaquim e Antônio de Oliveira Custodio, Domingos e Bartholomeu Ferreira Pinto, Manoel e José dos Santos “Baptista”, José da Silva Jordão, Serafim Ferreira de Mello, Candido de Souza Lobo, Henrique Borges de Souza, Manoel Pereira Gonçalves, Francisco Fernandes de Miranda, Antônio José Vieira Braga, Antônio Pereira da Silva Coimbra, Antônio Monteiro da Costa, João de Almeida Monteiro, Joaquim e Antônio Quadros Carvalho, João José da Silva Mattos e Domingos Alves Carneiro. Sendo que os últimos cinco indivíduos tinham suas embarcações matriculadas junto as agencias fiscais de Manicoré, Borba, Canumã e Crato.²⁵⁹

Podemos deduzir que as rendas advindas deste tipo de comércio eram consideráveis, pois, o aumento no valor dos impostos foi devido a alta do preço da goma elástica, o que provocou uma elevação na arrecadação provincial. A diminuição das embarcações deveu-se a diversos fatores: o aumento das taxas sobre as canoas de regatão, o estabelecimento de uma legislação que visava coibir este tipo de comércio, e principalmente o desenvolvimento da navegação regular a vapor no Amazonas, que provocou um barateamento do custo das

²⁵⁸ Amazonas (AM), 30 de junho de 1868, Anno II, Número 110. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/311>

²⁵⁹ Amazonas (AM), 30 de junho de 1868, Anno II, Número 110, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/309>; Estrella do Amazonas (AM), 28 de dezembro de 1862, Número 701, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/213420/987>; Amazonas, (AM), 26 de outubro de 1867, anno II, número 73, p. 4; Jornal do Amazonas (AM), 11 de agosto de 1875, ano I, número 26, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/228>; Amazonas (AM), 28 de outubro de 1881, Anno XVI, Número 643, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/3249>; Amazonas (AM), 13 de agosto de 1879, Anno XIV, Número 313, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2263>; Amazonas (AM), 13 de janeiro de 1872, Anno VI, Número 399, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/1049>; Jornal do Amazonas (AM), 8 de outubro de 1875, Anno I, Número 42, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/119>; Commercio do Amazonas (AM), 10 de agosto de 1880, Anno XI, Número 163, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/301337/380>; Jornal do Amazonas (AM), 24 de abril de 1876, Anno II, Número 93, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/260940/per260940_1876_00093.pdf; Jornal do Amazonas (AM), 17 de outubro de 1875, Anno I, Número 44, p. 3.

mercadorias, através do rebaixamento dos preços dos fretes, e uma diminuição no controle das canoas, incidindo maior fiscalização nos navios à vapor.

Além dos problemas entre os regatões e as autoridades provinciais, ocasionados pelo não pagamento dos impostos, outro fator que constantemente resultou em conflitos foi a utilização da mão-de-obra indígena. Porquanto, as canoas de regatão eram conduzidas à remo por indígenas “recrutados” nos aldeamentos ou aliciados dos comerciantes bolivianos que desciam o rio Madeira.

Para Sampaio, os discursos das autoridades provinciais revelam ambiguidades, pois “ao mesmo tempo em que defendem a necessidade de suprimir mecanismos cerceadores da liberdade de trabalho, reeditam práticas de tipo colonial”.²⁶⁰ Conforme salientou Lopes, o comércio de regatão era visto pelas autoridades como cerceador da liberdade dos índios; no entanto, o Estado não deixou de adotar práticas que ocasionavam essa mesma consequência, como o recrutamento forçado de indígenas para os Corpos de Trabalhadores e para as tropas militares.²⁶¹

Lembremos que o conflito entre o súdito português Antônio Joaquim Pereira Socorro e o subdelegado do distrito do Crato, Manoel Pereira de Sá, ocorreu devido ao recrutamento dos trabalhadores indígenas de Antônio J. P. Socorro Valente para o serviço de destacamento na capital. Além desse, o Major Sá atuou no recrutamento de trabalhadores do comerciante português Antônio Monteiro da Costa.²⁶²

Tendo em vista que o Madeira era via de comunicação da Bolívia com o Atlântico, havia um constante fluxo de comerciantes e trabalhadores indígenas provenientes das Terras Baixas. Em 1867, D. Ignacio Arauz, cônsul da Bolívia em Serpa, enviou ao presidente da província do Amazonas um ofício em que denunciava e solicitava uma ação para coibir o aliciamento dos índios tripulantes das canoas da Bolívia pelos comerciantes e proprietários de seringais.²⁶³ A mão-de-obra de indígenas provenientes dos antigos aldeamentos de Mojos e Chiquitos era muito utilizada na região do rio Madeira, seja para o trabalho nas canoas ou na extração de borracha.

²⁶⁰ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997, p. 118.

²⁶¹ LOPES, 2002, p. 81.

²⁶² Comercio do Amazonas, 2 de julho de 1870, Anno I, Número 260, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/301337/6>

²⁶³ Amazonas (AM), 13 de julho de 1867, Anno II, Número 58, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/161>

“No rio Madeira, Ignacio Velasco, despeitado com o negociante Manuel Maria de Moraes, que o havia despedido do seu serviço, invade-lhe a propriedade para levar d’ella treze índios bolivianos, que o dito Moraes havia legalmente contractado, e que por essa razão lhe foram restituídos.”²⁶⁴ Além do comerciante e proprietário português Manoel Maria de Moraes, outros utilizavam mão-de-obra boliviana para o trabalho nas canoas e seringais, como José Francisco Monteiro, Manoel Pereira Gonçalves e Eduardo Klautau.

Segundo Heliodoro Jaramillo, os comerciantes e proprietários do rio Madeira tinham uma preferência pelo trabalhador indígena, seja boliviano ou brasileiro. Segundo o autor, os moradores faziam oposição “a qualquer tentativa de emigrantes, sobretudo cearenses, contentando-se com o pessoal ali existente, bolivianos, amazonenses e paraenses”.²⁶⁵

Apesar dos problemas enfrentados com o controle sobre a produção e circulação de produtos e pessoas, o comércio de regatão perdurou por todo o I Ciclo da borracha, visto que havia uma rede clientelista que protegia determinados comerciantes. Em nosso caso, esta rede clientelista foi construída e reforçada através das redes de sociabilidade que conectavam o rio Madeira a capital paraense.

Os comerciantes portugueses foram enviados ao rio Madeira para trabalhar junto com outros conterrâneos já estabelecidos, sendo que alguns já haviam adquirido ou ocupado terras devolutas, tornando-se seringalistas. Todavia, não deixaram de lado o comércio de regatão, conservando suas canoas em sociedade com imigrantes portugueses recém-chegados e mantendo ligações com importantes casas aviadoras de Belém.

1.3.2. Lojas fora dos povoados

Os estudos sobre a regularização da posse da terra no Brasil do século XIX, continua sendo um tema bastante abordado pela historiografia, e dá margens para novas perspectivas. Para a historiadora Emília Viotti da Costa, as mudanças na forma de conceber as políticas de terra e trabalho no Brasil, fizeram parte da expansão dos mercados e do desenvolvimento do capitalismo no século XIX. A Lei de Terras decretada no Brasil em 1850 proibiu a aquisição de terras públicas através de qualquer meio que não fosse a compra, colocando fim as formas

²⁶⁴ AMAZONAS. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá.** Manáos, Typ. do Amazonas, 1883, p. 4.

²⁶⁵ JARAMILLO, Heliodoro. **Breve notícia sobre os vales dos rios Purus e Madeira afluentes do Amazonas.** Manaus: Governo Estado do Amazonas, 2004, p. 14.

tradicionais de adquirir terras mediante a posse ou doações da Coroa. O tamanho das “posses” (terra adquirida por meio da ocupação) foi restringido pela lei, surgindo a partir daí um serviço burocrático encarregado de controlar a terra pública e promover sua demarcação. No entanto, o ritmo da mudança variou de região para região, de acordo com a intensidade com que o capital mercantil atuou nestas áreas.²⁶⁶

Segundo a autora supracitada, houve no Brasil uma mudança gradativa na mentalidade acerca da posse da terra. Durante o período colonial, “a propriedade rural significava prestígio social, mas também poder econômico; mais tarde, no século XIX, a terra passou a significar, essencialmente, poder econômico: poder econômico este que, no entanto, poderia eventualmente trazer prestígio social”.²⁶⁷ No primeiro caso, o poder econômico derivava do prestígio social; no segundo, o prestígio social derivava do poder econômico. Contudo, estes modelos criados para a análise das regiões de *plantation* pouco contribuem para estudar as relações sociais que se estabeleceram na Amazônia, visto que a região possuía uma dinâmica singular.

Em um minucioso estudo das elites no Grão-Pará, Luciana Marinho Batista conseguiu demonstrar, em alguns casos que, em meados do século XIX, os grupos familiares da elite que nutriam interesses seja no comércio, seja nas atividades rurais, remontavam a construção de sua riqueza, poder e prestígio social ao período colonial.²⁶⁸ Conforme demonstrado em sua pesquisa, a posse da terras estava concentrada nas mãos das famílias tradicionais, assim os milhares de imigrantes, principalmente portugueses, chegados a Belém no decorrer do século XIX concentraram suas atividades no comércio, e a posse da terra continuou na mão das famílias ali instaladas.²⁶⁹

Tendo um intenso processo de ocupação desde o período colonial, a cidade de Belém era a capital da província do Pará, sede do principal porto exportador do Norte brasileiro e porta de entrada de milhares de imigrantes das mais diferentes nacionalidades que aportavam na região. Em contrapartida, a única povoação no rio Madeira que tem sua origem remontada ao período colonial é a vila de Borba e a localidade de São João do Crato. Todas as demais localidades surgiram no decorrer do século XIX, com a intensificação da exploração gomífera. Assim, a propriedade da terra no rio Madeira esteve intrinsecamente ligada ao avanço da

²⁶⁶ COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos** – 6 ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, 170-171.

²⁶⁷ COSTA, 1999, p. 173.

²⁶⁸ BATISTA, 2004, p. 17.

²⁶⁹ CANCELA et al. 2013, p. 485-488.

economia da borracha, sendo que os imigrantes ali instalados se dedicaram não apenas ao comércio, mas a produção de goma elástica.

Segundo o antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho, os primeiros núcleos de extração da goma elástica estiveram concentrados nas regiões próximas a Belém, que compreendia as chamadas Ilhas e o arquipélago do Marajó. Nesta área a extração era caracterizada pelo uso da mão-de-obra indígena e cabocla, pela despreocupação com a posse legal da terra. Além disso, havia uma combinação da atividade de extração da seringa com a produção de subsistência (lavoura e criação de animais). Esse modelo de extrativismo foi denominado por Oliveira como seringal caboclo, concentrado principalmente no baixo Amazonas.²⁷⁰

Todavia, conforme observado pelo viajante francês Auguste Biard, durante a primeira metade do século XIX, a bacia do rio Madeira foi intensamente percorrida por negociantes. Contudo, estes não se fixavam no território. A vista disso, desenvolveu-se um comércio extrativista sazonal e ambulante, ou seja, em determinadas épocas do ano iam adquirir a baixos preços produtos como óleo de copaíba, salsa, breu, pirarucu e seringa, transportando-os pelo rio Amazonas até o Pará, seja em vapores e/ou principalmente em canoas.

No entanto, a intensificação da extração do látex nas ilhas e igapós do baixo Amazonas (Pará), provocou um enfraquecimento das árvores de seringa que passaram a não produzir leite o bastante para atender a demanda do mercado internacional. Desse modo, avançou-se sobre rios abundantes em seringais e ainda “não explorados”, como o Purus, Juruá e Madeira.

De modo geral, na Amazônia a situação fundiária realmente se modificou a partir de 1870, com o avanço sobre novas áreas de exploração de seringa. Até então o uso da terra se dava pela posse, e visto que a terra era abundante, naturalmente não despertava maior interesse.²⁷¹ Todavia, o controle social na região não se dava pelo acesso à terra, mas sim pelo controle da produção e circulação dos produtos, ou seja, pelo crédito.

Com o aumento dos preços da borracha no mercado internacional e o aumento das rendas provenientes da prática comercial, muitos comerciantes passaram a instalar as chamadas “lojas fora do povoado”, estas lojas eram barracões situados em seringais dos quais estes negociantes eram proprietários. Em nosso caso, isso só foi possível porquanto o rio Madeira possuía grandes extensões de terras ainda “não exploradas”. Além disso, estes proprietários

²⁷⁰ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. "*O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX*". **Encontros com a Civilização Brasileira**, nº 11, maio 1979, p. 121-126.

²⁷¹ LEAL, 2007, p. 70.

tinham iniciado suas atividades através do comércio de regatão, o que possibilitou um conhecimento prático sobre as áreas ricas em seringais.

São os casos de João de Almeida Monteiro que possuía em Borba uma loja fora do povoado, no lugar Três Casas; Bento José de Macedo, no lugar Capaná (Manicoré); Manoel Pereira Gonçalves, no lugar Pasto Grande; Zeferino Ferreira de Britto, no lugar Sapucaia-oroca (distrito de Aripuanã); Antônio José de Freitas, no lugar Capaná (Manicoré) e Antônio Joaquim Pereira Socorro Valente, no lugar Muirassutuba (Borba).²⁷² Enfim, se considerarmos o número total dos portugueses que compõe nossa base de dados, e não apenas os empregados no comércio, teremos um total de 42 agentes, que declararam em algum momento, possuir “loja fora do povoado”.

Vale salientar que mesmo após a instalação das lojas fora dos povoados, os proprietários ainda enviavam canoas de regatão, em consórcio com outros portugueses (caixeiros), para os sítios e seringais nas margens do rio e afluentes. Podemos inferir que no rio Madeira e seu afluentes, durante o I Ciclo da Borracha, ainda era praticado um comércio de extrativismo sazonal e ambulante. Contudo, o avanço do extrativismo sedentário do sítio e do seringal, unidade rural especializada no extrativismo da borracha, redimensionou a relação com os recursos naturais na região e só foi possível mediante o interesse do mercado internacional nos produtos naturais da região amazônica, em especial a borracha.

As chamadas “lojas fora do povoado” foram estabelecidas mediante a posse, em um momento que o governo começou a oferecer concessões de terras (seringais) a quem quisesse trabalhar na extração da borracha; outros adquiriram através da compra de terras devolutas, todavia, o método mais comum era o da apropriação.²⁷³

Este processo de avanço sobre a terra, antes de uso comum, foi definido por Leal, dentro dos conceitos de Oliveira Filho, como um novo processo de territorialização. Para o autor, o conceito pode ser entendido a partir do processo de criação de instrumentos de controle dos recursos ambientais.²⁷⁴ Desse modo, a compra e demarcação de terras, antes de uso comunitários, ricas em produtos extrativistas, em especial a seringa e a castanha fez parte desse novo processo de territorialização que modificou as dinâmicas econômicas e sociais na Amazônia.

²⁷² Amazonas (AM), 3 de janeiro de 1872, anno VI, número 396, p. 3; Amazonas (AM), 13 de agosto de 1879, anno XIV, número 313, p. 3; Jornal do Amazonas (AM), 11 de agosto de 1875, anno I, número 26, p. 4.

²⁷³ COUTINHO, 1861, p. 18-20.

²⁷⁴ LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)**. Dissertação de Mestrado. Programas de Pós-graduação, UFAM/Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus, 2007, p. 69.

Considerando que as árvores de seringa estavam dispersas por grandes extensões de terras, as propriedades também ocupavam imensas áreas. Neste contexto em que a terra em si vale pouco e a posse dos seringais era constituída através do “descobrimento”, a delimitação era sempre duvidosa e contestada. Entre os anos de 1883 a 1887 encontramos noticiado no jornal *Amazonas*, o conflito que se deu entre os comerciantes e proprietários de seringais Manoel Maria de Moraes e João Miguel da Fonseca Lobo, o primeiro natural de Portugal e o segundo da província do Ceará.²⁷⁵

Moraes e Lobo possuíam na agência provincial de Abelhas, na margem esquerda do rio Madeira, “casas fora do povoado”. Suas propriedades, denominadas *Assunção* (João Miguel da Fonseca Lobo) e *Belém* (Manoel Maria de Moraes), eram próximas a foz do rio Jamari, afluente da margem direita do rio Madeira, e ambas começaram a ser exploradas nos idos de 1870.²⁷⁶

O comerciante e seringalista português Manoel Maria de Moraes chegou à cidade de Belém em julho de 1854, procedente do Maranhão. Na capital paraense residiu na Travessa do Passinho, na região do comércio, onde possuía um armazém. Seus negócios eram geridos pela sociedade Rozado & Moraes.²⁷⁷ A firma de Manoel abastecia o interior Amazônico e a região do rio Madeira, para onde viajava com regularidade, juntamente com outros negociantes, entre eles, José Augusto Gaspar de Carvalho, da firma Gaspar & Carvalho, já mencionada quando tratamos das redes de sociabilidade dos irmãos Quadros Carvalho.²⁷⁸

Em 1870, Manoel liquida a firma Rozado & Moraes, assumindo sociedade com o português João Lopes de Oliveira, residente em Serpa (Itacoatiara).²⁷⁹ A sociedade comercial que girava sob a firma de João Lopes de Oliveira & C.^a era proprietária do lugar *Uruapiara*, localizado no distrito de Baetas, no rio Madeira, onde era extraída borracha e possivelmente base para o comércio de regatão com as populações residentes na região.²⁸⁰

²⁷⁵ Habilitação consular Manoel Maria de Moraes. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 1525. Habilitação 2104. Imagem P1480550. Data da habilitação: 16/08/1867; STUDART, Guilherme. **Diccionario bio-bibliographico cearense**. Edições UFC, Volume I, 1913, p. 499.

²⁷⁶ *Amazonas* (AM), 8 de novembro de 1882, Anno XVII, Número 793, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/3646>

²⁷⁷ *Jornal do Pará: Órgão Oficial* (PA), 1 de fevereiro de 1867, Anno V, Número 27, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/219339/103>;

²⁷⁸ *Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial* (PA), 6 de janeiro de 1869, Anno II, Número 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222402/490>.

²⁷⁹ *Jornal do Pará: Órgão Oficial* (PA), 24 de setembro de 1870, Anno VIII, Número 212, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/219339/2776>;

²⁸⁰ *O Liberal do Para* (PA), 27 de outubro de 1878, Anno X, Número 246, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/9755>

Em 24 de novembro de 1878, a sociedade de Manoel e João Lopes foi dissolvida. As fontes nos permitem supor que Manoel já havia instalado sua loja fora do povoado, no lugar denominado *Belém*, onde residia com sua mulher e filhos. O abastecimento de sua propriedade era feito pelo comerciante paraense Albino da Silva Machado, com quem mantinha relações comerciais e de amizade. Estas redes sociais foram adquiridas quando residia na cidade de Belém, capital da província do Pará.²⁸¹

Quando as facilidades de ocupação nas margens do Madeira começaram a diminuir os comerciantes se voltaram para os afluentes do dito rio. O conflito entre Manoel Maria de Moraes e o cearense João Miguel da Fonseca Lobo se deu por terras no rio Jamari. A foz do rio Jamari era explorada preferencialmente por proprietários bolivianos, entre eles, Luiz Lens e Pedro Bazan, sócios na exploração de borracha na região.

Em 1883, com a dissolução da sociedade Lens & Bazan, João Miguel da Fonseca Lobo comprou dois seringais pertencentes a sociedade, um com cem estradas de seringa e outro com mais de sessenta.²⁸² Nesse mesmo período, Manoel Maria de Moraes já explorava borracha nas margens do rio Jamari. Desse modo, as zonas de exploração de João Miguel e Manoel eram vizinhas, porém, Manoel continuava avançando sobre novas áreas produtoras, o que levou João Miguel a publicar no *Jornal do Amazonas*, uma prevenção contra qualquer que quisesse empreender “nova descoberta” na região que havia adquirido de Lens e Bazan. Podemos inferir que esta publicação foi direcionada ao comerciante e proprietário português.

Entretanto, Manoel se utilizou dos mesmos meios para protestar contra os avanços de João Miguel sobre as terras que considerava de sua propriedade.

Quando me vi na dura necessidade de mandar trabalhar no Jamary, sem saber se encontraria seringal para abri, dei conhecimento de meu proposito ao exm. Sr. dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá e pedi-lhe licença para fazer a exploração; ao que ele me respondeu, a bordo do “Iça”: que podia fazer as explorações que quisesse, trabalhasse, e se visse que me viria a convir ser possuidor do que explorasse, requeresse a compra das terras, que me seriao concedidas. [...] Subirão minhas canoas e ao fim de 18 ou 20 dias de viagem abiu meu pessoal um seringal, acima da cachoeira do braço esquerdo, e edificou barracas e fez plantações etc; não tendo ao começar a exploração de matta encontrado vestígio algum de exploração ou picadas, portanto, foi a primeira vez que aquella matta foi explorada. Pouco tempo se poude trabalhar por causa da muita enfermidade e perdas de vidas que soffri, etc. Mandeí retirar; por algum tempo se consevarão as barracas (que creio ainda existem) e plantações [...] Continuí por algum tempo na posse pacifica até que, depois do sr. João Miguel ter

²⁸¹ Amazonas (AM), 15 de janeiro de 1878, Anno XIII, Número 227, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/1803>; Amazonas (AM), 6 de novembro de 1878, Anno XIII, Número 199, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/1803>

²⁸² Jornal do Amazonas (AM), 20 de setembro de 1883, Anno IX, Número 850, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/977>

comprado as benfeitorias que forão de Lens & Basan, começou com suas desonestas pretensões a esbulhar-me.²⁸³

Conforme o protesto de Manoel, o cearense João Miguel, não se conformando com os seringais que possuía no baixo Jamari, mandava pessoas cortar seringa em sua propriedade. De acordo com o comerciante português, “pouco tempo se demorarão la, porem o bastante para deixarem atraz de si a destruição”.

Em outubro de 1885, estando os negociantes e seringalistas Manoel e João Miguel a bordo do vapor Mauá, se envolveram em uma “discussão” acerca da propriedade de um seringal do rio Jamari. Segundo declaração de Manoel Maria de Moraes:

Tendo o sr. João Miguel da Fonseca Lobo estado divergente comigo respeito á propriedade de um seringal no braço esquerdo do rio Jamary, acima das cachoeiras, o qual foi explorado por minha conta, como expuz em minha publicação feita no jornal oficial Amasonas, declaro que hoje, a bordo do vapor Mauá, o mesmo sr. João Miguel, ao fim de uma conferência que teve comigo, abriu mão da questão que fazia reconhecendo o direito que me assistia.²⁸⁴

Apesar de Manoel ter afirmado que as disputas pela propriedade do seringal haviam sido resolvidas, encontramos no ano seguinte declarações das espoliações que sofria por parte do cearense João Miguel da Fonseca Lobo.

Em 1886, Manoel Maria de Moraes Junior, filho do imigrante português de mesmo nome, juntamente com outros indivíduos, foi até a localidade de *Assunção*, residência de João Miguel, para avisar “que ia entrar com pessoal por minha conta para o centro do Jamary e que se encontrasse o meu lugar ocupado faria sahir por bem, ou por mal em último caso, os invasores aliciados e dependentes do sr. João Miguel”.²⁸⁵

Meses depois, João Miguel continuava a enviar homens para coletar seringa nas áreas pretendidas por Manoel. Desta vez, foi enviado um indivíduo de nome Cosme, trabalhador de Manoel, até a residência de João Miguel, para exigir a retirada de seus trabalhadores da propriedade de seu patrão. Todavia, João Miguel não se encontrava na localidade e sim no Jamari, nos seringais em disputa.

²⁸³ Jornal do Amazonas (AM), 6 de março de 1886, Anno XI, Número 1189, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/1164>

²⁸⁴ Jornal do Amazonas (AM), 6 de novembro de 1885, Anno XI, Número 1128, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/1067>

²⁸⁵ Jornal do Amazonas (AM), 6 de março de 1886, Anno XI, Número 1189, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/1164>

Podemos observar que o conflito entre os *patrões* adquiria novos contornos, pois envolvia os trabalhadores de ambos os proprietários. De acordo com Leal, o conflito por terras ricas em seringais materializa não apenas uma disputa pelas estradas de borracha, “mas objetiva também um domínio sobre os homens que ali viviam. Para o contexto de área de expansão da fronteira extrativista, o controle dessas estradas, somado ao controle do crédito é uma forma de imobilizar a mão de obra”.²⁸⁶

Tendo em vista o conflito entre estes dois agentes sociais, vale salientar que nenhum dos seringais de Manoel e João Miguel, localizados no Jamari, foi requerido por compra junto a repartição de terras. No entanto, Manoel procurou regularizar a posse de seus seringais. Isto conforma a adequação de um novo espaço de disputa, a partir de instrumentos burocráticos e jurídicos modernos.

O primeiro movimento no sentido de regularizar a situação de áreas de extração no rio Madeira pode ser acompanhado através dos jornais da época e relatórios de presidente de província, com o estabelecimento de concessões em toda a província do Amazonas. Das 40 solicitações feitas no ano de 1864, ao governo imperial por título de concessão de terras devolutas, 26 foram para o rio Madeira. Entre esses requerimentos se encontrava o do português Joaquim José de Almeida Costa, comerciante e seringalista de alto rendimento e prestígio social dentro da sociedade madeirense. Além disso, ocupava o cargo de procurador agente do consulado português no rio Madeira, o que lhe conferia distinção social em meio aos nacionais e conterrâneos.²⁸⁷

Já o Relatório de Presidente de Província do ano de 1870, informa que das 141 concessões em todo o Amazonas, 63 concessões de terras foram para o rio Madeira.²⁸⁸ Conforme o discurso oficial, o objetivo do governo era evitar o conflito entre seringalistas que visavam ampliar suas áreas de exploração e levantar recursos com os impostos cobrados pela regularização. De acordo com o relatório, o desejo de ampliar a posse de terra, para a indústria extrativa, fez com que muitos, a título de *descobridores*, alienassem estradas de seringa, as quais não estavam dentro das delimitações da concessão a eles dada.

Considerando os problemas relacionados a regularização fundiária na bacia do rio Madeira, foi criada uma comissão específica para tratar da questão da terra na região e impedir a usurpação de bens nacionais. Em 1874, após um exame detalhado nos livros e documentos

²⁸⁶ LEAL, 2013, p. 74.

²⁸⁷ O *Cathechista* (AM), 14 de março de 1864, anno III, número 104, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/226556/77>; Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial (PA), (Edições de 1868, 1869, 1870, 1871 e 1873). 1868, p. 42. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705985/50>

²⁸⁸ AMAZONAS, Volume III, 1908, p. 789.

referentes ao estado da propriedade territorial na região, a comissão se dirigiu ao rio Madeira. Constavam nesses documentos,

[...] dois livros de lançamento das terras registradas nas freguesias de Borba e Canumã em 1856, contendo duzentos e um registros [...] Encontra-se entre esses títulos oitenta e treze de concessões feitas nas margens do Madeira, das quaes somente trinta e oito concessionários tirarão os respectivos titulos provisórios. [...] Com efeito nos títulos provisórios d'essas concessões, quasi todos de 1869, apenas estabeleceu-se como causa de nulidade [...] Os possuidores de terras concedidas por aquelles títulos [...] entregarão-se exclusivamente á indústria extractiva.²⁸⁹

A natureza da indústria a que se dedicavam, não tornava os seringalistas desejosos de ver demarcadas suas concessões, pois eles queriam ter a faculdade de estender os limites da área de exploração até onde permitisse a posse de seus vizinhos, que por sua parte tratavam de alargar o quanto podiam seus domínios. Daí o conflito de interesses e as consequentes questões de terras que surgiam no rio Madeira, como no caso de João Miguel da Fonseca Lobo e o português Manoel Maria de Moraes.²⁹⁰

Contudo, quando o conflito entre seringalistas, e seus trabalhadores, se tornava demasiado longo e intenso, a legitimação da posse possibilitava manter os seringais. Em 1885, vendo que não poderia mais avançar sobre novas áreas produtoras, ao contrário, poderia perder seus seringais para seu vizinho, que também continuava alargando seu território, Manoel dirigiu-se a Jansen Ferreira Junior, presidente da província do Amazonas, a quem apresentou provas e testemunhas de sua propriedade e dos esbulhos que vinha sofrendo por parte de João Miguel da Fonseca Lobo.

Entre as testemunhas se encontrava o comendador José Francisco Monteiro (português), na época em questão, representante da casa comercial Elias Nunes da Silva & Comp. do Pará, e o mais importante negociante do rio Madeira. Conforme as declarações de Manoel, “confio muito no seu testemunho, na sua informação, no que pudesse decidir como juiz, porque creio que poria de lado os *agravos* para ser justo.”²⁹¹

José Francisco Monteiro havia sido “amigo muito particular” de Manoel Maria de Moraes, ambos eram ligados por laços de conterraneidade, negócios e amizade. Todavia, no momento dos conflitos com João Miguel, “por ocorrências imprevistas e extraordinárias de

²⁸⁹ AMAZONAS, Presidência. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados coleccionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel Antônio Constantino Nery sendo governador do Estado.** Volume V. (1873-1874.). Rio de Janeiro, Tip. do “Jornal do Comércio”, 1908, p. 162-163.

²⁹⁰ AMAZONAS, 1908, p. 163.

²⁹¹ Jornal do Amazonas (AM), 6 de março de 1886, Anno XI, Número 1189, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/1164>

lamentável memória”, as teias de relações que ligavam Monteiro e Manoel estavam rompidas. Apesar disso, nos momentos de conflito as redes podem ser acionadas momentaneamente. Nesse caso, a conterraneidade possivelmente é o elemento chave para o desenrolar da disputa.

Parafrazeando Giovanni Levi, por trás dos mecanismos que legitimam as transações de terras se esconde o problema geral dos recursos, da solidariedade, da sobrevivência, do poder, “da manutenção ou da transformação das relações e dos valores sociais existentes, e, em relação a tudo isto, a tendência a maximizar a própria posição econômica pode percorrer os caminhos da convivência, mas também, os dos conflitos.”²⁹²

De acordo com Manoel Maria de Moraes, o presidente da província declarou que “ninguém com tanta legalidade havia trabalhado no rio Juary, que assistia todo o direito, que requeresse o lugar.” Tendo requerido a posse, o presidente da província José Jansen Ferreira, prontamente despachou a concessão em 13 de abril de 1885.²⁹³

Assim, é possível visualizar como as relações de amizade são acionadas nos momentos de necessidade. Nesse caso, na disputa pela posse da terra valia o primeiro a *descobrir* e estabelecer alguma benfeitoria e também estar inserido em uma rede de relações de amizade e vizinhança com autoridades e proprietários locais que podia ser acionada em momentos de conflito, pois garantia o atendimento de interesses pessoais.

Podemos inferir que esta estratégia foi largamente utilizada para a manutenção de propriedades sem regularização, já que a posse (terra adquirida por meio de ocupação) se dava mediante a confirmação de quem primeiro se instalou. “Esta cultura política clientelista de relações de dependência e trocas de favores, acabou se refletindo na postura das autoridades locais em relação às políticas de medição e legalização de terras devolutas.”²⁹⁴

Durante as medições de terras no rio Madeira, na década de 1890, o engenheiro Joao Miguel Ribas demarcou “a ninharia de 27.500 metros em um só dia, em 16 de julho de 94, nas terras denominadas Castanho, de José Francisco Monteiro & Comp,” e também o “seringal *Trindade*, pertencente a Almeida Monteiro & Comp., cuja demarcação foi efetuada por João Miguel Ribas em 16 de setembro de 96.” Sendo que “este seringal tem de perímetro 60.338 metros.”²⁹⁵ Estas medições dizem respeito a propriedades de dois portugueses e o relato faz parte de uma série de denúncias publicadas pelo redator Alberto Moreira Junior do jornal

²⁹² LEVI, 2000, p. 147u.

²⁹³ Jornal do Amazonas (AM), 3 de março de 1887, Anno XII, Número 1346, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/1604>

²⁹⁴ NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria–RS os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais. 1830-1891.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013, p. 40.

²⁹⁵ Commercio do Amazonas (AM), 8 de setembro de 1899, Anno XXXII, Número 16, p. 3.

Commercio do Amazonas, contra as demarcações feitas pelo engenheiro Ribas e seu enriquecimento quando atuava como chefe do sindicato de demarcações do Amazonas.

Encontramos aqui problemas e contradições resultantes da tentativa de regularização da posse da terra por parte da província do Amazonas, que encontrou oposição de posseiros e proprietários, os quais, para burlarem os dispositivos judiciais e os impostos, recorreram a práticas como a grilagem e a medição intencionalmente equivocada de suas propriedades.²⁹⁶

Além da regularização da propriedade territorial, outros fatores contribuíram para o novo processo de territorialização do rio Madeira. A partir de 1870, a criação de novos distritos policiais, a abertura do rio à navegação estrangeira, a criação da mesa de rendas na localidade de Santo Antônio, o início da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e uma tentativa de “proteção” das missões estabelecidas no rio e seus afluentes conformaram estratégias de controle sobre a região madeirense. Todas essas ações vinham atender os interesses públicos e privados na bacia hidrográfica do Madeira regidos pela expansão do capitalismo mercantil sobre as áreas de fronteira.

A posse da terra por determinados indivíduos, foi fruto de uma ascensão social obtida por estratégias matrimoniais, de negócios, obtenção de patentes militar, relações de amizade, conterraneidade e parentesco, que possibilitou os imigrantes portugueses adquirirem influência política local, obtendo benefícios, principalmente aqueles ligados ao não cumprimento dos requisitos legais da Lei de Terras. Na maioria das vezes, o indivíduo ocupava uma determinada área e somente após muitos anos de exploração, requeria junto ao Estado a regularização do lote de terras. Podemos inferir que esta estratégia permitia ao indivíduo explorar a seringa e determinar se o local proporcionava rendimento suficiente para efetivar a posse da propriedade mediante legalização junto aos órgãos responsáveis.

Não nos desdobraremos nesta temática, mas salientamos que os vínculos matrimoniais também constituíram estratégias importantes na arregimentação de propriedades. Observamos o exemplo de Manoel Pereira Gonçalves que passou a administrar o seringal Abelhas, pertencente ao seu falecido sogro, dado que, as normas sociais vigentes durante o Império, afirmavam que não “havendo um filho homem para herdar e administrar os bens deixados pelo patriarca, a função passava a ser desempenhada pelos genros, que em alguns casos somavam a fortuna familiar do sogro à sua.”²⁹⁷

²⁹⁶ LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

²⁹⁷ NICOLOSO, 2013, p. 70.

Em consonância com o trabalho de natureza exploratória de Oswald Truzzi e Davi Avelino Leal, podemos concluir que o exercício da atividade de comerciante não necessariamente significava um impedimento a propriedade de terras no rio Madeira. Muito pelo contrário, a atividade comercial foi o motor que possibilitou adquirir seringais e ascender socialmente na comunidade local.²⁹⁸

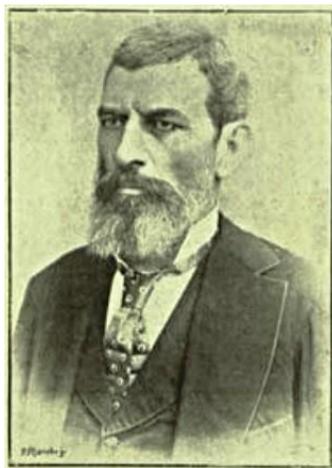
Salientamos que a análise das trajetórias dos comerciantes/seringalistas diz respeito a um seleto grupo que, provavelmente, fez parte da elite local, como negociantes, proprietários, ocupando cargos político-administrativos, policiais e/ou na Guarda Nacional. Quando não, seus filhos acabavam por assumir tais posições dentro a estrutura administrativa local, o que conferia prestígio a toda família. Dessa maneira, o lugar ocupado por estes indivíduos na sociedade local, lhes possibilitava o estabelecimento de vínculos com autoridades políticas influentes no município e na província. Assim, através das redes que mantinham, conseguiam aumentar seu patrimônio, prestígio e poder familiar.

²⁹⁸ TRUZZI, Oswaldo; LEAL, Davi A. *De caixeiros a seringalistas: portugueses comerciantes no rio Madeira*. In: **XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, São Pedro Estado de São Paulo. Anais [recurso eletrônico] XIX. 2014.

CAPÍTULO II

FAZER-SE ELITE NO RIO MADEIRA: COMENDADOR JOSÉ FRANCISCO MONTEIRO (1830-1917)

Figura 4: Comendador José Francisco Monteiro



Fonte: CASTILHO, Augusto. **Brasil-Portugal**. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1900, n. 28, p. 63.

O presente capítulo tem por objetivo investigar a trajetória de José Francisco Monteiro. Personagem singular da história madeirense, esse imigrante português alcançou riqueza, prestígio e poder na sociedade local. Assim, partiremos de um indivíduo, José Francisco Monteiro, para reconstituir suas redes sociais e entender como esse personagem se relaciona com as diferentes dimensões da realidade, percebendo relações íntimas e afetivas entre dimensões que, de outro modo, pareceriam dissociadas.²⁹⁹

Pois, é a partir dos homens e mulheres como agentes da história, considerando sua experiência em todos os aspectos (econômico, político, social, cultural, etc.) que podemos abrir novas vias para uma história mais global, ora ampliando, ora reduzindo a escala de análise. Desta maneira, as divisões entre o homem econômico, religioso ou político podem ser ferramentas para compreender o todo da realidade social.

Rastreando as estratégias de inserção social de José Francisco Monteiro, como vínculos familiares e de negócios, redes de relações e compadrios, as atividades econômicas que

²⁹⁹ IMÍZCOZ, José María. *Actores, redes, procesos reflexiones para una historia más global*. **Historia**, v. 3, n. 5, p. 115-140, 2004.

desempenhavam e a atuação na política local, intentaremos remontar o processo e as estratégias para fazer-se elite no rio Madeira.

2.1. Homem de negócios: redes, comércio e riqueza

Ao analisar as estratégias de inserção política e social das famílias de elite na fronteira Sul do Brasil, Farinatti enfatizou que na sociedade hierárquica do século XIX, um sujeito era tão bem-sucedido quanto maiores fossem suas redes de contatos nos círculos das famílias de elite e mais bem amarrados estivessem os laços que os uniam.³⁰⁰ Nesse sentido, para termos uma noção de como se amarravam as redes comerciais de José Francisco Monteiro, nos aprofundaremos no microuniverso das relações comerciais no rio Madeira que se conectavam com o emaranhado de negócios estabelecidos na cidade de Belém. Contudo, antes de iniciarmos a reconstrução das redes de negócios nos deteremos a compreender sua trajetória desde Portugal até sua chegada no rio Madeira.

O “Comendador Monteiro”, como era conhecido José Francisco, nasceu em Portugal, no dia 19 de março de 1830, na cidade do Porto, freguesia de Santo Ildefonso. Pouco sabemos da história desse agente antes de sua chegada ao rio Madeira, o que podemos supor, com base nas fontes e historiografia, é que o filho de Manoel Francisco Monteiro e Margarida Rosa Monteiro partiu rumo ao Brasil em 1840, aos dez anos de idade, acompanhando um tio. Por não termos encontrado nenhuma menção aos seus pais, mesmo após a aquisição de riqueza, podemos supor que estes haviam falecido quando de sua vinda para o Brasil.

Seu primeiro destino foi a cidade de São Luís, na província do Maranhão, que na primeira metade do século XIX se configurava como a quarta maior economia do Brasil, entretanto, foi perdendo importância no cenário da agro exportação.³⁰¹ Nesse período iniciou suas atividades no comércio,³⁰² possivelmente em alguma casa comercial de outro português, ou mesmo de seu tio.³⁰³

³⁰⁰ FARINATTI, L. A. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

³⁰¹ ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980, p. 9-10.

³⁰² A Capital (AM), 16 de outubro de 1917, anno I, número 92, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/307149/365>

³⁰³ A história da imigração e da presença portuguesa no Maranhão no século XIX ainda não foi abordada com a devida atenção. Encontramos pouquíssimos estudos, a maioria de natureza exploratória. Destacamos o trabalho de Marcelo Vieira Guimarães que tem enveredado pela temática da migração portuguesa no Maranhão. Ver: MAGALHÃES, Marcelo Vieira. *Portugueses no Maranhão (1822-1889): ensaio sobre a imigração*. In: **XXVII Simpósio Nacional de História** (ANPUH), Natal, 2013.

De acordo com MábíA Aline de Freitas Sales, ao analisar os Mapas Estatísticos do Comércio e Navegação do Império do Brasil, durante a década de 1840 vinte portos do Império recebiam embarcações que traziam mercadorias importadas de diversos países, principalmente da Europa e Estados Unidos. O Maranhão figurava como o quarto maior porto do Brasil, sendo responsável por quase o dobro das importações do porto de Belém.³⁰⁴

Alguns estudiosos, tendo em vista a eclosão da Cabanagem no Pará (1835-1840), e da Balaiada (1838-1841) no Maranhão, classificam a imigração portuguesa para estas regiões, na primeira metade do século XIX, como de “pouca monta ou quase igual a zero”³⁰⁵, afirmação um tanto relativizada por Gladys Sabina Ribeiro e Luiz Antônio Valente Guimarães.³⁰⁶ Porquanto, se considerarmos apenas os registros de passaportes do distrito do Porto entre 1834 e 1850 teremos 751 pessoas com destino ao Pará e 1244 para o Maranhão. Apesar de pouco expressivos se comparados a outras províncias, como o Rio de Janeiro, a imigração portuguesa para estas regiões não pode ser considerada nula.³⁰⁷

A pedido da Sociedade Geográfica de Lisboa, em 1852, o cônsul português Raimundo Capela elaborou um mapa da população portuguesa no Maranhão. De acordo com Capela, o auge da migração portuguesa foi de 1823 a 1846, ora, foi neste período que ocorreu a Balaiada. A partir dessas informações podemos inferir que a revolta não interferiu na corrente migratória, de modo que, assim como o jovem José Francisco Monteiro, outros imigrantes vinham atraídos pelo convite protetor de parentes e amigos.³⁰⁸

No Maranhão, como em outras províncias do Brasil, os portugueses ingressaram na carreira comercial, sendo que os mais jovens, ainda crianças iam para as atividades de caixeiros, que consistia no atendimento do balcão até às funções de guarda-livros, para o qual, os rudimentos de ler e escrever eram essenciais.

Além de José Francisco Monteiro, outros cinco portugueses que tiveram suas trajetórias analisadas no primeiro capítulo migraram primeiramente para o Maranhão, são eles: Manoel Maria de Moraes, Eduardo Joaquim Galdo, Candido de Souza Lobo, Francisco Fernandes de Miranda e Antônio Joaquim Pereira Socorro Valente.

³⁰⁴ SALES, MábíA Aline Freitas. Os negociantes de grosso trato em Belém: possibilidades de abordagem em termos de redes sociais, c.1840 – c.1870. **I Seminário Internacional Brasil no Século XIX**. 2014.

³⁰⁵ Destacam-se Joel Serrão, Mirian Halpern Pereira e Luiz Felipe de Alencastro.

³⁰⁶ GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. **De chegadas e partidas: migrações portuguesas no Pará (1800-1850)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará, 2016; RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Faperj, 2002.

³⁰⁷ **Livros de Registro de Passaportes do Arquivo Distrital do Porto**, anos de 1834 a 1850.

³⁰⁸ CAPELA, Raimundo. *Relatório*. **Boletim da Sociedade Geográfica de Lisboa**. 3 série, n. 4, 1882, p. 236.

Na cidade de São Luís do Maranhão, o jovem José Francisco começou a trabalhar no comércio, possivelmente de cabotagem, entre o Maranhão e a cidade de Belém. Assim, seu nome esteve ligado no Pará, Maranhão e Amazonas, à firmas comerciais importantes.

Nesse sentido, precisamos entender que era por meio do transporte fluvial que as informações circulavam entre as duas províncias.³⁰⁹ Tendo em vista a crise da economia agroexportadora (algodão) maranhense e a ascensão dos preços da goma elástica no mercado internacional, podemos inferir que, através da atividade comercial, José Francisco tomou conhecimento da riqueza que o comércio da borracha produzia nas províncias do Amazonas e Pará.³¹⁰

Ao visitar regularmente a capital paraense, principalmente a zona do comércio, Monteiro manteve relações com portugueses que comerciavam, visitavam e/ou residiam no rio Madeira. Como salientou Capela, na década de 1850 muitos portugueses que residiam no Maranhão se transplantaram para a vizinha província do Pará, “por ser um campo mais vasto e variado de ganancias”.³¹¹

Em 1854, após quatorze anos residindo no Maranhão, tendo como destino a capital paraense, José embarcou no patacho Quatro Amigos. Dali seguiu, no mesmo ano, para a vila de Borba no rio Madeira, onde fixou residência entre os anos de 1854 a 1861.³¹²

No período em questão, provinha da coletoria de Borba a quarta parte das rendas da província do Amazonas.³¹³ Sendo que em todos os anos mencionados a goma elástica foi o produto de maior arrecadação, acompanhado diretamente pela castanha. A maior parte dos gêneros eram exportados por embarcações à vela, devido a irregularidade da navegação à vapor.³¹⁴

Nesse período (década de 1850), o rio Madeira foi estudado do ponto de vista comercial e colonizador, pois interesses nacionais e internacionais, públicos e privados se voltaram com intensidade para a região. O tenente Lardner Gibbon navegou o rio Madeira de sua nascente até

³⁰⁹ VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

³¹⁰ ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860*. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2000.

³¹¹ CAPELA, 1882, p. 237.

³¹² Habilitação consular José Francisco Monteiro. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 513. Habilitação 1149. Imagem p1470805. Data da habilitação: 29/07/1861.

³¹³ AMAZONAS, Presidência. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados colecionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel Antônio Constantino Nery sendo governador do Estado**. Volume III. (1863-1870). Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908, p. 34.

³¹⁴ AMAZONAS, Volume II, 1908, p. 197.

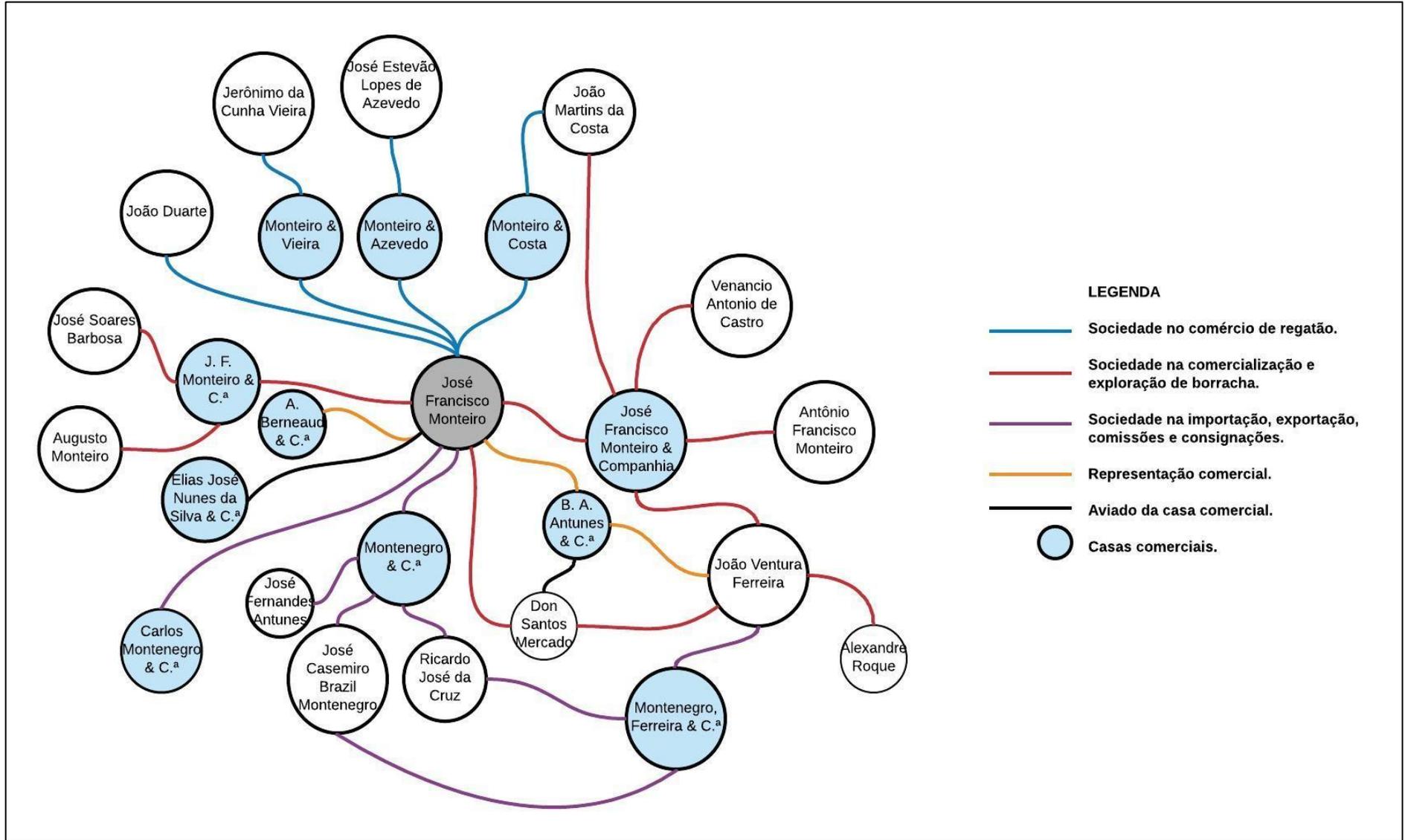
sua foz no ano de 1852. Tendo desembarcado em Borba, a descreveu como uma pequena cidade de trezentos habitantes que possuía duas filas de miseráveis cabanas de madeira, paralelas com a igreja. Segundo Gibbon, uma parte considerável de sua população, composta por índios, tapuios, negros e mestiços, havia se empregado na extração de goma elástica.³¹⁵

Após essas informações, iniciaremos a compreensão das redes de negócios estabelecidas por José Francisco. Considerando que a “rede” é um conjunto específico de conexões entre um grupo de pessoas, que pode ser usada para interpretar o comportamento social das pessoas associadas,³¹⁶ fizemos a opção metodológica de utilizar o método indutivo, partindo do sujeito para abrir o seu leque de relações. Dessa forma, construímos um gráfico das redes de negócios do comerciante José Francisco Monteiro. Contudo, essa ferramenta não tem por objetivo dar conta da totalidade das relações, mas apresenta-las de forma ordenada, para que possamos investigar como estas redes beneficiaram Monteiro na aquisição de riqueza, prestígio e poder na sociedade local.

³¹⁵ HERNDON, William Lewis; GIBBON, Lardner. **Exploration of the Valley of the Amazon** Made Under Direction of the Navy Department. R. Armstrong [etc.] public printer, PART II, 1854, p. 310.

³¹⁶ IMIZCOZ, 2004, p. 122.

Figura 5: Rede de negócios de José Francisco Monteiro



José Francisco Monteiro, assim como os demais portugueses que residiram na região madeirense, iniciou suas atividades como caixeiro/regatão, sendo aviado da casa comercial de Elias José Nunes da Silva e, posteriormente, seu representante e procurador³¹⁷ no rio Madeira.

Segundo Weinstein, tendo chegado em condição econômica modesta, Nunes da Silva tornou-se o português mais importante da província do Pará.³¹⁸ No decorrer de sua inserção na província, destacou-se como importador especializado em vinhos portugueses, “foi pioneiro no negócio do aviamento no Amazonas, na Bolívia e no Peru. Tornou-se o mais importante proprietário de vapores da Amazônia e seu navio que tinha seu nome foi o primeiro a navegar além das fronteiras do Pará”.³¹⁹ Dos 121 barcos que atracaram no Porto de Belém no ano de 1879, trinta deles estavam consignados a José Nunes da Silva & Cia.

Desse modo, quando chegou ao rio Madeira, José Francisco já possuía uma rede de apoio para iniciar suas atividades na região. Não é à toa que na década de 1870, quando ocorreu uma epidemia de varíola no rio Madeira, nos estabelecimentos da firma José Francisco Monteiro & Companhia houve poucos casos, pois o “Sr. Elias José Nunes da Silva, negociante abastado de Belém, logo que teve noticia de ter a varíola invadido o Madeira, remetteo ao Sr. José Francisco Monteiro uma sortida ambulância de cem laminas com puz vaccinico” para que fosse mandado vacinar grande parte dos trabalhadores do estabelecimento de Monteiro, “que é o mais importante de todo o rio Madeira, e no qual effectivamente domicilião-se de 250 à 300 almas”.³²⁰

A partir daí, tendo num primeiro momento a vila de Borba como base para sua atuação na região, Monteiro constituiu relações econômicas e sociais com indivíduos pertencentes a sociedade local que ocupavam cargos político-administrativos de destaque, entre eles ressaltamos a figura do então tenente da guarda nacional e subdelegado de Borba, Venâncio Antônio de Castro, residente na nascente localidade de Manicoré,³²¹ com o qual José Francisco estabeleceu uma sociedade para comercialização e exploração de borracha no rio Madeira e

³¹⁷ Jornal do Amazonas (AM), 6 de março de 1886, Anno XI, Número 1189, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/1164>

³¹⁸ WEINSTEIN, 1993, p. 78.

³¹⁹ SALES, 2014.

³²⁰ MENEZES, Aprigio Martins de. **Relatorio Apresentado ao Exm. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto pelo Dr. Aprigio Martins de Menezes, Encarregado da Enfermaria dos Variolosos, de sua Comissão ao rio Madeira.** Manáos: Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, 1874.

³²¹ O Catechista (AM), 1 de abril de 1865, Anno IV, Número 159, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/226556/268>

afluentes, destaque para o rio Machado,³²² aumentando consideravelmente a extensão de sua rede comercial.

Devido a irregularidade da navegação à vapor no rio Madeira, o comércio e abastecimento da região era feita através das canoas de regatão. Nesse sentido, José Francisco Monteiro desenvolveu um intensivo comércio de regatão por toda a extensão do rio e seus afluentes, tendo sob seus serviços jovens patrícios portugueses, brasileiros e indígenas.

O comerciante português mantinha seus fregueses em pontos estratégicos nas margens do Madeira, em especial na foz dos afluentes e próximo as missões de São Pedro e São Francisco. Porquanto, os aldeamentos proporcionavam trabalhadores para as canoas de regatão e extração da goma elástica. Além disso, seus barracões localizados na embocadura dos afluentes como os rios Machado e Jamari, possibilitavam um controle sobre o comércio e exploração da região e se tornavam ponto de abastecimento dos comerciantes brasileiros, portugueses e bolivianos que subiam e desciam o rio Madeira e seus afluentes.

Sendo aviado de uma importante casa comercial de Belém (Elias José Nunes da Silva & C.^a), José Francisco recebia com regularidade portugueses recém-chegados, para trabalharem como seus caixeiros/regatão. Podemos destacar os nomes de José Estevão Lopes de Azevedo³²³ (firma Monteiro & Azevedo),³²⁴ João Martins da Costa³²⁵ (firma Monteiro & Costa),³²⁶ Jeronimo Cunha Vieira³²⁷ (firma Monteiro & Vieira)³²⁸ e João Duarte,³²⁹ todos portugueses e caixeiros/regatão associados a Monteiro.

³²² O Liberal do Pará (PA), 8 de junho de 1879, Anno XI, Número 129, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1879_00129.pdf

³²³ Habilitação consular José Estevão Lopes de Azevedo. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 515. Habilitação 1151. Imagem P1470807. Data da habilitação: 30/07/1861.

³²⁴ Amazonas (AM), 10 de dezembro de 1880, Anno XV, Número 506, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2745>; Boletim Oficial (AM), 29 de janeiro de 1873, anno I, número 10, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/850691/28>

³²⁵ Habilitação consular Joao Martins da Costa. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 2205. Habilitação 2.623. Imagem P1490077. Data da habilitação: 27/12/1869.

³²⁶ Amazonas, (AM), 19 de setembro de 1879, Anno XIV, Número 329, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2329>

³²⁷ Jeronimo Cunha Vieira não faz parte de nosso banco de dados, pois não encontramos registro de passaporte ou habilitação consular, apenas sua menção em jornais da província do Amazonas.

³²⁸ Amazonas (AM), Anno XVII, 8 de novembro de 1882, Anno XVII, Número 793, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/3646>; Amazonas (AM), 3 de outubro de 1883, Anno XVIII, Número 928, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/3963>;

³²⁹ Habilitação consular Joao Duarte. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 1779. Habilitação 2877. Imagem P1490332. Data da habilitação: 01/02/1867; Boletim Oficial (AM), 29 de janeiro de 1873, anno I, número 10, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/850691/28>

No dia 8 de outubro de 1859 desembarcou na galera “Cidade de Belém”, procedente do Porto, o jovem José Estevão Lopes de Azevedo, com 13 anos de idade. Foi enviado como caixeiro para a casa de José Francisco Monteiro na vila de Borba. Por volta de 1863, juntamente com seu patrão, Lopes de Azevedo deslocou-se para a região do Crato no médio e alto rio Madeira.

Essa estratégia da empresa seringalista incidiu sobre áreas reconhecidamente ricas em seringais e com terras ainda “inexploradas”. Poderíamos considerar essa mudança, nas palavras de Bourdieu, como “o senso prático da estratégia”, uma ação que envolve um risco calculado de cada agente, mas que não se expressa formalmente.³³⁰

A localidade do Crato foi fundada em 1798 na foz do rio Jamari, com o objetivo de dar apoio aos viajantes, fornecendo mantimentos e índios para o serviço de remo e carregamento. Em 1802 a povoação mudou de local e se fixou na margem esquerda do rio Madeira, abaixo da boca do rio Jamari, entre a praia do Tamanduá e o lago Cuniã. Em 1828 aconteceu nova transferência da povoação, e esta ficou localizada entre os rios Baetas e Arraias, próxima ao ribeirão Maguarani e o igarapé Purus.

No final dos anos de 1850 Crato e Borba, antiga missão religiosa, eram as povoações de referência do Madeira. Mas eram povoações pequenas, medíocres, onde a atividade principal consistia na coleta de produtos florestais como cacau, salsaparrilha e cravo. Exploravam também a riqueza fluvial, principalmente através da pesca e salga do pirarucu. [...] Possuía o Crato uma pequena igreja dedicada a São João Batista. Durante parte da segunda metade do século XIX a povoação se manteve como ponto de apoio à precária navegação que se fazia de Belém ou Manaus até Vila Bela da Santíssima Trindade, passando por Exaltación (Bolívia, baixo rio Mamoré) e outras localidades bolivianas.³³¹

Apesar de ter estabelecido uma extensiva rede de comércio de regatão e exploração de goma elástica em locais estratégicos, os empreendimentos de José Francisco enfrentou reveses. Conforme relatório provincial, na noite de 3 de junho de 1863, foi assaltada pelos índios Parintintins a casa comercial de José Francisco Monteiro, que há pouco tempo havia se estabelecido no rio Baetas, afluente do rio Madeira. Os ditos indígenas assassinaram Anna Thereza de Almeida, de 60 anos de idade, e feriram gravemente Suzana Francisca do Rosário,

³³⁰ BOURDIEU, Pierre. *Da regra às estratégias*. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 23

³³¹ FONSECA, Dante Ribeiro da. *Crato, Santo Antônio e o rio Madeira no contexto da economia da borracha*. **Novos Cadernos NAEA**. v. 20, n. 2, p. 73-90, maio-ago, 2017, p. 75.

José Gonçalves Ferreira Bazilio Antônio Rodrigues, Pedro Antônio Ferreira de Assumpção, e levemente Angélica Ferreira, Catharina da Conceição e o menor Manoel.³³²

A partir da descrição da fonte, não foi possível identificar a relação ou o grau de parentesco entre o dono do barracão e as pessoas envolvidas no ataque do Baetas, todavia, podemos supor que trabalhavam para o comerciante.

Monteiro permaneceu mais alguns meses no Baetas, tendo solicitado junto a província do Amazonas, em janeiro de 1864, título de concessão na forma da lei número 1114 de 27 de setembro de 1860.³³³ Contudo, a constante resistência indígena ao avanço da fronteira extrativista, através de ataques aos barracões onde era explorada a borracha, obrigou José Francisco a abandonar seu estabelecimento no Baetas. Entretanto, direcionou seu pessoal para o lugar denominado *Frechal* (posteriormente chamado Pasto Grande), acima do Crato e abaixo do rio Machado, no distrito de Santo Antônio. Todavia, em 16 de julho de 1868, os índios Parintintins assaltaram a barraca de um freguês do comerciante e mataram a flechadas a mulher do freguês, de nome Ana Joaquina do Nascimento e uma índia boliviana, chamada Maria Rosaura. Conforme a descrição da fonte, as mulheres tinham em sua companhia um menino que escapou se escondendo no mato.³³⁴

No início de 1869 o barracão da família Monteiro sofreu um novo ataque, porém, dessa vez, os indígenas incendiaram o barracão de moradia e um batelão utilizado para a comercialização.³³⁵ Em retaliação aos assaltos em suas barracas, o comerciante português enviou seus homens em um ataque aos Parintintins.³³⁶ Este tipo de ação era conhecido como “correrias”, uma espécie de apresamento de mão de obra, política de afastamento ou represália dos indígenas hostis das áreas de seringais. Na maior parte das vezes os índios adultos fugiam

³³² AMAZONAS, Presidência. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados colecionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel Antônio Constantino Nery sendo governador do Estado.** Volume III. (1863-1870). Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908, p. 718.

³³³ O Cathéchista (AM), 14 de março de 1864, anno III, número 104, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/226556/77>

³³⁴ AMAZONAS, Volume III, 1908, p. 564; CASTILHO, Augusto. **Brasil-Portugal.** Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1900, n. 28, p. 63. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1900_1901/N28/N28_master/N28.pdf

³³⁵ MACCHETI, Jesualdo. **Diario del viaje fluvial del padre fray Jesualdo Maccheti, misionero del Colegio de la Paz, desde San Buenaventura y Reyes hasta el Atlántico en 1869.** La Paz: Impr. de El Siglo Industrial, 1886, p. 56.

³³⁶ MATHEWS, Edward. **Up the Amazon and Madeira Rivers, though Bolivian and Peru.** London Sampson Low Marston, Searle & Rivington, 1879, p. 20.

ou eram mortos, entretanto, as mulheres e crianças eram aprisionadas e enviadas para o trabalho nos barracões dos comerciantes.³³⁷

Tendo em vista os constantes ataques dos índios Parintintins, os fregueses que trabalhavam para o comerciante ameaçaram abandonar os serviços caso não mudassem de local. De tal modo, em 15 de maio de 1869, José Francisco Monteiro e seus trabalhadores atracaram próximo ao igarapé Behém, na margem direita do rio Madeira, fundando a localidade de Humaitá.³³⁸

Ao mudar-se do lugar Frechal para o igarapé Behém, o negociante perdeu os seringais daquela área. Anos depois aqueles seringais viriam a ser explorados por outro português, Manoel Pereira Gonçalves, sendo a partir daí denominado Pasto Grande. Contudo, parte das terras exploradas foram mantidas e, posteriormente exploradas por Maria Conceição Monteiro, filha de José Francisco.

A escolha do local onde está situada a cidade de Humaitá não foi aleatória, neste ponto o rio Madeira é muito estreito, “com facilidade se ouvia um grito da outra margem do rio”, além disso, sua localização dificultava os ataques dos índios Parintintins.³³⁹ Assim sendo, estava em uma posição estratégica para o controle das embarcações que subiam ou desciam para a Bolívia e o alto Madeira, bem como os rios Machado e Jamari, os afluentes mais ricos em goma elástica. Também, situava-se relativamente próximo às duas únicas missões religiosas da região, São Francisco e São Pedro de Alcântara. Nesses aldeamentos Monteiro e seus sócios agenciavam indígenas para a tripulação das canoas e extração da borracha.

Na missão de São Francisco localizada na margem esquerda do Madeira, entre a foz do rio Preto e Machado, o negociante José Francisco Monteiro estabeleceu uma loja fora do povoado. Tal empreendimento pertencia a firma comercial Monteiro & Vieira, possuindo diversos seringais nas áreas de entorno da missão, nos rios Preto, Machado e Madeira, tendo como sócio o português Jerônimo Cunha Vieira, este residente na missão.³⁴⁰

Segundo os relatos, havia constante tensão entre os comerciantes da região e os missionários, pois a lógica do comércio, girava em torno da mão de obra dos povos indígenas. De acordo com Cezár de Carvalho, ao analisar a utilização da mão de obra indígena por

³³⁷ FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao Redor do Brasil 1875-1878**. 2 vols. Rio de Janeiro Typographia de Pinheiro, 1880, p. 316.

³³⁸ HUGO, Victor. **Desbravadores: a história eclesiástica, no panorama social, político, e geográfico do grande Rio Madeira, seus afluentes e formadores na Amazônia**. Volume I. Missão Salesiana, 1959, p. 194.

³³⁹ HUGO, Volume I, 1959, p. 194.

³⁴⁰ Amazonas (AM), Anno XVII, 8 de novembro de 1882, Anno XVII, Número 793, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/3646>; Amazonas (AM), 3 de outubro de 1883, Anno XVIII, Número 928, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/3963>

comerciantes ao longo do rio Negro, os regatões iam até as aldeias acompanhados por interpretes da língua indígena e negociavam com o Tuxaua. Os acordos funcionavam da seguinte forma: o comerciante oferecia ao líder certa quantia de alimentos, armas, munição e outros objetos do cotidiano. Ao mesmo tempo em que entregava os produtos selecionavam um número de índios jovens para o trabalho.³⁴¹

Segundo o missionário Giuseppe Coppi, o “mais imoral dos comerciantes” era Jeronimo da Cunha Vieira. Segundo o relato do missionário, este pediu para que Jeronimo se retirasse da missão, entretanto, “ele continua a desobedecer declarando publicamente que não reconhece autoridade superior que obrigue a isso, porque sua vontade é livre”. Mesmo com os constantes conflitos, os comerciantes não pararam de comercializar na região e procuravam os índios principalmente para o trabalho nas canoas de regatão e coleta de borracha nos seringais. De acordo com Coppi, “no curso do ano, excetuando 3 ou 4 meses, eles se empenham em extrair a goma da borracha. Nesse período os índios se deslocam para as margens dos rios [...] acabado esse breve tempo de extração da goma elástica, os índios voltam a seus lugares.”³⁴²

Na década de 1870, os conflitos pelos usos sociais dos recursos naturais e da mão de obra indígena no rio Madeira se intensificam. Estas disputas advinham de objetivos antagônicos tanto dos seringalistas com os indígenas, como entre os próprios comerciantes. Em janeiro de 1871 foi remetido para Manaus o cidadão Honório Cavalcante de Albuquerque e um boliviano como autores de um incêndio na barraca de José Francisco Monteiro na foz do Jamari.³⁴³

Nessa região, trabalhava como caixeiro José Estevão Lopes de Azevedo, que tinha uma sociedade comercial, sob a firma Monteiro & Azevedo, com José Francisco, gerenciando duas canoas de regatão e algumas barracas de extração de goma elástica. Ao todo, identificamos sete canoas de regatão pertencentes a Monteiro, em sociedade com outros indivíduos portugueses, bolivianos e cearenses.³⁴⁴

³⁴¹ CÉZAR DE CARVALHO, Valéria Nery. **Les Fils du Tonnerre et l'expansion coloniale: une ethnohistoire du nord-ouest amazonien, 1750-1889**. Paris. École Pratique Des Hautes Études. Section Des Sciences Religieuses. Doctorat en Anthropologie, 2006.

³⁴² COPPI, G. I. **Breve Historia de las Misiones Franciscanas en la Provincia Amazonense Del Imperio Brasileiro** (Archivo Storico Del Museo Pigorini, Roma), 1884. In: RODRIGUES, Rafael de Oliveira. **Da crônica de viagem ao objeto museal: notas sobre uma coleção etnográfica brasileira em Roma**. Tese (doutorado), Florianópolis, SC, 2017, p. 70-76.

³⁴³ O *Cathechista* (AM), 14 de janeiro de 1871, Anno IX, Número 475, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/226556/424>

³⁴⁴ Amazonas (AM), 4 de julho de 1867, Anno II, Número 57, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/160>; Amazonas (AM), 19 de setembro de 1879, Anno XIV, Número 329, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2329>; Amazonas (AM), 10 de dezembro de 1880, Anno XV, Número 506, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2745>

Em fins da década de 1860, o frade Jesualdo Maccheti ao passar pela embocadura do rio Jamari menciona a presença de “una barraca de un portugués socio de un señor Monterio”, supomos que Maccheti se referia ao seringal de Azevedo. Além disso, o frade salientou que estes eram “regaton, como dicen acá: tiene una buena tienda bien surtida”, que abasteciam os viajantes, comerciantes e seringalistas que subiam e desciam o Madeira, e que exploravam o Jamari, como o “Sr. Cavalcanti y algunos bolivianos”.³⁴⁵

O “sr. Cavalcanti” mencionado pelo frei Jesualdo Maccheti é o mesmo que incendiou a barraca de Monteiro. Honorio Cavalcante de Albuquerque era subdelegado do distrito de Santo Antônio e diretor dos índios Araras no rio Preto, próximo a missão de São Francisco, lugar onde estava outro patrício de Monteiro, o senhor Jeronimo Cunha Vieira, mencionado acima.³⁴⁶

Em novembro de 1870, dois meses antes de ser conduzido preso para Manaus, pelo incêndio da barraca de José Francisco Monteiro, o agente Honorio Cavalcante de Albuquerque, morador do rio Madeira, no lugar denominado *Cavalcanti*, próximo a foz do Jamari, ponto de escala dos vapores da companhia fluvial requereu ao governo da província título de concessão do dito lugar.³⁴⁷ Desse modo, podemos inferir que o conflito entre Monteiro e Cavalcante se deu pela disputa de seringais e mão de obra indígena, pois os caixeiros de Monteiro estavam explorando goma elástica na região pretendida por Honorio e negociando com os índios da tribo Araras, e os agenciando para o trabalho nos seringais.

Podemos ver até aqui como o comércio de regatão ampliou e fortaleceu as redes de relações comerciais de Monteiro ao longo das margens do Madeira e afluentes, pois através do emprego de contratados vindos de Belém, por meio das redes de negócios e informação criadas na capital paraense, José Francisco pode instalar diversos estabelecimentos comerciais em pontos distintos do rio. Desse modo, influenciou e controlou as dinâmicas econômicas e sociais na região e tornou-se epicentro de uma rede que dava arrumação aos imigrantes recém-chegados, os tornando seus agregados para o trabalho na administração dos seus diversos seringais e nas canoas de regatão e, por consequência, controlando um considerável número de trabalhadores indígenas.

³⁴⁵ MACCHETI, 1886, p. 55.

³⁴⁶ O *Cathechista* (AM), 1 de abril de 1865, Anno IV, Número 159, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/226556/268>; *Estrella do Amazonas* (AM), 7 de setembro de 1861, Anno VII, Número 576, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/213420/522>

³⁴⁷ *Amazonas* (AM), 14 de fevereiro de 1871, Anno V, Número 331, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/916>

No demais, com a regularização da navegação a vapor no rio Madeira, houve um impulsionamento do comércio, o que beneficiou os comerciantes e produtores que habitavam na região.³⁴⁸ Desse modo, a localização das propriedades eram essencial para o escoamento e abastecimento. Assim, podemos entender a estratégia adotada por Monteiro em manter a maior parte dos empreendimentos da família localizados sempre às margens do rio Madeira e próximos aos pontos de escala dos vapores.

Nesse sentido, a proximidade do estabelecimento comercial denominado Humaitá, propriedade de José Francisco Monteiro, com o Crato era estratégica para os interesses comerciais do negociante português. Pois, nos anos de 1870, o Crato era uma povoação importante, visto que a Companhia Fluvial de Navegação do Alto Amazonas havia inaugurado sua linha para o rio Madeira com escala nos seguintes pontos: Manaus, Canumã, Borba, Tabocal, Manicoré, Baetas, Juma, **Crato**, Cavalcante e Santo Antônio.³⁴⁹

Portanto, devido a manutenção de relações comerciais com importantes casas aviadoras de Belém, e por sua proximidade com o Crato, ponto de escala dos vapores, a nascente localidade de Humaitá possuía em 1869, quando da passagem do frei Jesualdo Maccheti, um armazém devidamente abastecido. Ali os comerciantes que desciam da Bolívia paravam para abastecer as embarcações que seguiriam até Serpa.³⁵⁰ Dessa forma, aos poucos Humaitá tornou-se um importante entreposto comercial e base para o controle e exploração dos seringais e empreendimentos que José Francisco mantinha com seus associados.³⁵¹

Em 1873 uma comissão instituída pela Amazon Steam Navigation Co. Ltd. para investigar os rios da bacia do Amazonas subiu o Madeira até o ponto de Santo Antônio. Ao passar pelo Crato, qualificou como uma povoação “decente”, situada em terreno alto à beira do rio Madeira com aproximadamente vinte casas e uma igreja. Contudo, encontraram dificuldades para o abastecimento da comissão. Segundo um homem que ali estava, todos os moradores estavam morrendo de fome, pois os vapores da Companhia Fluvial de Navegação do Alto Amazonas eram muito demorados. Para surpresa dos membros da comissão, suas necessidades foram satisfeitas em Humaitá, um pequeno povoado em plena vista do Crato, onde observaram

³⁴⁸ ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia**. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012, p. 67-68.

³⁴⁹ AMAZONAS, Volume III, 1908, p. 781.

³⁵⁰ MACCHETI, 1886, p. 57.

³⁵¹; Correio de Manaos (AM), 24 de dezembro de 1869, Anno I, Número 25, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851043/98>

“uma verdadeira terra de abundância.”³⁵² Em Humaitá foram adquiridos produtos de primeira necessidade, como farinha, manteiga, tartarugas, pão e bananas, bem como madeiras para o vapor Beija Flor, no qual viajava a comissão.

O proprietário de Humaitá possuía um pequeno vapor, denominado Maicy, com o qual negociava borracha com o Pará. Em fevereiro de 1876 das 1.700 arrobas de borracha que o vapor Maicy transportou para o Pará, cerca de 1.300 pertenciam a casa comercial de José Francisco Monteiro & C.^a.³⁵³ A posse de um vapor livrava a família Monteiro da dependência dos vapores da Companhia de Navegação, pois eram muito irregulares, e de levar seus produtos em canoas até Serpa e vice-versa.

Assim, as estratégias comerciais de Monteiro permitiu que, ao longo da década de 1870, Humaitá fosse adquirindo importância na dinâmica social do rio Madeira, suplantando o Crato. De modo que, em 1879 foi designado pelo presidente da província do Amazonas, o lugar Humaitá, para ponto de escala dos vapores da companhia do Amazonas, em substituição do Crato.³⁵⁴

Algumas propriedades rurais serviam como ponto de parada dos vapores, facilitando o abastecimento e escoamento de produtos. Além disso, estes pontos acabavam por se tornar entrepostos comerciais com armazéns para guardar os produtos de outros proprietários da região. Assim, Humaitá, propriedade de José Francisco Monteiro adquiriu gradativamente importância logística e, conseqüentemente proporcionou um status diferenciado em relação aos demais comerciantes e proprietários do Madeira.

Podemos ver ao longo dessas linhas como a família Monteiro adquiriu e manteve atividades econômicas diversificadas. Nos **seringais** era explorada a borracha e outros produtos extrativistas; as **canoas de regatão** abasteciam e escovam a produção dos seringais; os **armazéns** abasteciam os regatões, recebiam e guardavam os produtos; os **depósitos de lenha** forneciam o material necessário para os **vapores** que vinham abastecer e escoar a produção da região, possibilitado pela sociedade e criação de **firmas comerciais**.³⁵⁵ Ainda, para construção

³⁵² BROWN, Charles Barrington; LIDSTONE, William. **Fifteen thousand miles on the Amazon and its tributaries**. E. Stanford, 1878, p. 227-338.

³⁵³ Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 16 de dezembro de 1873, Anno VI, Número 284, p. I. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/222402/2673>; Jornal do Amazonas (AM), 3 de fevereiro de 1876, Anno I, Número 74, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940x/245>

³⁵⁴ Amazonas (AM), 14 de maio de 1879, Anno XIII, Número 277, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2121>

³⁵⁵ Amazonas (AM), 10 de julho de 1890, anno XXVI, número 2013, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/4209>

e manutenção de canoas, batelões, igarités e barcos a vapor, a firma José Francisco Monteiro & C.^a possuía um **estaleiro** na localidade de Humaitá.³⁵⁶

Assim, com o avançar do oitocentos, o povoado de Humaitá ganhava os patamares de uma importante vila da província do Amazonas. Por consequência, os Monteiro se transformavam nos personagens mais ilustres da região. A família Monteiro adotou estratégias para ficar, mantendo propriedades próximas ou até mesmo conjuntas, viabilizadas por estratégias de auxílios entre os membros. Exemplo disso é a relação mantida entre o patriarca da família e Antônio Francisco Monteiro, o filho primogênito. Ambos eram sócios em todos os empreendimentos da firma José Francisco Monteiro & C.^a, sendo o seringal mais rentável da família administrado por Antônio Francisco, o Mirari, situado próximo a Humaitá.³⁵⁷ Esse estabelecimento servia de apoio para as explorações da família Monteiro no rio Machados e afluentes, visto que ali eram construídos os batelões que seriam utilizados no envio de aviamentos para o alto rio Machados e transporte dos seringueiros.³⁵⁸

Ainda, quando Humaitá tornou-se ponto de parada dos vapores da Companhia do Amazonas, se transformou em um importante entreposto comercial, pois os negociantes nacionais e bolivianos deixavam seus produtos nos armazéns de Monteiro para serem enviados à Belém. Desse modo, foi na compra e venda de produtos que o comerciante português estabeleceu um próspero negócio na região madeirense.

Próximo a Humaitá, no lugar denominado Paraíso, estavam instalados diversos proprietários bolivianos. Don Ignácio Arauz (vice-cônsul da Bolívia),³⁵⁹ Dona Carmem Ximenes (da família de sua futura esposa Matilde Ximenes),³⁶⁰ estes com estabelecimentos no igarapé Behém, e Don Santos Mercado, sobrinho de Don Ignácio Arauz, proprietário do lugar Paraíso (ver o mapa a seguir), e pioneiro na exploração de goma elástica no Madeira.³⁶¹ Mais tarde Don Santos Mercado viria a ocupar, no lugar de seu tio, o cargo de cônsul da Bolívia.³⁶²

³⁵⁶ MONTEIRO, 1892, p. 40.

³⁵⁷ O Humaythaense (AM), 13 de maio de 1895, Anno IV, Número 26, p. 4; **Almanach administrativo, historico, estatístico e mercantil da provincia do Amazonas para o anno de 1884**. Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1884.

³⁵⁸ PLANE, Auguste. Chapitre VI: Voyage sur le Madeira et ses affluents. In: ----- . **À travers l'Amérique équatoriale: L'Amazonie**. Paris: Librairie Plon, Plon-Nourrit et Cie. Imprimeurs-Éditeurs, 1903, pp. 84-160.

³⁵⁹ Jornal do Amazonas (AM), 20 de abril de 1877, anno III, número 177, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940/629>

³⁶⁰ SILVA, 1891, p. 136.

³⁶¹ CRAIG, Neville. **A estrada de ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição**. São Paulo, Editora Nacional, 1947.

³⁶² Amazonas (AM), 14 de janeiro de 1880, Anno XV, Número 519, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2779>

A partir das fontes, podemos inferir que Don Santos Mercado e Monteiro firmaram uma parceria para exploração de seringais e comercialização da borracha, porquanto, em fins da década de 1870, o negociante José Francisco Monteiro mandou seu sócio Venâncio Antônio de Castro, em parceria com os bolivianos D. Santos Mercado e D. Antônio Chaves em exploração ao rio Machados, com um pessoal composto de 65 homens, maioria de indígenas bolivianos, e João Miguel da Fonseca Lobo, cearense assalariado de Monteiro, que viria a se tornar um dos maiores seringalistas do rio Machados.³⁶³

Cruzando essas informações com as contidas nos livros de batismo e casamento da paróquia de Humaitá, supomos que as relações comerciais de Monteiro com os negociantes bolivianos lhe deu acesso a mão de obra indígena boliviana, largamente utilizada no rio Madeira para os serviços de remo nas canoas e na extração de borracha nos seringais.³⁶⁴

Assim, a posse de uma estrutura material e redes de relações comerciais sólidas com importantes casas aviadoras permitiu a Monteiro um acesso maior a borracha dos demais seringalistas da região madeirense, facilitando o comércio e a criação de redes de aviamento. Tomemos como exemplo o seringal Paraíso, pertencente a Don Santos Mercado, que tinha o abastecimento e escoamento de produtos feito pelo vapor Maici, pertencente a José Francisco Monteiro.³⁶⁵

Ainda, em 1892, quando a firma Santos Mercado & C.^a entrou em liquidação, o comerciante José Francisco Monteiro ao lado de seu futuro genro e sócio João Ventura Ferreira, representante da B. A. Antunes, administrou e gerenciou a venda das propriedades de seu antigo sócio Santos Mercado. Sendo o seringal Paraíso,³⁶⁶ juntamente com outras propriedades e estabelecimentos administrados pela família Monteiro e João Ventura Ferreira.³⁶⁷

³⁶³ O Liberal do Pará (PA), 8 de junho de 1879, Anno XI, Número 129, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1879_00129.pdf; A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA), 1 de abril de 1882, Anno IX, Número 72, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/385573/6906>

³⁶⁴ Viagens de desobriga ao seringal Mirari de José Francisco Monteiro e Antônio Francisco Monteiro. Ver: Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismos da Paróquia de Humaitá (02/02/1872 a 10/09/1895); 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá (04/02/1877 a 10/04/1888); 2º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá (20/07/1889 a 25/01/1896).

³⁶⁵ FONSECA, 1880, p. 317.

³⁶⁶ Lembrando que o seringal Paraíso foi onde, no início do século XX, residiu o romancista português José Maria Ferreira de Castro.

³⁶⁷ ATHAYDE, José Feliciano Augusto d' (org.); OLIVEIRA, Arthur Cardoso de (org.). **Almanach administrativo, histórico, estatístico, comercial e litterario do Amazonas para o anno de 1895**. Manaus: Typ. do Amazonas, 1895, p. 159; Diário de Manaus : Propriedade de uma Associação (AM), 17 de maio de 1892, Anno II, Número 255, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/716642/1683>

O comerciante e seringalista João Ventura Ferreira chegou à cidade de Belém em fins de 1868, aos 13 anos de idade.³⁶⁸ Na capital paraense começou a trabalhar na região do comércio, adentrando uma rede de informação e negócios que enviava para o interior amazônico imigrantes recém-chegados. João Ventura foi enviado ao rio Madeira para trabalhar como caixeiro/regatão e “caseiro”³⁶⁹ do comerciante paraense Albino da Silva Machado, na localidade Bom Jardim, próximo a Santo Antônio, no alto rio Madeira.³⁷⁰

Desse modo, João Ventura se insere em uma corrente mais ampla da imigração portuguesa para a região madeirense permeada por redes de parentesco, amizade, negócios e informações, que conectava a capital paraense aos rios fronteiriços.

Pouco tempo depois, mediante o exercício da atividade comercial e tendo apoio de uma rede de negócios que possibilitava o abastecimento e escoamento da produção,³⁷¹ João Ventura passou a explorar borracha, tendo adquirido o lugar Boa Hora.³⁷² Assim, João Ventura passou a fazer parte de um pequeno grupo de proprietários de terras que estabeleciam alianças entre si, construindo uma rede de obrigações e favores. Vale ressaltar que Ventura não residia no lugar Boa Hora, mas sim na vila de Humaitá, onde estabeleceu laços familiares (casamento e compadrio) e comerciais com a família Monteiro.

Outrossim, João Ventura era representante da casa comercial paraense B. A. Antunes & C.^a, uma das mais importantes da região amazônica.³⁷³ Entre suas atividades como representante da firma paraense se encontrava a negociação para o abastecimento dos aviados, a cobrança de dívidas e a compra e venda de seringais ao longo das margens do Madeira. Assim, em janeiro 1892, recebeu da firma Santos Mercado & C.^a os seringais de Pirapetingas como pagamento por dívidas deste com B. A. Antunes. Neste mesmo período os senhores José Francisco

³⁶⁸ Registro de passaporte João Ventura Ferreira. Arquivo Distrital do Porto. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”. Código: 3899. Livro 52, p. 150, número de registro: 223. Data do registro: 20/02/1868.

³⁶⁹ Ao que tudo indica, João Ventura Ferreira administrava o seringal Bom Jardim e parte dos interesses comerciais de Albino Machado no rio Madeira, efetivando cobranças e mediando as transações comerciais com os negociantes e/ou seringalistas da região (portugueses, brasileiros e bolivianos).

³⁷⁰ MOSTAJO, Manuel. **Denuncia y protesta del ciudadano Manuel Mostajo contra D. Albino de Silva Machado**. Cochabamba: Imprenta del Siglo, 1875, p. 27.

³⁷¹ Seu irmão, Júlio Ventura Ferreira se estabeleceu em Manaus, tornando-se proprietário de uma casa comercial e, possivelmente, abastecia os seringais de seu irmão no rio Madeira. Ver: Habilitação consular Júlio Ventura Ferreira. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código: 2173. Habilitação 2590. Imagem: P1490045. Data da habilitação: 028/09/1869; Amazonas (AM), 10 de outubro de 1879, ano XIV, número 338, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/2366>

³⁷² **Almanach administrativo, historico, estatistico e mercantil da provincia do Amazonas para o anno de 1884**. Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1884, p. 80.

³⁷³ Diarrio de Manáos: Propriedade de uma Associação (AM), 4 de maio de 1892, ano II, número 245, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/716642/1643>

Monteiro e João Ventura Ferreira, ambos representantes da firma paraense, colocaram a venda o seringal Paraíso, com mais de 140 estradas de seringas.³⁷⁴

Dessa maneira, João Ventura Ferreira tornou-se figura central na dinâmica econômica da região, sendo que suas redes de sociabilidade eram importantes para a família Monteiro estabelecer permanentemente suas bases comerciais para exportação de goma elástica e importação de produtos diversos na cidade de Belém, sem a necessidade de qualquer intermediação. Assim, em fevereiro de 1893, o Comendador Monteiro deu “sociedade em todos os [...] negócios commerciaes e industriaes ao sr. João Ventura Ferreira, que fará uzo de nossa firma [...] José Francisco Monteiro & C.^a”³⁷⁵

Entretanto, os laços estabelecidos meramente pelos negócios poderiam se romper com maior facilidade, à medida que surgissem prejuízos ou novas estratégias econômicas. Todavia, os acordos estabelecidos através de alianças matrimoniais e de negócios possuíam caráter mais durável e os vínculos que uniam as partes eram mais fortes. Nesse sentido, poucos meses depois de firmada a sociedade, João Ventura casou-se com Isabel Monteiro, filha de José Francisco Monteiro, fortalecendo os laços constituídos que permitiam a circulação de bens e serviços.³⁷⁶

Os laços estabelecidos com João Ventura permitiu Monteiro adentrar uma importante rede de negócios nas cidades de Manaus e Belém, porquanto, Ventura era sócio da casa aviadora Montenegro, Ferreira & C.^a, das quais eram sócios José Casemiro Brasil Montenegro (cearense), Ricardo José da Cruz (português) e José Fernandes Antunes.³⁷⁷ Logo depois, por mediação de João Ventura, o comerciante José Francisco Monteiro tornou-se sócio de uma das maiores casas aviadoras da Amazônia, a firma Montenegro & C.^a, juntamente com José Casemiro Brasil Montenegro, Ricardo José da Cruz e José Fernandes Antunes, sendo esta utilizada na importação e exportação de produtos, e instalada na rua Boulevard da República, número 44, na cidade de Belém.³⁷⁸ Após o falecimento de José Casemiro, o comerciante

³⁷⁴ Diário de Manaós: Propriedade de uma Associação (AM), 4 de maio de 1892, anno II, número 245, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/716642/1643>

³⁷⁵ Amazonas (AM), 18 de março de 1893, Anno XXVIII, Número 59, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/5468>

³⁷⁶ Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de Bernardo, folha 68, data do registro: 26/07/1893.

³⁷⁷ CASTILHO, 1900, p. 44. STUDART, Guilherme. **Diccionario bio-bibliographico cearense**. Edições UFC, Volume II, 1913, p. 89; O Pará (PA), 18 de março de 1899, Anno II, Número 391, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/306223/1548>

³⁷⁸ Almanack do Estado do Pará: Indicador para 1904-1905, p. 114 e 776. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/828831/792>; Jornal do Commercio (AM), 25 de março de 1904, Anno I, Número 73, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/170054_01/341

português José Francisco Monteiro associou-se a Carlos Augusto Brazil Montenegro, na firma comercial Carlos Montenegro & C.^a.³⁷⁹

Todas as firmas mencionadas atuavam na importação, exportação, comissões e consignações de produtos pelo interior amazônico. Estas casas aviadoras possuíam navios a vapor que em determinados períodos adentravam os rios para levar aviamentos em troca de borracha. De acordo com Plane, em 1901, os senhores José Francisco Monteiro e João Ventura Ferreira se encontravam a bordo do vapor Montenegro, propriedade da casa aviadora Montenegro, Ferreira & Cia, do Pará, com destino especificamente ao rio Madeira e afluentes (rios Jamari e Machados).³⁸⁰

Os aviamentos destinados ao rio Machados consistiam em 150 toneladas de farinha de mandiocas e 150 toneladas de outras mercadorias, como: sal, óleo, açúcar, álcool, arroz, feijão, tecidos, carne seca, medicamento, pirarucu seco, bolacha, tabaco, querosene e bebidas alcoólicas.

José Francisco Monteiro era proprietário de diversos seringais no rio Machados,³⁸¹ entretanto, não residia em nenhum deles, indo apenas no período de transporte dos aviamentos. Contudo, mantinham nos barracões um gerente, ou administrador, responsável pelo seringal. Do mesmo modo, João Ventura e o boliviano Alexandre Roque (ou Roca) possuíam uma sociedade comercial e industrial para exploração de seringais no rio Machados, “sob a razão social de A. Roca & C.^{aa}”.³⁸² Assim, a família Monteiro controlou o comércio e exploração de seringais, se constituindo nos únicos aviadores do rio Machados e mantendo o monopólio de sua atuação até a decadência da economia gomífera.

Também, segundo Plane, a firma Montenegro & Companhia, ocupava cerca de 300 homens no transporte de 350 toneladas de mercadorias, pois o rio Machados não era completamente navegável, de modo que parte do transporte era feito por batelões. O autor chama a atenção para o fato de o transporte dos víveres para os barracões dos seringais não serem realizados pelos seringueiros. A partir disso, podemos inferir que eram utilizados

³⁷⁹ Jornal do Commercio (AM), 14 de janeiro de 1909, anno 6, número 1729, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/6678

³⁸⁰ PLANE, Auguste. Chapitre VI: Voyage sur le Madeira et ses affluents. In: -----. **À travers l'Amérique équatoriale: L'Amazonie**. Paris: Librairie Plon, Plon-Nourrit et Cie. Imprimeurs-Éditeurs, 1903, p. 84-160.

³⁸¹ BARBOSA, Nicolau Bueno Horta. **Exploração e levantamento dos rios Anari e Machadinho. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, Chefe da Comissão, pelo Capitão de Engenharia Nicolau Bueno Horta Barbosa, ajudante da Comissão**. Papelaria Macedo, Rio de Janeiro, 1922, p. 23.

³⁸² Diariio official (AM), 20 de abril de 1895, Anno III, Número 410, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028843/3192>

remeiros indígenas para o transporte das mercadorias acima das cachoeiras e a descida da borracha.

Podemos observar que as firmas comerciais das quais Monteiro era associado, ou possuía relações comerciais, eram as principais casas aviadoras dos rios Jamari (B. A. Antunes & Cia, representada por João Ventura e José Francisco Monteiro) e Machados (Montenegro, Ferreira & Cia; Montenegro & C.^a; Carlos Montenegro & C.^a), afluentes do Madeira.

Ainda, durante a segunda metade do século XIX, José Francisco manteve seus negócios diretamente ligados a capital paraense, pois as firmas aviadoras das quais era sócio estavam localizadas em Belém. Do mesmo modo, conservou imbricadas relações sociais e comerciais com negociantes de grosso trato residentes na capital paraense, como é o caso da aliança com José Soares Barbosa, residente em Humaitá, “conceituado negociante e socio da firma J. F. Monteiro & C.^{aa}”.³⁸³ O pai de Barbosa foi um grande comerciante português no Pará, Bernardo José Barbosa, o 1º Visconde de Semelhe. Além disso, José Soares Barbosa era oficial da Guarda Nacional, foi intendente e superintendente de Humaitá, tendo ocupado diversos cargos político-administrativos. Todavia, o complexo emaranhado de relações que ligam a família Barbosa e Monteiro será abordado nas próximas páginas.

Ainda, a firma J. F. Monteiro & C.^a era dirigida e administrada por Augusto Monteiro, filho de José Francisco Monteiro, pois no início do século XX, o patriarca já era avançado em idade, de modo que seus filhos passaram a assumir aos poucos a direção do império familiar, negociando a compra e venda de mercadorias e cuidando da extração da goma elástica nos seringais pertencentes a família.³⁸⁴

O fato de a família Monteiro residir³⁸⁵ e manter propriedades e negócios na capital paraense, além de proporcionar algumas vantagens na comercialização da produção oriunda do interior, pode ser visto como um signo de riqueza. A presença de investimentos em Belém como signo de riqueza faz mais sentido se levarmos em consideração as transformações na infraestrutura da capital no século XIX, onde os imóveis passaram a ser cada vez mais valorizados perante a nova dinâmica urbana do período.³⁸⁶

Ainda, entre os importantes empreendimentos da família Monteiro, se encontrava o jornal *O Humaythaense*, fundado em 1891 sob a direção do seringalista Antônio Francisco

³⁸³ *O Humaythaense* (AM), 10 de janeiro de 1909, anno 18, número 6, p. 1.

³⁸⁴ *Jornal do Commercio* (AM), 22 de agosto de 1905, anno 2, número 520, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/2512

³⁸⁵ *O Humaythaense*, 6 de dezembro de 1908, anno 18, número 1, p. 1.

³⁸⁶ ÂNGELO, 2012, p. 46-47.

Monteiro. Certamente, o jornal tornou-se um instrumento de prestígio e influência para os Monteiro. “A iniciativa de criar o primeiro periódico de uma comunidade foi, de fato, benéfica à imagem da família e a diferenciava em relação a outros grupos da região”.³⁸⁷

Desse modo a fortuna adquirida por José Francisco Monteiro só possível devido a diversidade de seus empreendimentos. A posse de seringais, regatões, firmas de exportação, consignação, armazéns de estivas, fazendas, secos e molhados, estaleiros, vapores, batelões, barracões e lojas fora dos povoados, foram imprescindíveis para a aquisição de riqueza.

Assim, a construção e manutenção de toda uma estrutura material, sustentada pelas redes de relações sociais estabelecidas nas margens do Madeira e na capital paraense permitiu ao patriarca da família Monteiro tornar-se um dos mais proeminentes negociantes da região madeirense, alcançando o topo da hierarquia social, controlando aspectos econômicos, sociais e políticos na sociedade local. Pois, a formação de redes de alianças de negócios entrelaçadas por vínculos familiares eram questões muito importantes no cotidiano das famílias do século XIX, interferindo diretamente na aquisição de bens materiais e no capital simbólico do grupo. No período imperial, uma família de prestígio social é aquela que agrega a posse de uma abundante capital econômico com a capacidade de estabelecer alianças sociais que demonstrem seus *status* e pertencimento a um determinado grupo.

Nesse sentido, perceber os vínculos de parentesco e amizade estabelecidas por José Francisco Monteiro nos permitirá compreender como a aquisição e manutenção do patrimônio pessoal e familiar estava diretamente relacionado a essas alianças. Porquanto, as alianças estabelecidas meramente pelos negócios poderiam se desfazer com maior facilidade, à medida que ocorresse uma baixa nos lucros ou estratégias econômicas mal delineadas, poderiam acabar com uma sociedade e gerar prejuízos. Já os vínculos estabelecidos por laços familiares, de amizade e de negócios possuíam caráter mais durável e os vínculos que uniam as partes eram mais fortes.

2.2. Criando e fortalecendo alianças: matrimônio, compadrio e amizade

Levando em consideração as proposições de Eni de Mesquita Samara acerca dos casamentos engendrados no seio dos grupos sociais no Brasil oitocentista, objetivamos analisar, nesta seção, as relações conjugais, de compadrio e amizade tecidas pelo imigrante português

³⁸⁷ ÂNGELO, 2012, p. 56.

José Francisco Monteiro, na sociedade madeirense.³⁸⁸ Porquanto, nas famílias de elite do século XIX, as relações familiares devem ser percebidas como elemento de reprodução social.³⁸⁹ De modo que as estratégias matrimoniais e de compadrio estão diretamente ligadas à manutenção ou ampliação do patrimônio, do prestígio e das redes de poder e influência da família, se constituindo em um elemento chave para a compreensão das dinâmicas comerciais, sociais e políticas da região de Humaitá.

2.2.1. *Relações conjugais*

Ao trabalharmos a trajetória de José Francisco Monteiro, no que concerne suas relações conjugais, nos deparamos com um problema grave. Não encontramos nenhum registro oficial de suas relações matrimoniais.

Contudo, tendo em vista os registros de batismo e casamento de seus filhos, na parte que concerne a legitimidade do nascimento, podemos afirmar que Monteiro veio a se casar no rio Madeira, muito provavelmente na vila de Borba. Porquanto, de acordo com sua habilitação consular, registrada no dia 29 de julho de 1861, José Francisco aos 31 anos de idade, declarou ser casado e residente na dita vila. Além disso, nos três registros de casamento (eclesiástico e civil) de Antônio Francisco Monteiro, filho mais velho do patriarca, o nome da mãe aparece com o sobrenome Monteiro.

Ainda, o viajante português Bernardo da Costa e Silva, amigo do Comendador Monteiro, ao descrever o ataque dos Parintintins ao lugar Frechal (Pasto Grande), diz que “quando ali morava nosso amigo **José Francisco Monteiro com sua família**, a quem de noite surpreenderam, não dando mais tempo que o necessário para conduzir **esposa e filho**, e mettel-os em uma canôa, voltando com seus companheiros a casa a combater os selvagens” [grifo nosso].³⁹⁰ A partir disto, podemos inferir que Antônio Francisco Monteiro (filho) e Rita Inocência Camargo Monteiro (esposa) estavam com José Francisco no dia do ataque dos índios Parintintins.

Muito possivelmente a união de José Francisco com Rita Inocência Camargo resultou num único filho. Porquanto, os demais filhos de Monteiro nasceriam de sucessivas relações de concubinato. Salientamos que não encontramos nenhum dado referente a Rita Inocência e sua

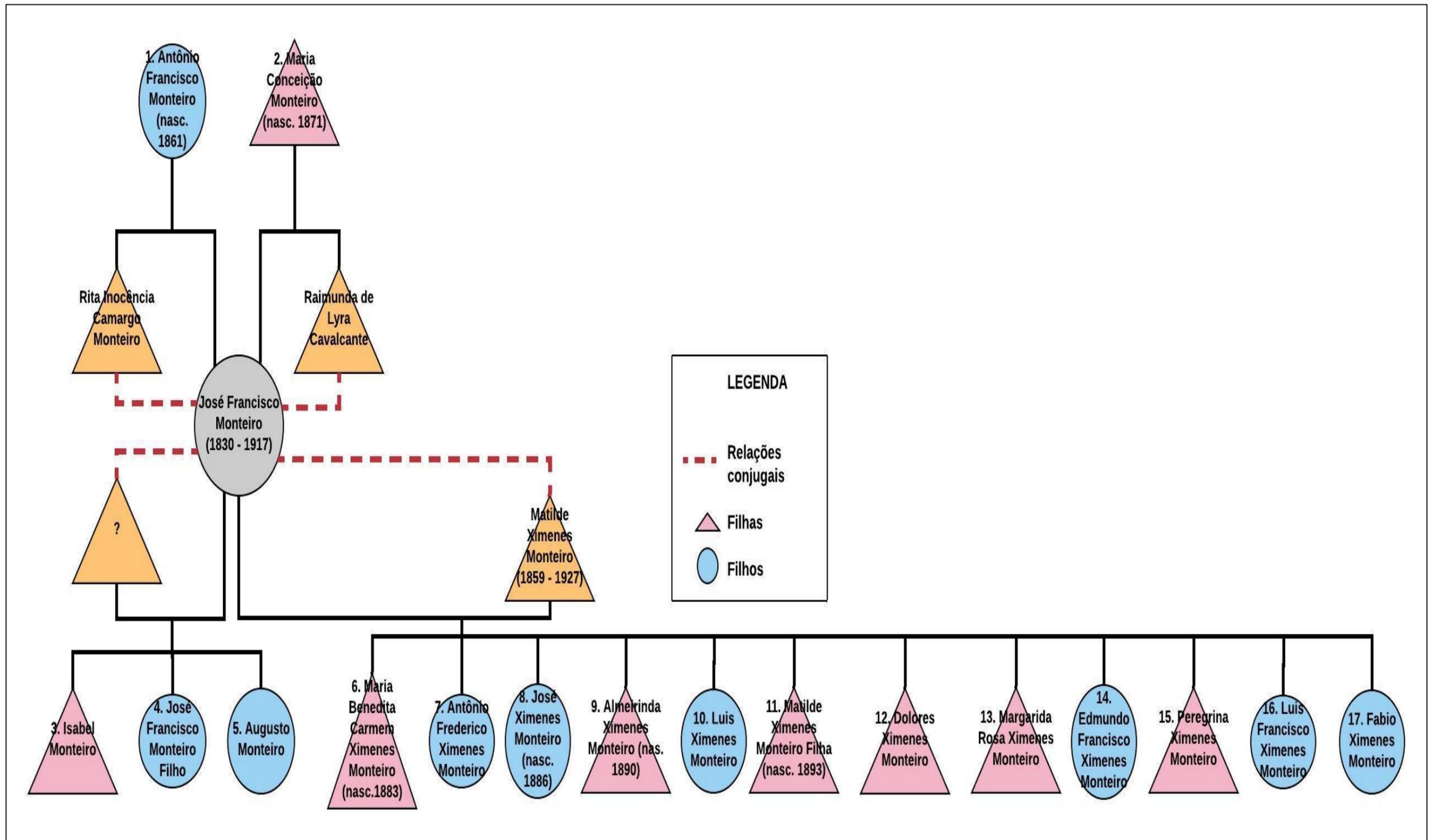
³⁸⁸ SAMARA, Eni de Mesquita. *Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX*. In: **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, 37, 1981, pp. 17-25.

³⁸⁹ BARROSO, 2012.

³⁹⁰ SILVA, Bernardo da Costa e. **Viagens no sertão do Amazonas do Pará á costa do mar Pacifico pelo Amazonas, Bolívia e Peru**. Porto Typ. de A. J. de Sousa e Irmão, 1891, p. 142.

família, se era ou não portuguesa e se residiam ou não no rio Madeira. Contudo, montamos um quadro em que consta as relações conjugais de José Francisco e os frutos desses relacionamentos.

Organograma 1: Mapa genealógico e das relações conjugais de José Francisco Monteiro



Fontes: Registros de casamento e batismo da paróquia de Humaitá (1877-1926).

O organograma³⁹¹ acima é uma ferramenta necessária para tornar inteligível as relações conjugais de Monteiro, e os filhos que delas nasceram. José Francisco teve um total de dezessete filhos, dos quais identificamos as mães de quatorze, o que nos permite supor que três deles podem ou não terem sido gerados por outras relações conjugais do patriarca.

Como podemos ver no mapa genealógico, além de Rita Inocência, o “Comendador” se relacionou com “Dona” Raimunda de Lyra Cavalcante, dessa união resultou sua filha Maria Conceição, nascida nos idos de 1871. Por ordem de nascimento, não encontramos dados sobre as mães de seus próximos três filhos: Isabel Monteiro, José Francisco Monteiro Filho e Augusto. Contudo, de acordo com os indícios presentes nos registros de batismo da paróquia de Humaitá, “Dona” Raimunda poderia ser a mãe de Isabel, José e Augusto, pois ainda em 1875 fazia parte do círculo familiar e social de Monteiro, sendo ao seu lado madrinha de batismo na respectiva paróquia.³⁹²

Ao refletir sobre o papel das mulheres na sociedade colonial e no início dos oitocentos, o historiador Carlos de Almeida Prado Bacellar demonstra que a utilização do tratamento “dona” para mulheres do século XVIII e XIX, era comum entre as mulheres, ou, mais precisamente, entre as esposas dos grandes proprietários de terras, configurando-se com um tratamento de diferenciação social. Nesse caso, o uso do tratamento “dona” para Raimunda de Lyra Cavalcante pode estar relacionado ao fato de esta ser filha de algum proprietário ou comerciante, ou mesmo por sua relação com José Francisco Monteiro, que já na década de 1870 era um dos homens mais ricos e influentes da região madeirense.³⁹³

Do quarto ramo de uniões nasceram os próximos doze filhos de José Francisco com Matilde Ximenes³⁹⁴, natural da Bolívia. Por ordem de nascimento, são eles: Maria Benedita Carmem, Antônio Frederico, José, Almeirinda, Luís, Matilde, Dolores, Margarida Rosa, Luís Francisco e Fabio Ximenes Monteiro.

Os primeiros quatro filhos de José Francisco Monteiro e Matilde Ximenes foram registrados nos livros de batismo como filhos “naturais” do casal, ou seja, ambos viviam em

³⁹¹ Foi construído a partir dos livros de batismo e casamento da paróquia de Humaitá e do registro civil de casamentos de Belém, este último se encontra no Centro de Memória da Amazônia – CMA e disponibilizado em banco de dados do Grupo de Pesquisa: População, Família e Migração na Amazônia – RUMA.

³⁹² Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de Joaquim, folha 1, data do registro: ?/02/1875.

³⁹³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: Centro de memória/UNICAMP, 1997; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **A mulher na São Paulo colonial**. Espacio, Tiempo y Forma, Serie IV, Hf Moderna, t. 3, 1990.

³⁹⁴ Nos registros paroquiais o nome de Matilde Ximenes aparece escrito na forma espanhola, como **Mathilde Jimenez**, contudo, ao longo do presente trabalho, por praticidade, utilizaremos a forma brasileira do nome.

uma relação de concubinato, sem legitimação perante a igreja. Somente a partir do nascimento de Luís, quinto filho do casal, o registro de batismo declara como sendo filho “**legítimo de José Francisco Monteiro e Matilde Ximenes Monteiro** [grifo nosso]”.³⁹⁵

Cabe assinalar que os filhos nascidos em “uniões”, foram todos legitimados por José Francisco Monteiro, sendo registrados, educados e criados como filhos legítimos de Monteiro e Matilde Ximenes. A exceção de Antônio Francisco e Maria Conceição Monteiro, que se casaram antes da união de José Francisco e Matilde, sendo os demais filhos criados pelo casal.

A partir dos indícios acima, considerando os nascimentos de Maria Benedita Carmem e Luís Ximenes Monteiro, chegamos à conclusão que José Francisco e Matilde Ximenes viveram uma relação conjugal, ilegítima socialmente, por aproximadamente uma década,³⁹⁶ tendo possivelmente realizado o enlace matrimonial entre os anos de 1890 e 1892.³⁹⁷

Pouco sabemos da família de Matilde Ximenes. Segundo o livro biográfico intitulado *Comendador Monteiro: tronco e ramagens*, escrito por Almino Affonso, neto de José Francisco Monteiro e Matilde Ximenes Monteiro, filho de Dolores Ximenes Monteiro com Bohemundo Álvares Affonso, sua avó Matilde “era boliviana, com ascendência espanhola (como o nome Ximenes parece sugerir) e mestiçagem indígena, pelos traços característicos de sua fisionomia”.³⁹⁸

Sua família era de Trinidad (Bolívia). E seus pais chamavam-se Fábio Ximenes e Adriana Ximenes. Segundo os dados referentes ao seu falecimento, Matilde nasceu no ano de 1859 nas terras baixas boliviana. Ao contrário do que diz Almino Affonso, Matilde não era filha única do casal, possuía ao menos uma irmã, chamada Maria Rosaria Ximenes, casada com José Soares Barbosa, sócio de Monteiro na comercialização e exploração de borracha.³⁹⁹

No registro de casamento de Maria Rosaria aparece apenas o nome da mãe, Adriana Ximenes. Desse modo podemos supor que Fábio Ximenes já havia falecido, ou mesmo, que

³⁹⁵ Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de **José**, folha 15, data do registro: 06/04/1888; Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de **Almeirinda**, folha 51, data do registro: 25/07/1890; Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de **Luis**, folha 68, data do registro: 26/07/1893; Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de **Matilde**, folha 78, data do registro: 28/02/1894.

³⁹⁶ Arquivo Paroquial de Humaitá. 2º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá (20/07/1889 a 25/01/1896).

³⁹⁷ Não encontramos o registro do casamento de José Francisco e Matilde nos livros da paróquia de Humaitá, pois entre os dias 18 de julho de 1890 e 25 de julho de 1893 não foram registrados nenhum matrimônio no 2º livro de registro de casamento. Deste modo, considerando a falta de um pároco na igreja neste período, podemos supor que o enlace matrimonial foi realizado em outra localidade, podendo ser em Manicoré, Borba, ou mesmo, em Belém, visto que Monteiro viajava e passava temporadas na capital paraense.

³⁹⁸ AFFONSO, 2004, p. 48.

³⁹⁹ Arquivo Paroquial de Humaitá. 2º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de José Soares Barbosa e Maria Rosaria Ximenes, folha: 1, número do registro: 1, data: 20/07/1889.

eram filhas de pais distintos. Além disso, a irmã de Matilde, no momento de seu casamento, contava com vinte anos de idade, sendo natural da paróquia de Humaitá. Vale observar que o último registro em que aparece Adriana Ximenes é de 1890, quando foi madrinha da inocente Maria Resende, filha natural de Calista Cuaba, possivelmente uma índia originária dos antigos aldeamentos de Mojos e Chiquitos sob os serviços da família Ximenes, pois era prática comum na região utilizar mão de obra indígena proveniente da Bolívia.⁴⁰⁰

Considerando essas informações, podemos inferir que a família Ximenes veio para a região madeirense na década de 1860, mesmo período em que vários outros bolivianos desciam o rio Madeira em viagens comerciais até o Pará, sendo que muitos desses passaram a se estabelecer na região, explorando a goma elástica e desenvolvendo uma rede de comércio que se espalhava das terras baixas boliviana, pelo rio Madeira até Belém. Destacamos Santos Mercado, Antônio Chaves, Ignácio Arauz, Ramon Roca, e muitos outros. Muito provavelmente em viagem comerciais, ou mesmo após a família Ximenes ter se estabelecido na região de Humaitá, o contato entre José Francisco Monteiro, próximo aos seus cinquenta anos, e a jovem Matilde Ximenes, na casa dos vinte anos, foi fruto das relações de negócios e/ou sociais entre os Monteiro e os Ximenes.

Além de sua mãe e irmã, Matilde possuía em Humaitá e proximidades outros familiares, que não conseguimos identificar a categoria do parentesco. Todavia, entre eles destacamos a figura de Maria Benedita Carmem Ximenes, que viria a dar o nome da primeira filha de José Francisco Monteiro com Matilde. Podemos deduzir que Maria Benedita era tia de Matilde e figura importante na sociedade local, pois nos registros antecede seu nome o tratamento “dona”, um tratamento de distinção social. Ainda, Carmem Ximenes era proprietária de seringais no igarapé Behém, onde Monteiro fundou a povoação de Humaitá.⁴⁰¹ Em suas propriedades eram empregados diversos trabalhadores indígenas na exploração de borracha.⁴⁰²

Nesse sentido, a aliança matrimonial que Monteiro estabeleceu com uma importante família de comerciantes e proprietários bolivianos, garantiu acesso a uma complexa rede de negócios na região madeirense. Porquanto, o rio Madeira era via de abastecimento e escoamento da produção das terras baixas bolivianas e ainda abrigava em suas margens um número expressivo de comerciantes bolivianos que exploravam borracha nas margens do rio

⁴⁰⁰ Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de Maria Resende, folha 32, data do registro: 03/04/1890.

⁴⁰¹ SILVA, 1891, p. 136.

⁴⁰² Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de Domingos, folha 50, data do registro: 23/07/1890; Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de Felipe, folha 53, data do registro: 28/02/1891.

Madeira e afluentes. Como é o caso de Santos Mercado (seringal Paraíso), Alexandre Roque (rio Machados e cachoeiras do Madeira), família Ximenes (rio Machados e igarapé Behém), Antônio Chaves (seringal Jumas), e diversos outros seringalistas bolivianos.

Também, foram as relações tecidas com a comunidade boliviana no rio Madeira que possibilitou o acesso a uma rede de recebimento de indígenas bolivianos para o trabalho nos seringais da família Monteiro e no serviço de remo das canoas e batelões para o transporte e envio de mercadorias para os seringais.⁴⁰³

Desse modo, a família Monteiro fazia conexões entre Bolívia, Humaitá, Belém e Portugal, constituindo-se em agentes conectivos e interligando diferentes espaços, criando e recriando relações sociais e comerciais que tornavam as distâncias menores e mediando o avanço do capital mercantil sobre as regiões fronteiriças.

Ainda, considerando que na sociedade do século XIX, os sentidos de família ultrapassava os vínculos de consanguinidade, abarcando grupos não-co-residentes, mas interligados por laços de parentela consanguínea ou por relações de compadrio, que conformavam a base de segurança que sustentava as famílias de elite no topo da hierarquia social, é necessário compreender os vínculos de compadrio (casamento e batismo) estabelecidos por Monteiro na localidade de Humaitá.⁴⁰⁴

2.2.2. Relações de compadrio e amizade

Primeiramente devemos considerar que havia vários tipos de compadrio, o que nos interessa são relações estabelecidas através do testemunho em casamentos e do rito batismal. De acordo com Daniel Barroso, é imperativo pontuar as diferenças entre as duas cerimônias, pois implicavam significados distintos para os agentes sociais. Segundo o autor, o batismo representava a entrada no mundo cristão e tratava-se de um momento importante para a ritualização das relações sociais entre os personagens envolvidos. Contudo, o vínculo criado através do batismo distinguia-se daquele formado pelo testemunho em casamentos. “Se por um lado, nos batismos havia uma predeterminação pelo gênero dos padrinhos e a criação de um vínculo de parentesco entre eles, os pais e a criança; por outro lado, no caso dos matrimônios

⁴⁰³ COMISSÃO DE ESTUDOS DA ESTRADA DE FERRO DO MADEIRA E MAMORÉ. **Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira itinerario e trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré, impressões de viagem por um dos membros da mesma comissão.** Rio de Janeiro: Soares & Niemeyer, 1883, p. 82-141.

⁴⁰⁴ AFFONSO, 2004, p. 41-47.

era necessário que suas testemunhas fizessem-se presentes, o que coibia a possibilidade de as partes não se conhecerem, que havia no batismo”.⁴⁰⁵

Assim, neste item, nos focaremos em compreender as redes de relações criadas e mantidas por Monteiro através do compadrio. Nessa lógica, levamos em consideração que o conceito de rede possui uma tripla dimensão. De acordo com Michel Bertrand, o primeiro é o aspecto morfológico, sendo uma estrutura constituída por um conjunto de pontos e linhas que materializam laços e relações entre indivíduos. O segundo aspecto possui uma dimensão relacional ao estabelecer um sistema de reciprocidade mediante os laços constituídos que permitem a circulação de bens e serviços. Por último, consiste em um sistema submetido à dinâmica relacional, regido por um princípio de transversalidade e mobilizável em torno de uma finalidade.⁴⁰⁶

De acordo com João Fragoso, nas suas origens, o batismo estabelece ritualmente um parentesco divino, criando uma relação de obrigações recíprocas entre padrinho e afilhados.⁴⁰⁷ O processo em que se desenvolve as relações de compadrio se desdobra em uma rede de favores e obrigações que engendram todos os aspectos da vida de um sujeito e sua família. Desse modo, podemos considerar os “laços ritualizados” como estratégias utilizadas pelos agentes sociais, e se configuram enquanto elementos estruturantes das redes de sociabilidade.

Conforme salientou Mábia Aline Freitas Sales, no centro desses vínculos está a dimensão familiar, que pode ser definida em termos de linhagem e parentesco. “O que determina a linhagem é sua organização específica e sua lógica interna enquanto um grupo de filiação. Já o parentesco é um conceito mais amplo, uma vez que possui uma capacidade social capaz de integrar indivíduos de linhagens diferentes e interesses comuns”.⁴⁰⁸

A partir dessas questões, objetivamos analisar primeiramente os vínculos sociais formados por Monteiro através do rito batismal.

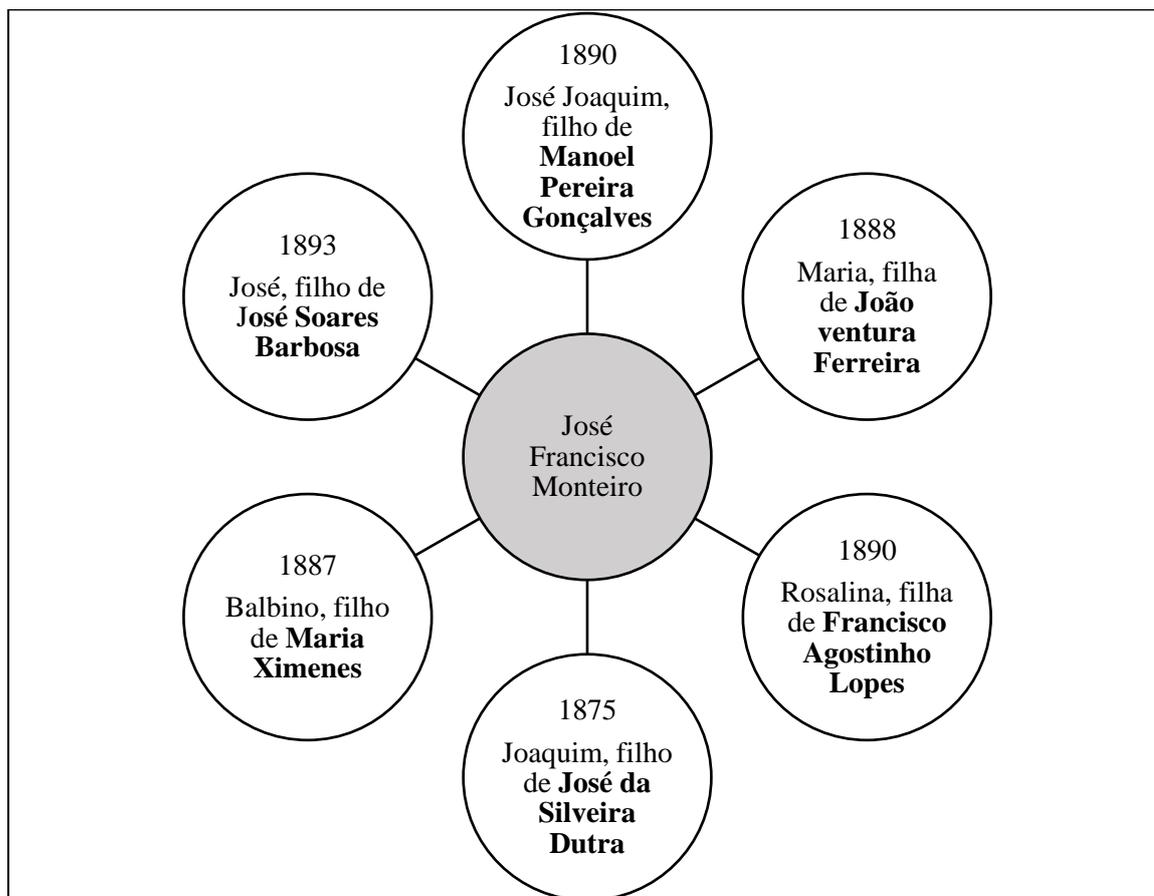
⁴⁰⁵ BARROSO, 2012, p. 155.

⁴⁰⁶ BERTRAND, Michel. *Elites y configuraciones sociales em Hispanoamérica colonial*. In: **Revista de História**, Nicarágua, 13, 1999.

⁴⁰⁷ FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Juca de (orgs.). **Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007, p. 86.

⁴⁰⁸ SALES, 2014, p. 19.

Figura 6: Relações de compadrio pelo batismo



Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. Livros de Batismos da Paróquia de Humaitá (02/02/1872 à 01/05/1897).

Se observarmos as famílias dos afilhados de Monteiro, veremos entre os nomes três portugueses, são eles: Manoel Pereira Gonçalves, João Ventura Ferreira e Francisco Agostinho Lopes. Os dois primeiros indivíduos eram proprietários e comerciantes importantes na região e na capital paraense, além disto, José Francisco possuía relações de negócios e amizade com ambos. Podemos ver na escolha de Monteiro para padrinho, o fortalecimento de vínculos entre famílias do mesmo grupo social. Entretanto, em alguns casos, como no de Francisco Agostinho Lopes, a escolha do padrinho está na ordem da possibilidade de ascensão social, pois mesmo tendo chegado ao rio Madeira ainda na década de 1870, e se casado na região, Lopes não alcançou a proeminência política, econômica e social de outros imigrantes que se estabeleceram no rio Madeira. De qualquer forma, todos possuíam um ponto em comum, a nacionalidade portuguesa. Assim sendo, acabavam criando e fortalecendo uma rede de solidariedade na região madeirense.

O apadrinhamento da filha de Maria Ximenes está na ordem do fortalecimento das relações com a família de sua companheira, a boliviana Matilde Ximenes, e inserção na

comunidade boliviana residente na região, lhe conferindo novos espaços de atuação. Neste mesmo viés podemos encarar o vínculo com José Soares Barbosa, casado com a cunhada de Monteiro, irmã de Matilde Ximenes. Contudo, Barbosa também se insere na rede de solidariedade portuguesa, pois seu pai foi um grande comerciante português no Pará, Bernardo José Barbosa, o 1º Visconde de Semelhe.

Na década de 1870, José Francisco ainda assentava as bases de sua influência na região. Desse modo, as relações estabelecidas com indivíduos que possuíam influência local eram importantes para consolidação de seu poder. Assim, ao apadrinhar o filho de José da Silveira Dutra, comerciante, subdelegado do distrito policial do rio Machado, agente da coletoria provincial e juiz de paz da câmara municipal de Manicoré, José Francisco Monteiro integrava-se aos locais, que por sua vez abriu a possibilidade de ascensão social a partir da inserção em uma rede de influência e poder.⁴⁰⁹ Nas diferentes etapas de suas vidas, as ligações entre Monteiro e José da Silveira Dutra eram constantemente reforçadas

Aos trez dias do mês de abril de mil oitocentos e oitenta e oito, no lugar denominado Humaytá deste rio Madeira Provincia do Amazonas, eu abaixo assignado Fr Jesualdo Machetti, com diferença de proclamas e sem as solenes bençoes por ser tempo proibido, casei o Sr.º José da Silveira Dutra, viúvo de com a Exm. Senhora D.^a Anna Amelia Lavengo Machado, solteira, de vinte e oito annos de idade, filha legitima de Antônio Joaquim Machado e Joaquina Leonora Lavengo Machado e natural da província do Pará; forão testemunhas os senhores José Francisco Monteiro, D. Nazario Buitrago e D.^a Guilhermina Soares de Castro; e para em todo sempre constar, certifico e assigno. Fr. Jesualdo Machetti⁴¹⁰

Vale destacar que Ana Lavengo Machado era filha de imigrantes portugueses. Seu pai exerceu a prática comercial no rio Madeira e sua trajetória foi utilizada no primeiro capítulo dessa dissertação. Além disso, as demais testemunhas são indícios da imbrincada rede de relações estabelecidas por Monteiro. Dona Guilhermina Soares de Castro era esposa de Venâncio Antônio de Castro, comerciante, capitão da guarda nacional e sócio de José Francisco. Já D. Nazario Buitrago era um importante comerciante de Trinidad, na Bolívia, que percorria regularmente o rio Madeira para negociar em Belém.

Como salientou Cancela, tendo em vista as relações estabelecidas por José da Silveira Dutra com a comunidade portuguesa, percebemos que as famílias locais, tiveram que flexibilizar suas atividades para fazer frente as novas demandas do mercado e aos indivíduos recém-chegados, sem tradição, mas com fortunas ligadas a exploração da goma elástica. Com

⁴⁰⁹ Amazonas (AM), 5 de maio de 1878, Anno XII, Número 124; GONÇALVES, 1889, p. 40.

⁴¹⁰ Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Amelia Lavengo Machado e José da Silveira Dutra, folha 1, data do registro: 03/04/1878.

o estabelecimento de novos signos de riqueza, as famílias da elite local, cujo patrimônio e prestígio estavam relacionados preferencialmente à propriedade de engenhos, criação de gado, e em nosso caso, ocupação de cargos administrativos, funções militares e, por vezes, firmas comerciais, tiveram de restabelecer seus investimentos em novas áreas, iniciando e/ou associando-se aos novos negócios e aos comerciantes estrangeiros e nacionais.⁴¹¹

Outro vínculo social importante para a família Monteiro, foi a estabelecida com Benjamin de Souza Rubim, nomeado para o cargo juiz de direito de Humaitá em 1895, um ano antes do vínculo de compadrio ter se estabelecido entre a família Rubim e Monteiro. Podemos observar que Rubim ocupava lugar de destaque na sociedade local, visto que seu cargo lhe conferia papel decisivo no julgamento de casos de conflitos nos seringais e por causa deles. Porquanto, a família Monteiro procurou estender seus ramos por todas as esferas de poder local, como o judiciário, executivo municipal e pelo legislativo municipal. Assim, quanto mais poderes se concentravam em mãos de determinados indivíduos e/ou autoridades, maiores eram os atrativos que elas aportavam para suas redes de relações.

Prosseguindo, conseguimos reconstituir as teias de relações entre João Ventura e José Francisco Monteiro remontando a década de 1880, quando esse foi padrinho de duas “filhas naturais”⁴¹² daquele.⁴¹³ Em contrapartida, no fortalecimento das relações entre as duas famílias, Ventura foi padrinho do filho de José Francisco Monteiro com a boliviana Matilde Ximenes.⁴¹⁴ Logo depois estabeleceram uma sociedade na comercialização e exploração de borracha, sendo que João Ventura casou-se com Isabel, filha de José Francisco Monteiro. Neste sentido, o compadrio, quer através do batismo, quer através do casamento, e o matrimônio eram basilares para viabilização de projetos político-econômicos, pois eram tais vínculos que criavam teias de poder, produzidas e rompidas, de acordo com os interesses de grupo ou mesmo famílias, e a partir das mudanças que ocorriam nas redes poder no seio da sociedade.

Vejamos abaixo, as redes de compadrio estabelecidas por José Francisco Monteiro através do casamento.

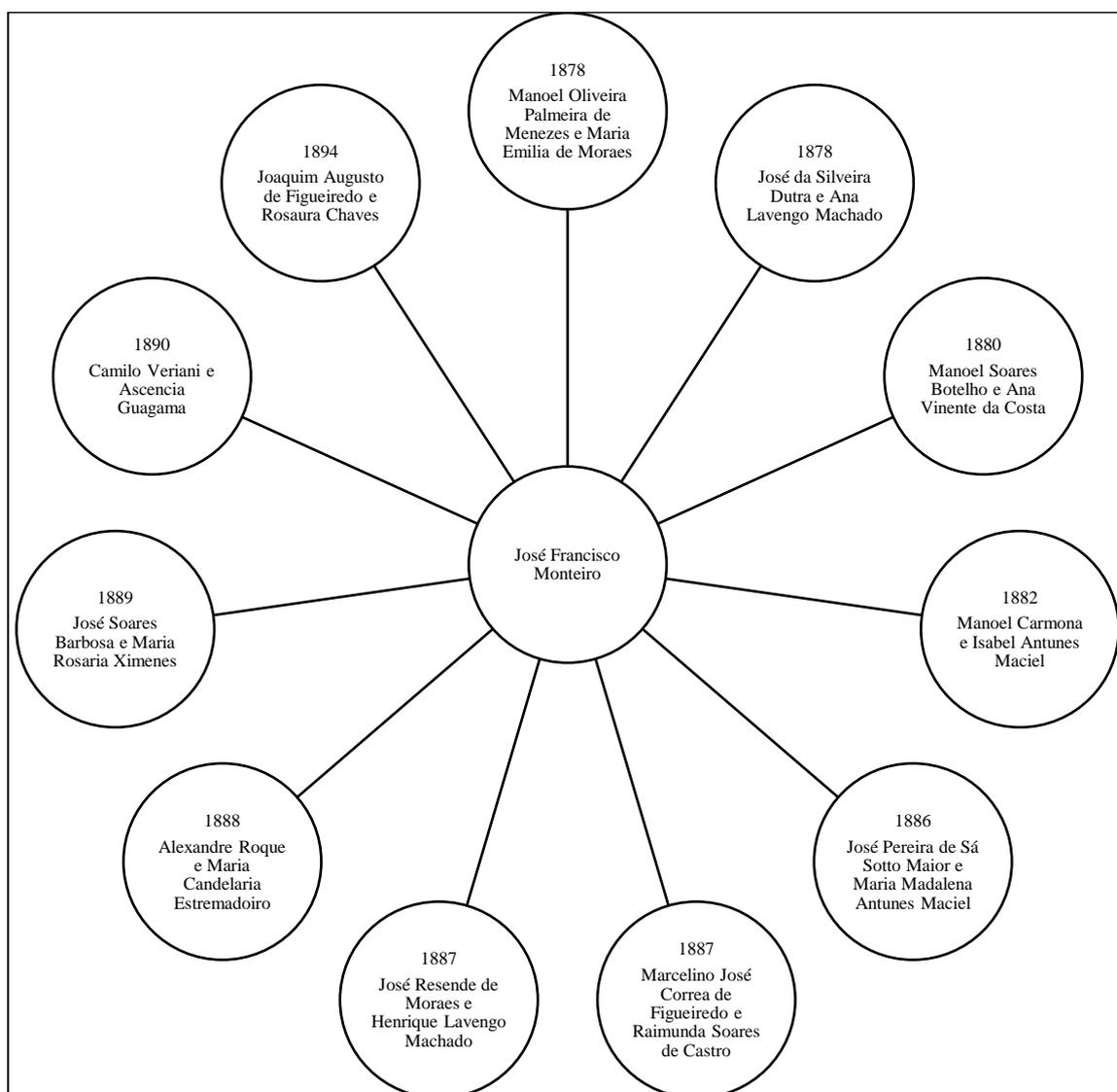
⁴¹¹ CANCELA, Cristina Donza. *Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920. Topoi* (Rio de Janeiro), v. 10, n. 18, 2009, p. 24.

⁴¹² Filhos fora do casamento.

⁴¹³ Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de Carolina, folha 16, data do registro: 18/09/1888; Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de Maria, folha 16, data do registro: 20/09/1888.

⁴¹⁴ Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de José, folha 15, data do registro: 06/04/1888.

Figura 7: Relações de compadrio pelo casamento



Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. Livros de Casamentos da Paróquia de Humaitá (04/02/1877 à 25/01/1896).

Para entendermos a importância das relações de compadrio descritas acima, é necessário saber a família de pertença e o lugar social dos indivíduos envolvidos nestes enlances matrimoniais.

Manoel Oliveira Palmeira de Menezes e Maria Emília de Moraes casaram-se em 1878, o noivo era natural de Pernambuco, residente na vila de Manicoré, proprietário de seringais, comerciante, capitão da guarda nacional, agente fiscal em Manaus e subdelegado do distrito do

rio Machado, afluente do Madeira.⁴¹⁵ A noiva era filha do comerciante e seringalista português Manoel Maria de Moraes. Também foi padrinho deste enlace o português naturalizado José Gusmão da Silva Amaral, que ocupou diversos cargos administrativos, militares e policiais no rio Madeira, entre eles o de juiz de paz, subdelegado e superintendente da vila de Humaitá. Tanto Manoel Maria de Moraes, quanto Gusmão eram amigos particulares de Monteiro, sempre presente nos casamentos dos filhos e batismos.⁴¹⁶

O enlace de José Resende de Moraes e Herinqueta Lavengo Machado, guarda similaridades com o matrimônio de José da Silveira Dutra e Ana Lavengo Machado. Ambos os noivos eram comerciantes, capitães da guarda nacional e proprietários de terras. Sendo que José Resende de Moraes era juiz de paz do distrito de Abelhas, câmara municipal de Manicoré.⁴¹⁷ As noivas eram irmãs, filhas dos imigrantes portugueses Antônio Joaquim Machado e Leonora Lavengo.⁴¹⁸

Assim como os casamentos mencionados acima, o de Manoel Soares Botelho e Ana Vinente da Costa configura uma aliança entre famílias proprietárias de seringais, contudo, se analisarmos com cuidado veremos que Manoel Soares Botelho era filho de portugueses. Todavia, nasceu em Manaus, tornou-se comerciante, proprietário de seringais no rio Madeira e ocupou diversos cargos político-administrativos (tenente da guarda nacional, juiz de paz, subdelegado, etc.).⁴¹⁹ Manoel casou-se duas vezes, em ambas preferiu se vincular as famílias

⁴¹⁵ Jornal do Amazonas (AM), 3 de janeiro de 1878, Anno III, Número 220, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/739>; Diário Oficial (AM), 21 de novembro de 1895, Anno IV, Número 576, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028843/4319>

⁴¹⁶ Fontes: Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Manoel Oliveira Palmeira Menezes e Maria Emilia de Moraes, folha 1, data do registro: 03/02/1878; **Almanach administrativo, historico, estatistico e mercantil da provincia do Amazonas para o anno de 1884**. Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1884, p. 79; GONÇALVES, 1889, p. 38-46; DECRETO Nº 1.323, DE 20 DE JULHO DE 1866. Autoriza o Governo para mandar passar carta de naturalização de cidadão Brasileiro ao subdito portuguez Manoel José Esteves, e outros. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1866**, Página 70 Vol. 1 pt. I.

⁴¹⁷ Boletim Oficial (AM), 16 de julho de 1873, Anno I, Número 49; Commercio do Amazonas (AM), 10 de junho de 1875, anno VI, número 129, p. 3; GONÇALVES, 1889, p. 40.

⁴¹⁸ Habilitação consular Antônio Joaquim Machado. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 4144. Habilitação 4341. Imagem P1500858. Data da habilitação: 28/07/1875.

⁴¹⁹ Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Manoel Soares Botelho e Ana Vinente da Costa, folha 3, data do registro: 02/02/1880; ALMANACH, 1889, p. 79; REQUERIMENTO de Manoel Soares Botelho, por seu procurador José Francisco Pereira da Cunha, ao rei [D. João VI], pedindo passaporte para fazer viagem à província de Pernambuco, junto com sua mulher Guiomar Elias Soares. Anexo: 1 doc. Obs.: documento em anexo impresso. AHU_ACL_CU_015, Cx. 290, D. 19955. Disponível em:

http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/bitstream/handle/123456789/169431/AHU_ACL_CU_015%2c%20Cx.%20290%2c%20D.%2019955.pdf?sequence=3&isAllowed=y

locais. Assim é possível falar em estratégias voltadas para a integração, que por sua vez abriu a possibilidade de ascensão social a partir da inserção em uma rede de influência e poder.

A família Botelho manteve imbricada relação com José Francisco Monteiro, José Gusmão da Silva Amaral, Jose da Silveira Dutra e Venâncio Antônio de Castro, todos foram padrinhos de seus casamentos, ou seja, procurou estabelecer fortes ligações de parentesco e amizade com as famílias de elite da região.

Os matrimônios de Manoel Carmona com Isabel Antunes Maciel e José Pereira de Sá Sotto Maior com Maria Madalena Antunes Maciel, possuem semelhanças. Ambos os noivos são portugueses, comerciantes e residentes na região. As noivas Isabel e Maria Madalena eram naturais da Província do Mato Grosso e filhas de Antônio Antunes Maciel. Meses antes do enlace entre Manoel Carmona e Isabel, Antônio Antunes Maciel foi padrinho de casamento do filho de José Francisco Monteiro.⁴²⁰ Contudo, as relações matrimoniais dos herdeiros de Monteiro serão trabalhadas no terceiro capítulo.

A família Maciel era uma das mais tradicionais da região guaporeana (rio Guaporé fronteira com a Bolívia), proprietária de inúmeros seringais em território brasileiro e boliviano. Sua estadia na região guaporeana, fronteira oeste da Amazônia portuguesa remonta ao século XVIII, com a exploração do ouro. A aliança entre as famílias Monteiro e Maciel era constantemente reforçada, este vínculo permitiu que ambas as famílias se inserissem socialmente em uma rede que perpassava diversos espaços econômicos, políticos e sociais, possibilitando a família Maciel estender seus interesses para a região do rio Madeira, via única de escoamento e abastecimento da região guaporeana, e ao comerciante José Francisco Monteiro atuar nas regiões do Mamoré, Guaporé e nas terras baixas bolivianas.

O casamento de Marcelino José Correa de Figueiredo e Raimunda Soares de Castro, realizado em março de 1887, teve como testemunhas, além de Monteiro, José Gusmão da Silva Amaral, Dona Maria Machado Gusmão e Dona Maria Conceição Monteiro da Costa, filha de José Francisco Monteiro. O noivo era português, possivelmente empregado de José Francisco, e recém-chegado a região Madeirense. A noiva era filha de Venâncio Antônio de Castro, comerciante, seringalista, major da guarda nacional, juiz de paz, subdelegado e sócio de Monteiro na exploração de goma elástica. Além disto, a irmã de Raimunda era casada com

⁴²⁰ MARQUES, Manoel Espiridião da Costa. **Região Ocidental de Matto Grosso. Viagem e estudos sobre o Valle do Baixo Guaporé da cidade de Matto Grosso ao Forte do Príncipe da Beira. Rio de Janeiro:** Typ. e Pap. Hildebrandt, 1908; Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de José Pereira de Sá Sotto Maior e Maria Madalena Antunes Maciel, folha 15, registro 31, data: 25/03/1886; Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Manoel Carmona e Isabel Antunes Maciel, folha 15, registro 10, data: 26/03/1882.

Antônio Francisco Monteiro, filho primogênito do patriarca José Francisco. Este enlace tornou possível a inserção de Marcelino no seio da elite madeirense. Também, percebemos a reiteração dos laços e/ou a constituição de novos vínculos nas trajetórias sociais dos filhos em relação a seus pais (família Monteiro e família Castro).⁴²¹

Alexandre Roque (ou Roca) e Maria Candelária Estremadoiro casaram-se no dia 18 de março de 1888. O noivo era filho de Ramon Roque (Roca), proprietário do seringal Calama um dos mais produtivos da região, instalado próximo a foz do rio Machado. A noiva pertencia a família Estremadoiro, proprietários de inúmeros seringais no alto rio Madeira. Enfim, ambos eram bolivianos, proprietários e filhos de proprietários de seringais no rio Madeira. Tiveram com testemunhas de casamento José Francisco Monteiro, José Gusmão da Silva Amaral, Dona Maria Machado Gusmão e Dona Maria Conceição Monteiro da Costa.⁴²²

Outrossim, Alexandre Roque e João Ventura Ferreira possuíam uma sociedade comercial e industrial para comercialização e exploração de borracha nos seringais do baixo rio Machados, afluente do rio Madeira, “sob a rasão social de A. Roca & C.^{aa}”.⁴²³ Além disso, a esta altura, João Ventura Ferreira, além de sócio era genro de Monteiro, casado com Isabel Monteiro.

Camilo Veriani e Ascencia Guagama casaram-se no dia 6 de julho de 1890.⁴²⁴ Pouco sabemos sobre o noivo, além do fato de ser italiano. A noiva era filha natural de Mariano Guagama, coronel do exército boliviano, com Petrona Melgarejo. De acordo com Bernardo da Costa e Silva, no ano de 1882 quando esteve no seringal Flórida, localizado na região das cachoeiras no alto rio Madeira, o Coronel Guagama havia chegado a pouco tempo da Bolívia. Conforme a descrição do viajante português, Mariano Guagama veio homiziado (fugido da justiça) e trouxe em sua companhia a menina Ascencia de oito anos de idade, nascida em Cochabamba.⁴²⁵ Ao chegar ao Madeira o coronel Guagama se estabeleceu na região das cachoeiras, ali inúmeros bolivianos exploravam goma elástica. Tendo estabelecido sociedade

⁴²¹ Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Marcelino José Correa de Figueiredo e Raimunda Soares de Castro, folha 16, data do registro: 26/03/1887.

⁴²² Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Alexandre Roque e Maria Candelária Estremadoiro, folha 18, data do registro: 18/03/1888; Diário Oficial (AM), 2 de julho de 1898, Anno VI, Número 1320, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028843/10849>; Amazonas (AM), 4 de fevereiro de 1893, Anno XXVIII, Número 27, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/5384>; Diário Oficial (AM), 4 de julho de 1894, Anno II, Número 181, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028843/1379>

⁴²³ Diário oficial (AM), 20 de abril de 1895, Anno III, Número 410, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028843/3192>

⁴²⁴ Arquivo Paroquial de Humaitá. 2º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Camilo Veriani e Ascencia Guagama, folha 25, data do registro: 06/07/1890.

⁴²⁵ SILVA, 1891, p. 333.

com outros bolivianos que já residiam na região, como Enrique Viscarra, com quem constituiu uma sociedade comercial, o coronel boliviano foi inserido no seio de uma sociedade multifacetada, porquanto, as relações perpassavam indivíduos de diferentes nacionalidades.

Considerando que o escoamento e abastecimento da região madeirense estava diretamente interligado com as redes de comércio dos negociantes portugueses, os negócios comerciais que giravam sob a firma Viscarra & Guagama, “cuja casa commercial e indústria se acha sita nas cachoeiras”, tinha como procurador e representante para fora das províncias do Amazonas e Pará, o português Francisco Gonçalves da Costa Porto, primo de Manoel Pereira Gonçalves e amigo de José Francisco Monteiro.⁴²⁶ Pouco tempo depois estabeleceu-se uma sociedade direta entre os senhores Costa Porto e Guagama, sob a firma Guagama & Porto.⁴²⁷

Desse modo, a família Guagama consolidou sua inserção na sociedade local e Monteiro fortalecia sua influência na comunidade boliviana através dos vínculos de compadrio. Nesse mesmo sentido pode ser visto o casamento de Joaquim Augusto de Figueiredo e Dona Rosaura Chaves.⁴²⁸ O noivo de naturalidade portuguesa, muito possivelmente era um trabalhador de Monteiro. A noiva era filha do comerciante e seringalista boliviano Dom Antônio Chaves.

A família Chaves, na figura dos irmãos Antônio e Ricardo haviam descido o rio Madeira, ainda na década de 1860, com duzentos índios da tribo Mojos e se estabeleceram no lugar Carapanatuba. Nessa região exploraram goma elástica e se constituíram como uma das famílias mais influentes da sociedade local.⁴²⁹ De acordo com Warren Dean, no idos de 1875 um boliviano chamado Ricardo Chávez, que estivera envolvido no comércio de borracha como “patrão”, forneceu a Markham 220 quilos de sementes da árvore de onde se extraía a borracha. Os barris com as sementes chegaram a Londres em 6 de julho de 1875. Logo depois os barris foram despachados para Índia, entretanto, quando chegaram as sementes já não eram viáveis para o cultivo. Mesmo assim, o Ministério da Índia foi obrigado a pagar a fatura de 114 libras para Dom Ricardo Chaves.⁴³⁰

Desse modo, a família Chaves está diretamente ligada a exploração de seringa o rio Madeira e afluentes, pois monopolizou e explorou centenas de trabalhadores indígenas bolivianos em seus inúmeros seringais, tendo sido umas das primeiras famílias de patrões

⁴²⁶ Jornal do Amazonas (AM), 24 de fevereiro de 1885, Anno X, Número 1020, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/1032>

⁴²⁷ GONÇALVES, 1889, p. 36.

⁴²⁸ Arquivo Paroquial de Humaitá. 2º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Joaquim Augusto de Figueiredo e Rosaura Chaves, folha 33, data do registro: 28/11/1894.

⁴²⁹ FONSECA, 1880, p. 296; FERNÁNDEZ, Hernando Sanabria. **En busca de Eldorado: la colonización del oriente Boliviano**. Librería Editorial Juventud, 1980.

⁴³⁰ DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. Studio Nobel, 1989, p. 40.

bolivianos a chegar na região, juntamente com Dom Ignácio Arauz e Santos Mercado, já mencionados.

Vemos uma recorrência dos padrinhos nesses enlaces matrimoniais. Assim, podemos concluir que a elite proprietária de terras no rio Madeira estabeleciam alianças entre si, construindo uma rede de obrigações e favores.

Entretanto, a ligação de Monteiro com os patrões bolivianos adquire certa importância não apenas pelos negócios referente ao abastecimento e escoamento de produtos, mas também pelo provimento de mão de obra. Somente na década de 1880, José Francisco possuía mais de 500 trabalhadores entre bolivianos, portugueses e brasileiros.⁴³¹

De modo geral, em certa época do ano, seguiam os negociantes para a Bolívia, onde, no Beni, no Mamoré e outros rios, contratavam a força, 200 ou mais índios, geralmente Mojos e Baures, “vestem-os com uma camisola a que chamam *typoi* e começam a longa e perigosa jornada através das cachoeiras do Madeira, e durante o trajecto alimentam o infeliz escravizado unicamente com xibé.” Estes negociantes iam cedendo aso seringalistas moradores e estabelecidos pelas margens do rio Madeira, os indígenas bolivianos “aos bandos, mediante certo úmero de pesos plata, a titulo de despezas de viagem.”⁴³²

Conforme salientou Silva, havia uma continua emigração de índios bolivianos dos diversos povos dos antigos aldeamentos de Mojos e Chiquitos para o rio Madeira e seus afluentes, tendo se espalhado até no baixo Amazonas, e outros rios da província, para onde são levados por patrões patricios seus, portugueses e brasileiros que na Bolívia os vão contratar, “não obstante ultimamente o governo da Bolivia ter feito o possível para evitar esta expatriação, tão prejudicial ao paiz, arrasta-os para fora da pátria por chimeras illusões, que só tarde conhecem quando individados e sem meios de poderem voltar ao paiz que os viu nascer.”⁴³³

Por fim, os vínculos estabelecidos por Monteiro junto a comunidade boliviana possibilitaram seu acesso a uma extensa mão de obra. E foram, possivelmente, estas relações e outras constituídas ao longo do processo de inserção que lhe permitiram a diversificação de investimentos, a manutenção do seu status e a reiteração da hierarquia social no rio Madeira. “A junção desses elementos materiais e simbólicos comuns ao negociante de grosso trato e,

⁴³¹ COMISSÃO, 1883, p. 82.

⁴³² COMISSÃO DE ESTUDOS DA ESTRADA DE FERRO DO MADEIRA E MAMORÉ. **Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira itinerario e trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré, impressões de viagem por um dos membros da mesma comissão.** Rio de Janeiro: Soares & Niemeyer, 1883, p. 140.

⁴³³ SILVA, 1891, p. 303.

portanto, a elite mercantil, somente foi possível em função de uma série de alianças estabelecidas entre diferentes setores da elite” da sociedade local.⁴³⁴

De acordo com as informações acima temos um padrão relacional nos compadres de Monteiro. Eles eram comerciantes, proprietários de terras e ocupavam cargos na administração local e na Guarda Nacional, constituindo um pequeno grupo de pessoas que faziam parte do topo da pirâmide social madeirense. De tal modo, as alianças entre as famílias proprietárias de seringais no rio Madeira podem ser vistas nos vínculos sociais de compadrio, porquanto, as redes de sociabilidade fortaleciam o poder sobre a população local mediante o controle dos recursos naturais e atenuavam as disputas pelos seringais, pois estes pertenciam ao mesmo grupo social, ligados por redes de parentesco e amizade.

Assim como as relações conjugais criavam e fortaleciam laços, abrindo novas possibilidades, os batizados que constituíam as relações de compadrio, possuíam um capital simbólico muito grande para as famílias de elite, já que estabelecia um vínculo não apenas com o afilhado, mas com a família deste, o que facilitava a inserção do padrinho, e posteriormente, da criança, na vida pública, nas relações econômicas e nos cargos políticos que intentassem ocupar.⁴³⁵

Nesse sentido, a elite madeirense constituía um grupo, intensamente interligado por vínculos familiares e não familiares. Estes laços tinham o objetivo de manter e perpetuar o status social destes indivíduos, o que constitui uma característica dos círculos de elite, que segundo Revel, agiam no sentido de garantir a “sobrevivência biológica do grupo, a conservação do status social de uma geração para outra (e se possível seu fortalecimento), um melhor controle do meio natural e social”.⁴³⁶ pequeno grupo de proprietários de terras que estabeleciam alianças entre si, construindo uma rede de obrigações e favores

É importante destacar que no século XIX a família foi uma importante fonte de capital político. Os vínculos estabelecidos pelo grupo familiar constituíam-se em importantes recursos para a ocupação de cargos oficiais. Assim, a política tornou-se o espaço onde as relações familiares eram fundamentais na viabilização de projetos político-econômicos. Veremos a seguir, como o aparelho burocrático administrativo de Humaitá estava diretamente subordinado as redes de sociabilidade e poder da família Monteiro. E como estas teias de poder serviram para reiterar sua posição no topo da hierarquia social, o que vem coadunar com os estudos sobre

⁴³⁴ SALES, 2014.

⁴³⁵ LEVI, 2000.

⁴³⁶ REVEL, 2000, p. 27.

os comerciantes que apontam para a integração desse grupo na sociedade mais ampla por meio de alianças com outros grupos e participação em cargos político-administrativos.⁴³⁷

2.3. Atuação política e administrativa

Ao longo do presente capítulo procuramos evitar reproduzir a imagem do grande homem, do desbravador, do fundador de Humaitá, aspectos atribuídos a José Francisco Monteiro. Todavia, nos propomos reconstruir o emaranhando de suas teias de relações para podermos visualizar as estratégias acionadas por Monteiro para fazer-se elite no rio Madeira.

Desse modo, intentamos analisar neste item os cargos políticos ocupados por José Francisco na burocracia local, e de que forma sua rede de contatos o projetou na vida pública, exercendo influência política e elevando o status familiar nos meios da elite local e regional. Entretanto, não temos como falar da atuação política e administrativa de Monteiro sem nos remetermos a vila de Humaitá.

2.3.1. A Intendência Municipal de Humaitá como teatro social

Conforme intitulamos este subitem, temos por objetivo analisar a ocupação dos cargos da Intendência Municipal de Humaitá. Entendemos que esses cargos reproduziam a hierarquia que dividia as elites locais em estratos superiores e inferiores em poder econômico e influência política, de maneira que “os indivíduos não ocupavam sempre o mesmo lugar na pirâmide social [...], mas as eleições afirmavam, repetidas vezes, as gradações da sociedade”.⁴³⁸

De acordo com Graham, as eleições eram “exibições teatrais elaboradas, que reiteravam insistentemente a convicção de que a única base própria da organização social residia no claro reconhecimento da superioridade e inferioridade social de cada um”.⁴³⁹ Assim, concebemos a Intendência Municipal de Humaitá como “um espaço onde eram reproduzidas as hierarquias, que derivavam dos arranjos familiares entre diferentes grupos parentais, que, por sua vez, eram reiteradas nas relações econômicas e sociais”.⁴⁴⁰

⁴³⁷ BATISTA, 2007; SANTOS, 2015; NICOLOSO, 2013; CANCELA, 2006; CANCELA, 2009.

⁴³⁸ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 163-164.

⁴³⁹ GRAHAM, 1997, p. 164.

⁴⁴⁰ NICOLOSO, 2013, p. 138.

Entretanto, antes de nos aprofundarmos na análise faremos um breve apanhado a evolução estadística da localidade de Humaitá.

Em 1869 o frei Jesualdo Maccheti, ao passar pelo lugar que viria a ser chamado Nossa Senhora da Conceição de Behém de Humaitá⁴⁴¹, pouco depois de José Francisco Monteiro ter se instalado com seu pessoal, descreveu a existência de dois grandes casarões, um deles era a residência e outro um grande e sortido armazém.⁴⁴² Assim sendo, a localidade se configurou como um entreposto comercial e base para a rede de negócios que Monteiro veio estabelecer na região.

Desde princípios de sua fundação, devido ao intenso fluxo de pessoas na localidade, Humaitá já possuía certo dinamismo econômico, social e religioso. Data do mês de fevereiro de 1872 os primeiros batismos, administrados pelo frei Jesualdo Maccheti no nascente povoado. No mesmo ano, o engenheiro Edward Mathews, encarregado de fiscalizar os trabalhos da Public Works Construction Co., empreiteira inglesa contratada para a primeira tentativa de construção da Madeira & Mamoré Railway, destacou a existência de próspero assentamento português, pertencente a “Don” José Monteiro, que segundo Mathews era o mais rico colono do rio Madeira, e para espanto do engenheiro, José Francisco possuía um pequeno vapor que utilizava no comércio de produtos entre Humaitá e o Pará, e vice-versa.⁴⁴³

O dinamismo social e comercial de Humaitá causou espanto na comissão estabelecida pela Amazon Steam Navigation Co. Ltd. para investigar os rios da bacia do Amazonas. Em 1874, tendo chegado a localidade do Crato no rio Madeira, a comissão encontrou dificuldades em satisfazer suas necessidades de abastecimento. Estas foram supridas em Humaitá, onde havia uma casa principal – ocupada por Monteiro – à qual estava alojada um armazém, sendo os edifícios restantes as moradias de seus trabalhadores e uma pequena capela.⁴⁴⁴

Essa característica particular de Humaitá conferia, aos eventos ocorridos na propriedade, um atributo capaz de particularizar os parâmetros de interação social dos trabalhadores de José Francisco, e se constituía em um aparato de controle social.

Entretanto, havia uma legislação canônica a respeito da construção de capelas, e isso provocou o seguinte requerimento, dirigido ao Bispo do Pará:

Exmo. Revmo. Snr.

⁴⁴¹ A denominação de Humaitá foi dada por José Francisco Monteiro em homenagem a uma das batalhas que o Brasil travou contra o Paraguai no Forte Humaitá, já Behém é o nome do igarapé que passa ao lado da cidade e deságua no Madeira.

⁴⁴² MACCHETI, 1886, p. 55-56.

⁴⁴³ MATHEWS, 1879, p. 20.

⁴⁴⁴ BROWN, Charles Barrington; LIDSTONE, William, 1878, p. 338.

José Francisco Monteiro e Companhia comerciantes, moradores no districto da freguezia de Manicoré no alto rio Madeira [*sic!*], província do Amazonas, desejando continuar a edificação de uma Capela, dedicada à Imaculada Conceição de Maria Santíssima, à qual deram começo sem prévia licença de V. Excia. Revma. Por ignorarem esta formalidade, no sitio do seu estabelecimento Humaitá, muitas milhas acima da mencionada freguesia, para facilitar a administração dos Sacramentos, não só **a mais de 500 pessoas, que estão sob nossa direção, como aos moradores seus vizinhos** [grifo nosso], que não podem como os Supp.tes pela grande distancia, descer aquela freguezia, vem respeitosa e rogar a V. Excia. Revma. Licença para continuar e concluir a edificação da referida Capela para todos os actos religiosos.

Os Supp.tes, Exmo. Revmo. Sr., afiançam à Excia. Revma. Que a edificação da Capela vai ser feita com segurança e aceio, e prometem dar-lhe o necessário para as funções do culto inclusive pia batismal de mármore e bons sinos se V. Excia. Revma. permitir.

Nestes termos

A V. Excia. Revma. atendida a informação do missionário deste Rio Fr. Jesualdo Macchetti por achar-se sem pároco a freguesia de Manicoré, se digne differir benignamente este humilde pedido: concedendo que o mencionado Revdo. Missionário deste Rio ou outro Revdo. Sacerdote, competentemente autorizado, benza a dita Capela, logo que fique concluída e nela funcione.

E. R. M.m

Sítio Humaitá, districto da freguezia de Manicoré, 16 de março de 1875.

José Francisco Monteiro e Cia.⁴⁴⁵

Se observarmos com atenção o requerimento, vemos o destaque dado para a quantidade de trabalhadores submetidos diretamente a José Francisco, mais de 500 pessoas, fora os moradores e vizinhos.

Ao requerimento de Monteiro, o frei Jesualdo acrescentou:

Sendo a mencionada Capela em construção dentro dos limites do Districto desta **Missão de S. Pedro** [grifo nosso], Apóstolo, o respectivo missionário informa a V. Excia. Revma, ser da maior utilidade para os fieis daquela paragem, por não poderem com facilidade descer até esta Missão para cumprir com seus deveres espirituais.

S. Pedro, Apóstolo, 18 de Março de 1875.

Fr. Jesualdo Macchetti

De acordo com o padre salesiano Vitor Hugo, o frei Jesualdo Macchetei era muito amigo do comerciante José Francisco, pois este prestou relevantes auxílios quando da fundação das missões de São Francisco e São Pedro no rio Madeira. Tendo cedido onze índios bolivianos, submetido ao seu caixeiro José Estevão Lopes de Azevedo, para remar as canoas que seguiam em busca dos indígenas para as missões.⁴⁴⁶

⁴⁴⁵ Esse documento foi transladado para o 1º Livro do Tombo da Paróquia de Humaitá pelo Vigário Salesiano, Pe. José Maria Pena e se encontra transcrito na íntegra na obra: HUGO, Victor. **Desbravadores: a história eclesiástica, no panorama social, político, e geográfico do grande Rio Madeira, seus afluentes e formadores na Amazônia**. Volume I. Missão Salesiana, 1959, p. 195-196.

⁴⁴⁶ HUGO, Volume I, 1959, p. 156-195.

A resposta ao pedido de Monteiro referente a licença de funcionamento da capela, foi assinada pelo Cônego Sebastião Borges de Castilho, Governador do Bispado:

Em vista da informação do Revmo. Missionário, concedo as licenças requeridas com tanto que **a capela seja destinada para os fieis que ahi procurarem sem embaraços em todo tempo os auxílios espirituais e cumprirem nela os deveres religiosos** [grifo nosso], e isto sem prejuízo de direitos parochiaes, dos assentamentos de batismos, casamentos, e óbitos, que deverão ser lançados em quadernos para serem apresentados ao Revdo. Parocho respectivo.

Pará, 3 de abril de 1875
(selado com 000\$400)

Castilho

A capela ficou pronta no dia 2 de fevereiro de 1876. Todavia, o primeiro casamento só foi realizado um ano depois, diante de Frei Teodoro Maria Portararo e Frei Jesualdo Maccheti.

Ao passar por Humaitá em 1878, João Severiano da Fonseca descreveu Humaitá como uma florescente povoação de trinta casas, a maior parte de telhas elegantes e cômodas, formando uma rua no alto da barranca e uma capelinha bonita e graciosa. Completava o povoado umas cinquenta casas de palha dos trabalhadores e companheiros.⁴⁴⁷

Fazendo um paralelo com a análise de Daniel Barroso, referente ao engenho Bom Intento na região do Bujaru, na província do Pará, a abertura da capela de Humaitá à sociedade do Madeira, em conformidade com as instruções do Governador do Bispado, ao mesmo tempo em que ajudava a sedimentar uma base clientelista de poder local para José Francisco Monteiro em relação a uma população livre e pobre e, especialmente, em relação aos demais seringalistas da região que faziam uso daquele espaço, acabava, também, por inserir os trabalhadores (indígenas, brasileiros, bolivianos e portugueses) em um circuito sem dúvida ainda mais amplo e complexo de sociabilidades.⁴⁴⁸

Nos anos seguintes, o movimento comercial do rio Madeira cresceu significativamente. Por conseguinte, Humaitá foi alcançando importância político-administrativa na província, pois sua localização era estratégica para o controle do comércio desenvolvido no alto Madeira e com a Bolívia. Assim, em 1879 foi designado pelo presidente da província do Amazonas, o lugar Humaitá, para ponto de escala dos vapores da companhia do Amazonas, em substituição do Crato.⁴⁴⁹

⁴⁴⁷ FONSECA, 1880, p. 318.

⁴⁴⁸ BARROSO, Daniel Souza. *Múltiplos do Cativo: Casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870)*. *Afro-Ásia* [online]. 2014, n.50, pp.93-128.

⁴⁴⁹ Amazonas (AM), 14 de maio de 1879, Anno XIII, Número 277, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2121>

Em 1883, ao passar por Humaitá, a Comissão de Estudos da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré descreveu José Francisco Monteiro como “rico seringueiro e capitalista a quem chamam *Tucháua* do Madeira.”, enfatizando que a pequena vila possuía uma capela, engenho, serraria, olaria, ferraria e outras dependências, pertencentes a família Monteiro, que controlava as atividades desse estabelecimento comercial.⁴⁵⁰

Conforme salientou Elizabeth Kuznesof, ao analisar o papel da família estruturação da sociedade paulista do século XVIII e suas transformações no século XIX e primeira metade do XX, a construção de capelas e outros estabelecimentos, eram práticas que criavam uma base de poder clientelista para quem as edificava e projetava esses indivíduos no cenário político local.⁴⁵¹

No demais, o avanço da fronteira extrativista na região provocou um novo processo de territorialização que exigiu do governo provincial a criação de instrumentos de controle social e dos recursos ambientais, que contribuiu para erigir um modelo de sociedade extremamente hierarquizada e excludente. Davi Avelino Leal, ao analisar o processo de criação de delegacias, subdelegacias, ferrovias, reordenamento de comarcas e *freguesias*, denominou estas redes de relações de *dispositivo do Madeira* que, “embora ligado a nível macro ao avanço do capitalismo na Amazônia, terá sua dinâmica própria e sua historicidade específica no rio Madeira”.⁴⁵²

O que nos interessa neste momento é o reordenamento de comarcas e *freguesias*, pois no dia no dia 18 de outubro de 1888,

Uma importantíssima proposta, acaba de ser feita à assemblea provincial pelos comerciantes José Francisco Monteiro & C.^a, do Rio Madeira.

Enviando uma petição em tal sentido solicitam elles a criação de mais uma freguezia n'aquelle rio, devendo ser a sede d'ella no logar denominado Crato e a foz do Behem, no qual tem os mesmos Srs. estabelecimento commercial e agrícola e já fundaram á sua custa um grande povoado com uma das melhores igrejas que tem a província, dedicada a N. S. da Conceição de Behem.

A freguezia devera ser creada no lugar “Humaythá”, propriedade dos proponentes, offerencendo elles ao governo, para tal fim, o terreno de que necessitar para praças, ruas e construção de edificios públicos, assim como igualmente offerecem a capella que levantaram, com todas as alfaías, e o cemitério também edificado por sua iniciativa e também a sua custa.

Já alli foi creada uma escola publica ultimamente, pelos mesmos Srs., que mais tarde, em tempo não muito remoto talvez, quando for elevada á cathogoria de villa a freguezia cuja criação solicitam, compromettem se a ceder para patrimônio da respectiva câmara municipal, mil metros de terreno de frente por mil de fundo, na

⁴⁵⁰ COMISSÃO, 1883, p. 82.

⁴⁵¹ KUZNESOF, Elizabeth. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1880). *Revista Brasileira de História*, v.9, n.18 (1988/1989), p.41.

⁴⁵² LEAL, 2007, p. 69; LEAL, 2016, p. 30.

margem esquerda do Madeira, a contar da extrema que divide as terras do Crato das do supramencionado lugar “Humaythá”.⁴⁵³

A freguesia foi criada em 13 de novembro de 1888, pela lei provincial n.º 790, que transferiu a antiga freguesia da Missão de São Francisco para Humaitá, tendo esta última ganhado autonomia política em relação a localidade de Manicoré. A dita freguesia tinha por limites o lago de Carapanatuba e a fronteira da República da Bolívia acima da povoação de Santo Antônio do Madeira, sendo instituída canonicamente no mesmo ano, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Behem de Humaitá e instalada no dia 21 de junho de 1889.

Tendo em vista os limites do novo município, José Francisco veio controlar uma parte importante do comércio da região do alto rio Madeira e da Bolívia, visto que Santo Antônio tinha importância estratégica como porto de carga e descarga de produtos para o país vizinho. Além disto, casas comerciais, regatões e outros estabelecimentos tinham a necessidade de licenças. Essas eram fornecidas pelos Conselhos Municipais de cada cidade ou vila e no caso das freguesias era autorizada por fiscais mediante o pagamento de imposto.

O desenvolvimento social e comercial de Humaitá, os interesses públicos e privados na região, juntamente com as articulações de Monteiro junto ao governo provincial fizeram com que a freguesia fosse elevada à categoria de vila, pelo decreto de n.º 32 de 4 de fevereiro de 1890, sendo instalada às nove horas do dia 1 de março do mesmo ano. Em 23 de abril de 1890 foi pedida a criação do termo judicial, este deferido no dia 6 de maio do mesmo ano, pelo decreto n.º 40, e a comarca em maio do ano seguinte.

Humaitá possuía em fins do século XIX toda uma estrutura político-administrativa (cemitério, igreja, Intendência Municipal, cadeia pública, mercado, e etc.) que permitia o controle da população, do comércio e dos recursos ambientais. De acordo com o 1º Livro do Tombo da Paróquia de Humaitá, “foi tal o aumento de sua população e domicílios, tal o seu estado de prosperidade que, por Lei de 4 de outubro do ano de 1894, foi elevada a categoria de cidade, sendo instalada aos 2 dias do mês de janeiro do ano seguinte de 1895”.⁴⁵⁴

Essa reorganização político-administrativa não foi um movimento localizado. Com a instauração da República, em 15 de novembro de 1889, vemos o estabelecimento de uma nova organização político-administrativa, obediente aos princípios do federalismo. Nesse panorama, a esfera municipal ganhou força para gerir, com significativa autonomia nos termos da lei, os seus próprios negócios.

⁴⁵³ Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 25 de outubro de 1888, Anno XXI, Número 241, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/222402/12977>

⁴⁵⁴ Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Tombo da Paróquia de Humaitá, p. 5-9.

Consideradas decadentes, guardando, nos discursos dos republicanos, os vícios de corrupção e ineficiência característicos do regime monárquico, as Câmaras Municipais, dirigidas pelos homens bons leais ao Império, não poderiam ter mais espaço na República.

Diante desses argumentos, as Câmaras Municipais foram extintas em todo o país. Assim, através do decreto nº 32 de 4 de fevereiro de 1890 foi criada a Intendência Municipal da Vila de Humaitá. Nesse primeiro momento assumiu o cargo de Superintendente por nomeação de Augusto Ximeno Villeroy, Governador do Amazonas, o comerciante José Francisco Monteiro, e como Intendentes Manoel Soares Botelho e José Bernardo Ferreira. Ambos os indivíduos eram seringalistas, membros da Guarda Nacional e possuíam vínculos familiares (casamento e compadrio) e de negócios com a família Monteiro.⁴⁵⁵

Como salientou Helder Ângelo, ao analisar a trajetória da família Corrêa de Miranda, a ocupação de cargos políticos e a manutenção de poder e prestígio social estiveram atrelados a uma relação de solidariedade mútua entre indivíduos unidos por ligações familiares e ao estabelecimento de uma série de alianças sociais verticais e horizontais.⁴⁵⁶

Promulgada a primeira Constituição Republicana, em 24 de fevereiro de 1891, coube aos Estados a elaboração de suas constituições. O Amazonas não demorou a iniciar seus trabalhos que resultaram na primeira Constituição Estadual, promulgada em 27 de junho de 1891. Todavia, a Constituição do Estado do Amazonas foi revista em julho de 1892, entre outras coisas, foram alteradas algumas questões referentes aos governos municipais. De acordo com as novas deliberações, o governo municipal seria exercido por um Superintendente, encarregado das funções executivas e por uma corporação deliberante com a denominação de “Intendência Municipal”.⁴⁵⁷

O Superintendente e os membros da Intendência eram eleitos mediante sufrágio direto e voto descoberto, de quatro em quatro anos. O governo municipal era composto por nove membros na capital, sete nas cidades e cinco nas vilas, não incluindo neste número os Superintendentes.

Pertencia ao Superintendente a chefia do poder executivo do município, e entre outras atribuições, competia nomear, suspender, aposentar, licenciar e demitir os funcionários municipais, fazer arrecadar as rendas municipais, organizar a polícia local, mobilizar e distribuir

⁴⁵⁵ MONTEIRO, Antônio Francisco. **Almanach Madeirense para o ano de 1892**. Publicado por Antônio Francisco Monteiro, 1892, p. 35.

⁴⁵⁶ ÂNGELO, 2012, p. 114.

⁴⁵⁷ AMAZONAS. [Constituição (1892)]. **Constituição política do estado do Amazonas, julho 1892**. Manaus Typ. do Amazonas, 1892. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224190>

a força municipal. Entretanto, não poderiam servir simultaneamente no governo municipal, avó, pai, filho, genro, irmão, sobrinho e cunhado durante o cunhadio.

Apesar das limitações impostas pela Constituição do Amazonas, devemos considerar que os sentidos de família no século XIX, iam muito além do pai, da mãe e dos filhos. Como salientou Graham, a proteção em troca de lealdade, imposta pelos laços familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relações consanguíneas e, em seguida, a um número igualmente grande ligações por meio de casamento. Apesar um pouco mais tênues, os laços de parentesco ritual também eram importantes. “Todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos nos governos, de tal modo que, por extensão, muitas vezes alguém se referia de forma figurada a um protegido como afilhado, e a seu protetor como padrinho”.⁴⁵⁸

Deste modo, o cenário político foi marcado pelo entrelaçamento do poder público com os interesses privados. Tendo como alicerce a força da família, um chefe local conseguia juntar elementos que lhe possibilitavam formar a sua clientela, que dele dependiam e em troca lhe ofereciam lealdade, evidenciada sobretudo nos processos eleitorais.⁴⁵⁹ Assim, o Superintendente José Francisco Monteiro controlava todos os recursos políticos, econômicos e sociais do município, a distribuição de favores para sua rede de aliados, bem como, o monopólio do uso legítimo da força, pois seus filhos, afilhados, compadres e agregados ocupavam cargos nas diferentes esferas de poder: judiciário, legislativos e executivo.

De acordo com a Constituição do Amazonas, o Superintendente e os Intendentes não poderiam ser reeleitos no quadriênio ou triênio seguinte.⁴⁶⁰ Contudo, José Francisco permaneceu no cargo até 1896. Porém, vale salientar que entre 1890 e 1892 o Comendador Monteiro atuou por nomeação do governo do estado.

Foi nas eleições municipais de 1892, para o triênio seguinte, que José Francisco foi eleito para o cargo de Superintendente. Para Intendentes foram eleitos José Soares Barbosa e José Augusto da Cruz.

O quadro a seguir nos permite visualizar a ocupação dos cargos de Superintendentes e Intendentes de Humaitá.

⁴⁵⁸ GRAHAM, 1997, p. 37.

⁴⁵⁹ ANGELO, 2012, p. 118.

⁴⁶⁰ Até a reformulação constitucional de 1895, os cargos municipais do Estado do Amazonas eram ocupados pelo período de quatro anos, contudo, a partir de 1895 passou a ser três anos.

Quadro 1: Conselho Municipal de Humaitá (1890-1916)

Período	Superintendentes	Intendentes
1890-1892	José Francisco Monteiro	José Gusmão da Silva Amaral, Manoel Soares Botelho e José Bernardo Ferreira
1893-1895	José Francisco Monteiro	José Soares Barbosa, José Augusto da Cruz e Joaquim Vieira de Souza
1896-1898	José Gusmão da Silva Amaral	José Soares Barbosa, Joaquim Vieira de Souza, Fausto Pereira Maia, Manoel Pinto de França, Adolpho Lins Coelho e Jacques Alves
1899-1901	José Soares Barbosa	
1902-1904	José Francisco Monteiro	
1905-1907	Fausto Pereira Maia	
1908-1910	José Francisco Monteiro	José Soares Barbosa
1911-1913	Pedro Alcântara Bacelar	Fausto Pereira Maia, Antônio Soares Botelho, Antônio Achilles Cavalcante, Manoel Sabino Durães e Antônio Pereira Nina, Raymundo Corrêa de Araújo e Escon Menezes
1914-1916	José Francisco Monteiro	Fausto Pereira Maia, Miguel Leitão de Carvalho, José Soares Barbosa, Benedicto Carlos de Gouvêa, Antônio Augusto Guimarães e José Luiz Carlos da Silva

Fontes: O Humaythaense (AM), março de 1893 a janeiro de 1917; LAEMMERT, ALMANAQUE; HENRIQUE, LAEMMERT. **Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. (1891-1920); MONTEIRO, 1892.

Faremos a seguir uma leitura da ocupação dos cargos do Conselho Municipal. Portanto, vale salientar a dificuldade em encontrarmos os nomes dos intendentes eleitos, pois ao longo do mandato estes renunciavam, sendo realizado novas eleições para que outros indivíduos assumissem o posto. Então, como não sabemos quem eram os intendentes em alguns anos,

deixamos os espaços correspondentes no quadro, em branco. Justificamos estas brechas na documentação através desta passagem de Giovanni Levi em “A herança imaterial”:

Qualquer pesquisa prosopográfica sobre uma população pequena [...] deve desistir da ideia de totalidade e não pode acompanhar seus atores para além da quantidade mais condensada de documentos [...]. Tudo aquilo que podemos saber sobre esta pequena quantidade de pessoas que viveram em fins do século XVII é, portanto, o resultado do acaso, bem como do caráter de estratificação na sociedade na qual viveram e, por isto, existem lacunas, imprecisões, obscurantismos e ausências.⁴⁶¹

Voltemos a análise. Dos nove mandatos para o cargo de Superintendente, elencados no quadro, José Francisco atuou cinco vezes. No entanto, destacamos que entre 1896 e 1901 os indivíduos que ocuparam este posto faziam parte da rede de sociabilidade de Monteiro, pois possuíam vínculos familiares, de negócios e de amizade com José Francisco, são eles: José Gusmão da Silva Amaral e José Soares Barbosa.

Se observarmos com atenção o nome dos indivíduos que ocuparam o cargo de Superintendente, apenas dois nomes nos são desconhecidos, o de Fausto Pereira Maia e Pedro Alcântara Bacelar.

Fausto Pereira Maia era natural do Crato, no estado do Ceará, seu avô era português e sua família uma das mais importantes da região.⁴⁶² Fausto chegou ao rio Madeira em fins da década de 1880. A partir das fontes podemos inferir que foi trabalhar como administrador do seringal Goiabal, propriedade de José Francisco Monteiro.⁴⁶³

Após a criação da Intendência Municipal de Humaitá, a localidade necessitava do estabelecimento de um aparato policial, entre as autoridades nomeadas por Augusto Ximeno Villeroy, governador do Amazonas, em julho de 1890, Fausto Pereira Maia passou a atuar como 2º suplente de subdelegado da Vila de Humaitá, possivelmente por indicação de Monteiro. No mesmo ano, o Superintendente José Francisco nomeou Fausto como secretário da Intendência, tendo atuado neste posto entre 1890 e 1892.⁴⁶⁴

Em junho de 1892, Fausto foi alçado ao posto de subdelegado de polícia de Humaitá. Além disto, no período de 1893 a 1895 ocupou o cargo de procurador municipal e diversos

⁴⁶¹ LEVI, 2000, p. 89-90.

⁴⁶² LIMA, Lourival Maia, **Os Maia: Crato** - Ceará, Fundação Casa das Crianças de Olinda, 1982.

⁴⁶³ Jornal Oficial (AM), 28 de fevereiro de 1882, anno I, número 22, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/824208/7>

⁴⁶⁴ Amazonas (AM), 5 de julho de 1890, anno XXV, número 2009, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/4191>

postos na Guarda Nacional, tendo adquirido a patente de Coronel.⁴⁶⁵ Ainda, em 1896, Fausto já era proprietário do lugar Goiabal, em fora administrador. Podemos supor que tendo amealhado alguma fortuna, comprou de Monteiro o dito seringal, entretanto, continuava como aviado do mesmo, mas inserido no seletto grupo de proprietários de terras.⁴⁶⁶

Contudo, entre as estratégias de inserção social acionadas por este indivíduo, foi através do casamento com Josefina Soares Botelho, filha de Manoel Soares Botelho, que o migrante cearense garantiu lugar de destaque na sociedade humaitaense.⁴⁶⁷ Assim, Fausto esteve diretamente relacionado com a família Monteiro e outros membros da elite local, através de vínculos familiares, comerciais e políticos.

Tendo em vista sua rede de relações, Fausto Pereira Maia era figura recorrente no posto de Intendente Municipal, tendo ocupado o de Superintendente entre 1905 e 1907. Desse modo, as estratégias familiares e de amizade construídas por Fausto junto as famílias Monteiro e Botelho foram cruciais para que ele conseguisse projetar-se na política, lhe possibilitando ocupar posições de mando no Conselho Municipal e na Guarda Nacional.

Como salientou Graham, apesar das eleições para o Conselho Municipal serem realizadas trienalmente, estas eram exhibições teatrais elaboradas, pois segundo a Constituição do Amazonas de 1895, o cargo de superintendente era de livre nomeação do poder executivo, ou seja, dependia das relações entre o poder local e o governo do Estado.⁴⁶⁸ Apesar desta disposição, as eleições para o cargo de superintendente eram realizadas junto com as do conselho municipal, lhe garantindo legitimação junto a população local. Desse modo, a Intendência era um espaço onde eram reproduzidas as hierarquias, que derivavam dos arranjos familiares entre diferentes grupos parentais, e que eram reafirmadas nas relações econômicas e sociais.

Diante disto, as eleições municipais de 31 de outubro de 1910, para o triênio de 1911 a 1913, afetou a dinâmica social e política da cidade de Humaitá, pois foi eleito para o cargo de Superintendente Pedro de Alcântara Bacelar.

⁴⁶⁵ MONTEIRO, 1892, p. 36; O Democrata: Órgão do Partido Republicano Democrático (PA), 3 de maio de 1893, ano IV, número 99, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/186171/3651>; Amazonas (AM), 18 de setembro de 1892, ano XXVIII, número 3560, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/4967>

⁴⁶⁶ Diário Oficial (AM), 16 de outubro de 1896, ano IV, número 831, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028843/6367>

⁴⁶⁷ Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismos da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de Antônio, folha 59, data do registro: 25/12/1891.

⁴⁶⁸ GRAHAM, 1997, p. 164.

Pedro de Alcântara Bacelar nasceu em Feira de Santana (BA) no dia 29 de junho de 1875, filho de João Paulino Bacelar e de Maria Ferreira Bacelar. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, mesmo lugar que Antônio Frederico, filho do Comendador Monteiro viria a estudar medicina. Em outubro de 1905 Bacelar transferiu-se para o Amazonas e estabeleceu-se na cidade de Humaitá, às margens do rio Madeira.⁴⁶⁹ Ali exerceu a profissão de médico antes de entrar para a política, o que possivelmente lhe garantiu certa “clientela”.

A projeção política de Bacelar só foi possível devido a sua relação de amizade e compadrio com a família Monteiro. Em março de 1908, Alcântara Bacelar foi padrinho de casamento de Raimundo de Castro Monteiro e Úrsula Botelho da Costa. O noivo era filho de Antônio Francisco e neto de José Francisco Monteiro, já a noiva era filha de Manoel Soares Botelho.⁴⁷⁰ Assim sendo, a mobilidade social de Bacelar, foi proporcionada pelas relações de parentela, seja consanguínea ou ritual, principalmente por conta do clientelismo e das relações de ajuda existentes na base das estruturas familiares, pois o parentesco e a amizade integrava as redes sociais aproximando os indivíduos da vida política. Nesse período, Antônio Francisco já era deputado estadual do Amazonas, de modo que, Bacelar adentrou uma rede de contatos com autoridades do governo estadual. No demais, sua atuação como médico na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré lhe deu visibilidade na cidade de Manaus.

Para Maria Sylvia Carvalho Franco, o compadrio e o apadrinhamento na vida pública estabelecem uma rede de obrigações, sendo, portanto, uma peça no processo de dominação, compondo uma intrincada rede de dívidas e obrigações que deveria garantir cargos públicos, votos, alianças partidárias e toda sorte de conchavos.⁴⁷¹ Assim, Pedro de Alcântara Bacelar saiu candidato pelo Partido Republicano Federal de Humaitá, que tinha na diretoria José Francisco Monteiro (presidente), Antônio Francisco Monteiro (vice-presidente), Fausto Pereira Maia, José Mariano Ferreira e Joaquim Vieira de Souza.

Alcântara Bacelar, após assumir o posto de superintendente entrou em conflito direto com seu padrinho político, o português José Francisco Monteiro, todavia, esse enfrentamento só foi possível, pois o novo superintendente tinha o apoio de Antônio Francisco Monteiro, filho primogênito do patriarca e chefe político de Humaitá.

A Intendência era o órgão, por excelência, responsável pelo funcionamento administrativo da cidade, regulando a vida política, econômica e social de Humaitá. Portanto,

⁴⁶⁹ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Vol. 2. Editora Artenova, 1969.

⁴⁷⁰ Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. 4º Livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Raimundo de Castro Monteiro e Úrsula Botelho da Costa, folha 38, data do registro: 03/03/1908.

⁴⁷¹ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

espaço de estratégias de poder das elites locais, barganhas e disputas por cargos e vínculos com o poder central. Reflexo dos interesses das elites que buscavam para si e seus grupos vantagens políticas, econômicas e de poder, colocando em lados opostos pai e filho, juntamente com seus respectivos aliados, rompendo a ideia de homogeneidade das estratégias familiares, pois as rupturas de redes ocorrem quando os interesses individuais se sobrepõem aos interesses do grupo.⁴⁷²

Parafraseando Giovanni Levi, serei, assim, obrigada a descrever uma disputa pelo poder no Conselho Municipal de Humaitá, com base em indicações ricas e esporádicas. Para isso dispomos de várias fontes específicas que raramente apresentam um consenso entre elas.⁴⁷³ Assim sendo, os problemas que nascem destas dificuldades exigem um esforço de fantasia ativa por parte do leitor. Faremos uso, portanto, do título *Anarquização do Município de Humaitá*, inicialmente publicado em artigos no jornal *Folha do Amazonas*, de circulação em Manaus, todavia, utilizaremos outros artigos de imprensa.⁴⁷⁴

Toda a intriga e futrica política travada entre José Francisco Monteiro e Alcântara Bacelar, apoiado por Antônio Francisco Monteiro, teve origem com a convocação dos intendentes municipais Antônio Achilles Cavalcante, Esron Menezes, Raymundo Corrêa de Araújo e Antônio Pereira Pina, para a sessão extraordinária do Conselho municipal, a realizar-se no dia 15 de outubro de 1912. Nessa sessão ocorreria a divisão do município em seções e seriam eleitas as respectivas mesas que deveriam presidir a eleição de Senadores e Deputados, no dia 30 de outubro, do mesmo ano.

De acordo com o intendente Antônio Achilles Cavalcante, os intendentes reunidos na sala das sessões do Conselho, não encontraram o secretário Francisco Plínio Coelho e pouco tempo depois dirigiram ao juiz de direito da comarca, Lins Themudo, uma petição requerendo a intimação do secretário para apresentar o livro de atas das sessões do Conselho, e no caso do não comparecimento, que fossem tomadas as deliberações do Conselho no livro de notas do tabelião.

Conforme Achilles, o secretário Plínio Coelho escondeu-se, sendo lavrada a ata no livro do tabelião. Enquanto isto se passava, o superintendente Alcântara Bacellar, enviou ao Mirari, um portador a cavalo, levando ao deputado coronel Antônio Francisco Monteiro a notícia “mentirosa” de que estava ameaçado.

⁴⁷² SANTOS, 2015.

⁴⁷³ LEVI, 2000, p. 90.

⁴⁷⁴ MONTEIRO, Antônio Francisco. **Anarquização do município de Humaitá**. [1912]. Manaus: Edições Governo do Estado. Secretaria de Estado da Cultura, 2004.

Este rebate falso deu lugar á chegada, no dia immediato, as 10 ½ da manhã do coronel Monteiro a Humaythá, na lancha *Cauby*, de sua propriedade, trazendo em um pontão a reboque mais de quarenta homens armados de rifles e devidamente municados. [...]

Fui, pois, surpreendido ao avistar, acompanhado o coronel Antônio Monteiro, aquelle avultado numero de *cangaceiros*.

Diante desta atitude hostil dos que contavam não somente com a força publica constituída pela guarda local, mas também por numeroso grupo de capangas; vendo a cada momento perigar a vida de meus amigos e aminha própria (pois que, por eleição, presidi a sessão extraordinária do Conselho Municipal), depois de o dr. juiz de direito declarar em audiência extraordinária que suspendia o serviço do foro por se achar sem garantias para o seu cargo, a sua pessoa e a sua vida [...].⁴⁷⁵

Para entendermos porque a divisão das seções e a eleição dos integrantes das mesas eleitorais causou tamanho conflito familiar, temos que compreender como se davam as eleições no Brasil de princípios do século XX.

O processo eleitoral contava com pelo menos quatro etapas burocráticas necessárias à viabilização dos pleitos, a saber: i) a fase pré-eleitoral (provisão de alistamento, divisão do município em seções, definição dos locais de votação e eleição dos membros das mesas eleitorais); ii) o momento eleitoral (a votação em si); iii) a fase de apuração dos resultados (contagem primária dos votos nas seções, cujas atas se fariam depois totalizadas nas juntas apuradoras distritais, havendo espaço para registro de eventuais contestações nos dois momentos); e iv) o reconhecimento dos poderes dos eleitos (na ausência da Justiça Eleitoral, criada somente em 1932, realizado pelos próprios diplomados no Parlamento).⁴⁷⁶

Não é exagero dizer que os três primeiros passos deste processo estavam condicionados à esfera municipal. Na verdade, a primeira etapa, de caráter preparatório, sempre esteve atrelada à influência das forças políticas locais. Deste modo, a provisão do alistamento e qualificação dos aptos a votar se mostrava cuidadosamente conduzido pelos dirigentes municipais. Em nosso caso, aos interesses políticos de José Francisco Monteiro.

De acordo com Paolo Ricci e Jaqueline Porto Zulini, a Lei nº 35/1892 determinava que os membros efetivos do governo local (Câmara, Intendência ou Conselho), reunidos em data e lugar noticiados pela imprensa, procedessem à divisão do município em seções e, sucessivamente, à eleição de cinco membros efetivos e dois suplentes, assim elencados para formar cada uma das comissões seccionais de alistamento, cujos quatro componentes deveriam ser escolhidos dentre os eleitores da municipalidade.⁴⁷⁷

⁴⁷⁵ MONTEIRO, 2004, p. 22.

⁴⁷⁶ RICCI, Paolo; PORTO ZULINI, Jaqueline. *Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República*. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, 2014, p. 447.

⁴⁷⁷ RICCI, Paolo; PORTO Zulini, Jaqueline, 2014, p. 448-450.

Para os autores, na escalada preparatória do escrutínio, o último degrau, representado na eleição dos membros das mesas coordenadoras do dia da votação, conformava o elo à fase subsequente, isto é, o momento do pleito. Como nas etapas anteriores, a influência do poder local na composição destes corpos era incontestável. A constituição das mesas sedava na mesma lógica das nomeações das comissões seccionais de alistamento – lembrando: via escolha inicial, ratificada entre membros efetivos do governo local e seus imediatos em votos, de uma comissão de cinco participantes efetivos e dois suplentes, logo habilitados a constituir cada uma das mesas seccionais. Assim, o controle sobre estas etapas garantia o domínio sobre a política local.

Tendo em vista que o conflito familiar dos Monteiro, e seus respectivos apoiadores, envolveu diversas autoridades locais e regionais, alcançando a capital do Estado. Contudo, temos que entender ambos os lados da disputa. Desse modo, a entrevista do deputado coronel Antônio Francisco Monteiro ao *Jornal do Commercio* acerca do acontecido em Humaitá possibilita tecer as teias de contatos e as articulações dos envolvidos no conflito.⁴⁷⁸

De acordo com Antônio Francisco Monteiro, no dia 15 de outubro, o dr. Lins Themudo e seus correligionários políticos arrombaram o gabinete do superintendente e de lá subtraíram os livros das seções eleitorais e as urnas. Não encontraram resistência por parte da polícia, pois o superintendente Bacelar, “homem calmo e prudente, deu ordem a polícia para que não consentisse qualquer conflito na cidade, porquanto, estavam em vésperas de eleição, sendo preciso evitar explorações políticas.

Todavia, isto não impediu que Bacelar avisasse Antônio Francisco do ocorrido, tendo enviado um “portador por terra até o Mirari”, onde se achava o deputado coronel Antônio Monteiro. Este, tendo recebido a notícia e receando que os “promotores da violência, praticassem ainda outras de maior vulto, conforme já assoalhavam”, resolveu ir até Humaitá. Conforme declarou Antônio Francisco, no dia seguinte tomou uma lancha, em companhia de “amigos”, chegando a cidade as dez e meia do dia.

Antônio Monteiro, ao ser inquirido se não encontrou nada anormal, respondeu que nada viu, apenas que “saltou” com seu filho e mais dois camaradas, tendo recomendado aos demais que não pusessem o pé em terra, no que foi atendido. Ao que parece, foi recebido pelo superintendente Alcântara Bacelar, diversos correligionários e pelos opositores Antônio Achilles Cavalcante (intendente) e Augusto Monteiro (seu irmão, filho de José Francisco Monteiro). Do porto de Humaitá seguiu diretamente para o escritório comercial de seu pai, chefe da oposição, e ali foi cumprimentado pelos senhores Eron Menezes (intendente), dr.

⁴⁷⁸ *Jornal do Commercio* (AM), 26 de outubro de 1912, anno IX, número 3061, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/14910

Maranhão, Raimundo Corrêa de Araújo (intendente), e por seus irmãos José e Luiz Monteiro, além de outras pessoas adversárias.

Interpelado sobre o juiz de direito Lins Themudo, o coronel Antônio Monteiro disse que este “passou pela porta do escritório”, indo ao armazém onde se manteve em reunião com o grupo que antes falara com Antônio Francisco. Sobre seu pai, disse que este perguntou o que havia ido fazer em Humaitá, tendo respondido que trazia duas missões: “cumprimental-o e pedir-lhe que aconselhasse calma aos seus amigos, porque eu conseguiria isso de meus correligionários”.

De acordo com Antônio Francisco, depois da conversa no escritório, foi conduzido a casa de José Francisco Monteiro, onde passou parte do dia, se retirando após o almoço. Ao ser questionado se houve algum incidente pós sua saída da casa do Comendador Monteiro, o deputado coronel Antônio Francisco enfatizou que estando ele na residência do dr. Bacelar, apareceu o escrivão do dr. Themudo e, “com grande grosseria, nos intimou a ouvir a leitura de um protesto que haviam fabricado durante o tempo em que eu estive almoçando com meu pae”. Tudo indica que o protesto foi lavrado em audiência extraordinária, “o que bem prova a completa tranquilidade existente na cidade.” O coronel Antônio Monteiro, acrescentou ao depoimento que durante a leitura do escrivão, o juiz com seus companheiros, numa atitude provocadora, passou pela porta da casa do superintendente Bacelar e foram sentar-se do lado de fora da residência do advogado Eugenio Simpson.

Ao ser indagado a respeito de seus “amigos”, o coronel Antônio Francisco, pontuou que obedientes ao compromisso que havia tomado com seu pai, mas receosos de que fossem transgredidas as suas ordens, obrigados a reagir no caso de qualquer violência por parte dos seus adversários, seguiram todos para o Mirari.

Em resposta às declarações de Antônio Francisco Monteiro ao *Jornal do Commercio*, o intendente Antônio Achilles Cavalcante afirmou que eram histórias

por demais desprezível, como desprezível também é a história do arrombamento da porta do gabinete do superintendente de Humaythá e a da retirada, de lá, dos livros referentes as eleições. Estes livros foram encontrados em um compartimento contíguo ao salão da Intendencia Municipal, e deles lancei mão para enviar ás respectivas mesas, como me competia.⁴⁷⁹

Fato é que tamanho interesse na constituição das mesas eleitorais não era mero capricho. Dominá-las significava conduzir o desenrolar das eleições. Afinal, os mesários geriam a

⁴⁷⁹ MONTEIRO, 2004, p. 22.

votação: regravam a chamada dos eleitores, conferiam a lista dos qualificados, examinavam os títulos apresentados por cada cidadão e afiançavam a entrada dos fiscais apresentados pelos candidatos no recinto. Num período em que lugares privados ainda sediavam os escrutínios, e o eleitor postava-se diante da mesa eleitoral, dizia seu nome e anunciava seu voto em voz alta para que um dos integrantes da mesa anotasse o nome do candidato sem verificar a identidade do votante, o momento de definição dos locais de votação reluzia em novo ensejo conveniente às tentativas de condicionamento dos resultados dos pleitos.

Enfim, não nos interessa tomar partido na disputa descrita acima, nosso objetivo é entender como as dinâmicas sociais e políticas se alteram de acordo com novas alianças pessoais e de grupo, tendo em vista que interesses distintos por vezes provocavam uma ruptura nos vínculos mais fortes.

No centro dessa disputa estava o controle político e social de Humaitá. Pois o estopim do conflito foi a divisão do município em seções eleitorais e a designação dos indivíduos que deveriam presidir as mesas para a eleição de Senadores e Deputados, no dia 30 de outubro de 1912. De acordo com Antônio Francisco Monteiro, todo o processo havia sido irregular. Temos que entender que nessas eleições Antônio Francisco (filho) se candidatou novamente ao cargo de deputado e José Francisco Monteiro (pai) ao cargo de Senador. No entanto, José Ximenes Monteiro, filho de José Francisco, atuou como Ajudante de Procurador da República,⁴⁸⁰ uma autoridade judiciária, sem direito a voto, mas responsável por todo o processo eleitoral.⁴⁸¹

A teia de relações do Comendador Monteiro se espalhava de tal maneira que a oposição feita por Bacelar, apoiado por seu filho e deputado Antônio Francisco, não impediu sua eleição ao cargo de senador do Estado do Amazonas, sendo diplomado no dia 15 de dezembro de 1912.⁴⁸² Em contrapartida, Antônio Francisco não conseguiu se reeleger para um novo mandato de deputado estadual. Todavia, esse caso é exemplificador de como a família era a base sobre a qual se mantinha os interesses políticos.

O mandato de José Francisco Monteiro com início em 1 de janeiro de 1913, terminava em 31 de dezembro de 1918, entretanto, Monteiro veio a falecer em 1917, não terminando seu mandato.⁴⁸³ Enquanto ocupava o cargo de Senador, José Francisco também foi eleito

⁴⁸⁰ Jornal do Commercio (AM), 2 de dezembro de 1908, anno 5, número 1687, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/170054_01/6494

⁴⁸¹ RICCI; ZULINI, 2014.

⁴⁸² O Correio do Purús: Propriedade de uma Associação (AM), 29 de dezembro de 1912, anno XV, número 42, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/214264/902>;

⁴⁸³ Os senadores federais cumpriam mandatos de seis e nove anos.

Superintendente de Humaitá para o exercício de 1914 a 1916. Entretanto, o embate com Pedro Bacelar teve seu desfecho em janeiro de 1917.

De acordo com o jornal *Humaythaense*, em matéria datada de 7 de janeiro de 1917, no dia 1 de janeiro “subiu as escadarias do palácio do governo, por entre as alegrias e as esperanças de um povo sedento de paz e justiça, o Exm^o. Sr. Dr. Pedro de Alcântara Bacellar, governador eleito para o quadriennio de 1917 a 1920”.⁴⁸⁴

A matéria destacava também que o Comendador Monteiro deixava a primeiro de janeiro as rédeas do governo do município de Humaitá.

O Exm^o. Sr. Comendador José Francisco Monteiro, venerando chefe político e presidente do P. R. C. local, onde há muitos annos vem chefiando a política de Humaytá, o pequeno e prospero município amazonense, onde as influencias não são impostas, mas nascem do trabalho, esforço e dos serviços dos cidadãos que assim se recomendam à bemquerença e a solidariedade do povo. [...] Ao restaurador das nossas finanças, sim, porque melhor do que nos falam as cifras de seus relatórios, ao benemérito fundador desta cidade, ao patriarca incansável, pelo termino de sua grande, fecunda e prospera administração; - os saudares, as felicidades e as homenagens do “Humaythaense”.

Neste mesmo dia, “vindo de Manicoré, aportou em Humaitá, o “Exm^o. Sr. Coronel Anselmo Joaquim Barbosa Tinoco, superintendente eleito e reconhecido do Municipio de Humaytá. Esperado a toda hora, ao signal dado, reuniu-se o povo a convite do Exm^o Sr. Comendador Monteiro, prestimoso chege do P. R. C. Humaytaense”. Ora, não é mera coincidência o fato de que a ascensão de Pedro Bacelar ao governo do Estado, provocasse uma rearticulação política no município de Humaitá. Porquanto, de acordo com, a Constituição do Amazonas, entre os poderes do governador estava o de nomear os Superintendentes, que apesar de “eleitos” tinham suas ações controladas diretamente pelo poder executivo do Estado.

Finalmente, apesar da relação entre o compadrio e o apadrinhamento na possibilidade de ascensão e manutenção social, o resultado esperado nem sempre é alcançado, até mesmo por que, ocorrem as rupturas de alianças, divergências, os conflitos e distanciamento entre os indivíduos envolvidos nestas teias de relações. Como podemos observar, só o vínculo espiritual e ou político não garante que a reciprocidade de interesses se estabeleça.

Dessa maneira, possuir em sua rede de contatos (familiares e de negócios), indivíduos atuantes em diversos cargos, em especial, na Guarda Nacional, era fundamental para o fortalecimento e manutenção do poder pessoal (político e econômico). Esses fatores colocavam José Francisco numa posição de mando local e lhe possibilitava garantir seus interesses. Nesse

⁴⁸⁴ O *Humaythaense* (AM), 7 de janeiro de 1917, anno XXVI, número 10, p. 1.

sentido, faremos um breve apanhado acerca de outros cargos ocupados por Monteiro para compreender como este indivíduo se fez elite no rio Madeira.

2.3.2. Cônsul, Coronel e Comendador

Além da diversificação dos negócios e da construção de alianças no interior das elites, outras formas de sociabilidade poderiam ser construídas por um comerciante e se configuravam como elementos de distinção social. Aquisição de patentes militares, de títulos nobiliárquicos, ocupação cargos públicos, ser membro de ordens religiosas, ou da Sociedade Beneficente Portuguesa, como era o caso de José Francisco Monteiro, era fundamental para o reconhecimento social, manutenção do status e alargamento das redes de sociabilidade. Elementos de ordem simbólica que agiam na promoção do *status* familiar.

Não podemos precisar os períodos em que José Francisco Monteiro adquiriu as patentes de oficial da Guarda Nacional. Todavia, de acordo com uma breve biografia feita por Jofre de Lima Monteiro Alves, descendente de um ramo da família Monteiro, por via paterna, que permaneceu em Portugal, o comendador José Francisco tornou-se capitão da Guarda Nacional em 1857; major em 1863; tenente-coronel em 1870 e coronel da Guarda Nacional do Brasil em 1880.⁴⁸⁵ No entanto, as fontes nos permite afirmar que este ocupou entre 1893 e 1917, ano de sua morte, o posto de Comandante Superior da Guarda Nacional da Comarca de Humaitá, cargo que até então havia pertencido a Venâncio Antônio de Castro, amigo, sócio e genro de José Francisco Monteiro.⁴⁸⁶

A Guarda Nacional foi criada em 1831, durante o período regencial, sendo reorganizada em 1850 e, novamente reformada em 1873. Com a proclamação da República, passou à direção do Ministérios da Justiça, sendo desmobilizada em 1922. No Amazonas, a Guarda Nacional foi organizada em 1882, com quatro Comandos Superiores e demais batalhões distribuídos pela capital e alguns municípios.⁴⁸⁷ Tendo sido colocada à disposição das “classes proprietárias”, a Guarda Nacional se constituiu numa força policial usada na manutenção do poder local.⁴⁸⁸

⁴⁸⁵ Comendador José Francisco Monteiro. Disponível em: <https://padornelo.blogs.sapo.pt/comendador-jose-francisco-monteiro-553599>

⁴⁸⁶ Amazonas (AM), 22 de março de 1893, anno XXVIII, número 61, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/5473>; A Federação: Órgão do Partido Republicano Federal (AM), 16 de janeiro de 1896, anno 3, número 371, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/223573/97>

⁴⁸⁷ AMAZONAS. **Relatório com que o exm. sr. dr. Joaquim de Oliveira Machado, presidente da provincia do Amazonas, installou a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial no dia 2 de junho de 1889.** Manáos, Typ. do Commercio do Amazonas, 1889.

⁴⁸⁸ VIOTTI, 1999, p. 10.

Assim, a atuação na Guarda Nacional, garantia a elevação do status pela aquisição de títulos e patentes militares, resultando em influência política local. Ainda, merece atenção o fato de outros imigrantes portugueses, como José Gusmão da Silva Amaral, e seus descendentes ocuparam postos de comando na Guarda Nacional. Conforme salientou Graham, este fenômeno social pode estar ligado ao fato de que na hierarquia social do século XIX, uma patente militar servia como uma declaração da posição social do indivíduo, logo facilitava sua inserção nos meios da elite.

A despeito de sua noção de gradação social, as pessoas do século XIX não faziam tanta distinção entre determinadas ocupações ou fontes de renda – advogado ou médico, comerciante ou fazendeiro – quanto o faziam em relação à principal divisão entre ricos e pobres. Numa extremidade estavam os cidadãos influentes em virtude de suas posses e papel social. Na outra, os trabalhadores exalando um sórdido miasma de cachaça e fumaça de cigarro.⁴⁸⁹

Neste sentido, possuir a patente de oficial da Guarda Nacional significava ser portador de uma condição de elite que elevava os indivíduos acima da maior parte da população, ampliando suas clientelas, angariando votos em troca de favores e proteção. Nessa perspectiva, no Amazonas, a distribuição da patente de coronel esteve intrinsecamente ligada a condição econômica e social do indivíduo, que na maior parte das vezes, eram seringalistas, sendo a concessão desta patente, uma forma de retribuição aos favores políticos que esses “Coronéis de Barranco”, ofertavam aos deputados, senadores e governadores durante as eleições.⁴⁹⁰

Contudo, apesar das implicações legais das Leis do Império, que restringiam a atuação política e administrativa dos estrangeiros, entendemos que as estratégias de inserção dos imigrantes e descendentes em relação aos “nacionais”, estreitando vínculos familiares e estabelecendo novas alianças, visando atuação política, garantiram, sim, uma prática política.

Outrossim, com a Proclamação da República, todos os estrangeiros que possuíam bens imóveis no país, eram casados com brasileiras, tiveram filhos brasileiros, ou eram naturalizados, e se achavam no Brasil em 15 de novembro de 1889 passaram a ser considerados cidadãos brasileiros. Deste modo, usufruíam de todos os direitos e obrigações competentes a condição de brasileiro, ou seja, podiam ocupar cargos políticos e administrativos.

⁴⁸⁹ GRAHAM, 1997, p. 53.

⁴⁹⁰ BENCHIMOL, Samuel. **Manaós do Amazonas**. Volume I, Governo do Estado do Amazonas, 1994, p. 103-105.

Assim, conforme salientou Helder Ângelo, uma pesquisa que privilegie o exame de uma família e suas relações com as esferas de poder contribui para compreendermos uma rede de interdependência que ligava os poderes locais com o legislativo provincial ou estadual.⁴⁹¹

Nesse sentido, Vieira Júnior, abordando a relação entre as famílias da elite cearense e o Estado, informa que a base da administração imperial, tinha como estratégia apostar nas grandes famílias para consolidar sua presença nas vila e municípios, principalmente após a criação da Guarda Nacional. “Com isso, se confirmava a influência e importância desses potentados locais na imposição do regime político vigente.” Os anos que marcaram o início da República

não serviram para atenuar o domínio regional de cargos administrativos, militares e policiais por parte de algumas famílias [...]. Mas trouxe uma nova roupagem, onde os grupos familiares se transvertiam sob os panos dos partidos políticos. Os partidos aglutinavam interesses familiares comuns, perfazendo uma composição entre a autoridade pública e o poder das famílias proprietárias de fazendas.⁴⁹²

No caso de José Francisco Monteiro, naturalizado por ato de 4 de fevereiro de 1889, a ocupação de cargos de comando dentro da Guarda Nacional lhe garantiu um elemento a mais no reforço do poder, agindo como um elemento simbólico e de dominação, visto que a utilização política das patentes para benefício próprio era comum aos grandes proprietários envolvidos na atividade política, tendo poder de interferir no processo eleitoral.

De acordo com Helder Ângelo, a instrumentalização da Guarda Nacional para benefício próprio está atrelada ao processo de recrutamento. A Guarda Nacional fazia com que determinados indivíduos, na maioria das vezes aqueles votantes nas eleições, fossem servir na ativa como soldados subalternos. Em contrapartida, senadores, deputados, conselheiros de estado, clérigos, oficiais da Justiça e da polícia, empregados postais e os inaptos estavam isentos do serviço militar. Assim, a distinção social era evidente dentro da instituição. Desse modo, “era comum que os votantes recorressem a algum sujeito influente que pudesse lhes oferecer proteção diante do recrutamento. Aquele que tinha a capacidade de oferecer assistência, por sua vez, ia formando sua clientela pessoal, apta a retribuir os favores recebidos durante os processos eleitorais”.⁴⁹³

⁴⁹¹ ANGELO, 2012, p. 126.

⁴⁹² VIEIRA Jr. Antônio Otaviano. **Entre Paredes e Bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)**. Fortaleza/CE: Ed. Demócrito Rocha; São Paulo: Ed. HUCITEC, 2004, p. 220.

⁴⁹³ ÂNGELO, 2015, p. 151.

Feitas essas considerações, vale enfatizar a importância que tinha a figura de José Francisco Monteiro como Comandante Superior da Guarda Nacional da Comarca de Humaitá,⁴⁹⁴ sendo responsável pelas propostas de nomeação e pelo alistamento militar. De modo que seu cargo permitia o favorecimento de parente e aliados com uma nomeação para o oficialato e isenção do serviço na Guarda Nacional. Assim, sua posição era importante para os interesses do governo regional e para a sociedade local, seja membros da elite ou a população mais pobre.

Em suma, a Guarda Nacional, atrelada à política clientelista oitocentista, gerava relações de favorecimento, proteção e lealdade, de modo que, os homens ricos procuravam associar um cargo político com a aquisição de patentes militares no intuito de reforçarem seus poderes e prestígio diante da sociedade. Desta maneira, não é surpresa que José Francisco Monteiro foi nomeado e eleito recorrentemente para os mais altos cargos político-administrativos (Superintendente, Deputado e Senador), a nível local e regional, sendo reconhecido até mesmo no país vizinho, a Bolívia.

Isto posto, temos aqui uma dimensão geográfica da influência de Monteiro. Sua base de sustentação começou no rio Madeira, na localidade de Humaitá, e sua influência se espalhou através das redes de comércio pela capital paraense, pela província do Amazonas e, posteriormente, após a construção de uma sólida rede de sustentação, alcançou a capital República, ao ser eleito Senador.

Ainda no rio Madeira, a partir dos vínculos comerciais e sociais adentrou a comunidade boliviana, ocupando o cargo de cônsul da Bolívia no Brasil. De modo que, no dia 25 de abril de 1881 a República da Bolívia enviou ao gabinete da província do Amazonas um ofício contendo a carta patente confirmando a nomeação de José Francisco Monteiro para o cargo de Cônsul da República da Bolívia na província do Amazonas.⁴⁹⁵

Até o ano de 1881, o presente cargo era ocupado por Dom Santos Mercado, entretanto, com a dinamização do comércio na região amazônica, e o aumento do interesse da Bolívia no comércio pelos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas, até o Atlântico, o boliviano Dom Santos Mercado passou a atuar somente na província do Pará, e José Francisco Monteiro na província do Amazonas.⁴⁹⁶

⁴⁹⁴ A Federação: Órgão do Partido Republicano Federal (AM), 16 de janeiro de 1896, anno 3, número 371, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/223573/97>

⁴⁹⁵ Amazonas (AM), 3 de junho de 1881, anno XV, número 580, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/3007>

⁴⁹⁶ LAEMMERT, ALMANAQUE; HENRIQUE, LAEMMERT. **Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1882, p. 976. Disponível em:

A origem da instituição consular decorreu da necessidade de proteger mercadores e navegadores que se deslocavam de sua cidade natal, para intervir, atuar e realizar negócios em outras localidades, reguladas por diretrizes distintas. Entre as funções habituais dos cônsules estavam: a proteção da navegação e do comércio, a assistência dos marinheiros e dos nacionais residentes em sua jurisdição, a prática de algumas funções notariais – expedição de passaportes, certificados de cidadania e legalização de documentos –, a vigilância do cumprimento dos tratados de comércio e navegação, e o envio de informação sobre as condições sociais, políticas e econômicas do estado em que residam.

Desse modo, a evolução história da carreira consular mostra que, a proteção do comércio e navegação constituía o elemento essencial das funções consulares, sendo, portanto, a maioria dos cônsules ricos e influentes comerciantes na sociedade em que residia, logo, capazes de articulações que atendessem as demandas do país que representavam e de seus cidadãos (em especial os comerciantes).⁴⁹⁷

Portanto, José Francisco Monteiro se torna figura central na mediação das relações comerciais, sociais e políticas dos bolivianos residentes ou que comerciavam no Amazonas, em especial na região do rio Madeira. Tendo em vista que Monteiro era um português residente no Brasil, a atuação como Cônsul lhe conferiu destaque além das fronteiras brasileiras e nos portos de Belém e Manaus, porquanto, por vezes, representava os negociantes bolivianos. Em alguns casos, como falecimento, era responsável pela finalização dos negócios e assistência a família. Tomemos os exemplos de Dom Santos Mercado e Mariano Guagama, quando estes indivíduos faleceram no rio Madeira, o cônsul boliviano José Francisco Monteiro, português, se tornou curador dos espólios e auxiliou os herdeiros.⁴⁹⁸

A indicação de Monteiro para o cargo de Cônsul da Bolívia no Amazonas possivelmente passou pela indicação de Dom Santos Mercado e outros negociantes bolivianos influentes na República vizinha, porquanto, as teias de ligações parentais, de amizade e negócios

<http://memoria.bn.br/docreader/313394x/52487>; LAEMMERT, ALMANAQUE; HENRIQUE, LAEMMERT, 1891, p. 262; BALLIVIAN, Manuel Vincente. **Noticia política, geográfica, industrial y estadística de Bolivia; datos para la consulta é información comunicados á las legaciones y consulados de la república**. La Paz, Taller Tipo-litográfico, 1900, p. 18.

⁴⁹⁷ RAMOS, Pedro Emanuel Amaral. *A instituição consular no Porto do século XVIII: subsídios para a definição dos seus contornos*. **Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA**. Porto, III série, vol 4, 2003, pp. 127-146; CASELLA, P. B. *Cônsules honorários*. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, vol 82, 1987, 148-158. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v82i0p148-158>; NIETO CAMACHO, Ana Lilia. *La práctica consular en el siglo XIX a través del consulado de Estados Unidos en Veracruz, 1822-1845*. **Estud. hist. mod. contemp. Mex**, México, n. 31, p. 5-30, jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S018526202006000100005&lng=es&nrm=iso

⁴⁹⁸ Amazonas (AM), 31 de dezembro de 1890, ano XXVI, número 2153, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/4710>; *Diário de Manaus*: Propriedade de uma Associação (AM), 17 de maio de 1892, Anno II, Número 255, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/716642/1683>

estabelecidas por José Francisco, junto a comunidade boliviana residente na região foi fundamental para o estabelecimento de uma rede de reciprocidades. Lembremos que José Francisco Monteiro, no início da década de 1880, já possuía uma relação conjugal com a boliviana Matilde Ximenes, filha de comerciantes bolivianos de Trinidad, no oriente boliviano. Além de ter formado e mantido vínculos de parentesco e compadrio com seringalistas/comerciantes bolivianos residentes no rio Madeira.

José Francisco inseria-se em uma rede de reciprocidade que lhe faria galgar posições cada vez maiores, ou seja, estabeleceu estratégias para manter a si e sua parentela em lugar de destaque na sociedade local, e ainda com prestígio em outras regiões (Belém, Manaus, Bolívia e Portugal). Como salientou Marcos Carvalho, a experiência da imigração foi marcada por uma variedade de práticas sociais, entre os imigrantes lusos a prática do associativismo merece destaque.

Fossem com propósitos de cooperação, afirmação da comunidade portuguesa, de repatriamento, de assistência a saúde, de auxílio aos desvalidos e necessitados, atividades recreação e lazer, não era apenas o benevolente espírito da cooperação e da assistência a seus compatriotas que estava em questão. Também tinham importância o convívio para amenizar saudades, as lembranças da terra de origem e amor a pátria.⁴⁹⁹

Ainda segundo o autor supracitado, a maior parte das atividades realizadas pelas instituições de caráter associativo luso não tinha apenas o objetivo de inserir os portugueses nas comunidades de acolhimento, mas sobretudo, partilhar entre os conterrâneos as sociabilidades representativas mais vinculadas a Portugal, procurando manter e valorizar a identidade cultural portuguesa. Contudo, as associações constituíram mecanismos importantes na afirmação de pertencimento da comunidade no local de destino. Além, é claro, de agregar status, projeção e visibilidade àqueles que delas participavam.

De acordo com Benchimol, os imigrantes portugueses quando se tornavam abastados viravam comendadores e se dedicavam à administração de obras de filantropia, caridade, esportes e vida social, como a Sociedade Beneficente Portuguesa, Associação Comercial, Santa Casa de Misericórdia, e outras instituições sociais e comunitárias.⁵⁰⁰ Nesse sentido, o Comendador Monteiro sempre se manteve ligado a essas instituições associativas. Ele foi um

⁴⁹⁹ CARVALHO, Marcos António de. **Associativismo luso nas terras das mangueiras: o Grêmio Literário Português e a Tuna Luso Caixeiral**. Cf: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/de-colonos-a-imigrantes-i-e-migracao-portuguesa-para-o-brasil/associativismo-luso-nas-terras-das-mangueiras-o-gremio-literario-portugues-e-a-tuna-luso-caixeiral>. Acessado em: 30 de janeiro de 2018.

⁵⁰⁰ BENCHIMOL, 2009, p. 84.

dos sócios contribuintes da Beneficente Portuguesa, uma das instituições mais importantes criadas pela comunidade portuguesa não apenas em Belém, mas em várias localidades brasileiras.⁵⁰¹

Nesse viés, José Francisco Monteiro foi amealhando fortuna e dedicando-se a obras de caridade, tanto em Portugal como no Brasil. Por vezes é citado nos jornais e relatórios provinciais como comerciante e benemérito. No relatório da província do Amazonas para o ano de 1873, José Francisco é tido como um abastado comerciante do rio Madeira, tendo doado e angariado fundos para a construção da Santa Casa de Misericórdia em Manaus, para a qual foi mantenedor e contribuinte até sua morte.⁵⁰²

Em matéria datada do ano de 1875, publicada no *Jornal do Amazonas*, destacou-se a figura de José Francisco Monteiro,

honrado cavalheiro, residente no Rio Madeira, em Humaitá, a quem a província do Amazonas deve serviços importantes, já pelo núcleo de população que elle tem reunido no lugar que reside e que parece já uma pequena villa; já pelos donativos importantes que elle tem feito à província, e que tem sido devidamente aquilatados pelas autoridades superiores da província [...].⁵⁰³

A matéria destacava que Monteiro

acaba de receber uma prova da elevada consideração da patriótica sociedade *Primeiro de Dezembro de 1640*, de Lisboa, que desejou consagrar o mérito daquelle honrado portuguez, conferindo-lhe o título de seu sócio honorario e remetendo-lhe a Medalha d'honra commemoratoria, com que são premiados os serviços relevantes feito a quella Associação por especial concessão do governo portuguez.

Desse modo, José Francisco foi condecorado com o Colar de Honra, pela ajuda que deu à construção do monumento dos Restauradores. Ainda, segundo a matéria “consta-nos que o seu amigo sr. Manoel Pereira Gonçalves, é o portador da referida Medalha, que esperamos ser já recebida pelo sr. Monteiro, como a interpretação fiel dos sentimentos da nobre sociedade, para todos aquelles que longe da Patria sabem honral-a e a seus filhos”.

Como salientou Cancela, ao analisar a trajetória do Barão de Monte Córdova e seus irmãos, a trajetória bem sucedida de José Francisco Monteiro proporcionou fortuna em terras madeirense e, a estratégia familiar de deslocamento migratório dos varões, agregou riqueza,

⁵⁰¹ O Liberal do Pará (PA), 15 de março de 1873, anno V, número 60, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/704555/3710>

⁵⁰² AMAZONAS, Volume IV, 1908, p. 715.

⁵⁰³ Jornal do Amazonas (AM), 12 de setembro de 1875, anno I, número 34, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940/87>

prestígio e mobilidade social à família Monteiro, no rio Madeira, Amazonas, Pará, e em Portugal, alcançada a partir e, em meio, às redes familiares, de amizade, de negócios e associativas que foram sendo criadas ao longo da experiência de migração.⁵⁰⁴

Aos 57 anos de idade, cerca de 47 anos após sua chegada ao Brasil como caixeiro, José Francisco já possuía riqueza o suficiente para receber/comprar um título nobiliárquico. Assim, no ano de 1887, o governo português o agraciou com a Comenda da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Viçosa, por mercê do rei Dom Luis I de Portugal. Portanto, ele passou a assinar como Comendador José Francisco Monteiro.

Cinco anos depois, em 1891 o “Comendador Monteiro”, chefe político de maior prestígio no interior e abastado capitalista no Pará e Amazonas, foi agraciado com a comenda da Ordem Militar de Cristo, por mercê do rei Dom Carlos. Já antes, em 1870, considerado benemérito dos pobres foi agraciado com o diploma de benfeitor da Humanidade pelo Papa Pio IX.⁵⁰⁵

Dentre as antigas condecorações e concessões honoríficas, encontra-se as insígnias ou benemerências de comendador, que garantia ao seu portador um elevado status social perante a comunidade. As condecorações foram “sendo criadas pelos soberanos ou governos para premiar determinados cidadãos, profissionais ou empresários pelos altos e relevantes serviços ao país de origem, pela lealdade e filantropia, ou em reconhecimento do prestígio social comunitário.” A obtenção de uma mercê trazia um lugar de pertença singular, de distinção e de prestígio.⁵⁰⁶ “Elas constituíam, para aqueles que haviam enriquecido, como no caso dos portugueses, no além-mar, uma forma de promoção social, pois, de um modo geral, esses antigos imigrantes provinham de famílias camponesas, de origem humilde.”⁵⁰⁷

A aquisição do título derivava da condição social privilegiada, potencializando essa condição, “dando visibilidade à riqueza do sujeito, deixando claro a sua distinção e a construção de um espaço social diferenciado, uma hierarquia bem demarcada, agregando posição simbólica e configurando-se em um emblema de pertencimento”.⁵⁰⁸ Assim, José Francisco Monteiro, passou a ser conhecido como o Comendador Monteiro, um rico capitalista e/ou comerciante com inserção e projeção social no rio Madeira, Amazonas, Pará e em Portugal, associando-se

⁵⁰⁴ CANCELA, 2016, p. 172.

⁵⁰⁵ A Republica: Orgão do Club Republicano (PA), 31 de julho de 1891, anno II, número 426, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704440/3243>;

⁵⁰⁶ CANCELA, 2016.

⁵⁰⁷ BENCHIMOL, 2009, p. 87.

⁵⁰⁸ CANCELA, 2016, p. 141.

aos segmentos da elite, pois para fazer parte desse grupo é necessário aliar *status* e poder à riqueza material.⁵⁰⁹

2.4. Emendando teias

Ao longo desse capítulo, buscamos compreender o processo de inserção social e política da família Monteiro, em específico do patriarca José Francisco nas províncias do Amazonas e Pará, em particular na região do rio Madeira durante a segunda metade do século XIX e início do XX.

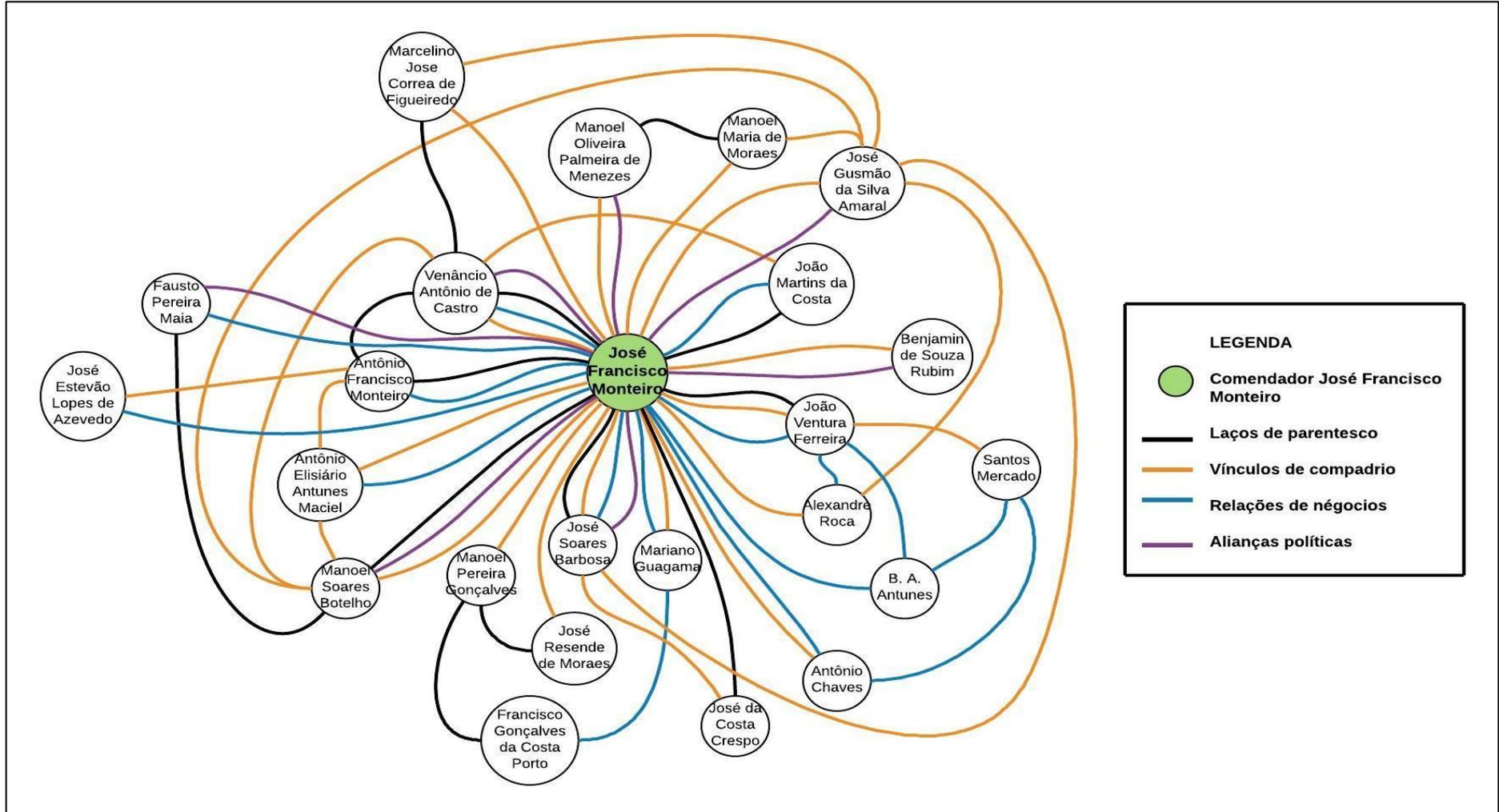
Para isso reconstruímos a trajetória individual e coletiva desse imigrante, rastreando suas estratégias de inserção social, como vínculos familiares e de negócios, redes de relações e compadrio, bem como as atividades econômicas que desempenhou e a atuação na política local.

Acompanhar as relações políticas e econômicas efetuadas por José Francisco Monteiro tornou-se um meio eficaz de percebermos de que modo a família, no seu sentido mais amplo, e a política estavam associadas no Império e na República. Destarte, o que se tentou demonstrar neste capítulo é que fazer-se elite só foi possível mediante estratégias individuais e coletivas de inserção, prestígio e projeção através das redes familiares e comerciais.

Se observarmos com atenção a figura abaixo, veremos o emaranhado das relações de José Francisco Monteiro, e como estas redes de negócios, parentesco, compadrio e amizade estavam intrinsicamente ligadas, pois os vínculos eram constantemente reforçados. De modo que os indivíduos e suas famílias adquirissem e mantivessem prestígio e influência na sociedade local, sendo que estes fatores estavam diretamente ligados a aquisição de riqueza e vice-versa.

⁵⁰⁹ CASTILHO, Augusto. **Brasil-Portugal**. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1900, n. 28, p. 63; BURKE, 1990; HEINZ, 2006.

Figura 8: Redes de sociabilidade de José Francisco Monteiro



Se observarmos com atenção as relações formadas por Monteiro veremos uma imbricação entre as redes de negócios e os vínculos de parentesco. São os casos de Venâncio Antônio de Castro, João Martins da Costa, José Soares Barbosa, João Ventura Ferreira e Antônio Francisco Monteiro. Nos demais, os vínculos formados através do compadrio se misturam com as alianças comerciais e políticas.

Num primeiro momento visualizamos as redes de negócios de José Francisco Monteiro, logo depois, as alianças matrimoniais, de compadrio e amizade. Desse modo, vimos que as relações políticas e econômicas estavam diretamente ligadas as redes familiares, deixando evidente a importância que esta instituição adquiriu nas relações de poder.

Por vezes os sócios de Monteiro eram compadres, afilhados, ou possuíam algum vínculo de parentesco com o patriarca. Alguns foram personagens recorrentes em sua trajetória, são eles: João Ventura Ferreira, José Estevão Lopes de Azevedo, João Martins da Costa, Venâncio Antônio de Castro e José Gusmão da Silva Amaral. Estas famílias exemplificam a aquisição e manutenção do status social da família Monteiro, pois representam de forma crucial o entrecruzamento dos vínculos familiares, de negócios e compadrio, bem como a possibilidade de atuação política.

As estratégias comerciais de José Francisco Monteiro permitiram que o comerciante estendesse sua influência por uma extensa área no rio Madeira, possibilitando a aquisição de fortuna. Posteriormente, a riqueza aliada ao prestígio familiar foram fatores fundamentais para que José Francisco firmasse uma série de alianças verticais e horizontais, e o mundo político do século XIX se apresentou como uma boa ferramenta para acompanhá-las.

Para além do auxílio familiar, o êxito político não se consolidava sem o estabelecimento de alianças sociais que demonstrem o status e pertencimento dentro da elite local. Nesse sentido, não há dúvida de que os vínculos matrimoniais, de compadrio e amizade foram essenciais para que José Francisco Monteiro ganhasse o apoio necessário para se inserir nas esferas de poder local e regional.

Porquanto, as alianças estabelecidas meramente pelos negócios poderiam se desfazer com maior facilidade, à medida que ocorresse uma baixa nos lucros ou estratégias econômicas mal delineadas, poderiam acabar com uma sociedade e gerar prejuízos. Já os vínculos estabelecidos por laços familiares, de compadrio e de amizade possuíam caráter mais durável e os vínculos que uniam as partes eram mais fortes.

Todavia, devemos lembrar que a política clientelista se desenvolvia de um modo em que eram envolvidos vários grupos sociais. Daí explica-se a importância que os membros da família adquirem ao ocuparem cargos que permitissem a cooptação de um número considerável de “clientes”, aptos a servirem aos seus interesses e acionados principalmente durante os processos eleitorais. Além disso, as relações de compadrio e amizade estabeleciam um vínculo que se desdobrava em uma rede de favores e obrigações que engendravam todos os aspectos da vida de um sujeito e sua família.

Nesse sentido, centrar nossas atenções sobre a maneira como José Francisco Monteiro estabeleceu suas alianças familiares e consolidou suas bases políticas em Humaitá foi a melhor maneira de acompanharmos essas interações que se estendem para a província através da participação no Conselho Municipal, na Câmara dos Deputados e no Senado. E as relações estabelecidas nas cidades de Manaus e Belém.

Como observamos no decorrer do presente trabalho, a elite madeirense constituía um grupo, intensamente interligado por vínculos familiares e não familiares que tinham o objetivo de manter e perpetuar o status social destes indivíduos. O que constitui, de modo geral, uma característica dos círculos de elite. Em outras palavras, em Humaitá no século XIX e início do XX, o poder pessoal tinha capacidade de estender-se para o restante da sociedade e as trocas de favores referentes ao clientelismo ditavam a vida política do lugar. Desse modo, o cenário político foi marcado pelo entrelaçamento do poder público com os interesses privados.

Com este estudo de caso, enriquecemos o cenário de atuação dos portugueses no seio da elite madeirense no Império e na República, descortinamos os arranjos entre forças políticas locais, vislumbramos alianças familiares e de “amizade” que, muitas vezes, resultavam em favorecimentos pessoais e pudemos entender um pouco melhor como se organizava a estrutura hierárquica na sociedade clientelista do século XIX, numa pequena localidade do Amazonas.

Além disso, compreendemos como as “elites” agiam no sentido de garantir a sobrevivência biológica do grupo, a conservação do status social de uma geração para outra (e se possível seu fortalecimento), um melhor controle do meio natural e social. Ou seja, compreender as elites é entender sua capacidade de transmissão de riqueza, *status* e poder. Desse modo, a compreensão do fazer-se elite só é completa mediante a reconstituição da trajetória dos “herdeiros” do patriarca José Francisco Monteiro, pois, a partir daí podemos perceber a solidificação dos arranjos familiares, das alianças políticas e de negócios estabelecidas pelo patriarca intra e extra grupo parental.

Porquanto, após a concretização da base social que permitiu aos chefe da família Monteiro formar uma complexa rede de compromissos unidos pelo sangue, pelo batismo, pelo

casamento, pelas sociedades nos negócios e favores políticos, era necessário que passasse a planejar a continuidade e a perpetuação dos interesses do grupo, para que fosse garantida a manutenção da herança material e imaterial, da fortuna e do status de elite.⁵¹⁰

⁵¹⁰ NICOLOSO, 2013, p. 105.

CAPÍTULO III

HERANÇA FAMILIAR: CASAMENTO, NEGÓCIOS E PODER

Nesse capítulo pretende-se mostrar a trajetória dos “herdeiros” do patriarca José Francisco Monteiro, a partir da reconstituição das suas alianças matrimoniais no seio da elite local, criando e solidificando arranjos familiares, alianças políticas e de negócios estabelecidas pelo grupo familiar intra e extra grupo parental. Considerando tanto as estratégias de transmissão de fortuna, propriedades e terras, quanto a conservação do status social familiar, da tradição política a nível local e da perpetuação do nome.

Por sua vez, antes de iniciarmos a discussão acerca das relações de casamento e ocupação de cargos administrativos, políticos e militares por parte dos filhos do patriarca José Francisco Monteiro, algumas considerações de ordem prática devem ser tecidas. Como assinalado no segundo capítulo dessa dissertação, o Comendador José Francisco Monteiro teve um total de dezessete filhos. Assim, tendo em vista o tamanho de sua prole, trataremos num primeiro momento dos vínculos matrimoniais de apenas nove dos seus dezessete filhos e três de seus netos, são eles: Antônio Francisco, Maria Conceição, Isabel, Antônio Frederico Ximenes, Luís Ximenes, Matilde Ximenes, Dolores Ximenes, Margarida Rosa Ximenes, Peregrina Ximenes, Tassionilia de Almeida, Raimundo de Castro e Honorina de Castro Monteiro.

Na segunda parte, adentraremos o universo dos filhos homens de José Francisco Monteiro, buscando identificar como estes indivíduos se beneficiaram das redes de sociabilidade criadas e fortalecidas pelo patriarca para a ocupação de cargos e funções políticas e militares. Entretanto, nossa análise dá ênfase aos seis primeiros filhos do patriarca – excluindo os mais novos (Edmundo, Luís Francisco e Fábio Ximenes Monteiro) –, por ordem de nascimento, são eles: Antônio Francisco, José Francisco, Augusto, Antônio Frederico Ximenes, José Ximenes e Luís Ximenes Monteiro. Além disso, acrescentamos a nossa análise o personagem Raimundo de Castro Monteiro, filho de Antônio Francisco e neto do Comendador Monteiro.

3.1. Vínculos matrimoniais

Até o momento, mostrou-se de que forma as relações familiares, de negócios e amizade possibilitaram a migração portuguesa para a Amazônia durante, preferencialmente, a segunda

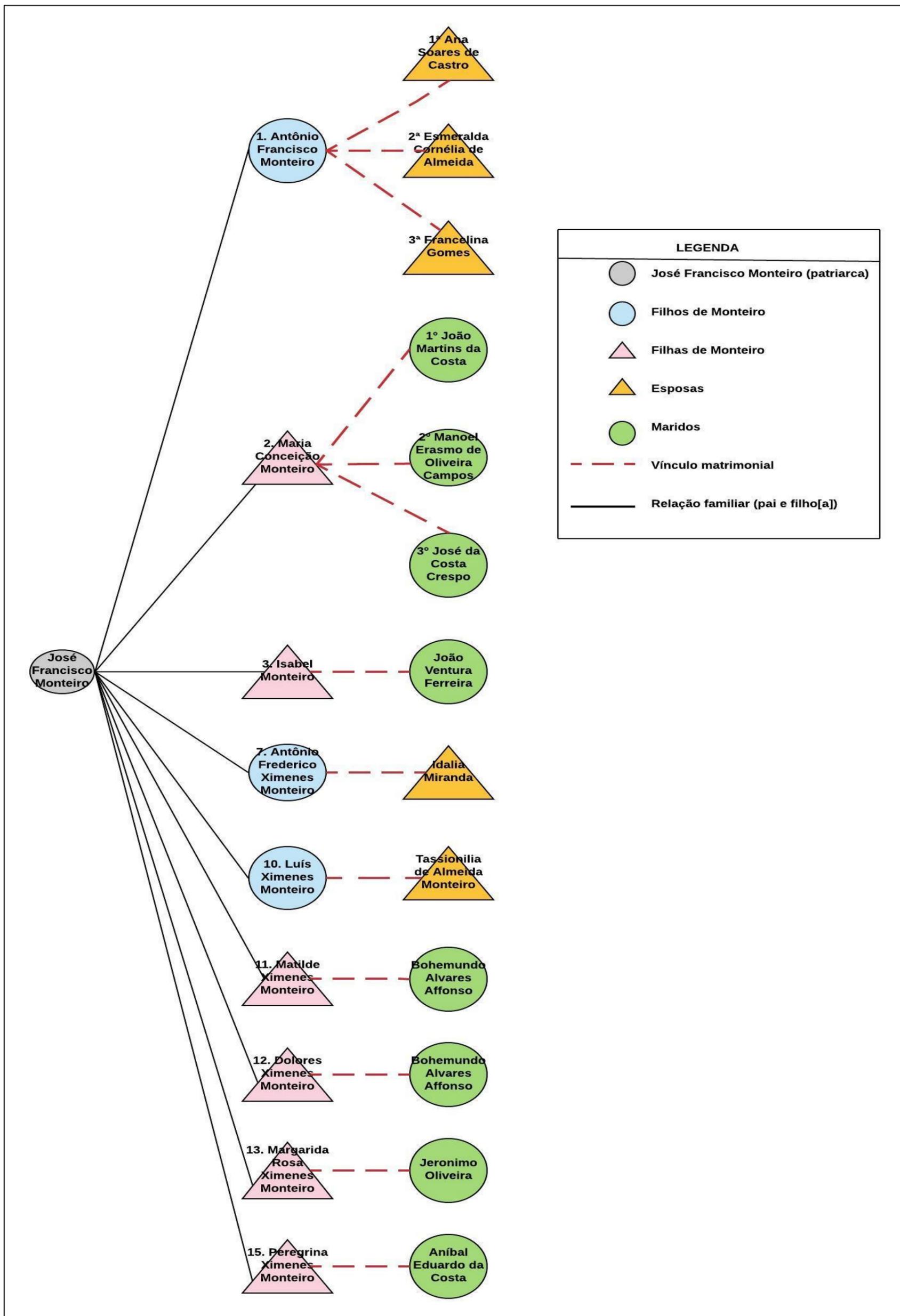
metade do século XIX, e ajudaram a compreender as dinâmicas políticas, econômicas e sociais de mobilidade e inserção social e territorial nas margens do rio Madeira. E, ainda, com base na trajetória de um indivíduo foi possível perceber as diversas estratégias utilizadas pelo imigrante português para fazer-se elite no interior amazônico, através das alianças familiares e de negócios que possibilitaram ganhar destaque no cenário político local e provincial.

Nesse sentido, procuraremos demonstrar de que maneira os descendentes da família Monteiro conseguiram manter-se no poder político e econômico local, fortalecendo sua rede de influência e organização política, ampliando seu prestígio e status social através do casamento com membros das famílias tradicionais da sociedade madeirense, que ocupavam cargos político-administrativos e na Guarda Nacional, incluindo comerciantes e proprietários portugueses, e seus descendentes, estabelecidos na região e até mesmo fora da província.

Entendemos que os arranjos matrimoniais se constituíam enquanto estratégias para a inserção social e política, pois suas relações parentais com personagens que ocupavam cargos na burocracia local conferia grande influência social sobre os demais sujeitos, criando espaços de aproximações que rendiam vantagens. Porquanto, na formação e consolidação da sociedade local estabeleceram solidariedades e tensões em torno de diversas questões que tiveram como elemento fundamental o favorecimento do grupo familiar.

O organograma abaixo diz respeito aos enlaces matrimoniais dos filhos de José Francisco Monteiro, e nos ajudará a tecer de forma prática a análise das estratégias por trás desses vínculos, bem como suas implicações para os interesses das famílias que se aliavam através do casamento.

Organograma 2: Alianças matrimoniais dos "herdeiros" de José Francisco Monteiro



Fontes: Registros de casamento e batismo da paróquia de Humaitá (1872-1926)

Em meio aos vínculos conjugais da família Monteiro, os enlaces de Antônio Francisco, Maria Conceição e Isabel Monteiro nos chamam atenção por fazerem parte de um conjunto de alianças diretamente conectada com as redes de relações sociais e os vínculos de negócios estabelecidos pelo imigrante português José Francisco Monteiro, patriarca da família.

Brasileiro, Antônio Francisco Monteiro⁵¹¹ nasceu em Manaus no ano de 1861. Filho primogênito do Comendador Monteiro, sua família já se constituía, na década de 1880, como uma das mais importantes da região madeirense. Casou-se “ao primeiro dia de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e douz, na Capella Virgem Nossa Senhora da Conceição do Behem, parochia de Manicoré, sitio de Humaythá, propriedade de José Francisco Monteiro & Companhia”, com Ana Soares de Castro, filha de uma tradicional família de proprietários de terras.⁵¹² Seu pai, Venâncio Antônio de Castro, era seringalista, comerciante e membro da Guarda Nacional, tendo ocupado diversos cargos na administração provincial, como o de subdelegado de Borba,⁵¹³ juiz de paz do distrito do Crato,⁵¹⁴ agente fiscal do Crato,⁵¹⁵ chegando mesmo a ser, durante muitos anos, Comandante Superior da Guarda Nacional de Humaitá.⁵¹⁶

Vale lembrar que desde a chegada do patriarca da família Monteiro à localidade de Borba, ainda na década de 1860, este estabeleceu uma sociedade comercial com Venâncio Antônio de Castro, constituindo uma das mais importantes firmas de aviamento da região madeirense, denominada José Francisco Monteiro & Companhia,⁵¹⁷ atuando na comercialização e exploração de borracha por todo o rio Madeira e afluentes, sendo procuradores da casa aviadora José Elias Nunes da Silva & Cia, uma das mais importantes do Pará.⁵¹⁸

O enlace teve como padrinhos Antônio Elisario Antunes Maciel e Manoel Soares Botelho, ambos proprietários de terras e comerciantes ligados a produção de goma elástica. O

⁵¹¹ Destacamos no organograma as três uniões matrimoniais que Antônio Francisco Monteiro teve ao longo de sua vida. Contudo, trabalharemos nesse item apenas o casamento que teve com Ana Soares de Castro. Todavia, pretendemos deixar claro termos o conhecimento dos outros arranjos matrimoniais deste indivíduo.

⁵¹² Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Antônio Francisco Monteiro e Ana Soares de Castro, folha 7, data do registro: 01/02/1882.

⁵¹³ O Catechista (AM), 1 de abril de 1865, Anno IV, Número 159, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/226556/268>

⁵¹⁴ **Almanach administrativo, historico, estatistico e mercantil da provincia do Amazonas para o anno de 1884.** Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1884, p. 79.

⁵¹⁵ Amazonas (AM), 2 de junho de 1881, anno XV, número 759, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/3005>; Jornal do Amazonas (AM), 9 de outubro de 1886, anno XII, número 1282, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/1472>

⁵¹⁶ Amazonas (AM), 22 de março de 1893, anno XXVIII, número 61, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/5473>

⁵¹⁷ Diario de Noticias (PA), 5 de maio de 1885, anno VI, número 99, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/763659/4078>

⁵¹⁸ WEINSTEIN, 1993, p. 78.

primeiro era membro de uma rica família da região guaporeana (rio Guaporé fronteira com a Bolívia) desde o século XVIII, e proprietária de inúmeros seringais em território brasileiro e boliviano.⁵¹⁹ Manoel Soares Botelho, de descendência portuguesa, possuía uma imbrincada relação com as famílias Monteiro e Castro, pois os patriarcas José Francisco Monteiro e Venâncio Antônio de Castro haviam sido padrinhos de seu casamento,⁵²⁰ além de possuir propriedades (seringais) vizinhas às de José Francisco e Venâncio.⁵²¹

Até o ano de seu casamento com Ana Soares de Castro, não encontramos nenhuma referência a Antônio Francisco Monteiro nos jornais da província do Amazonas. Entretanto, um ano após a realização de seu matrimônio, em 1883, o então capitão Antônio Francisco solicitou junto ao governo provincial a medição e demarcação de terras vizinhas as de seu pai e sogro, que também pediam a regularização de suas propriedades.⁵²² No mesmo período, Antônio Francisco tornou-se sócio da “acreditada firma José Francisco Monteiro & C^a”,⁵²³ juntamente com José Francisco Monteiro (pai) e Venâncio Antônio de Castro (sogro),⁵²⁴ comerciando ao longo das margens do rio Madeira e afluentes. A sociedade comercial e familiar os transformou, em parceria com negociantes bolivianos e mato-grossenses, nos principais responsáveis pelo escoamento da borracha oriunda do Beni (oriente boliviano) e da região guaporeana.

A aliança entre as famílias Monteiro e Castro era constantemente reforçada. Este vínculo permitiu que a família Castro se conservasse no poder político e econômico local, pois flexibilizou suas atividades econômicas, fortalecidas através das alianças matrimoniais. De acordo com Cancela, o casamento significou para alguns agrupamentos das famílias tradicionais a possibilidade de reestruturação do patrimônio e uma oportunidade de preservar a riqueza e o prestígio, a partir “do dinheiro de comerciantes sem tradição e *status* social, mas com negócios rentáveis”.⁵²⁵ Da mesma forma, o casamento significou para a família Monteiro a efetivação da inserção social através de uma rede que perpassava diversos espaços econômicos, políticos e sociais ao longo das margens do Madeira e na província do Amazonas.

⁵¹⁹ MARQUES, Manoel Espiridião da Costa. **Região Ocidental de Matto Grosso. Viagem e estudos sobre o Valle do Baixo Guaporé da cidade de Matto Grosso ao Forte do Príncipe da Beira.** Rio de Janeiro: Typ. e Pap. Hildebrandt, 1908.

⁵²⁰ Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Manoel Soares Botelho e Ana Vinente da Costa, folha 3, data do registro: 02/02/1880.

⁵²¹ Diário Oficial (AM), 3 de outubro de 1896, anno IV, número 821, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028843/6287>

⁵²² Amazonas (AM), 26 de setembro de 1883, anno XVIII, número 925, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/3950>

⁵²³ Diário de Notícias (PA), 5 de maio de 1885, anno VI, número 99, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/763659/4078>

⁵²⁴ O Humaythaense (AM), 13 de maio de 1895, anno IV, número 26, p. 4.

⁵²⁵ CANCELA, 2006, p. 288.

Enquanto indivíduo, o enlace possibilitou a Antônio Francisco uma projeção social e econômica para além da figura de seu pai. Conseguimos visualizar aqui como um amazonense pertencente a uma família de origem portuguesa em ascensão, casou-se com uma representante da elite local, alcançando o patamar de proprietário de terras e se vinculando através do matrimônio a uma família de proeminência política e social, que aliada a crescente ascensão do nome familiar, lhe permitiu tornar-se uma importante figura na política regional. Chegando a entrar em conflito com o patriarca da família (José Francisco Monteiro), disputando o controle político e social da região de Humaitá.

Como podemos ver, não raramente as sociedades comerciais extrapolavam o âmbito dos negócios e adentravam o espaço das relações familiares. Nesse patamar se encaixa os enlaces matrimoniais de Maria Conceição Monteiro com João Martins da Costa, Manoel Erasmo de Oliveira Campos e José da Costa Crespo.

O casamento de *primeira núpcias* de Maria Conceição com João Martins da Costa, “subdito portuguez domiciliado” em Humaitá “onde é morador”,⁵²⁶ pode ser percebido na ordem dos arranjos feitos por José Francisco Monteiro para solidificar alianças comerciais.

João Martins da Costa havia chegado na cidade de Belém em outubro de 1869, com 18 anos de idade, indo residir no Largo dos Quartéis, na casa de seu irmão Antônio Martins da Costa, que tendo chegado anos antes, já era possuidor de um armazém localizado na rua dos Mercadores⁵²⁷ e possuía uma sociedade comercial com o também português Alexandre José de Figueiredo,⁵²⁸ um importante comerciante e proprietário de terras no rio Madeira, dono de uma “loja fora do povoado”⁵²⁹ destinada ao “fabrico de borracha” denominada *Jumas*.⁵³⁰

Ao desempenhar a atividade de caixeiro, João Martins viajava pelo interior amazônico, em específico o rio Madeira, atendendo os interesses de seu irmão Antônio. Sua profissão possibilitou conhecer a região madeirense e estabelecer vínculos de negócios com diversos comerciantes e seringalistas da região, entre eles, José Francisco Monteiro, de quem tornou-se

⁵²⁶ Fontes: Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de João Martins da Costa e Dona Maria Conceição Monteiro, folha 12, data do registro: 05/11/1883; Habilitação consular João Martins da Costa. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código: 2205. Habilitação: 2.623. Imagem: P1490077. Data da habilitação: 27/12/1869.

⁵²⁷ O Liberal do Pará (PA), 22 de janeiro de 1871, anno III, número 18, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/1315>

⁵²⁸ Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 1 de abril de 1870, anno III, número 73, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/222402/1635>

⁵²⁹ Amazonas (AM), 28 de outubro de 1881, anno XVI, número 643, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/3249>

⁵³⁰ Jornal do Amazonas (AM), 25 de junho de 1876, anno II, número 108, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/380>

sócio no comércio de regatão, diretamente ligado ao abastecimento dos seringais e comercialização da borracha, sob a firma Monteiro & Costa.⁵³¹

Em 1883, “na presença das testemunhas José Gusmão da Silva Amaral e Major Venâncio Antônio de Castro”, João Martins da Costa e D. Maria Conceição Monteiro, com aproximadamente 14 anos de idade, “receberam os sagrados laços do matrimônio”.⁵³² Através desse arranjo matrimonial, a família Monteiro estendeu e fortaleceu seus negócios na cidade de Belém, onde estava assentada parte da família Martins, e ao longo das margens do Madeira. Em contrapartida, ao tornar-se membro da família Monteiro, João Martins da Costa adentrou o círculo restrito da elite madeirense, saindo da posição de caixeiro para a de “laborioso negociante”, “sócio da firma José Francisco Monteiro & Cia”, e proprietário de terras.⁵³³

Com o falecimento de João Martins da Costa, em maio de 1887, Maria Conceição e seus filhos herdaram as propriedades do falecido, em especial o lugar denominado Flechal, destinado a exploração de seringa.⁵³⁴

O segundo casamento de Maria Conceição Monteiro foi realizado no dia cinco de julho de 1890, no lugar Humaitá, com Manoel Erasmo de Oliveira Campos, de 28 anos de idade, natural da província de Pernambuco.⁵³⁵ Ora, nossas informações sobre Manoel são parcas, entretanto, alguns indícios torna possível entender sua passagem pela região madeirense.

Podemos inferir que Manoel Erasmo de Oliveira Campos chegou à cidade de Humaitá ainda em fins da década de 1880,⁵³⁶ quando a povoação já se constituía como uma importante localidade de relevância política e econômica na província do Amazonas, pois o rio Madeira passou a ser alvo de interesses públicos e privados por sua importância na produção de borracha. Além disso, Humaitá possuía uma posição estratégica para as relações comerciais com a Bolívia e o escoamento da produção guaporeana.

⁵³¹ Amazonas, (AM), 19 de setembro de 1879, anno XIV, número 329, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2329>

⁵³² Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de João Martins da Costa e Dona Maria Conceição Monteiro, folha 12, data do registro: 05/11/1883.

⁵³³ O Liberal do Pará (PA), 7 de maio de 1887, anno XVII, número 102, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/18996>

⁵³⁴ Diário Oficial (AM), 16 de outubro de 1896, anno IV, número 831, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028843/6367>

⁵³⁵ Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. 2º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Manoel Erasmo de Oliveira Campos e Dona Maria Conceição Monteiro da Costa, folha 24, data do registro: 05/07/1890.

⁵³⁶ Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Julião Juco e Tomazia Baja, folha 17, data do registro: 28/03/1887.

Tendo chegado para exercer o ofício de fotógrafo⁵³⁷ em uma localidade de intenso dinamismo, marcado pelas transformações políticas, econômicas e sociais da segunda metade do século XIX, o jovem Manoel adquiriu novas oportunidades devido a sua formação profissional distinta, que juntamente com outras atividades liberais ganhou destaque nesse período. Assim, seu casamento com a filha do chefe político local veio efetivar sua inserção social na localidade. De modo que, após sua aliança matrimonial, entre os anos de 1892 e 1895, ocupou o “cargo de Prefeito de Segurança Pública do termo de Humaythá”,⁵³⁸ e passou a atuar como comerciante matriculado na Junta Comercial do Amazonas,⁵³⁹ e também como seringalista, tendo administrado o seringal Flechal, propriedade de sua esposa Maria Conceição Monteiro,⁵⁴⁰ do qual seus filhos tornaram-se herdeiros quando de seu falecimento em 1896.

Viúva em *segundas núpcias* Maria Conceição recebeu em matrimônio, no dia 30 de outubro de 1898, José da Costa Crespo de 25 anos de idade, natural de Óbidos.⁵⁴¹ Filho do 1º tenente da Marinha, Antônio Manoel Crespo e de D. Raimunda da Costa Crespo, família de alguma importância em Manaus e Belém.⁵⁴² Antes de chegar à região madeirense José Crespo ocupou pequenos cargos na administração provincial, entre eles, o de agente dos correios em Óbidos.⁵⁴³ Todavia, seria a partir das teias de relações estabelecidas em Humaitá que José se tornaria uma importante figura no Estado do Amazonas.

Ao ser designado para o posto de 1º suplente do cargo de juiz municipal e do comércio do termo de Humaitá⁵⁴⁴ José da Costa Crespo passou a ocupar lugar de destaque na sociedade local, visto que seu cargo lhe conferia papel decisivo no julgamento de casos de conflitos nos seringais e por causa deles. Conforme destacou Leal, os ramos da família Monteiro se estendiam pelo poder judiciário, executivo municipal e pelo legislativo municipal.⁵⁴⁵ Entretanto, assinalo

⁵³⁷ MONTEIRO, Antônio Francisco. **Almanach Madeirense para o ano de 1892**. Publicado por Antônio Francisco Monteiro, 1892, p. 38.

⁵³⁸ Diário Oficial (AM), 26 de novembro de 1893, ano I, número 9, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028843/67>; Diário Oficial (AM), 17 de abril de 1895, ano III, número 497, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028843/3166>

⁵³⁹ Diário Oficial (AM), 25 de abril de 1894, ano II, número 126, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028843/952>

⁵⁴⁰ Diário Oficial (AM), 16 de outubro de 1896, ano IV, número 831, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028843/6367>

⁵⁴¹ Fonte: Arquivo Paroquial de Humaitá. 3º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de José da Costa Crespo e Dona Maria Conceição Monteiro, folha 78, data do registro: 30/10/1898.

⁵⁴² O Liberal do Pará (PA), 22 de fevereiro de 1878, ano X, número 44, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/8974>

⁵⁴³ Folha do Norte (PA), 1 de abril de 1896, ano I, número 92, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/101575/356>

⁵⁴⁴ O Jornal (PA), 15 de dezembro de 1900, ano I, número 88, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/169250/340>

⁵⁴⁵ LEAL, 2013, p. 101.

que as teias dos Monteiro iam para além das fronteiras municipais, perpassando as esferas de poder das províncias do Amazonas, Pará e Mato Grosso, chegando até as terras baixas bolivianas.

Assim, sempre que as estruturas sociais se alteravam – lembremos que Humaitá deixou de ser um pequeno povoado para se tornar um município importante para os interesses da província – a família Monteiro se articulava para controlar as diferentes esferas do poder local, mantendo e fortalecendo seu *status* e prestígio local e regional.

Para José Crespo, o casamento com Maria Conceição Monteiro, tornou possível que conquistasse novas posições na sociedade local, aumentando seus investimentos no comércio ligado a produção de borracha e adquirindo propriedades de terras, tornando-se um “coronel de barranco”.⁵⁴⁶

Assim, nos primeiros anos do século XX,⁵⁴⁷ quando os interesses internacionais se voltaram com mais intensidade para a região do alto rio Madeira, devido as negociações para a retomada da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, o genro de José Francisco Monteiro, o coronel José da Costa Crespo, comerciante, seringalista e juiz municipal⁵⁴⁸ comprou do Estado do Amazonas, por 600\$000, as terras onde deveriam passar os trilhos da estrada de ferro. Poucos meses depois, propôs “ao Governo Federal a desapropriação amigável de 9.083.519 metros quadrados de terras de sua propriedade, ocupadas pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, mediante a indenização de vinte réis por metro quadrado”, ou seja, as mesmas terras, agora inflacionadas, custavam o dobro do preço.⁵⁴⁹ O governo não aceitou o que considerou uma indenização absurda. Entretanto, quando os peritos vistoriaram as propriedades “urbanas e sub-urbanas de Crespo na localidade *Milagres*”, confirmaram que os valores pedidos estavam de acordo com o preço dos terrenos.⁵⁵⁰

A questão é que por ocupar cargos estratégicos dentro do governo municipal e provincial, a família Monteiro detinha informações privilegiadas e atuava no sentido de garantir

⁵⁴⁶ O Madeirense: órgão dos interesses do município (AM), 9 de junho de 1918, anno I, número 15, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/843920/46>; O Humaythaense (AM), 14 de fevereiro de 1909, anno 18, número 11, p. 4.

⁵⁴⁷ Truzzi e Leal afirmam que foi em 1870, entretanto, conforme a idade mencionada no registro de casamento de José Crespo, isso não seria possível. TRUZZI, Oswaldo; LEAL, Davi A. *De caixeiros a seringalistas: portugueses comerciantes no rio Madeira*. In: **XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, São Pedro Estado de São Paulo. Anais [recurso eletrônico] XIX. 2014, p.7.

⁵⁴⁸ NERY, Constantino. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas em 10 de julho de 1905 pelo Dr. Constantino Nery, Governador do Estado**. Manaus: Tipografia Amazonas, 1905, mapa 93.

⁵⁴⁹ **BRAZIL-FERRO-CARRIL: revista de engenharia e especialmente de viação**. Rio de Janeiro: Ferrocarril. Volume 3, 1912, p. 136. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/coo.31924087727628>

⁵⁵⁰ HUGO, Volume I, 1959, p. 225.

benefícios individuais e coletivos para seu grupo, pois podia se antecipar na aquisição de terras e seringais que em pouco tempo estariam valorizados.

Além disso, na sociedade hierárquica do século XIX, a ocupação de cargos políticos-administrativos retratava a hierarquia que dividia as elites locais em estratos superiores e inferiores em poder econômico e influência política, de maneira que os indivíduos não ocupavam sempre o mesmo lugar na pirâmide social.⁵⁵¹ Nesse sentido, o sucesso nos conflitos estava condicionado as redes de influências que poderiam ser acionadas de acordo com o lugar ocupado dentro da sociedade local. Porquanto, estas posições (militares, políticas e administrativas) reproduziam as hierarquias, que derivavam dos arranjos familiares entre diferentes grupos parentais, que, por sua vez, eram reiteradas nas relações econômicas e sociais.⁵⁵²

Isabel Monteiro, terceira filha de José Francisco Monteiro casou-se com o comerciante e seringalista português João Ventura Ferreira. Tendo chegado à cidade de Belém em fins de 1868, aos 13 anos de idade,⁵⁵³ João Ventura começou suas atividades no trabalho de caixeiro/regatão e “caseiro”⁵⁵⁴ do comerciante paraense Albino da Silva Machado, na localidade Bom Jardim, próximo a Santo Antônio, no alto rio Madeira.⁵⁵⁵ Desse modo, João Ventura se insere em uma corrente mais ampla da imigração portuguesa para a região madeirense permeada por redes de parentesco, amizade, negócios e informações, que conectava a capital paraense aos rios fronteiraços.

Nesse sentido, conseguimos reconstituir as teias de relações entre João Ventura e o Comendador Monteiro remontando a década de 1880, quando esse foi padrinho de duas “filhas naturais” (fora do casamento) daquele.⁵⁵⁶ Em contrapartida, no fortalecimento das relações entre as duas famílias, Ventura foi padrinho do filho de José Francisco Monteiro com a

⁵⁵¹ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 163-164.

⁵⁵² NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria-RS os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830-1891**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

⁵⁵³ Registro de passaporte João Ventura Ferreira. Arquivo Distrital do Porto. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”. Código: 3899. Livro 52, p. 150, número de registro: 223. Data do registro: 20/02/1868.

⁵⁵⁴ Ao que tudo indica, João Ventura Ferreira administrava o seringal Bom Jardim e parte dos interesses comerciais de Albino Machado no rio Madeira, efetivando cobranças e mediando as transações comerciais com os negociantes e/ou seringalistas da região (portugueses, brasileiros e bolivianos).

⁵⁵⁵ MOSTAJO, Manuel. **Denuncia y protesta del ciudadano Manuel Mostajo contra D. Albino de Silva Machado**. Cochabamba: Imprenta del Siglo, 1875, p. 27.

⁵⁵⁶ Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de Carolina, folha 16, data do registro: 18/09/1888; Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de Maria, folha 16, data do registro: 20/09/1888.

boliviana Matilde Ximenes.⁵⁵⁷ Nesse período João Ventura era um importante seringalista no rio Madeira, proprietário do lugar Boa Hora,⁵⁵⁸ ou seja, fazia parte de um pequeno grupo de proprietários de terras que estabeleciam alianças entre si, construindo uma rede de obrigações e favores.

Além disso, João Ventura havia construído importantes redes de negócios nas cidades de Manaus e Belém, visto que seu irmão Júlio Ventura Ferreira⁵⁵⁹ se estabeleceu em Manaus e era proprietário de uma casa comercial que, possivelmente, abastecia os seringais de João Ventura e aviados no rio Madeira.⁵⁶⁰

Outrossim, João Ventura tornou-se representante da casa comercial paraense B. A. Antunes & C.^a, uma das mais importantes da região amazônica.⁵⁶¹ Entre suas atividades como representante da firma paraense se encontrava a negociação para o abastecimento dos aviados, a cobrança de dívidas e a compra e venda de seringais ao longo das margens do Madeira. De maneira que João Ventura Ferreira tornou-se figura central na dinâmica econômica da região, sendo que suas redes de sociabilidade eram importantes para a família Monteiro estabelecer permanentemente suas bases comerciais para exportação de goma elástica e importação de produtos diversos na cidade de Belém, sem a necessidade de qualquer intermediação.

Assim, em fevereiro de 1893, o Comendador Monteiro deu “sociedade em todos os [...] negócios commerciaes e industriaes ao sr. João Ventura Ferreira, que fará uzo de nossa firma [...] José Francisco Monteiro & C.^a.”⁵⁶² Contudo, os vínculos estabelecidos meramente pelos negócios poderiam se romper com maior facilidade, à medida que surgissem prejuízos ou novas estratégias econômicas. Todavia, os acordos estabelecidos através de alianças matrimoniais e de negócios possuíam caráter mais durável e os vínculos que uniam as partes eram mais fortes. Nesse sentido, apesar de não termos encontrado o registro de casamento, podemos supor, a partir dos livros de registros de batismos da paróquia de Humaitá, que Isabel Monteiro e João

⁵⁵⁷ Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de José, folha 15, data do registro: 06/04/1888.

⁵⁵⁸ **Almanach administrativo, historico, estatistico e mercantil da provincia do Amazonas para o anno de 1884.** Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1884, p. 80.

⁵⁵⁹ Habilitação consular Júlio Ventura Ferreira. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código: 2173. Habilitação 2590. Imagem: P1490045. Data da habilitação: 028/09/1869.

⁵⁶⁰ Amazonas (AM), 10 de outubro de 1879, anno XIV, número 338, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/2366>

⁵⁶¹ Diário de Manáos: Propriedade de uma Associação (AM), 4 de maio de 1892, anno II, número 245, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/716642/1643>

⁵⁶² Amazonas (AM), 18 de março de 1893, Anno XXVIII, Número 59, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/5468>

Ventura Ferreira casaram-se poucos meses depois de firmada a sociedade comercial entre genro e sogro, fortalecendo os laços constituídos que permitiam a circulação de bens e serviços.⁵⁶³

Esse também é o caso da união de Margarida Rosa Monteiro e Jerônimo de Oliveira. De acordo com Almino Affonso, o noivo era um alto funcionário da empresa de José Francisco Monteiro.⁵⁶⁴ Como já visto, os arranjos matrimoniais da família Monteiro eram uma combinação de estratégias que encerravam, na maioria das vezes, acordos e imbricações de atividades econômicas, fortalecendo e ampliando a rede de influência e poder da família. Foi assim o casamento de Peregrina Ximenes Monteiro com Aníbal Eduardo da Costa,⁵⁶⁵ português, natural da freguesia de Almeida, comerciante e representante da maior firma fabricante de chapéus de Braga.⁵⁶⁶

Numa sociedade altamente hierarquizada, como era a do século XIX e início do XX, o casamento era visto pelas famílias de elite como uma forma de estreitar os vínculos e/ou fortalecer alianças, ou seja, era necessário traçar estratégias familiares que garantissem a perpetuação da riqueza e status familiar. Desse modo, era comum que as relações de negócios adentrassem os vínculos familiares. Nesse sentido, o rompimento de um matrimônio tornava imperativo o reestabelecimento do vínculo entre as famílias através de um novo casamento.

As uniões de Matilde e Dolores Ximenes Monteiro com Bohemundo Álvares Affonso exemplifica como algumas alianças entre as famílias de elite deviam ser mantidas e reforçadas. Filho de um personagem importante da política brasileira e amazonense, o bacharel e abolicionista Almino Álvares Affonso,⁵⁶⁷ o jovem Bohemundo, não tendo concluído o curso de medicina no Rio de Janeiro, foi enviado ao rio Madeira para auxiliar seu irmão José de Souza Martins Álvares Affonso, conhecido proprietário de terras e comerciante da região, na administração dos negócios familiares relacionados à exploração de borracha.⁵⁶⁸

Tendo ido residir e administrar o seringal Aliança, propriedade de sua família e um dos mais rentáveis da região, Bohemundo passou a integrar o círculo da elite local proprietária de

⁵⁶³ Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Registro de Batismo de Bernardo, folha 68, data do registro: 26/07/1893.

⁵⁶⁴ AFFONSO, Almino. **Comendador Monteiro: troncos e ramagens**. Manaus: Valer, 2004, p. 49.

⁵⁶⁵ Arquivo Paroquial de Humaitá. 5º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Aníbal Eduardo da Costa e Dona Peregrina Ximenes Monteiro, folha 4, data do registro: 31/05/1916.

⁵⁶⁶ AFFONSO, 2004, p. 50; O Madeirense: órgão dos interesses do município (AM), 28 de março de 1919, anno II, número 48, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/843920/99>

⁵⁶⁷ AFFONSO, Almino (Org.). **Polianteia: Almino Affonso, tribuno da abolição**. Brasília: Senado Federal, 1998.

⁵⁶⁸ AFFONSO, 2004, p. 49.

terras.⁵⁶⁹ Logo, veio entender que uma aproximação com a família Monteiro seria importante para seus interesses comerciais, políticos e sociais, visto que estes ocupavam a parte superior da hierarquia social e se arrogavam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade.⁵⁷⁰ Desse modo, Bohemundo se casou primeiramente com Matilde Ximenes Monteiro Filha,⁵⁷¹ e após o falecimento desta, voltou à casa Monteiro e desposou Dolores Ximenes Monteiro,⁵⁷² irmã mais nova de sua primeira esposa.

Estas uniões podem ser vistas como a combinação de estratégias para a manutenção dos interesses familiares que passava pelo controle dos vínculos matrimoniais, pois os arranjos envolvendo membros da elite proprietária de terras fortalecia as relações patrimoniais, de parentesco e de vizinhança.

Até o presente momento, visualizamos as uniões e relações familiares dos que faziam parte da elite local definida a partir da riqueza, do status e do poder. Entretanto, como a historiografia tem demonstrado, estas prerrogativas devem estar aliadas a capacidade de mostrar-se e ser reconhecido como membro de uma determinada classe social. Elementos como modos de falar, roupas, comportamento e educação são algumas das características que expressam o local de pertencimento dos indivíduos em uma sociedade.⁵⁷³

Esses símbolos de distinção social podem ser percebidos claramente no tratamento de “Dona” para as mulheres, e principalmente na saída dos filhos do Comendador Monteiro para estudar fora de Humaitá, seja em Belém, Salvador e até mesmo em Portugal.⁵⁷⁴ De modo que algumas alianças matrimoniais foram constituídas preferencialmente a partir desses elementos de diferenciação social, equilibrando os interesses familiares e as escolhas individuais.

Vejamos a união de Antônio Frederico Monteiro e Idalia Miranda. O primeiro se formou como médico na Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia em 1913, tendo registrado “seu

⁵⁶⁹ LAEMMERT, ALMANAQUE; HENRIQUE, LAEMMERT. **Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1918, p. 2145. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/70555>

⁵⁷⁰ HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 8.

⁵⁷¹ Arquivo Paroquial de Humaitá. 7º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Bohemundo de Souza Martins Alvares Affonso e Dona Matilde Ximenes Monteiro Filha, folha 142, data do registro: 21/01/1924.

⁵⁷² Arquivo Paroquial de Humaitá. 8º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Bohemundo de Souza Martins Alvares Affonso e Dolores Ximenes Monteiro, folha 17, data do registro: 08/07/1926.

⁵⁷³ BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 96, p. 105-115, 2013; CANCELA, 2006, p. 27.

⁵⁷⁴ O Humaythaense, 6 de dezembro de 1908, anno 18, número 1, p. 1; O Humaythaense, 13 de dezembro de 1908, anno 18, número 2, p. 1.

diploma de doutor em medicina” um ano depois no Estado do Amazonas.⁵⁷⁵ Durante sua vida acadêmica, conheceu e casou-se com Idalia Miranda, que se graduou como odontóloga. Ao retornarem a Humaitá, já traziam os filhos Antônio Frederico Junior e José Francisco Monteiro Neto.⁵⁷⁶

Não sabemos informar o impacto que tal união teve sobre a família Monteiro. Entretanto, desde cedo, Antônio Frederico e Idalia se dedicaram as suas respectivas atividades profissionais na localidade de Humaitá e região. O exercício de suas profissões garantiu a família Monteiro um status diferenciado e a ampliação de sua “clientela”, sob novas formas de dependência. Pois em uma região assolada por uma série de doenças e a constante ausência de profissionais da saúde, a existência de indivíduos capazes de exercerem a medicina era um símbolo de distinção social que implicava em uma dependência pessoal, tanto dos indivíduos pertencentes a elite local quanto das camadas populares. Outrossim, o desempenho da medicina, aliada ao nome de sua família, garantiu a Antônio Frederico Monteiro diversos cargos na administração municipal, como o de professor, inspetor escolar e subdelegado de saúde.⁵⁷⁷ Tendo auxiliado no serviço sanitário durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Entretanto, não se limitou ao exercício da medicina.⁵⁷⁸ Atuou como deputado estadual⁵⁷⁹ e, posteriormente, prefeito municipal de Humaitá.⁵⁸⁰

Os casamentos analisados ocorreram preferencialmente entre famílias de seringalistas, comerciantes e de indivíduos que ocupavam importantes cargos públicos. A partir daí, podemos visualizar que as uniões da família Monteiro estiveram condicionadas por estratégias de ampliação e manutenção do prestígio e poder familiar, sendo realizados particularmente com membros extra grupo parental. No entanto, os arranjos matrimoniais, “com membros da própria família, ainda podiam ser encontrados durante o oitocentos” e início do século XX.⁵⁸¹ Estes matrimônios, muitas vezes, funcionavam como estratégia de conservação do patrimônio, pois permitiam “iniciar ou manter uma posição de poder ou mesmo para parar ou retardar um

⁵⁷⁵ Jornal do Commercio, 11 de abril de 1914, anno XI, número 3579, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/140413

⁵⁷⁶ AFFONSO, 2004, p. 49.

⁵⁷⁷ LAEMMERT, ALMANAQUE; HENRIQUE, LAEMMERT. **Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1918, p. 2145. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/70555>

⁵⁷⁸ AFFONSO, 2004, p. 92.

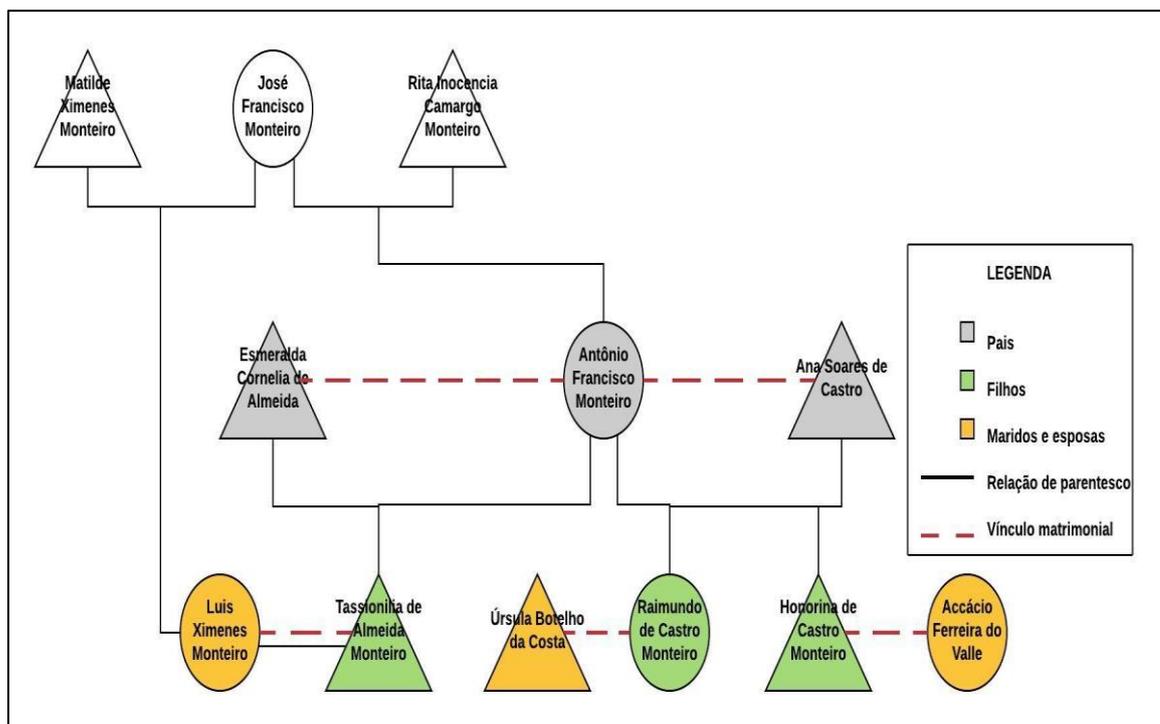
⁵⁷⁹ LAEMMERT, ALMANAQUE; HENRIQUE, LAEMMERT. **Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1927, p. 98. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/99663>

⁵⁸⁰ Jornal do Commercio, 14 de outubro de 1928, anno XXV, número 8530, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/37561

⁵⁸¹ CANCELA, 2006, p. 289.

declínio”.⁵⁸² Foi assim com o casamento de Tassionilia de Almeida Monteiro, filha do coronel Antônio Francisco Monteiro, com Luís Ximenes Monteiro, seu tio por via paterna.⁵⁸³

Organograma 3: Alianças matrimoniais dos filhos de Antônio Francisco Monteiro



Fontes: Registros de casamento da paróquia de Humaitá (1877-1926)

Tendo em vista a quantidade de filhos (17) do patriarca José Francisco Monteiro, esse casamento pode ser visto como uma tentativa de evitar a dispersão do patrimônio familiar, pois quando ocorreu o enlace entre Tassionilia e Luís, a economia da borracha já se encontrava em franca decadência, de modo que o arranjo facilitou a manutenção da base econômica familiar e, além disso, reconectou os laços entre dois ramos da família. Porquanto, o Comendador Monteiro e seu filho mais velho (Antônio Francisco) haviam rompido relações desde os conflitos e intrigas políticas com o parceiro político e futuro governador do Estado do Amazonas, Pedro Alcântara Bacelar.

⁵⁸² CHANDLER, Jaynes B. **Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil (1700 – 1930)**. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 158.

⁵⁸³ Arquivo Paroquial de Humaitá. 5º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Luís Ximenes Monteiro e Tassionilia de Almeida Monteiro, folha 66, data do registro: 27/06/1915.

Como foi dito, o objetivo desse item foi analisar as estratégias matrimoniais de nove dos dezessete filhos do Comendador Monteiro e três de seus netos. De maneira que nos restam os enlances de Honorina e Raimundo de Castro Monteiro, netos de José Francisco Monteiro. Ambos os irmãos se casaram no dia três de março de 1908, em uma cerimônia que ampliou e reforçou o prestígio e o poder da família.

Honorina de Castro Monteiro casou-se com o rico e influente seringalista Accácio Ferreira do Valle,⁵⁸⁴ dono de vastos seringais,⁵⁸⁵ sendo mais conhecido o lugar Firmeza, sua residência.⁵⁸⁶ Filho do comerciante português Augusto Ferreira do Valle,⁵⁸⁷ residente na capital paraense, Accácio administrava a importante casa comercial Ferreira Valle & Companhia, estabelecida em Manaus, onde possuía um grande armazém de consignações e recebia pedidos de vários seringalistas do rio Madeira.⁵⁸⁸ Apesar de ser um importante comerciante e proprietário de terras, Accácio Ferreira do Valle não possuía influência política na região. Contudo, a união com Honorina Monteiro abriu novas oportunidades, tendo ocupado o cargo de Superintendente Municipal de Humaitá, ao lado de Fausto Pereira Maia.⁵⁸⁹ Posteriormente, com o falecimento do Comendador José Francisco Monteiro, passou a administrar as propriedades (seringais) do falecido, localizadas no rio Machadinho.⁵⁹⁰ Visualizamos aqui, como estes arranjos matrimoniais ampliavam e fortaleciam a rede de influência e poder desses indivíduos e de seu grupo familiar.

⁵⁸⁴ Arquivo Paroquial de Humaitá. 4º Livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Accácio Ferreira do Valle e Honorina de Castro Monteiro, folha 38, data do registro: 03/03/1908.

⁵⁸⁵ Alguns deles: Tapuya, Bom Futuro, Candelária, Campina, Cameté, Gurupá, Portel, Araras, Alenquer, Matto Grosso, Marapatá, Boa fé, Bom Retiro, Alta Garcia, Pará, Manaus, Humaytá, Manicoté, Amazonas, Brazil, Assumpção, Redenção, Mina de Ouro, Soure, Mosqueiro, Bragança e Urucutá. Todos localizados na região de Santo Antônio no alto rio Madeira. In: BRASIL, Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brazil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Relação dos proprietarios dos estabelecimentos ruraes recenseados no estado do Matto Grosso.** Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923, p. 62.

⁵⁸⁶ LAEMMERT, ALMANAQUE; HENRIQUE, LAEMMERT. **Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1918, p. 2145. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/70555>

⁵⁸⁷ Habilitação consular Augusto Ferreira do Valle. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código: 2173. Habilitação 3487. Imagem: P1490690. Data da habilitação: 26/01/1872; O Liberal do Pará (PA), 26 de agosto de 1880, ano XII, número 193, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/11904>; Almanack do Estado do Pará: Indicador para 1904-1905, p. 702. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/828831/718>

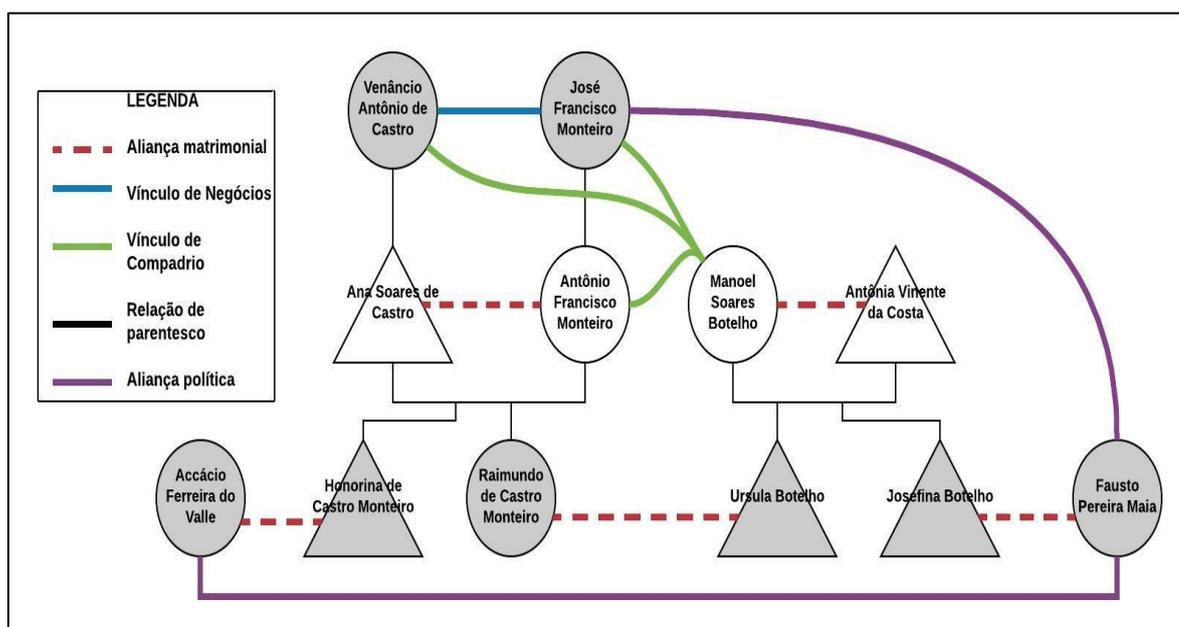
⁵⁸⁸ O Humaythaense (AM), 4 de agosto de 1907, ano XVI, número 39, p. 1.

⁵⁸⁹ LAEMMERT, ALMANAQUE; HENRIQUE, LAEMMERT. **Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1921, p. 3182. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/77726>

⁵⁹⁰ BARBOSA, Nicolau Bueno Horta. **Exploração e levantamento dos rios Anari e Machadinho. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, Chefe da Comissão, pelo Capitão de Engenharia Nicolau Bueno Horta Barbosa, ajudante da Comissão.** Papelaria Macedo, Rio de Janeiro, 1922, p. 23.

Foi assim com o casamento de Raimundo Monteiro com Úrsula Botelho,⁵⁹¹ filha do tenente coronel Manoel Soares Botelho, seringalista e comerciante no rio Madeira.⁵⁹² As propriedades da família Botelho eram vizinhas as de José Francisco Monteiro, Antônio Francisco Monteiro⁵⁹³ e Venâncio Antônio de Castro.⁵⁹⁴ Além disso, os membros da família Botelho ocuparam diversos cargos na guarda nacional e na administração municipal e, possuíam uma imbricada rede de relações mediante os laços constituídos pela vizinhança, negócios e pelo compadrio com os Monteiros.⁵⁹⁵ Assim, os vínculos entre a família Botelho e a família Monteiro foi reforçada e concretizada com o arranjo matrimonial de Raimundo Monteiro e Úrsula Botelho.

Figura 9: Redes de sociabilidade das famílias Monteiro, Botelho, Valle e Maia



Fonte: Registros de casamento da paróquia de Humaitá (1877-1926)

⁵⁹¹ Arquivo Paroquial de Humaitá. 4º Livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Raimundo de Castro Monteiro e Úrsula Botelho da Costa, folha 38, data do registro: 03/03/1908.

⁵⁹² Diário de Manaus: Propriedade de uma Associação (AM), 15 de março de 1894, ano IV, número 203, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/716642/3446>; Diário Oficial (AM), 6 de abril de 1894, ano II, número 111, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028843/831>

⁵⁹³ Diário Oficial (AM), 13 de março de 1895, ano III, número 380, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028843/2952>

⁵⁹⁴ Amazonas (AM), 11 de julho de 1890, ano XXVI, número 2014, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/4213>

⁵⁹⁵ Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento de Manoel Soares Botelho e Ana Vidente da Costa, folha 3, data do registro: 02/02/1880.

A imagem acima permite ver a relação que se estabelece entre quatro importantes famílias de comerciantes e proprietários da região madeirense, os Monteiro, os Botelho, os Valle e os Maia.

Visualizar os arranjos matrimoniais de Raimundo e Honorina de Castro Monteiro é importante para percebermos como o senso prático de estratégia funcionou para que famílias de riqueza e influência a nível local pudessem, ao casar seus membros, fortalecer os laços políticos, econômicos e de compadrio. De modo a ampliar e/ou fortalecer o prestígio e poder de seu grupo, tornando possível manter, controlar e/ou ter influência sobre as distintas esferas do poder local.

Por fim, as teias de relações estabelecidas pelos “herdeiros” do Comendador José Francisco Monteiro evidenciam a importância do casamento como uma estratégia de inserção e ascensão social e do fortalecimento ou rearticulação das alianças familiares e de negócios para garantir a sobrevivência biológica do grupo, a manutenção, a perpetuação e o fortalecimento do status social de uma geração para outra, e um melhor controle do meio natural e social.

3.2. Fortuna, atuação política e carreira nas armas

Nesse tópico adentraremos o universo dos descendentes homens de José Francisco Monteiro, buscando identificar como estes indivíduos se beneficiaram das redes de sociabilidade criadas e fortalecidas pelo patriarca para a ocupação de cargos e funções políticas e militares. Entretanto, nossa análise dá ênfase aos seis primeiros filhos do patriarca – excluindo os mais novos (Edmundo, Luís Francisco e Fábio Ximenes Monteiro) –, por ordem de nascimento, são eles: Antônio Francisco, José Francisco, Augusto, Antônio Frederico Ximenes, José Ximenes e Luís Ximenes Monteiro. Além disso, acrescentamos a nossa análise o personagem Raimundo de Castro Monteiro, filho de Antônio Francisco e neto do Comendador Monteiro.

Não muito diferente do restante do Império e, posteriormente, da República brasileira, o município de Humaitá possuía uma estrutura político-econômico marcada pela estratificação social hierárquica e por relações clientelistas. Enquanto prática político-social, o clientelismo estabeleceu nos círculos da elite brasileira e madeirense um sistema de reciprocidade que permitia o controle dos recursos políticos, econômicos e sociais mediante a distribuição de favores que ligava o poder local ao provincial, até chegar ao governo central.

Ao analisarmos as informações políticas, econômicas e sociais contidas no jornal Humaythaense, propriedade da família Monteiro, podemos perceber que em fins do século XIX

a família já havia se consolidado como elite no rio Madeira. Seus membros ocuparam diversos cargos na Intendência Municipal, estavam entre o oficialato da Guarda Nacional e eram personagens ativos na sociedade local.

Assim, o conjunto de personagens analisados nesse estudo integram o mais alto estrato da elite local. Vale salientar que nem sempre aquisição de patentes militares se constituía mecanicamente enquanto uma ferramenta de formação de grandes patrimônios familiares. Contudo, uma análise crítica das fontes documentais permite compreender como a obtenção títulos e funções militares são indícios da construção e aumento do poder e prestígio de determinados grupos em detrimento de outros.

Vejamos no quadro a seguir, a ocupação dos cargos públicos, a aquisição de patentes militares e as atividades desenvolvidas pelos herdeiros de José Francisco Monteiro, no município de Humaitá e no Estado do Amazonas.

Quadro 2: Cargos, Funções e Patentes dos “herdeiros”

Nome	Cargos Públicos	Patentes	Atividades
Antônio Francisco Monteiro	Juiz de Paz; Suplente de Subdelegado; Juiz Municipal e Deputado Estadual.	Capitão; Tenente-Coronel; Comandante do 19º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Humaitá e Coronel.	Comerciante e Proprietário de terras/Seringalista.
José Francisco Monteiro Junior		Capitão	Comerciante e Proprietário de terras/Seringalista.
Augusto Monteiro	Subdelegado e Juiz Municipal.	Major e Coronel	Comerciante e Proprietário de terras/Seringalista.

Antônio Frederico Ximenes Monteiro	Subdelegado de Saúde; Deputado Estadual e Prefeito Municipal.		Médico e Professor.
José Ximenes Monteiro	Ajudante do procurador da República e Delegado.	Tenente e Capitão.	Comerciante e Proprietário de terras/Seringalista.
Luís Ximenes Monteiro	Suplente de Subdelegado e Delegado.		Comerciante e Proprietário de terras/Seringalista.
Raimundo de Castro Monteiro	Superintendente Municipal; Intendente; Juiz Municipal e Subdelegado.	Tenente; Capitão e Coronel.	Poeta; Comerciante e Proprietário de terras/Seringalista.

O quadro acima é exemplificador para entendermos como a família Monteiro comandou e influenciou a política local e provincial. Seus membros estavam presentes nas diversas esferas de poder (executivo, legislativo e judiciário) municipal e atuando diretamente na burocracia local.

A atuação política dos herdeiros só pode ser entendida tendo em perspectiva as redes de sociabilidade estabelecidas pelo patriarca que possibilitou aos descendentes adentrar uma rede clientelista que aumentavam sua influência a nível local, e possibilitava que ocupassem postos de comando na Intendência Municipal, ou garantisse uma nomeação vinda diretamente do Presidente da Província para a Guarda Nacional.

Não esqueçamos que a concessão de patente era estatal. O processo começava com o comandante da companhia enviando propostas ao comandante superior, que dava seu aval (ou não) e as transmitia ao presidente da província, que, por sua vez, confirmava ou não. Muitas vezes, para a ocupação das patentes mais altas (Coronel e Tenente-Coronel), era preciso consultar o Ministro dos Negócios da Justiça. Assim, o Estado acabava por regular a reprodução hierárquica dentro da própria sociedade.⁵⁹⁶

⁵⁹⁶ MUGGE, Miquéias Henrique. “Gostaria de se tornar Tenente”: oficiais da Guarda Nacional—um perfil socioeconômico no Brasil Meridional (1850-1870). *História Unisinos*, v. 16, n. 3, p. 307-319, 2012.

Tendo em vista a informação acima, lembremos que Venâncio Antônio de Castro (sogro de Antônio Francisco e avô de Raimundo de Castro Monteiro) e José Francisco Monteiro ocuparam o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional de Humaitá, sendo responsáveis pelas propostas de nomeação e pelo alistamento militar. A ocupação desses cargos permitia o favorecimento de parentes e aliados com uma nomeação para o oficialato da Guarda Nacional e para a ocupação de cargos na burocracia local.

Merece atenção o fato de que os herdeiros que ocupavam funções públicas também possuíam postos de comando na Guarda Nacional, pertencendo ao alto oficialato. Posteriormente, os indivíduos beneficiados pela relação com as autoridades locais para a aquisição de postos de comando, estabeleciam suas próprias redes clientelistas. Neste sentido, torna-se interessante identificar que Antônio Francisco Monteiro alcançou a mais alta patente da Guarda Nacional, tornando-se Coronel e Comandante do 19º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Humaitá,⁵⁹⁷ sendo responsável pelo alistamento militar e nomeação para o oficialato. Nesse sentido, não é surpresa que seu filho, Raimundo de Castro Monteiro, adquiriu as patentes de tenente, capitão e coronel da Guarda Nacional e que ele, Antônio Francisco, tenha se eleito diversas vezes para o posto de Deputado Estadual, entre 1894 e 1912.

Como salientou Graham, este fenômeno social pode estar atrelado ao fato de que na hierarquia social do século XIX, uma patente militar servia como uma declaração da posição social do indivíduo, facilitando sua inserção nos meios da elite política, evidenciando sua condição social, ampliando suas clientelas, angariando votos em troca de favores e proteção.⁵⁹⁸

Estamos concebendo a Guarda Nacional como uma instituição em que as relações clientelistas eram intrínsecas as relações entre os seus membros, tanto no interior da instituição, quanto na hierarquia social. Dessa maneira, em troca de concessão de favores os oficiais recebiam apoio político, tecendo na sociedade local uma clientela leal, adquirindo força e influência, elementos essenciais para se tornar uma liderança política.⁵⁹⁹

Assim, podemos compreender como Antônio Francisco Monteiro tornou-se uma figura política forte no Estado do Amazonas, sendo eleito consecutivamente para o posto de Deputado Estadual. Além disso, a força e influência que adquiriu na região de Humaitá chegou a se

⁵⁹⁷ O Humaythaense (AM), 13 de maio de 1895, anno IV, número 26, p. 3.

⁵⁹⁸ GRAHAM, 1997.

⁵⁹⁹ FERTIG, A. Á. **Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG-História, UFRGS, 2003.

equiparar com a do patriarca José Francisco Monteiro. Ao ponto de pai e filho, por divergências políticas, quase chegaram a ter um conflito armado entre seus aliados.⁶⁰⁰

No centro dessa disputa estava a divisão do município em seções eleitorais e a designação dos indivíduos que deveriam presidir as mesas para a eleição de Senadores e Deputados, no dia 30 de outubro de 1912. De acordo com Antônio Francisco Monteiro, todo o processo havia sido irregular. Temos que entender que nessas eleições seu pai se candidatou ao cargo de Senador, sendo que seu irmão José Ximenes Monteiro atuou como Ajudante de Procurador da República,⁶⁰¹ uma autoridade judiciária, sem direito a voto, mas responsável por todo o processo eleitoral.⁶⁰²

Nesse sentido, a família garantia a efetivação dos interesses políticos da maior parte do grupo familiar, visto que alinhados aos interesses do patriarca da família estavam Augusto, Luís e José Ximenes Monteiro, em oposição ao filho mais velho, Antônio Francisco. A união desses indivíduos garantia um maior número de aliados que ofereciam lealdade, sobretudo nos processos eleitorais. Assim, os herdeiros do Comendador Monteiro controlavam todos os recursos políticos, econômicos e sociais do município, a distribuição de favores para sua rede de aliados, bem como, o monopólio do uso legítimo da força. Pois, aliado aos cargos na Guarda Nacional, ocuparam simultaneamente postos de comando na força policial, em específico os de Subdelegado e Delegado de polícia.

É importante destacar que as patentes militares, sugerem não somente a posse de poder local, mas também, reforçam a existência de vínculos com autoridades do governo, posto que a nomeação de oficiais era feita pelo governo provincial, mediante indicação de autoridade locais. Outrossim, em muitos casos autoridades militares, como era a condição de vários membros da família Monteiro, assumiram as funções de juízes municipais, juízes de paz, subdelegado e delegados, o que reforçava e estendia os domínios do grupo familiar por distintas esferas de poder.

No caso do exercício de juiz de paz, este envolvia a justiça conciliatória e o julgamento de causas, a imposição do termo de bem viver, a manutenção da ordem pública e emprego da força pública, vigiar o cumprimento das posturas municipais, a condução das eleições, enfim,

⁶⁰⁰ MONTEIRO, Antônio Francisco. **Anarquização do município de Humaitá. [1912]**. Manaus: Edições Governo do Estado. Secretaria de Estado da Cultura, 2004.

⁶⁰¹ Jornal do Commercio (AM), 2 de dezembro de 1908, anno 5, número 1687, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/170054_01/6494

⁶⁰² RICCI; ZULINI, 2014.

funções administrativas, judiciais e policiais das mais amplas.⁶⁰³ Nesse sentido, o sucesso nos conflitos estava condicionado as redes de influências que poderiam ser acionadas de acordo com o lugar ocupado dentro da sociedade local. Porquanto, estas posições (militares, políticas e administrativas) reproduziam as hierarquias, que derivavam dos arranjos familiares entre diferentes grupos parentais, que, por sua vez, eram reiteradas nas relações econômicas e sociais.⁶⁰⁴

Assim, é possível compreender o sucesso da família Monteiro na ocupação e manutenção de inúmeros seringais e castanhais no rio Madeira. Além disso, o papel de mediador das tensões sociais, conformava um reconhecimento público do poder e influência dos membros da família sobre as decisões de interesses individuais e coletivos.

Queremos salientar ainda que os herdeiros da família Monteiro eram oficiais de alta patente e, como vimos no quadro, agentes econômicos importantes, tinham suas casas de negócios e, comumente, extensos seringais e castanhais. A única exceção é Antônio Frederico, que atuou como médico. Entretanto, o exercício de sua profissão lhe conferiu uma rede clientelista que aliada ao nome familiar garantiu a eleição para os cargos de Deputado Estadual e Prefeito Municipal de Humaitá.

Os demais membros da família tornaram-se seringalistas e atuaram como comerciantes, sendo que alguns, inclusive, se formaram no curso comercial da cidade do Porto, em Portugal. Como é o caso de Luís Ximenes Monteiro.⁶⁰⁵

Apesar do patrimônio da família Monteiro ter sido longamente administrado pelo pai, José Francisco Monteiro, que viveu 87 anos, falecendo em outubro de 1917. No alvorecer do século XX, já avançado em idade e acometido de diversas enfermidades, não podia mais controlar com eficácia os negócios da família. Assim, seu filho Augusto Monteiro assumiu a direção do império familiar,⁶⁰⁶ negociando a compra e venda de mercadorias e cuidando da extração da goma elástica nos seringais pertencentes a família, em Humaitá.

⁶⁰³ VELLASCO, Ivan de Andrade. **O Juiz de Paz e o Código do Processo: vicissitudes da Justiça imperial em uma comarca de Minas Gerais no século XIX**= Judges and Codes: imperial Justice in one county of Minas Gerais in the 19th century. 2003, p. 5.

⁶⁰⁴ NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria-RS os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830-1891**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

⁶⁰⁵ O Humaythaense, 13 de dezembro de 1908, ano 18, número 2, p. 1.

⁶⁰⁶ Jornal do Commercio (AM), 22 de agosto de 1905, ano 2, número 520, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/2512

Em contrapartida, José Francisco Monteiro Junior, assumiu os negócios da família em Manaus e Belém, atuando como representante⁶⁰⁷ da importante firma comercial Carlos Montenegro & C.^a (importação, exportação, comissões e consignações), da qual seu pai era sócio.⁶⁰⁸

O grande número de investimentos e propriedades de José Francisco Monteiro (patriarca) serviu para perpetuar a prosperidade de muitos de seus descendentes, embora seu legado tenha sido dividido entre seus dezessete filhos. Ainda, tendo na família Monteiro o epicentro da política local, Humaitá permaneceu controlada pela influência dos Monteiro até a década 40, ano da morte de Maria Benedita Carmem Ximenes Monteiro, filha mais velha de José Francisco Monteiro com Matilde Ximenes (a mais duradoura relação conjugal do patriarca).

Com o poder solidamente baseado no comércio diretamente ligado a exploração da borracha e no prestígio adquirido na ocupação da região, mediante o controle do aparato burocrático estatal, através da ocupação de cargos públicos, os membros da família Monteiro exerceram uma poderosa influência nas margens do rio Madeira e na província do Amazonas.

Para além desses fatores, deve-se citar também a capacidade da família Monteiro atuar como agenciadora do progresso da localidade, que tinha implicações no capital político de seus membros. Obviamente, dentre os vários elementos inerentes às ações políticas do indivíduo e da família que é nosso objeto de estudo, não poderíamos deixar de acrescentar outros elementos como: a aquisição de patentes miliares – que permitia a família Monteiro reunir um universo de homens capazes de fazer cumprir suas decisões –, cargos públicos, políticos, a designação de “Dona” para as mulheres, etc. Enfim, elementos de ordem simbólica que agiam na fomentação do status familiar.

Por fim, através da análise das estratégias familiares, das redes de poder (clientelista), da transmissão da herança material e imaterial, podemos compreender o processo de inserção social e política da família Monteiro na sociedade madeirense. De modo que os filhos deram seguimento à trajetória pública do patriarca, mediante estratégias familiares que estabeleceram acordos no interesse de aumentar e conservar a riqueza, o prestígio e poder familiar.

⁶⁰⁷ O Humaythaense (AM), 30 de maio de 1909, anno 18, número 26, p. 2.

⁶⁰⁸ Jornal do Commercio (AM), 14 de janeiro de 1909, anno 6, número 1729, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/6678

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da economia da borracha em meados do século XIX e início do XX possibilitou um maior dinamismo econômico e circulação de pessoas na região amazônica, em especial nas duas maiores cidades, Belém e Manaus, que sofreram profundas transformações estruturais e urbanas. Contudo, o interior amazônico, ao longo do oitocentos, vivenciou mudanças semelhantes devido ao aumento das rendas provenientes da exportação dos produtos extrativistas, destaque para a borracha.

Assim, a partir da segunda metade do oitocentos, regiões fronteiriças como a bacia do rio Madeira recebeu um grande número de indivíduos e famílias em busca de novas oportunidades. Entre o considerável número de imigrantes brasileiros e estrangeiros que se dirigiram para a Amazônia nesse período, estão os portugueses, objeto de estudo do presente trabalho.

Seguindo os caminhos da migração portuguesa, o primeiro capítulo dessa dissertação, tendo por base de análise as habilitações consulares e os registros de passaportes, apresentou o perfil social dos agentes que afluíram para as margens do rio Madeira, pontuando as características gerais e específicas desse processo. Para o estabelecimento de um perfil da migração avaliamos os seguintes marcadores: origem, faixa etária, sexo, condição civil, atividade profissional, redes de sociabilidade, alfabetização e propriedade de terras.

Grosso modo, demonstrou-se que o processo migratório português para o rio Madeira só pode ser entendido, em seus aspectos mais densos, a partir da análise pautada no estudo das redes sociais. Isso só foi possível mediante a utilização do aparato técnico-conceitual da micro-história italiana e fazendo uso das ferramentas metodológicas da prosopografia. A partir daí buscamos investigar o fenômeno da migração portuguesa para o rio Madeira, destacando as redes migratórias pautadas em laços familiares, de negócios, de vizinhança, de amizade e nas redes de informação.

Ademais, levamos em consideração as redes pré-emigratórias para entrevermos as relações criadas, fortalecidas e mantidas pelos diversos agentes sociais para sua inserção e ascensão na sociedade local. Desse modo, intentamos verificar o grau em que essas redes operaram no local de destino, a ponto de influenciar aglomerações espaciais, opções profissionais e esferas de sociabilidade próprias a cada agente e grupo de imigrantes.

Podemos perceber como os vínculos tecidos antes e após a emigração condicionou a ida e/ou envio dos portugueses para o rio Madeira, para trabalharem como caixeiros/regatão de

outros conterrâneos já estabelecidos. Em seguida, buscou-se delimitar os efeitos dessas redes de sociabilidade na formação de uma corrente migratória para o interior amazônico pautada em uma rede de solidariedade e informação que conectou as vilas portuguesas à cidade de Belém e, posteriormente, ao rio Madeira.

Concluimos que a maioria dos portugueses residentes no rio Madeira eram homens, solteiros, profissionais do comércio e minimamente alfabetizados, que chegaram na Amazônia com pouca idade, mas imbuídos de capital humano, ou seja, qualificação e amparo, para que pudessem fazer carreira comercial ou nos ofícios, integrando-se na vasta colônia portuguesa que no Brasil dominava grande parte das atividades comerciais, e dava arrumação aos recém-chegados.

A propósito de demonstrar a importância da imigração portuguesa para a expansão da fronteira extrativista no rio Madeira, procurou-se refletir sobre o fato do comércio, principal atividade dos imigrantes portugueses, estar estreitamente ligado a ocupação da terra. Assim, a partir do estudo acerca do desenvolvimento de atividade caixeiral, diretamente ligada ao regatão, visualizamos a expansão da fronteira extrativista sobre a região madeirense.

Devido ao aumento dos preços da borracha no mercado internacional e o crescimento das rendas provenientes da prática comercial, muitos comerciantes passaram a instalar as chamadas “lojas fora do povoado”, estas lojas eram barracões situados em seringais dos quais estes negociantes eram proprietários. Isso só foi possível porquanto o rio Madeira possuía grandes extensões de terras ainda “não exploradas”. Além disso, esses proprietários e negociantes portugueses tinham iniciado suas atividades através do comércio de regatão, o que permitiu um conhecimento prático sobre as áreas ricas em seringais.

Por sua vez, podemos concluir que o exercício da atividade de comerciante não necessariamente significava um impedimento à propriedade de terras no rio Madeira. Muito pelo contrário, a atividade comercial foi o motor que possibilitou adquirir seringais e ascender socialmente na comunidade local, como foi visto no capítulo II do presente trabalho.

Atento a esse contexto de maiores oportunidades e possibilidades, o que ficou explícito na trajetória do imigrante português José Francisco Monteiro, foram as estratégias de inserção e ascensão adotadas pelos agentes sociais na região madeirense. Desse modo, por meio da reconstituição das teias de relações do patriarca da família Monteiro procuramos entender em que medida as estratégias sociais criadas e fortalecidas por este indivíduo possibilitou ele, juntamente com seu grupo familiar, fazer-se elite no rio Madeira.

Ainda, tendo em vista que na sociedade hierárquica do século XIX, um sujeito era tão bem-sucedido quanto maiores fossem suas redes de contatos nos círculos das famílias de elite

e mais bem amarrados estivessem os laços que os uniam (negócios, compadrio, amizade e etc.), nos enveredamos pelas alianças comerciais, arranjos familiares e de compadrio, para compreendermos a inserção política e social de José Francisco Monteiro na região madeirense.

Através desse estudo de caso, enriquecemos o cenário de atuação dos portugueses no seio da elite madeirense no Império e na República, descortinamos os arranjos entre forças políticas locais, vislumbramos alianças familiares e de amizade que, muitas vezes, resultavam em favorecimentos pessoais, o que tornou possível entender como se organizava a estrutura hierárquica na sociedade clientelista do século XIX, numa pequena localidade do Amazonas.

Com isso, procurou-se resgatar a complexidade da imigração portuguesa e as multiplicidades de estratégias e práticas de inserção e ascensão, baseadas na solidificação dos arranjos familiares, das alianças políticas e de negócios estabelecidas intra e extra grupo parental.

A utilização da família Monteiro para análise das dinâmicas sociais, revelam trajetórias de homens e mulheres que ocuparam o topo da hierarquia social e foram inseridos em uma complexa rede de compromissos unidos por vínculos matrimoniais, pelas sociedades nos negócios e favores políticos, estabelecidos pelos pais para assegurar a manutenção da herança material e imaterial, da fortuna e do status de elite, mediante a perpetuação dos interesses do grupo.

Com essas considerações, procurou-se compreender a imigração portuguesa para o rio Madeira, em meados do século XIX e início do XX. Para tanto, foi traçado o perfil coletivo de 91 agentes, analisando trajetórias individuais e de grupo. Também suas redes de sociabilidade, alianças estabelecidas, assim como destacada a importância da atividade comercial para esses imigrantes se integrarem no país de destino. Além disso, foi considerado as estratégias de aquisição, manutenção e fortalecimento da riqueza, status e poder familiar, reiterada por arranjos matrimoniais, sociedades comerciais e ocupação de cargos públicos e militares.

Essas questões demonstram que apesar das pesquisas existentes sobre o fluxo migratório português ter realizado avanços significativos para entender a trajetória, o comportamento e as estratégias desses agentes em Portugal e no Brasil, a historiografia, os métodos e as fontes permitem novos olhares e, conseqüentemente, novas possibilidades de pesquisa. Desse modo é possível reescrever a história desses imigrantes na região amazônica se considerarmos novas perspectivas de análise.

FONTES

a) Livros:

ALBUQUERQUÉ, Luiz R. Cavalcanti de. **A Amazônia de 1893**. Rio de Janeiro Imprensa Nacional, 1894.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. 1782-1850. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará** – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BALLIVIAN, Manuel Vincente. **Noticia política, geográfica, industrial y estadística de Bolivia; datos para la consulta é información comunicados á las legaciones y consulados de la república**. La Paz, Taller Tipo-litográfico, 1900.

BASTOS, Tavares. **O Valle do Amazonas**. Garnier. Rio de Janeiro. 1ª Ed. 1866.

BIARD, Auguste François. **Dois anos no Brasil**. Brasília Senado. Federal, Conselho Editorial, 2004.

BROWN, Charles Barrington; LIDSTONE, William. **Fifteen thousand miles on the Amazon and its tributaries**. E. Stanford, 1878.

CRAIG, Neville. **A estrada de ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição**. São Paulo, Editora Nacional, 1947.

CRUZ, Ernesto Horácio da. **Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações**. Conselho Estadual de Cultura, 1970.

FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao Redor do Brasil 1875-1878**. 2 vols. Rio de Janeiro Typographia de Pinheiro 1880. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242429>

HERNDON, William Lewis; GIBBON, Lardner. **Exploration of the Valley of the Amazon**. Made Under Direction of the Navy Department. R. Armstrong [etc.] public printer, PART II, 1854.

JARAMILLO, Heliodoro. **Breve notícia sobre os vales dos rios Purus e Madeira afluentes do Amazonas**. (1903) Manaus: Governo Estado do Amazonas, 2004.

Livro das Habilitações Consulares do Vice Consulado de Portugal em Belém, anos de 1858 a 1918. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA.”

Livro de Registros e Solicitações de Passaporte de Coimbra, anos de 1835 a 1938. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7-8BK8-66V?cc=1928596&wc=9VH2-C6X%3A222740701>

Livros de Registros de Passaportes do Arquivo Distrital do Porto, anos de 1839 a 1888. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA.”

MACCHETI, Jesualdo. **Diario del viaje fluvial del padre fray Jesualdo Maccheti, misionero del Colegio de la Paz, desde San Buenaventura y Reyes hasta el Atlántico en 1869**. La Paz: Impr. de El Siglo Industrial, 1886.

MARQUES, Manoel Espiridião da Costa. **Região Ocidental de Matto Grosso. Viagem e estudos sobre o Valle do Baixo Guaporé da cidade de Matto Grosso ao Forte do Príncipe da Beira.** Rio de Janeiro: Typ. e Pap. Hildebrandt, 1908

MATHEWS, Edward. **Up the Amazon and Madeira Rivers, though Bolivian and Peru.** London Sampson Low Marston, Searle & Rivington, 1879.

MONTEIRO, Antônio Francisco. **Anarquização do município de Humaitá. [1912].** Manaus: Edições Governo do Estado. Secretaria de Estado da Cultura, 2004.

PLANE, Auguste. Chapitre VI: Voyage sur le Madeira et ses affluents. In: -----
À travers l'Amérique équatoriale: L'Amazonie. Paris: Librairie Plon, Plon-Nourrit et Cie. Imprimeurs-Éditeurs, 1903, pp. 84-160.

SILVA, Bernardo da Costa e. **Viagens no sertão do Amazonas do Pará á costa do mar Pacifico pelo Amazonas, Bolívia e Peru.** Porto Typ. de A. J. de Sousa e Irmão, 1891.

SIMÕES, Veiga. **Daquem & dalem mar.** Manaus: Typ. da Livraria Palais Royal, 1916.

STUDART, Guilherme. **Diccionario bio-bibliographico cearense.** Edições UFC, Volume I, 1913.

b) Registros paroquiais:

Arquivo Paroquial de Brenha. Livro de Casamento da freguesia de Brenha (1877 a 1903). Disponível em: Disponível em:
<http://pesquisa.auc.uc.pt/vaultimage/?id=DISSEMINATION/48B55BD22295A9CB0179E043AE9DE18B&proto=vault>.

Arquivo Paroquial de Brenha. Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Brenha, referente aos anos de 1870-1876. Disponível em:
<http://pesquisa.auc.uc.pt/vaultimage/?id=853AD51EF81DD69789E86ACDB860D9D3&proto=vault>

Arquivo Paroquial de Brenha. Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Brenha, referente aos anos de 1839-1859. Disponível em:
<http://pesquisa.auc.uc.pt/vaultimage/?id=33AF7CC5F6B6028EF2FAD0A9F11BC59E&proto=vault>

Livro de Registro Paroquial da Freguesia de Ossela, referente ao ano de 1898. Disponível em:
<http://digitalq.adavr.arquivos.pt/viewer?id=1167431>

Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Tombo da Paróquia de Humaitá.

Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismos da Paróquia de Humaitá (02/02/1872 a 10/09/1895).

Arquivo Paroquial de Humaitá. 2º livro de Batismos da Paróquia de Humaitá (15/10/1895 a 01/05/1897).

Arquivo Paroquial de Humaitá. 3º livro de Batismos da Paróquia de Humaitá (30/08/1897 a 04/03/1899).

Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá (04/02/1877 a 10/04/1888).

Arquivo Paroquial de Humaitá. 2º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá (20/07/1889 a 25/01/1896).

Arquivo Paroquial de Humaitá. 3º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá (05/01/1896 a 26/05/1907).

Arquivo Paroquial de Humaitá. 4º Livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá (15/04/1901 a 18/05/1912).

Arquivo Paroquial de Humaitá. 5º Livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá (30/05/1913 a 31/03/1916).

Arquivo Paroquial de Humaitá. 6º Livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá (31/03/1916 a 08/04/1918).

Arquivo Paroquial de Humaitá. 7º Livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá (31/03/1918 a 17/05/1926).

Arquivo Paroquial de Humaitá. 8º Livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá (19/05/1926 a 11/07/1926).

c) Relatórios:

AMAZONAS, Presidência. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados colecionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel Antônio Constantino Nery sendo governador do Estado.** Volume II. (1858-1862). Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908.

AMAZONAS, Presidência. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados colecionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel Antônio Constantino Nery sendo governador do Estado.** Volume III. (1863-1870). Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908.

AMAZONAS, Presidência. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados colecionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel Antônio Constantino Nery sendo governador do Estado.** Volume IV. (1870-1873). Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908.

AMAZONAS, Presidência. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados colecionar pelo governador**

coronel **Silvério José Nery** e novamente publicados por ordem do coronel **Antônio Constantino Nery** sendo governador do Estado. Volume V. (1873-1874.). Rio de Janeiro, Tip. do “Jornal do Comércio”, 1908.

AMAZONAS. **Falla que o exm. sr. dr. José Jansen Ferreira Junior, presidente da provincia do Amazonas, dirigiu á Assembléa Legislativa Provincial, por ocasião da instalação da 2.a sessão da 17.a Legislatura, em 25 de março de 1885.** Manáos, Typ. do Amazonas, 1885

AMAZONAS. **Mensagem lida perante a Assembléa Legislativa por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária da oitava legislatura em 10 de julho de 1914 pelo Exm. Sr. Governador Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa acompanhados dos relatórios dos chefes das repartições.** Manáos, Sessão de Obras da Imprensa Pública, 1914.

AMAZONAS. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá.** Manáos, Typ. do Amazonas, 1883.

AMAZONAS. **Relatorio com que o exm. sr. dr. Joaquim de Oliveira Machado, presidente da provincia do Amazonas, installou a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial no dia 2 de junho de 1889.** Manáos, Typ. do Commercio do Amazonas, 1889.

BARBOSA, Nicolau Bueno Horta. **Exploração e levantamento dos rios Anari e Machadinho. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, Chefe da Comissão, pelo Capitão de Engenharia Nicolau Bueno Horta Barbosa, ajudante da Comissão.** Papelaria Macedo, Rio de Janeiro, 1922.

BRASIL, Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brazil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Relação dos proprietarios dos estabelecimentos ruraes recenseados no estado do Matto Grosso.** Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.

COMISSÃO DE ESTUDOS DA ESTRADA DE FERRO DO MADEIRA E MAMORÉ. **Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira itinerario e trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré, impressões de viagem por um dos membros da mesma comissão.** Rio de Janeiro: Soares & Niemeyer, 1883.

COUTINHO, João Martins da Silva. **Relatório apresentado ao Illm. EExm. Snr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Província do Amazonas, por João Martins da Silva Coutinho, encarregado de examinar alguns logares da província, especialmente o rio Madeira debaixo do ponto de vista da colonisação e navegação.** Manaos: Typographia de F. J. da Silva Ramos. 1861.

MENEZES, Aprigio Martins de. **Relatorio Apresentado ao Exm. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto pelo Dr. Aprigio Martins de Menezes, Encarregado da Enfermaria dos Variolosos, de sua Commissão ao rio Madeira.** Manáos: Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, 1874.

MESQUITA, Francisco de Souza. **Thesouraria da commissão encarregada de agenciar donativos para as obras do Hospital de Caridade em Manáos, 2 de março de 1875.** In: PEIXOTO, Domingos Monteiro. **Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Domingos Monteiro**

Peixoto entregou a Administração da Província ao Ex. Sr. 1º vice-presidente capitão de mar e guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardosos em 16 de março de 1875. Manaus: Typ. do Commercio do Amasonas, 1875.

NERY, Constantino. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas em 10 de julho de 1905 pelo Dr. Constantino Nery, Governador do Estado.** Manaus: Tipografia Amazonas, 1905.

d) Jornais:

A Capital (AM) – 1917 a 1918.

A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA) – 1874 a 1886.

A Federação: órgão do Partido Republicano Federal (AM) – 1895 a 1900.

A Republica: Órgão do Club Republicano (PA) – 1886 a 1900.

A voz do Amazonas (AM) – 1866 a 1867.

Amazonas (AM) – 1866 a 1900.

Boletim Official (AM) – 1872 a 1873.

Commercio do Amazonas (AM) – 1870 a 1912.

Correio do Norte: Órgão do Partido Revisionista do Estado do Amazonas (AM) – 1906 a 1912.

Diario de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA) – 1868 a 1889.

Diario de Manáos: Propriedade de uma Associação (AM) – 1890 a 1894.

Diario de Notícias (PA) – 1885

Diario do Commercio: Jornal Commercial, Politico e Noticioso (PA) – 1859.

Diario Official (AM) – 1893 a 1900.

Estrella do Amazonas (AM) – 1854 a 1863.

Folha do Norte (PA) – 1896.

Gazeta de Manicore: Órgão do Partido Conservador (AM) – 1887.

Gazeta de Noticias (RJ) – 1916.

Jornal do Amazonas (AM) – 1875 a 1889.

Jornal do Commercio (AM) – 1905 a 1979.

Jornal do Pará: Orgão Oficial (PA) – 1867 a 1878.

O Catechista (AM) – 1862.

O Correio do Purús: Propriedade de uma Associação (AM) – 1890 a 1894.

O Democrata: Orgão do Partido Republicano Democrático (PA) – 1890 a 1893.

O Humaythaense (AM) – 1893 a 1917.

O Jornal (PA) – 1900.

O Liberal do Pará (PA) – 1869 a 1889.

O Madeirense: órgão dos interesses do município (AM) – 1918 a 1919.

O Pará (PA) – 1897 a 1900.

Quo Vadis?: órgão de interesses populares (AM) – 1902 a 1904.

e) Almanagues:

Almanach administrativo, historico, estatístico e mercantil da provincia do Amazonas para o anno de 1884. Manaus: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1884.

Almanack do Estado do Pará: Indicador para 1904-1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/828831/792>

Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial (PA) – 1868 a 1873

ATHAYDE, José Feliciano Augusto d' (org.); OLIVEIRA, Arthur Cardoso de (org.). **Almanach administrativo, histórico, estatístico, comercial e litterario do Amazonas para o anno de 1895.** Manaus: Typ. do Amazonas, 1895.

GONÇALVES, Manoel Pereira. **Almanach Madeirense para o anno de 1889.** Publicado por Manoel Pereira Gonçalves. Pasto Grande, Rio Madeira, 1889.

LAEMMERT, ALMANAQUE; HENRIQUE, LAEMMERT. **Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro:** Typographia Universal de Laemmert. 1882. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/313394x/52487>

LAEMMERT, ALMANAQUE; HENRIQUE, LAEMMERT. Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1891 a 1920.

MONTEIRO, Antônio Francisco. **Almanach Madeirense para o anno de 1892.** Publicado por Antônio Francisco Monteiro, 1892. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/wu.89005676341>

SANTA ROSA, Henrique; FIDANZA, F. A. **Album do Pará em 1899 na administração do Governo de Sua Excia. o Senr. Dr. José Paes de Carvalho**. Albert Damcke, 1899.

f) *Outros*

AMAZONAS. [Constituição (1892)]. **Constituição política do estado do Amazonas, julho 1892**. Manaus Typ. do Amazonas, 1892. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224190>

BRAZIL-FERRO-CARRIL: revista de engenharia e especialmente de viação. Rio de Janeiro: Ferrocarril. Volume 3, 1912, p. 136. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/coo.31924087727628>

CAPELA, Raimundo. *Relatório*. **Boletim da Sociedade Geográfica de Lisboa**. 3 série, n. 4, 1882.

CASTILHO, Augusto. *Brasil-Portugal*. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, n. 28, 1900.

Coleção das Leis do Império do Brasil de 1866. Tomo XXVI, parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

MOSTAJO, Manuel. **Denuncia y protesta del ciudadano Manuel Mostajo contra D. Albino de Silva Machado**. Cochabamba: Imprenta del Siglo, 1875.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Os Indios Parintintin do Rio Madeira*. In: **Journal de la Société des Américanistes**. Tome 16, 1924. pp. 201-278.

REQUERIMENTO de Manoel Soares Botelho, por seu procurador José Francisco Pereira da Cunha, ao rei [D. João VI], pedindo passaporte para fazer viagem à província de Pernambuco, junto com sua mulher Guiomar Elias Soares. Anexo: 1 doc.Obs.: documento em anexo impresso. AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 290, D. 19955. Disponível em: http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/bitstream/handle/123456789/169431/AHU_ACL_CU_015%2c%20Cx.%20290%2c%20D.%2019955.pdf?sequence=3&isAllowed=y

BIBLIOGRAFIA

- AFFONSO, Almino (Org.). **Polianteia: Almino Affonso, tribuno da abolição**. Brasília: Senado Federal, 1998.
- AFFONSO, Almino. **Comendador Monteiro: troncos e ramagens**. Manaus: Valer, 2004.
- ALVES, Jorge Fernandes – **Ler, escrever e contar na emigração oitocentista**, separata da Revista de História das Ideias, Universidade de Coimbra, 1999.
- ALVES, Jorge Fernandes - **Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa**. Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001.
- ALVES, Jorge Fernandes. *Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista*. In: PEREIRA, MIRIAM HALPERN et al (eds.). **Emigração/Imigração em Portugal**. Lisboa, Fragmentos, 1993.
- ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal*. In: **Os Brasileiros da Emigração**. Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999.
- ALVES, Jorge Fernandes. **Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista**. (Dissertação). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.
- ANDERSON, Michael. **Elementos para a História da família ocidental, 1500-1914**. Lisboa: Querco, 1984.
- ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia**. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012.
- ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860*. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2000.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **A mulher na São Paulo colonial**. Espacio, Tiempo y Forma, Serie IV, Hf Moderna, t. 3, 1990.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: Centro de memória/UNICAMP, 1997.
- BARROSO, Daniel Souza. *Múltiplos do Cativo: Casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870)*. **Afro-Ásia** [online]. 2014, n.50, pp.93-128.
- BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.
- BAZE, Abraham. **Ferreira de Castro – um imigrante na Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2010.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 3ª edição, Editora Valer, 2009

BENCHIMOL, Samuel. **Manaós do Amazonas**. Volume I, Governo do Estado do Amazonas, 1994.

BERTRAND, Michel. *Elites y configuraciones sociales em Hispanoamérica colonial*. In: **Revista de História**, Nicarágua, 13, 1999.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Vol. 2. Editora Art Nova, 1969.

BOSCHILIA, Roseli. **Pequenos viajantes: reflexões sobre o deslocamento de menores da região norte de Portugal para o Brasil no século XIX**. Cf: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/portugal-e-as-migracoes-da-europa-do-sul-para-a-america-do-sul/pequenos-viajantes-reflexoes-sobre-o-deslocamento-de-menores-da-regiao-norte-de-portugal-para-o-brasil-no-seculo-xix>. Acessado em: 30 de janeiro de 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Capital simbólico e classes sociais*. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 96, p. 105-115, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *Da regra às estratégias*. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BURGUIÈRE, André et al. **História da família: o choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa**. v.º3. Lisboa: Terramar, 1998;.

CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. “*Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia. Perfil demográfico, normas e redes sociais*”. **Belém (1891-1920)**. **História**, v.15, n.01, Unisinos, jan-abril/, 2011.

CANCELA, Cristina Donza et al. *Os portugueses em Belém: patrimônio, origem e trajetória*. In: ARRUDA, José Jobson A. et al. (Org.). **De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém-1870-1920)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2006.

CANCELA, Cristina Donza. *Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920*. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 10, n. 18, 2009.

CANCELA, Cristina Donza. *Redes, gerações e negócios: uma família de imigrantes portugueses na Amazônia*. **Antíteses**, v. 9, n. 17, p. 136-156, 2016.

CARVALHO, Marcos António de. **Associativismo luso nas terras das mangueiras: o Grémio Literário Português e a Tuna Luso Caixeiral**. Cf: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/de-colonos-a-imigrantes-i-e-migracao-portuguesa-para-o-brasil/associativismo-luso-nas-terras-das-mangueiras-o-gremio-literario-portugues-e-a-tuna-luso-caixeiral>. Acessado em: 30 de janeiro de 2018.

CARVALHO, Marcos António de. **Bebendo açaí comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX**. 2011. Tese (Doutorado em História) Porto/Portugal, Universidade do Porto/Faculdade de Letras/ Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, 2011.

CASELLA, P. B. *Cônsules honorários*. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, vol 82, 1987, 148-158.

CASEY, James. **História da Família**. Lisboa, Teorema, 1989.

CASTRO, José Maria Ferreira de. **A Selva**. Guimarães editores: Lisboa, 1976.

CASTRO, José Maria Ferreira de. **Emigrantes**. 22ª edição da Guimarães & Ca Editores, Lisboa, 1980.

CÉZAR DE CARVALHO, Valéria Nery. **Les Fils du Tonnerre et l'expansion coloniale: une ethnohistoire du nord-ouest amazonien, 1750-1889**. Paris. École Pratique Des Hautes Études. Section Des Sciences Religieuses. Doctorat en Anthropologie, 2006.

CHANDLER, Jaynes B. **Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil (1700 – 1930)**. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CHARLE, C. *A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*. In. HEINZ, F. M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos – 6 ed.** – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CRUZ, Ernesto Horácio da. **Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações**. Conselho Estadual de Cultura, 1970.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. Studio Nobel, 1989.

DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, João Santos. *Entre fluxos, fontes e trajetórias imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920)*. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 1, 2016.

EMMI, Marília Ferreira. *“A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do XX: O caso dos Portugueses”*. Trabalho apresentado no **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, Caxambú-MG-Brasil, 20 a 24 de setembro de 2010.

FARINATTI, L. A. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

FAZITO, Dimitri. *A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade*. **Anais da ABEP**, 2016.

FERNÁNDEZ, Hernando Sanabria. **En busca de Eldorado: la colonización del oriente Boliviano**. Librería Editorial Juventud, 1980.

FERTIG, A. Á. **Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG-História, UFRGS, 2003.

FLANDRIN, Jean Louis. **Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. Lisboa: Estampa, 1991.

FONSECA, Dante Ribeiro da. *Crato, Santo Antônio e o rio Madeira no contexto da economia da borracha*. **Novos Cadernos NAEA**. v. 20, n. 2, p. 73-90, maio-ago, 2017.

FONSECA, Dante Ribeiro da. *O “Guajará” e o início da navegação a vapor no rio Madeira*. **Revista Marítima Brasileira**, Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, número 01/03, volume 137, 2017.

- FONSECA, Dante Ribeiro da. **Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia**. Belém: 2004. 507 p. 2 vols. Tese (Doutorado em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2004.
- FONTES, Edilza. **Preferem-se portugueses (as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)**. Tese de Doutorado, São Paulo, Unicamp, 2002.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Juca de (orgs.). **Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997..
- GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.
- GOULART, José Alípio. **O regatão: mascate fluvial da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1968.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. **De chegadas e partidas: migrações portuguesas no Pará (1800-1850)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará, 2016.
- HEINZ, F. M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. *Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX)*. **Revista de História**, n. 171, p. 49-82, 2014.
- HIDAKA, Ana Tereza Tomiko Vicente. **Os infortúnios da imigração portuguesa: a benemérita liga portuguesa de repatriação (1908-1949)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- HUGO, Victor. **Desbravadores: a história eclesiástica, no panorama social, político, e geográfico do grande Rio Madeira, seus afluentes e formadores na Amazônia**. Volume I. Missão Salesiana, 1959.
- IMÍZCOZ, José María. *Actores, redes, procesos reflexiones para una historia más global*. **História**, v. 3, n. 5, p. 115-140, 2004.
- KLEIN, Herbert. *A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX*. **Análise Social**, vol. XXVIII (121), p. 235-265, 1993.
- KUZNESOF, Elizabeth. *A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1880)*. **Revista Brasileira de História**, v.9, n.18 (1988/1989).
- LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
- LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)**. Dissertação de Mestrado. Programas de Pós-graduação, UFAM/Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus, 2007.

LETÍZIA, Maria Eva B. K. *José Maria Ferreira de Castro, uma vivência de emigrante nas terras do Brasil*. In: ALVES, Ricardo António. **Castriana: estudos sobre Ferreira de Castro e a sua geração**. N. 2 (2004)-. Ossela: C.E.F.C., 2004.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Lourival Maia, **Os Maia: Crato - Ceará**, Fundação Casa das Crianças de Olinda, 1982.

LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855**. Belém: Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, (dissertação de mestrado), 2002.

MACFARLANE, Alan. **História do casamento e do amor: Inglaterra, 1300-1840**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. *Portugueses no Maranhão (1822-1889): ensaio sobre a imigração*. In: **XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH)**, Natal, 2013.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **O regatão (notícia histórica)**. Manaus: Edições Planície, 1958.

MOOG, Vianna. **O ciclo do ouro negro: impressões da Amazônia**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Transmissão de Patrimônio e Legitimidade do Direito à Terra na Região de Marica (segunda metade do século XIX)*. In: LARA, Silvia Hunold, MENDONÇA, José Maria. **Direito e Justiça no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

MUGGE, Miquéias Henrique. *"Gostaria de se tornar Tenente": oficiais da Guarda Nacional – um perfil socioeconômico no Brasil Meridional (1850-1870)*. **História Unisinos**, v. 16, n. 3, p. 307-319, 2012.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria–RS os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830-1891**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

NIETO CAMACHO, Ana Lilia. *La práctica consular en el siglo XIX a través del consulado de Estados Unidos en Veracruz, 1822-1845*. **Estud. hist. mod. contemp. Mex**, México, n. 31, p. 5-30, jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S018526202006000100005&lng=es&nrm=iso

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *"O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX"*. **Encontros com a Civilização Brasileira**, nº 11, maio 1979.

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das Migrações. Teorias Micro e Macro-Sociológicas**. Lisboa: Universidade técnica de Lisboa. SOCIUS Working Papers. n. 11/2004.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. *Regatões*. In: IBGE. **Tipos e aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, p. 34-38.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Migração, trabalho e etnicidade. Portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920*. **Varia História**, v. 30, n. 54, p. 807-826, 2014.

PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica: criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

RAMOS, Pedro Emanuel Amaral. *A instituição consular no Porto do século XVIII: subsídios para a definição dos seus contornos*. **Revista da Faculdade de Letras HISTÒRIA**. Porto, III série, vol 4, 2003, pp. 127-146.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro: documentário da vida rural**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953.

REVEL, J (org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Faperj, 2002.

RICCI, Paolo; PORTO ZULINI, Jaqueline. *Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República*. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, 2014.

RODRIGUES, Rafael de Oliveira. **Da crônica de viagem ao objeto museal: notas sobre uma coleção etnográfica brasileira em Roma**. Tese (doutorado), Florianópolis, SC, 2017.

SALES, Mábila Aline Freitas. *Os negociantes de grosso trato em Belém: possibilidades de abordagem em termos de redes sociais, c.1840 – c.1870*. **I Seminário Internacional Brasil no Século XIX**. 2014.

SALES, Mábila Aline Freitas. **Viagem das Coisas e das Ideias: o movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista**. Belém: UFPA (dissertação de mestrado), 2012.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX*. In: **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, 37, 1981, pp. 17-25.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. **Família, trajetória e poder no Grão-Pará Colonial: Os Oliveira Pantoja**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2015.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Uma história de despedidas: a emigração portuguesa para o Brasil (1822-1910)*. **Revista de Ciências Humanas**, n. 27, p. 29-56, 2000.

SERRA, João B. *Os poderes locais: administração e política no primeiro quartel do século XX*. In: **História dos Municípios e do Poder Local, dos Finais da Idade Média à União Europeia**. Lisboa, Círculo de Eleitores, 1996.

SERRÃO, Joel. **A emigração portuguesa: sondagem histórica**. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 1974.

SILVA, Bernardo da Costa e. **Viagens no sertão do Amazonas do Pará á costa do mar Pacífico pelo Amazonas, Bolívia e Peru**. Porto Typ. de A. J. de Sousa e Irmão, 1891.

SOUSA, Fernando Alberto Pereira de. **A população portuguesa nos inícios do século XIX**. Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Universidade do Porto, 1979.

SOUSA, Fernando de & ROCHA, Ricardo. **O Distrito de Bragança (1835-2011)**. Cf: <http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/o-distrito-de-braganca-1835-2011/distrito-de-braganassa-pdf>. Acessado em, 8 de janeiro de 2018.

SOUSA, Fernando de. **A emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1834-1950)**. 2008.

STONE, Lawrence. **Família, sexo y matrimonio em Inglaterra, 1500-1800**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1989.

STONE, Lawrence. *Prosopografia*. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa et al. **Em busca das “patacas” patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2016.

TRINDADE, Ronaldo José. **Errantes da Campina (Belém 1880-1900)**. Campinas: Programa de Pós-Graduação em História Social – UNICAMP (Dissertação; orientadora: Maria Clementina Pereira da Cunha), 1999.

TRUZZI, Oswaldo. “*Redes em processos migratórios*”. In: **Tempo Social** (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol. 20, nº 1. 2008.

TRUZZI, Oswaldo; LEAL, Davi A. *De caixeiros a seringalistas portugueses comerciantes no rio Madeira*. In: **XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, São Pedro Estado de São Paulo. Anais [recurso eletrônico] XIX. 2014

VELLASCO, Ivan de Andrade. **O Juiz de Paz e o Código do Processo: vicissitudes da Justiça imperial em uma comarca de Minas Gerais no século XIX= Judges and Codes: imperial Justice in one county of Minas Gerais in the 19th century**. 2003.

VIEIRA Jr. Antônio Otaviano. **Entre Paredes e Bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)**. Fortaleza/CE: Ed. Demócrito Rocha; São Paulo: Ed. HUCITEC, 2004.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da floresta: uma história, Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. **Nobreza de Portugal e do Brasil**. Volume 3, Lisboa, 1989.

ANEXOS

Anexo 1 – Banco de dados

Dados relativos aos portugueses residentes no rio Madeira

	Nome	Província e/ou Concelho de Origem	Atividade Profissional	Sabe escrever	1º da família a imigrar	Redes de apoio (familiar, vizinhança, negócios e amizade)	Proprietário de Terras no rio Madeira	Habilitação	Passaporte
1.	Abel de Souza	Douro/Coimbra	Trabalhador	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
2.	Abel Gonçalves Nossa	Douro/Figueira da Foz	Carpinteiro	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
3.	Alexandre Jose de Figueiredo*	Beira Baixa/Anadia	Comercio	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
4.	Alvaro Cesar da Conceição	Beira Alta	Comercio	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
5.	Ana de Jesus Ferreira	Douro		Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
6.	Antonio Afonso de Oliveira	Douro/Ovar	Comerciante	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não
7.	Antonio da Silva Ribeiro	Douro/Porto	Trabalhador	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
8.	Antonio de Oliveira Custodio	Douro/Figueira da Foz	Pedreiro	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
9.	Antonio Fagundes Loureiro da Costa*	Minho/Melgaço	Comerciante	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não

10.	Antonio Ferreira	Douro/Porto	Trabalhador	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
11.	Antonio Gomes da Silva	Douro/Feira	Pedreiro	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
12.	Antonio Joaquim Machado	Trás-os-Montes/Boticas		Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
13.	Antonio Joaquim Pereira Socorro Valente*	Minho/Braga	Comerciante	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
14.	Antonio Joaquim Quadros Carvalho	Douro/Figueira da Foz	Caixeiro	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
15.	Antonio Jose de Freitas*	Douro/Feira	Comerciante	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
16.	Antonio Jose Vieira Braga*	Minho/Guimarães	Caixeiro	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
17.	Antonio Luis Fernandes Guimaraes	Minho/Guimarães	Comercio	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
18.	Antonio Mendes da Silva	Beira Baixa/Albergaria		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
19.	Antonio Monteiro da Costa*	Beira Alta/Pinhel	Comerciante	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
20.	Antonio Moutinho	Douro/Porto	Lavrador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
21.	Antonio Nunes Leitão*	Beira Alta/Lamego	Comercio	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
22.	Antonio Pereira da Silva Coimbra*	Douro/Vila Nova de Gaia	Comerciante	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
23.	Antonio Rodrigues Ramalho	Beira Alta/Oliveira de Frades		Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim

24.	Bartolomeu Ferreira Pinto	Douro/Feira		Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
25.	Bento Jose Macedo*	Minho	Comerciante	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
26.	Braz Rodrigues da Costa Mineiro*	Beira Baixa/Tabuaço	Comercio	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
27.	Candido de Souza Lobo	Douro/Valongo	Comerciante	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
28.	Carlos Ferreira da Costa	Douro/Bouças	Caixeiro	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
29.	Casemiro Teixeira	Minho/Fafe	Caixeiro	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
30.	Constantino Quadros de Carvalho	Douro/Figueira da Foz	Caixeiro	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
31.	Domingos Alves Carneiro*	Douro	Comercio	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
32.	Domingos Ferreira Pinto	Douro/Vila da Feira		Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
33.	Eduardo de Freitas Mota	Douro/Figueira da Foz		Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
34.	Eduardo Gomes do Amaral*	Beira Baixa/Oliveira do Baixo	Trabalhador	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
35.	Eduardo Joaquim Galdo	Arquipélago Da Madeira	Foguista	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
36.	Eduardo Klautau	Estremadura/Lisboa	Caixeiro	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim

37.	Eucherio Jorge de Quadros	Douro/Figueira da Foz	Sapateiro	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
38.	Francisco Agostinho Lopes	Estremadura	Caixeiro	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
39.	Francisco Eduardo da Costa Rebello	Trás-os-Montes/Vila Real	Caixeiro	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
40.	Francisco Fernandes de Miranda*	Minho/Guimarães	Caixeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
41.	Francisco Silvestre Ingles Neto	Algarve/Faio	Professor	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
42.	Henrique Borges de Souza*	Douro/Porto	Caixeiro	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
43.	Jeronimo Rodrigues de Freitas Costa Rebelo	Trás-os-Montes/Vila Real	Caixeiro	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
44.	Joao de Almeida Monteiro	Trás-os-Montes/Poso da Regoa	Comercio	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
45.	Joao do Amaral da Cruz	Beira Alta	Alfaiate	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
46.	Joao Duarte	Estremadura		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
47.	Joao Jose da Silva Mattos	Açores/Magdalená	Comercio	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
48.	Joao Martins da Costa	Beira Alta/São Pedro do Sul	Caixeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
49.	Joao Teixeira	Minho/Celorico de Basto	Lavrador	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

50.	João Ventura Ferreira	Douro/Lordelo do Ouro	Comerciante	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
51.	Joaquim da Mota	Douro/Gaia	Ferreiro	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
52.	Joaquim da Silva Almocreve	Douro	Negociante	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
53.	Joaquim de Oliveira Custodio	Beira Baixa/Figueira da Foz	Pedreiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
54.	Joaquim de Souza	Douro/Bouças	Carpina	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
55.	Joaquim Ferreira Caetano	Douro/Porto	Trabalhador	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
56.	Joaquim Ferreira Santiago	Beira Baixa/Anadia	Comerciante	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
57.	Joaquim Francisco Baptista*	Douro/Fuia	Comerciante	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
58.	Joaquim Gaspar de Carvalho	Douro/Figueira da Foz	Caixeiro	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
59.	Joaquim Gomes da Silva	Douro/Figueira da Foz	Serralheiro	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
60.	Joaquim Gonçalves Marques*	Douro/Porto	Comercio	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
61.	Joaquim Jose de Almeida Costa*	Beira Alta	Negociante	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
62.	Joaquim Lopes da Silva*	Minho/Braga	Caixeiro	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

63.	Joaquim Pereira Gonçalves Junior	Douro/Vila Nova de Gaia	Caixeiro	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
64.	Joaquim Quadros Carvalho Junior	Douro/Figueira da Foz	Sapateiro	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
65.	Jose da Silva Jordao	Douro/Figueira da Foz	Caixeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
66.	Jose de Aquino de Souza Castro	Açores/Santa Maria	Caixeiro	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
67.	Jose dos Santos	Douro/Feira	Trabalhador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
68.	Jose Estevao Lopes de Azevedo	Beira Baixa/Albergaria	Caixeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
69.	Jose Ferreira	Douro/Amarante	Trabalhador	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
70.	Jose Francisco Baptista	Minho/Feira	Caixeiro	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
71.	Jose Francisco Monteiro*	Douro	Comercio	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
72.	Jose Gusmao da Silva Amaral	Algarve/Moura	Droguista	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
73.	Jose Maria Ferreira de Castro	Douro/Oliveira de Azeméis	Jornalista	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
74.	Jose Pereira de Sa Soto Maior	Minho/Arcos	Comercio	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
75.	Manoel Alves	Beira Alta/Lamego	Trabalhador	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim

76.	Manoel Antonio da Silva	Douro/Bouças	Carpina	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
77.	Manoel dos Santos	Douro/Feira	Trabalhador	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
78.	Manoel Duarte da Silva*	Douro/Figueira da Foz	Caixeiro	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
79.	Manoel Fernandes Leite	Douro/Ovar	Lavrador	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
80.	Manoel Figueiredo Bilrro	Douro	Serrador	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
81.	Manoel Gomes de Oliveira	Douro/Feira	Comercio	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
82.	Manoel Maria de Moraes	Estremadura/Lisboa	Comerciante	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não
83.	Manoel Pedro Feliciano	Beira Alta/Serta		Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
84.	Manoel Pereira Gonçalves*	Douro/Vila Nova de Gaia	Caixeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
85.	Manoel Rodrigues de Freitas Costa Rebelo	Trás-os-Montes/Vila Real	Caixeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
86.	Maria Ferreira	Douro/Porto		Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
87.	Pedro Pires Cardoso	Trás-os-Montes/Carrazeda de Ansiães	Comercio	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
88.	Serafim Ferreira de Mello	Douro/Feira	Caixeiro	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

89.	Serafim Jose da Mota*	Douro/Vila da Feira	Caixeiro	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
90.	Tristao da Costa Sobral	Beira Baixa/São João da Pesqueira	Caixeiro	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
91.	Zeferino Ferreira de Brito*	Douro	Comerciante	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não

Observação: Nosso banco de dados foi feito a partir do rastreamento e cruzamento nominal dos passaportes, habilitações consulares e jornais da província do Pará e Amazonas. Vale salientar que, mesmo sendo o 1º da família a imigrar para a Amazônia, estes indivíduos possuíam laços de amizade, negócios e vizinhança com outros portugueses já residentes na região. Desse modo, suas redes de sociabilidade e apoio eram acionadas muito antes da chegada ao Brasil.